UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

THOMÁS ANDRÉ VENDRAME RODRIGUES

ENVELHECIMENTO, DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTIFICA DO SERVIÇO SOCIAL

FRANCA

2025

THOMÁS ANDRÉ VENDRAME RODRIGUES

ENVELHECIMENTO, DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTIFICA DO SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como pré-requisito para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade

Linha de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Sociais

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Nanci Soares

FRANCA

2025

FICHA CATALOGRÁFICA:

R696e

Rodrigues, Thomás André Vendrame
ENVELHECIMENTO, DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTIFICA DO SERVIÇO SOCIAL / Thomás André Vendrame Rodrigues. -- Franca, 2025
173 p. : tabs.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Nanci Soares

1. Envelhecimento. 2. Comunidade LGBTI+. 3. Serviço Social. 4. Produção acadêmico-cientifica em Serviço Social. 5. Materialismo histórico-dialético. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

THOMÁS ANDRÉ VENDRAME RODRIGUES

ENVELHECIMENTO, DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTIFICA DO SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: Nanci Soares

1ºExaminadora: Maria José de Oliveira Lima

2ºExaminadora: Marta Regina Farinelli

(DEFESA REALIZADA DE MANEIRA REMOTA, ATRAVÉS DA PLATAFORMA, GOOGLE MEET, MOBILIDADE DISPONIBILIZADA PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" – UNESP).

FRANCA,

SÃO PAULO,

06 DE JUNHO DE 2025.

RODRIGUES, Thomás André Vendrame**. Envelhecimento, diversidade sexual e de gênero na produção acadêmico-científica do Serviço Social.** 2025. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2025.

RESUMO:

A temática "Envelhecimento e diversidade sexual, na produção acadêmico-científica do Serviço Social", é atual e possui uma relevância social, política e acadêmica**.** No tocante ao social, a comunidade LGBTI+ – enfrenta as piores consequências das expressões da questão social, como preconceito, abandono familiar, violência institucional e negligência nos serviços de saúde, educação e assistência nas quais se intensificam na velhice. Há ausência de dados oficiais sobre os processos de envelhecimento e velhice da população LGBTI+, bem como, nas produções acadêmico-científicas do Serviço Social. Na produção acadêmico científica do Serviço Social, acerca do envelhecimento e velhice da comunidade LGBTI+. A expectativa de vida dessa população é atravessada por fatores estruturais e simbólicos como preconceito, abandono familiar, violência institucional e negligência nos serviços de saúde, educação e assistência. Na questão política, observa-se que esta população vem envelhecendo, mas ainda sofrem com a invisibilização nas políticas públicas. A presente dissertação tem como objetivo geral, compreender e aproximar das produções acadêmico-científicas do Serviço Social, acerca dos processos de envelhecimento e velhice da comunidade LGBTI+. Partindo da constatação de que a população brasileira está envelhecendo rapidamente, essa transição demográfica vem ocorrendo de forma desigual, uma vez que é atravessada por determinantes sociais de classe, raça, gênero e sexualidade. Contudo, as produções acadêmico-científicas, ainda são incipiente no que diz respeito à velhice da comunidade LGBTI+, grupo que historicamente vem sofrendo tentativas de invisibilização e negação, constantemente ameaçados pela supremacia neoconservadora, fascista e heterocispatriarcal, presente no parlamento brasileiro, no qual cria normativas para restringir os acessos da comunidade às políticas públicas e sociais, bem como aos direitos sociais básicos. Para tanto, como se trata de uma pesquisa qualiquantitativa de natureza exploratória, adotou-se enquanto metodologia a revisão sistemática de literatura, com os resultados elaborados, a partir de ensaios teóricos, fundamentados e compreendidos a partir do método histórico-dialético. As fontes foram coletadas em bases acadêmicas e eventos significativos da área do Serviço Social, sem delimitação temporal. A compreensão dos dados, seguiu um protocolo rigoroso de inclusão e exclusão, priorizando produções que articulassem as categorias de velhice, processos de envelhecimento, sexualidade, identidade de gênero e Serviço Social. Os resultados revelaram lacunas significativas nas produções acadêmico-cientificas sobre a temática, tendo em vista que as categoriais: sexualidade, gênero, processos de envelhecimento e velhice, são temas em constante construção, disputas e tensionamentos no campo do Serviço Social, embora o material apreendido ter apresentado esforços, resistências e crítica ao modelo socioeconômico hegemônico, propondo, diante da abertura pluralista da prática profissional, posicionamentos antirracistas, antipatriarcais e anti-LGBTIfóbicas. Conclui-se assim, a importância de incorporar esses debates, a partir do materialismo histórico-dialético, bem como da Gerontologia social-crítica, nas formações de graduação e pós-graduação em Serviço Social, por meio de oficinas, disciplinas específicas, eventos científicos, campos de estágios, entre outras ferramentas que possam incorporar elaborações críticas sobre os processos de envelhecimento e velhice em conjunto com a diversidade sexual e de gênero da classe trabalhadora e suas múltiplas expressões.

Palavras-chave: Envelhecimento, Comunidade LGBTI+, Serviço Social, Produção acadêmico-cientifica em Serviço Social, Materialismo histórico-dialético.

RODRIGUES, Thomás André Vendrame. **Aging, sexual and gender diversity in the academic-scientific production of Social Work**. 2025. 146 f. Dissertation (Master's in Social Work) – Faculty of Human and Social Sciences, São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Franca, 2025.

ABSTRACT:

The theme "Aging and sexual diversity in the academic-scientific production of Social Work" is both current and socially, politically, and academically relevant. From a social perspective, the LGBTI+ community faces the harshest consequences of the expressions of the social question, such as prejudice, family abandonment, institutional violence, and neglect in health, education, and social assistance services—issues that are exacerbated in old age. There is a lack of official data on the aging processes and old age of the LGBTI+ population, as well as a scarcity of academic-scientific productions on this topic within Social Work. In the academic-scientific output of Social Work, regarding the aging and old age of the LGBTI+ community, life expectancy is affected by both structural and symbolic factors such as prejudice, family abandonment, institutional violence, and neglect in public services. On the political front, although this population is aging, it continues to suffer from invisibility in public policies. This dissertation aims to understand and engage with the academic-scientific production in Social Work related to the aging processes and old age of the LGBTI+ community. It starts from the recognition that the Brazilian population is aging rapidly, but this demographic transition is happening unequally, as it is shaped by social determinants such as class, race, gender, and sexuality. Nevertheless, academic-scientific productions remain incipient when it comes to old age within the LGBTI+ community—a group that has historically been subjected to attempts of invisibilization and denial, constantly threatened by a neoconservative, fascist, and heterocispatriarchal supremacy present in the Brazilian parliament, which enacts norms that restrict the community's access to public and social policies, as well as to basic social rights. As this is a qualitative and quantitative exploratory study, the chosen methodology was a systematic literature review. The results were developed through theoretical essays, grounded and understood from the historical-dialectical method. Sources were collected from academic databases and significant events in the Social Work field, without temporal restrictions. The data were interpreted following a strict inclusion and exclusion protocol, prioritizing works that addressed the categories of old age, aging processes, sexuality, gender identity, and Social Work. The results revealed significant gaps in the academic-scientific production on the subject, considering that the categories of sexuality, gender, aging processes, and old age are constantly under construction, dispute, and tension within the Social Work field. Despite this, the reviewed materials demonstrated efforts, resistance, and critique of the hegemonic socioeconomic model, proposing, in light of the pluralistic scope of professional practice, anti-racist, anti-patriarchal, and anti-LGBTIphobic stances. In conclusion, it is crucial to incorporate these debates—through the lens of historical-dialectical materialism and critical social gerontology—into undergraduate and graduate Social Work education. This can be achieved through workshops, specific courses, scientific events, internship fields, and other tools that foster critical reflections on the aging processes and old age in connection with the sexual and gender diversity of the working class and its multiple expressions.

Keywords: Aging, LGBTI+ community, Social Work, Academic and scientific production in Social Work, Historical-dialectical materialism.

RODRIGUES, Thomás André Vendrame. **Envejecimiento, diversidad sexual y de género en la producción académico-científica del Servicio Social.** 2025. 146 f. Disertación (Maestría en Trabajo Social) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estatal Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Franca, 2025.

RESUMEN:

El tema «Envejecimiento y diversidad sexual en la producción académica y científica del Servicio Social» es actual y tiene relevancia social, política y académica. En lo que respecta al ámbito social, la comunidad LGBTI+ se enfrenta a las peores consecuencias de las manifestaciones de la cuestión social, como el prejuicio, el abandono familiar, la violencia institucional y la negligencia en los servicios de salud, educación y asistencia, que se intensifican en la vejez. Existe una falta de datos oficiales sobre los procesos de envejecimiento y vejez de la población LGBTI+, así como en las producciones académico-científicas del Servicio Social. En la producción académica y científica del Servicio Social, sobre el envejecimiento y la vejez de la comunidad LGBTI+. La esperanza de vida de esta población se ve afectada por factores estructurales y simbólicos como el prejuicio, el abandono familiar, la violencia institucional y la negligencia en los servicios de salud, educación y asistencia. En el ámbito político, se observa que esta población está envejeciendo, pero sigue sufriendo la invisibilización en las políticas públicas. El objetivo general de la presente tesis es comprender y acercar las producciones académico-científicas del Servicio Social sobre los procesos de envejecimiento y vejez de la comunidad LGBTI+. Partiendo de la constatación de que la población brasileña está envejeciendo rápidamente, esta transición demográfica se está produciendo de forma desigual, ya que está atravesada por determinantes sociales de clase, raza, género y sexualidad. Sin embargo, las producciones, aún son incipientes en lo que respecta a la vejez de la comunidad LGBTI+, un grupo que históricamente ha sufrido intentos de invisibilización y negación, constantemente amenazado por la supremacía neoconservadora, fascista y heterocispatriarcal presente en el Parlamento brasileño, que crea normativas para restringir el acceso de la comunidad a las políticas públicas y sociales, así como a los derechos sociales básicos. Para ello, al tratarse de una investigación cualitativa y cuantitativa de naturaleza exploratoria, se adoptó como metodología la revisión sistemática de la literatura, con los resultados elaborados a partir de ensayos teóricos, fundamentados y comprendidos a partir del método histórico-dialéctico. Las fuentes se recopilaron en bases académicas y eventos significativos del área del Servicio Social, sin delimitación temporal. La comprensión de los datos siguió un riguroso protocolo de inclusión y exclusión, dando prioridad a las producciones que articulaban las categorías de vejez, procesos de envejecimiento, sexualidad, identidad de género y Trabajo Social. Los resultados revelaron lagunas significativas en las producciones académico-científicas sobre el tema, teniendo en cuenta que las categorías de sexualidad, género, procesos de envejecimiento y vejez son temas en constante construcción, disputas y tensiones en el campo del Servicio Social, aunque el material recopilado presentó esfuerzos, resistencias y críticas al modelo socioeconómico hegemónico, proponiendo, ante la apertura pluralista de la práctica práctica professional, posiciones antirracistas, antipatriarcales y anti-LGBTIfóbicas. Se concluye, así, la importancia de incorporar estos debates, a partir del materialismo histórico-dialéctico, así como de la gerontología social-crítica, en las formaciones de grado y posgrado en Trabajo Social, mediante talleres, disciplinas específicas, eventos científicos, campos de prácticas, entre otras herramientas que puedan incorporar elaboraciones críticas sobre los procesos de envejecimiento y vejez junto con la diversidad sexual y de género de la clase trabajadora y sus múltiples expresiones.

Palabras clave: Envejecimiento, Comunidad LGBTI+, Servicio Social, Producción académica-científica en Servicio Social, Materialismo histórico-dialéctico.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAPs – Caixas de Aposentadorias e Pensões

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CMDPI – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

COBAP − Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas

CRAS – Centro De Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

SCFV – Serviço Comunitário e Fortalecimento de Vínculos

FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz

GEPEPPS – Grupo de Estudo e Pesquisa Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LGBTI+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Intersexuais e demais expressões de gênero e sexualidade.

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

OMS – Organização Mundial de Saúde

PEP – Projeto Ético-Político do Serviço Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNESP – Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS:

GRÁFICO 1:.....59
GRÁFICO 2:.....76
GRÁFICO 3:.....79
GRÁFICO 4:.....129
GRÁFICO 5:.....130
GRÁFICO 6:.....132
GRÁFICO 7:.....133
GRÁFICO 8:.....134
GRÁFICO 9:.....135
GRÁFICO 10:.....136
GRÁFICO 11:.....137
GRÁFICO 12:.....138
TABELA:.....142
IMAGEM:.....139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: 16

CAPÍTULO1 – A CENTRALIDADE DO TRABALHO E A CONSTANTE TENTATIVA DE INVISIBILIZAÇÃO E NEGAÇÃO DAS DIVERSIDADES QUE COMPÕEM A CLASSE TRABALHADORA 22

1.1 Discussões críticas e ontológicas das diversidades que compõe a classe trabalhadora 22

1.2 Interlocuções entre os processos de sociabilização e racialização: a origem da família patriarcal, imposta pela sociedade de classes 39

1.3 Uma breve conceitualização do que é capitalismo 51

1.4 A formação da sociedade de classes brasileira e o cinismo burguês, frente às expressões da Questão Social 55

1.5. Neoliberalismo à brasileira e o descompromisso do Estado, frente às diversidades da classe trabalhadora 62

1.6 As expressões das diversidades que compõem o exército industrial de reserva brasileiro 68

CAPÍTULO 2 – PROCESSOS DE ENVELHECIMENTO E VELHICE EM UMA PERSPECTIVA DE TOTALIDADE 81

2.1 Importantes marcadores históricos das conquistas por direitos e políticas sociais, direcionados à classe trabalhadora envelhecida 84

2.3 Mulheragens às precursoras de um debate sobre envelhecimentos e velhices, a partir do método histórico-crítico 103

CAPÍTULO 3 – APROXIMAÇÕES CRÍTICO-METODOLÓGICAS 115

3.1 Aproximações consecutivas e necessárias, a partir do materialismo histórico-dialético 117

3.2 Navegando nas bases de dados 120

3.2.1 Conhecendo os Anais de evento do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2016, 2019, 2022) 121

3.2.2: Conhecendo os Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (2022 e 2024) 125

3.2.3 Conhecendo os Anais dos Simpósios Internacionais sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (2018, 2020, 2022, 2024) 127

3.2.3 Explorando as bases de dados da Revista SER social 130

3.2.4: Descobrindo o Catálogo de Teses 131

3.3 Quais foram as obras selecionadas?: 132

3.4 Aproximando-se das produções acadêmico-científicas 135

3.4.1 Velhice, gênero e sexualidade: uma pesquisa bibliográfica 135

3.4.2 Corpo e envelhecimentos: por uma reivindicação dos direitos sexuais das mulheres 136

3.4.3 Envelhecimento feminino e a vivência da sexualidade: um tabu? 138

3.4.4 Saúde para idosos LGBTI+: histórico de lutas, desafios e a contribuição do Serviço Social 139

3.4.5 Ao sair do armário, entrei na velhice: homossexualidade masculina e o curso da vida 141

3.5 Síntese das produções e aproximações com as categorias sociais, elaboradas a partir do método histórico-dialético 146

CONSIDERAÇÕES FINAIS 155

BIBLIOGRAFIA 159

“Cura da alma: o afeto que me afeta”

Parto do princípio de que uma obra nunca pode ser construída individualmente, por isso, dedico integralmente essa produção para tudo aquilo que me fortaleceu, nesse processo de escrita. Neste sentido, devo muito à Santa Maria Madalena, a minha Orisá Ósun Òpárà e a todo aspecto folclórico que me constituí, tal como: Matinta Perera, Cuca, Mãe D’agua, Mula Sem Cabeça e até mesmo a injustiçada da Loira do Banheiro. No plano material, dedico este estudo à minha família: Vera Lúcia Vendrame Rodrigues (por ser essa caixinha de pandora que me ensinou o que é mistério, potencialidades e bom gosto); Antônio Carlos Rodrigues (por ter me ensinado e incentivado ler e escrever); Isabella Vendrame Rodrigues (por não ter deixado que me faltasse um bom tênis, um bom perfume, cortes de cabelo, entre outras coisas que filhas de Oxóssi com Ogum fazem para quem amam); Beatriz Campos (Por fazer os melhores doces, me dar várias caronas e me acolher em sua casa) e para Antônio Gilberto Vendrame (que é a única figura de tio que me remete ao afeto, sou feliz por você ter passado por cima de seus valores e ter participado da minha formação enquanto pessoa). Também dedico essa obra para toda a minha comunidade dissidente; Raposinha (Por me tirar da minha zona de conforto, me levar para exercitar o corpinho e ter papos profundos), Polisbraba (a única que presenciou o homem que abusava de mim, me perseguindo durante um terço junino, a partir disso consegui buscar ajuda e me libertar dessa violação que começou desde minha infância); Mariana (que mesmo aceitando meu ódio e rebeldia contra a fé, não desistiu de mim e me incluiu em todos os processos sagrados); Rê (Sapatona convicta e militante, que passou por muitas situações parecidas com as minhas, que faz as melhores playlists e nunca me negou o acesso ao seu Spotify, no qual me ajudou a escrever a obra); Marquinhos (meu irmãozinho que encontrei nessa vida, espero que você e o Dantinho, sejam muito felizes) e Sarrada (Amigo de republica, obrigado por tudo, você constitui um pedaço da minha alma). Devo uma parte da minha vida para minha orientadora Nanci Soares (moça dos olhos de vitrais, obrigada por ter me resgatado de um contexto triste de prostituição, extremamente violento, me dando a chance de estudar e exercer todas as minhas potencialidades); Maria José de Oliveira Lima (Você sabe o quanto você me ajudou a sobreviver em Franca, quando eu cheguei aí eu não tinha nada, sou imensamente grata; Mabel Mascarenhas Torres (Mabelinda, não sei como te agradecer, depois da sua aula eu não fui mais a mesma, as aproximações com o método de Marx não aconteceriam sem o seu afeto); Marta Regina Farinelli (por sua doçura, aconchego e sabedoria em todas suas produções); Sandra e Gustavo Pedroso (sem o Grupo FIAPO eu não me aproximaria da compreensão da teoria crítica e do fascismo em tempos atuais) e por último e nunca menos importante: Livia Valim Nicolino (minha aguerrida irmã acadêmica, não sei o que seria de mim sem as nossas conversas, sem a sua supervisão, sem sua ética e criticidade, você me faz ser uma pessoa melhor). Amo vocês, incondicionalmente, afetuosamente e para todo sempre, rumo ao mundo melhor.

Thomás André Vendrame Rodrigues

É verdade ou não é?

A beleza dos homem é essas mulher.

Fui dar passe à justiça

A beleza dos homem é as bicha.

Fui dar passe ao juiz.,

A beleza dos homem é as travestis.

(Mãe Dorinha, 2021)[1]

[1] Recomenda-se que a pessoa leitora, antes de ler esta dissertação, veja o documentário: Mãe Dorinha. Com votos de que este documentário, cause sensibilizações e proporcione uma fagulha crítico-compreensiva, acerca dos processos de envelhecimento e velhice da classe trabalhadora LGBTI+, enquanto potente e insubmissa.

INTRODUÇÃO:

Envelhecer no Brasil, vem sendo uma realidade inegável. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que o número de pessoas velhas, ultrapassará o de crianças e adolescentes, representando assim, uma transformação significativa na estrutura da sociedade brasileira. Essa transição demográfica, exige reformulações teóricas, a fim de que se amplie o debate sobre os direitos de pessoas velhas e envelhecentes, tendo em vista que os processos de envelhecimento, vem ocorrendo de forma desigual, pois são atravessados por dimensões de classe, raça, gênero, étnicas, sexuais, entre outras, nunca menos importantes.

Projeções de uma pesquisa realizada pelo IBGE (2024), revelaram que em 2041, população do país chegará em 220,4 milhões de habitantes, havendo assim, decréscimos na taxa de natalidade, tendo em vista que de 2000 para 2023, a proporção de pessoas velhas duplicou de 8,7% para 15,6%, em números absolutos passou de 15,2 milhões para 33 milhões, ou seja, em 2041 o país contará com 75,3 milhões de pessoas velhas.

Apesar desses dados, os processos de envelhecimento e velhice no Brasil não podem ser compreendidos de maneira homogênea, grupos que historicamente sofrem com a constante tentativa de invisibilização – como a comunidade LGBTI+ – enfrentam as piores consequências das expressões da questão social, nas quais se intensificam na velhice. De acordo com o Dossiê sobre Mortes e Violências contra Pessoas LGBTI+ no Brasil (2024), realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), identificou que as mortes das pessoas pertencentes a essa comunidade, possuem um alto teor violento que visa expor de maneira pejorativa e caricata, suas orientações sexuais e identidades de gênero.

Para o ANTRA e ABGLT (2024) as mortes de pessoas LGBTI+, são caracterizadas por assassinatos, direcionados especialmente às mulheres trans e travestis (87% dos casos), seguido por homens gays (25,65%), homens trans e pessoas transmasculinas (5,65%), mulheres lésbicas (3,04%) e pessoas não bináries (0,43%). Além das mortes, destaca-se o número expressivo de suicídios (7,83%), muitos dos quais são vinculados à LGBTIfobia intrafamiliar. A ausência de políticas públicas inclusivas e o acesso restrito a direitos sociais básicos – como saúde, assistência social, educação, moradia e alimentação – agravam o sofrimento psíquico, podendo culminar em situações extremas.

Um dos aspectos que mais evidencia as tentativas de negação e inviabilização, ocorre na relação entre a comunidade LGBTI+ e o mundo do trabalho. De acordo com o mesmo dossiê, o trabalho sexual ainda aparece como principal fonte de renda e a única forma de sobrevivência, diante da exclusão do mercado de trabalho formal.

> Diante desses dados, fica nítido que o trabalho como profissionais do sexo não é uma escolha para a grande maioria das travestis e mulheres trans brasileiras, sendo muitas vezes a única opção de trabalho remunerado a qual podem recorrer devido as condições estruturais de acesso limitado ou quase inexistente a empregos formais e subempregos (ANTRA e ABGLT, 2024, p. 40).

Em meio a esse cenário, é fundamental reconhecer que pessoas LGBTQIA+, apesar das constantes tentativas de extermínio, vem envelhecendo, mas ainda sofrem com a invisibilização nas políticas públicas, na atuação de profissionais e nas produções acadêmico-cientificas. Dado que, a expectativa de vida dessa população é atravessada por fatores estruturais e simbólicos como preconceito, abandono familiar, violência institucional e negligência nos serviços de saúde, educação e assistência.

Para tanto, a presente investigação partiu do pressuposto, que há uma ausência de dados oficiais sobre os processos de envelhecimento e velhice da população LGBTI+, bem como as produções acadêmico-científicas do Serviço Social. Tais elementos convocam o Serviço Social a se debruçar criticamente sobre os processos de envelhecimento da população LGBTQIA+, à luz do Projeto ético-político da profissão. Isso implica compreender que a velhice é atravessada por relações de poder historicamente construídas, e que a sexualidade e identidade de gênero são dimensões constitutivas da existência do ser social. Este estudo propõe-se, portanto, como uma investida crítica, contra o conformismo, diante das múltiplas violações enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+, em sua difícil trajetória, rumo à velhice.

Tendo em vista que, observou-se uma lacuna significativa na produção acadêmico-científica do Serviço Social, acerca do envelhecimento e velhice da comunidade LGBTI+. São produções ainda escassas, no que diz respeito às demandas dessa população, bem como às estratégias profissionais, voltadas à superação das violações enfrentadas por ela. Diante disto, este estudo tem como objetivo geral: conhecer e compreender, como vêm se configurando essas produções, a partir de uma revisão sistemática da literatura, fundamentada na perspectiva histórico-dialética. Partindo do pressuposto de que o conhecimento produzido pela área, poderá contribuir para o fortalecimento de práticas profissionais críticas, éticas e comprometidas com a transformação da realidade.

Já os objetivos específicos foram: identificar as principais categorias sociais e analíticas, utilizadas na abordagem do envelhecimento e velhice da comunidade LGBTI+ nas publicações

selecionadas; Verificar as articulações (ou ausência delas) entre os estudos sobre envelhecimento e velhice da comunidade LGBTI+ e os fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social; e por último contribuir para o fortalecimento de uma perspectiva crítica e emancipatória, sobre os processos de envelhecimento e velhice da comunidade LGBTI+ no Serviço Social, rompendo assim, com visões hegemonicamente cronológicas, biologizantes, velhofóbicas, moralistas ou assistencialistas.

Para isso, optou pela revisão sistemática de literatura que segundo Galvão e Ricarte (2019) justifica-se pela necessidade de mapear, compreender e problematizar o que tem sido produzido sobre a velhice da comunidade LGBTI+ no Serviço Social, identificando assim possíveis, tendências teóricas, lacunas investigativas, metodologias empregadas e possibilidades de intervenção profissional. Essa revisão será realizada com base em publicações, disponíveis na íntegra e sem limitações de data de publicação. Foram utilizados descritores (palavras-chave) nas principais bases de dados que incluem os anais dos principais eventos de Serviço Social (SINESPP, CBAS e ENPESS), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), e por último foi selecionada a Revista Científica SER Social da UNB.

De acordo com Severino (2017) essa escolha metodológica, está alinhada à proposta de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, na medida em que busca aliar as aproximações crítico-compreensivas do material selecionado, à quantificação dos dados que revelem o panorama das produções acadêmico-científicas acerca do tema. Por isso, se trata de uma revisão sistemática da literatura, mas com os resultados elaborados de maneira narrativa. Esse tipo de metodologia para Galvão e Ricarte (2019) é compreendida como um procedimento rigoroso e estruturado que possui a intenção de apreender tanto os avanços, quanto às lacunas teóricas, políticas e sistemáticas, presentes em uma área do conhecimento. Permitindo assim, a construção de um panorama crítico da produção existente, fortalecendo a articulação entre teoria e prática profissional, além de subsidiar propostas que visem à superação do conservadorismo e da heterocisnormatividade, presente na natureza contraditória das políticas públicas e nos serviços socioassistenciais.

Concernente a análise dos dados apreendidos, este trabalhado seguirá o protocolo de inclusão e exclusão, divulgados por Galvão e Ricarte (2019), priorizando assim as produções que discorram em interface entre velhice, sexualidade, identidade de gênero e Serviço Social. Que estejam disponíveis na íntegra e contemplem o fazer acadêmico-científico do Serviço Social, sem preferências teóricas, para que se possa apreender a partir destes, algumas

categorias de análise que serão construídas em ensaios narrativos, com base em referenciais marxistas e da Gerontologia social crítica.

Este estudo, trata-se de uma investida implacável, contra o conformismo de imposto pela ideologia burguesa e seus mecanismos de alienação, que geram aceitações compulsórias, frente as absurdas violações que acometem à comunidade LGBTI+, principalmente em sua possível ou não chegada à velhice. Portanto, a pesquisa aqui divulgada, de acordo com Severino (2017), possui uma natureza exploratória, pois investiga um objeto ainda pouco estudado na área do Serviço Social, trazendo assim um esforço de sistematização, a fim de subsidiar futuras pesquisas, intervenções e formulações teórico-metodológicas, contribuindo para o avanço de um Serviço Social antirracista, antipatriarcal e anti-LGBTfóbico.

O método adotado na síntese deste estudo, foi o materialismo histórico-dialético, no qual, de acordo com Prates (2024) pretende superar uma visão idealizada e cronológica da história, adentrando na gênese dos fenômenos que são representados por relações sociais, relações socioeconômicas e relações de produção. Conforme aponta Netto (2011), o Serviço Social, ao se constituir como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, não pode dispensar as compreensões dos determinantes históricos e as expressões contemporâneas da questão social. A escolha desse método, justifica-se pela necessidade de aproximação com o objeto, compreendendo que as produções acadêmico-científicas do Serviço Social, sobre envelhecimento e velhice da comunidade LGBTI+, precisam ir além de uma perspectiva liberal-identitária, que tende a descolar experiências sociais – como a de envelhecer – das estruturas de produção e reprodução do capital.

Para isso, cabe reafirmar que esse

> método de investigação valoriza a articulação entre quantidade e qualidade, dados que espelham o contingente de sujeitos envolvidos e suas expressões. Parte do concreto expresso no cotidiano, no trabalho, na expressão dos "homens em carne e osso" e só depois agrega opinião dos sujeitos sobre este concreto. Analisa o contexto no qual os fatos se conformam, buscando desocultar os múltiplos fatores que os condicionam (econômicos, sociais, culturais, políticos...). Verifica as relações existentes entre os fatos, superando sentidos isolados. Parte da estrutura – do contexto presente (descrição crítica) – dos elementos que conformam o fenômeno e faz o movimento de retorno ao passado, buscando a gênese e identificando episódios significativos neste contexto histórico (transições) que o marcaram, ressignificando-os no processo (movimento de *detour*) constituindo totalizações provisórias, por sucessivas aproximações. Busca desocultar o modo como os fenômenos se organizaram, desenvolveram e transformaram ao longo de sua história (dinâmica do fenômeno), além de valorizar o processo e o caráter pedagógico da investigação. (Prates, 2024, p. 130).

Neste contexto, optou-se pelo método histórico-dialético nesta investigação, por sua capacidade de articular quantidade e qualidade, refletindo o contingente do objeto envolvido e

suas expressões. Partindo assim, da concreticidade do cotidiano e dos elementos que conformam a sociedade, realizando um movimento de retorno ao passado, por meio de aproximações sucessivas à concreticidade. Somente em seguida é incorporada a opinião dos sujeitos sobre essa realidade concreta. O objetivo é compreender a dinâmica das produções acadêmico-científicas como elas se organizam, se desenvolveram e se transformam ao longo da história.

Procurando problematizar no objeto de estudo, ou seja, "aproximar das produções acadêmico-científicas do serviço social voltadas aos processos de envelhecimento e velhice da comunidade LGBTI+", foi construído ao longo desta dissertação três capítulos. Construídos, a partir das principais categorias dialéticas do método de Marx e Engels, divulgadas por Prates (2024) sendo elas: totalidade, contradição e mediação. Resumidamente, totalidade representa a universalidade dos fatos, que confirmam a historicidade, permitindo assim, o desvendamento das interconexões entre fenômenos sociais, políticos, culturais e econômicos; contradição é concebida como o motor que move a história, fundamentada na luta de classes, onde o burguês se apropria dos meios de produção da classe trabalhadora, por isso a contradição representa o movimento da sociedade capitalista e precisar vir a ser superada; por último, mediação é uma categoria que representa a dimensão interventiva e instrumental da classe trabalhadora, onde as ações ganham concretude e penetram na realidade.

Essas categorias poderão ser visualizadas ao longo da construção dos três capítulos dessa dissertação. O primeiro capítulo, discute a centralidade do trabalho, a partir da visão de Marx e Engels (2007), González (2020), Fernandes (2015) e Behring e Boschetti (2017), entre outras referências. Para esses autores, o trabalho é toda produção humana, realizada em qualquer sociedade, onde a humanidade ao se relacionar com a natureza, cria seus instrumentos, ao passo em que se desenvolve a partir desta relação teleológica. Esse capítulo comprova que a história do ser social, é mesma história do trabalho, suas modificações ocorrem diante das reconfigurações do sistema socioeconômico capitalista. Por isso, foi apresentado como se estabeleceram historicamente as relações sociais de classe, gênero, raça, sexualidade, geração, étnicas, entre outras, diante das determinações e reconfigurações da sociabilidade capitalista.

O segundo capítulo, discorre sobre os processos de envelhecimento e velhice, através das categorias dialéticas, nas quais, também fundamentam os referenciais teóricos da Gerontologia social-crítica. Esse capítulo buscou compreender a velhice, a partir das relações sociais, econômicas e culturais, nas quais determinam condições de classes, gênero, etnia, raça, sexualidade, entre outros indicadores. Os processos de envelhecimento e velhice, não podem ser compreendidos enquanto fenômenos homogêneos, principalmente ao se tratar do percurso

de vida da classe trabalhadora, na qual tem seu tempo extraído pelo cotidiano antropofágico da produção capitalista. Por isso, a chegada da classe trabalhadora à velhice ocorreu, devido à conquista das políticas públicas e sociais, pela via dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil de pessoas aposentadas. Contudo, as políticas públicas e sociais, possuem natureza contraditória, permeada de avanços e retrocessos, como foi divulgado por autoras como: Soares, Liporoni e Farinelli (2017), Campelo e Paiva (2016), Teixeira (2008), Haddad (2017), Benedito (2022) e Torres (2024), nestas, encontram elaborações teórico-instrumentais e críticas, para o enfrentamento de uma sociedade burguesa que segue violando direitos fundamentais de pessoas trabalhadoras que podem ou não chegar a velhice.

O terceiro e último capítulo, consiste em apresentar a materialidade da pesquisa, a partir das especificidades das produções acadêmico-científicas do Serviço Social, voltado aos processos de envelhecimento e velhice da classe trabalhadora LGBTI+. Comprovando que essas produções ainda são tímidas no campo do Serviço Social, e, por vezes, utilizam abordagens e referenciais teóricos que não dialogam diretamente com o método eleito pela categoria profissional, mas que em contrapartida defendem a agenda dos Direitos Humanos e se posicionam contra o fascismo, racismo, conservadorismo e patriarcado.

Levando em consideração que a maioria das produções acadêmico-científicas do Serviço Social, ainda discutem assuntos como: mundo do trabalho, reconfiguração do trabalho, infância e juventude, família, e Serviço Social em determinadas áreas de atuação (como saúde, educação e assistência). Esse estudo tem o compromisso de contribuir com a ampliação dos horizontes teóricos-metodológicos dessa área do conhecimento. Mapeando sistematicamente a produção do conhecimento, identificando assim os caminhos já percorridos, bem como as ausências e possibilidades de uma construção crítica e emancipada da velhice LGBTI+.

Portanto, tem o compromisso de lutar pelos direitos e defesa de uma classe trabalhadora que é diversa em suas expressões de gênero e sexualidade. Pois, de acordo com Góis, Souza e Teixeira (2024) as produções acadêmico-científicas do Serviço Social, precisam estar comprometidas com os enfrentamentos e reconfigurações das expressões da questão social, isso significa problematizar, discursos engendrados pela sociabilização burguesa que naturalizam violações e desigualdades. Reafirmando assim, a importância de uma formação crítica, na qual coloca, enquanto fundamental, as aproximações com a realidade social em sua totalidade e historicidade.

CAPÍTULO1 – A CENTRALIDADE DO TRABALHO E A CONSTANTE TENTATIVA DE INVISIBILIZAÇÃO E NEGAÇÃO DAS DIVERSIDADES QUE COMPÕEM A CLASSE TRABALHADORA

Este capítulo visa compreender a história humana, narrada a partir da perspectiva das pessoas que são consideradas invisíveis. Termo adotado para fazer alusão àquelas pessoas que não são vistas pelo Estado, já que ao longo da história, este sempre escolheu o lado do capital. Para alcançar essa compreensão, propõe-se investigar as determinações econômicas, políticas, culturais e sociais, que estruturam a sociedade do capital. Uma vez que, de acordo com Lowy (2002) o capitalismo tende a ocultar, a depender de seus interesses ideológicos, a existência da expropriação cotidiana da força de trabalho que sustenta o Estado. Para o autor, aprofundar-se na história daquelas pessoas que tiveram sua existência negada, através do processo de ocultação do capital, é uma forma de resgatar a concretude que compõe a realidade, porém, esse processo só pode ocorrer se a história for narrada a contrapelo, e ter enquanto sustentáculo o radical desejo de romper com tradições conservadoras e conformistas.

Uma vez que, para Lowy (2002) a história contada a partir da ótica do capitalismo, leva a ideologia promulgada por ele, sobrepor-se à memória das pessoas invisibilizadas, ao passo em que, na tentativa de manter inquestionada a macroestrutura do capital, consideraram historicamente relevantes, figuras que em suma representam o massacre de seres que desafiaram esta ordem. Por esse motivo, é preciso pensar no futuro e retraçar uma memória histórica, através de compreensões revolucionárias e de práticas basilares, que priorizem a permanência material e subjetiva dessas pessoas, reconhecendo a relevância histórica de suas identidades.

1.1 Discussões críticas e ontológicas das diversidades que compõe a classe trabalhadora

O fazer científico é composto por diretrizes teóricas[2] que retratam a ontologia humana, a partir de uma perspectiva colonial, dado que, a maioria das pesquisas e respostas apresentadas

[2] Ao mencionar essas diretrizes, dentro do fazer científico, refere-se às ciências humanas e sociais, influenciadas por um dogmatismo, oriundo das tradições empiristas e positivistas, também conhecidas na contemporaneidade, enquanto neopositivismo e neokantismo. Onde, de acordo com Netto (2009), negam a condição essencial da história humana, ou seja, o aspecto ontológico em que a centralidade do trabalho ocupa o desenvolvimento do ser social. Uma vez que, essas diretrizes não levam em consideração a historicidade e a criticidade, pois interpretam os fenômenos que constituem a concretude da vida humana, de forma dicotômica, fragmentada e binária, onde toda existência se resume entre bem e mal, consciente e não consciente, estruturado ou não estruturado. Ou seja, recusam-se a enxergar a essência que compõe a realidade, bem como o fato de que um fenômeno não pode ser compreendido a partir de um fragmento que o constitui, e sim em sua totalidade.

para os fenômenos históricos, necessitantes de uma maior compreensão teórico-científica, são repletos de pressupostos dicotômicos, binários e fragmentados. Por estarem submetidas aos fundamentos teórico-metodológicos de cunho ocidental e norte-americano, recheados de fundamentalismo moral e religioso, no qual compreendem toda existência, a partir de uma lógica cindida, apegando-se em microestruturas para oferecer respostas aos seus estudos. Neste sentido, partir de uma premissa fragmentária para refletir sobre temas que fazem alusões à história do Planeta Terra, origem da espécie humana, bem como seu construto social, resulta em desconsiderar outras cosmogonias[3] que fundaram culturas, sociedades, gnosis e sociabilidades. Nas palavras de Marx e Engels (2007, p. 43) "toda concepção histórica existente ou tem deixado completamente desconsiderada essa base real da história, ou a têm considerado apenas como algo acessório, fora de toda e qualquer conexão com o fluxo histórico".

A exemplo desta afirmação, consta em Vieira (2009) que a maioria das elaborações teóricas, tratam o Planeta Terra e seus recursos naturais, enquanto um "presente" dado por um deus, historicamente representado por uma figura masculina, única, transcendental e supremo aos demais seres, ao ponto de dominá-los. Para essa forma de apreensão da realidade, não há outra possibilidade de compreensão ou representação iconográfica de divindades, deidades ou práticas místicas. Diferentemente da compreensão iorubana, onde, de acordo com Marins (2012) o Planeta Terra, tornou-se centro de toda existência e preocupação humana, sua gênese consiste em representações iconográficas que fazem menção ao útero da Òrìsá[4] (Orixá) *Yemọjá* (Iemanjá), e pelo ato de assoprar de *Òrìṣànlá* (Oxalá), um Orixá repleto de características humanas, no qual transita entre os gêneros e possui a capacidade de se autofecundar, quando assume sua forma feminina *Odùduwà*. Para o autor, Oxalá é uma divindade que representa o contexto de envelhecimento, uma vez que a cultura iorubá elava o respeito à sabedoria anciã, pois é a partir dos vínculos criados através das relações sociais e pelo cotidiano laborativo que a população iorubana faz perpetuar seus conhecimentos, cultura e costumes. Em razão do pertencimento e registro deste legado, ocorrer estritamente pela via da oralidade, não em uma exaustiva troca de pergaminhos.

---

[3] O conceito de cosmogonia é muito randômico, cada sociedade possui seu misticismo, cultura e práticas de sociabilidade. Para Núnez (2021) as cosmogonias podem ser definidas enquanto um aglomerado de princípios, qualificados em oferecer signos e significados para a gênese da formação do universo, bem como da existência humana.

[4] Para Marins (2021) Orixás são divindades da África Ocidental, cultuados pela comunidade iorubana, nativa do sul e sudoeste da Nigéria. Os Orixás são representações da natureza, e através de seus *itans* (histórias), narram particulares da natureza que se manifestam na vida dos seres humanos. Como é o caso de Iemanjá que significa: a mãe cujo filhos são peixes, diferentemente do que a maioria das pessoas pensam, em África essa Orixá é representada pelo elemento água, pois, somente este elemento é capaz de gerar vida (faz-se alusão da água que preenche a placenta) e nutrir em abundância o meio ambiente.

Para Gomes (2016) os modelos de sociabilidade, segundo a cosmovisão iorubana, diferenciam-se da cultura ocidental, por não acreditar que a humanidade seja superior a natureza. Para essas pessoas, a natureza é representada por deidades, e como já foi antes mencionado, o conhecimento nessa sociedade é transmitido através da oralidade. Contudo, no Brasil, desde a diáspora africana até os dias atuais, a oralidade assume a forma de cânticos, repletos de elementos fundamentados na relação intrínseca entre humanidade e natureza. Um exemplo desta afirmação, encontra-se nos ritos, onde:

> As folhas são usadas sempre na realização dos banhos e na primeira obrigação realizada na iniciação dos filhos de santo, o *amasi.* As folhas representam o manto de Oxalá, elas somente devem ser utilizadas quando forem de extrema necessidade, nada deve ser retirado da natureza se não for necessário, nem sequer uma folha pode ser retirada da natureza sem propósito, pois toda vida é sagrada (Camargo, 2013, p. 105).

Para Camargo (2013) às deidades iorubanas, comumente chamadas de Orixás, se manifestam em atributos naturais da vida humana – como o ato de beber água, banhar-se, procurar por alimentos, entre outras ações – que revelam de forma harmônica o fato de que a espécie humana, constitui apenas uma parte de um vasto universo. A missão da humanidade para essa cosmovisão é harmonizar a complexidade da espécie, a partir dos ritos que ocorrem sempre em comunhão com a natureza, tornando o cotidiano uma experiência não-singular, pois os Orixás, não estão em outro reino supervisionando, concedendo milagres e à espera da chegada das pessoas mais "evoluídas".

A cosmogonia iorubana, não fragmenta aquilo que considera sagrado, já que este é experimentado a partir de ações cotidianas, sendo assim, expressam-se de forma contrária às crenças cristãs do ocidente, já que para as religiões monoteístas a humanidade é compreendida de maneira isolada dos processos naturais. De acordo com Camargo (2013) a diáspora africana, trouxe para o Brasil um saber – embora, até o presente momento, tenta ser combatido pelo fundamentalismo religioso – que mantém a centralidade das relações sociais, bem como a linguagem e o meio ambiente, enquanto pilares unificadores da existência humana.

A compreensão de pessoa[5] e de mundo, para a cosmogonia dos povos originários do Brasil, segundo Lauand (2019) não podem ser interpretados a partir de um qualificador fragmentado, visto que, o país conta com uma vastidão de cosmovisões. No Brasil, são mais de

[5] A partir de uma oficina de letramento sobre comunidade LGBTI+, vivenciada pela pessoa autora, notou a necessidade política de utilizar o conceito "pessoa" ao longo desta dissertação. Com intuito de referenciar a humanidade e a classe trabalhadora, uma vez que o termo homem, expressa em sua raiz etimológica e semântica, uma categoria hegemonicamente binária-masculina. Posto que, se um texto se prontifica em seu cerne, combater preconceitos e violações, a utilização de novas conceitualizações e representações unitárias que incluam outras expressões de gênero e sexualidades, podem fazer com que as pessoas leitoras se identifiquem e se conectem integralmente com a estrutura textual.

387 etnias e 150 línguas diferentes. Uma característica interessante dessa cosmovisão, ocorre através da não restrição relacional entre humanidade e natureza, visto que a população originária incorpora em seu cotidiano a noção de temporalidade e memória. Principalmente a comunidade Tupi, onde o passado se projeta no presente integralmente, uma vez que essa noção de temporalidade, pela via da conceitualização entre passado e presente, rege as leis naturais da existência. Para os povos originários, foi assim que a humanidade veio a se tornar capaz de deixar historicamente seus registros no Planeta Terra.

De acordo com Jacupé (1998) os povos originários de matriz Tupi, mantiveram-se há mais de 12 mil anos no Brasil, por conta da potência de sua cosmovisão, pois, antes da colonização, o culto ao sagrado e aos elementos da natureza eram a principal forma de sociabilização. A exemplo desta afirmação, compreende-se que:

> É impossível e impensável em tupi aplicar o possessivo para elementos naturais: Não se pode dizer “minha terra”, “meu cachorro”, “minha pedra”, “minha ilha” etc. Por outro lado, é obrigatório o possessivo para parentes e partes do corpo: não se diz “eu como com as mãos”, mas “eu como com as minhas mãos”; não “ele cuida do filho”, mas “ele cuida do seu próprio filho”. Já o que o homem produz pode ser acompanhado do possessivo ou não: se eu trabalhei a pedra (itá) e a transformei em machado (também itá), aí posso dizer xe itá, meu machado (/pedra) (Lauand, 2019, p. 5).

A partir disto, nota-se a centralidade da coletividade na cosmogonia originária, ao passo que a singularidade também possui a mesma relevância, uma vez que os laços afetivos, gerados pelas relações sociais, possuem uma única linguagem. Expressar e dar significado aos sentimentos, constituem os pilares fundantes para o surgimento das práticas de sociabilização, fundadas também em ações cotidianas, como o ato de encontrar alimentos, peregrinar e construir artesanatos. Núñez (2023) em seus textos, sempre compara a história humana com a criação dos artesanatos, pois, ambos só podem existir se forem feitos pela dedicação da humanidade, já os ingredientes que compõem esses artesanatos são as singularidades.

> Os laços de significado que criamos entre nós e os demais seres são o que nos sustentam no mundo, por isso não estão no pão em si, mas sobretudo no mundo no jeito que se come, com quem, quando. A artesania dos afetos não tem outro lugar que não o dia a dia. Na delicadeza tanto mais rara quanto mais preciosa do correr das horas, na ternura e brincadeira dos diálogos, no acalento das palavras solidárias, na escuta. No gesto, no elo, no vínculo (Núñez, 2023, p. 142).

Para Núñez (2023) a chegada da modernidade fez com que a humanidade se envergonhasse de afetar-se com a interdependência que a constitui. Para a escritora indígena, pessoas não são autossuficientes, precisam uma das outras e da mediação dos elementos naturais para sobreviver. Contudo, nada disso sobrevive sem o afeto, no sentido mais profundo da palavra, na qual remete a ação de afetar-se com algo, seja com a demanda do outro ou com

a brisa suave que vem de encontro ao rosto de trabalhadores braçais, atuando em um dia exaustivamente quente.

Löwy (2018) assente com essa visão, exprimindo admiração pela adoração a natureza, principalmente das comunidades indígenas da América do Sul. Para o autor, as sociedades nomeadas enquanto pré-capitalistas, asseguram o metabolismo da relação entre humanidade e natureza, afirmando que as comunidades originárias sul-americanas, viveram espontaneamente em sua comunidade. Nesses territórios, há uma ampla gama de variações de saberes que resultaram em civilizações, epistemes, linguagens, tecnologias[6] e ontologias, nas quais lhes proporcionaram estruturas conceituais complexas e um modo de viver plural com todo ecossistema.

Isto comprova que a natureza não deve ser compreendida enquanto um fenômeno externo à humanidade, muito menos às relações sociais e à cultura, visto que, são pilares fundantes para a construção da historicidade do mundo. Por isso, os exemplos das cosmovisões iorubanas e originárias, foram postos em um primeiro momento, devido a constante tentativa de apagamento que permeiam estas realidades, bem como a tendência em interpretá-las, enquanto uma coisa só, sendo que são dois conceitos diferentes, mas que são habitualmente apresentados no meio científico e militante, como: pauta étnico-racial. Tendo em vista o crescimento das publicações – algumas dessas na área do Serviço Social – que afirmam demonstrar a relevância dessas cosmovisões para a construção histórica do Brasil. Contudo, sob os olhos da crítica, nota-se que as pessoas pesquisadoras e estudiosas, erram quando comprimem toda a existência negra e indígena em uma simples pauta ou condição, visto que, utilizam com frequência este conceito para mencionar as exigências relativas à população negra brasileira, ao passo em que se esquecem de considerar os anseios que integram a comunidade originária. Evidentemente que ambas são complementares e estão na raiz da formação sociocultural brasileira, porém devem ser reconhecidas em suas especificidades.

Um ponto marcante entre ambos os conceitos, expressa-se no fato de que os fenômenos naturais influenciam na condição de manutenção e sobrevivência da espécie humana. Esses exemplos, demonstram que as pessoas são naturalmente seres sociais e não conseguiriam sobreviver de maneira isolada. Chaui (2013) afirma que este é um dado imposto pela própria natureza, uma necessidade basal, como a de respirar e alimentar-se. A partir dessa afirmação,

[6] O conceito de tecnologia ou tecnologias no plural, vem sendo reivindicado por comunidades indígenas-originárias e por comunidades remanescentes de quilombos. Essas fazem parte da sobrevivência e resistência de um povo que constituiu a formação brasileira, a partir de práticas, medicinas, fundamentos, ferramentas e conhecimentos, desenvolvidos e transmitidos pela via da oralidade. Atualmente, pessoas estudiosas – como Geni Núñez – vem incorporando em suas obras, a fim de divulgar a nível macro, a verdadeira história do Brasil.

nota-se que a humanidade, desde o seu nascimento até sua velhice, depende de cuidados contínuos de seus pares. Portanto, não se difere de outros animais, somente por serem racionais, mas por serem animais sociais, uma vez que são capazes de produzir sua própria existência material e intelectual, a partir das relações sociais.

O metabolismo relacional entre humanidade e natureza, está fundado nas metamorfoses dos modelos sociais. Engels (2017) explicita essa afirmação ao mencionar que os antepassados da espécie humana, viviam parcialmente em árvores, isso demonstra como a espécie permaneceu viva, diante do convívio com as grandes feras. Por isso, deve-se admitir que a humanidade descende do reino animal e possui estados de transição, a partir do progresso e aprimoramento da linguagem e da descoberta do fogo que proporcionou mudanças significativas na forma com que as pessoas se relacionavam umas com as outras, com a alimentação, como se protegiam das condições climáticas e como manejavam os minérios para a construção de utensílios, com a finalidade de coletar e conservar alimentos. Todas essas ações, exigiam a utilização das faculdades físicas e mentais, pois "a fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos" (Marx, 2015, p. 255).

Esses esforços fizeram com que a espécie peregrinasse em busca de melhores condições de subsistência para sua reprodução. Nas palavras de Lessa (2011) foi assim que a espécie humana se materializou, já que sem esses fenômenos não haveria história a ser narrada. A partir disto, torna-se possível assentir que a maior peculiaridade da espécie, não se restringe a herança biológica ou composição genética, mas sim ao segmento radical[7] do ser social. Não obstante,

> O objeto de que o trabalhador se apodera imediatamente – desconsiderando-se os meios de subsistência encontrados prontos na natureza, como as frutas, por exemplo, em cuja coleta seus órgãos corporais servem como únicos meios de trabalho – é não o objeto do trabalho, mas o meio de trabalho. É assim que o próprio elemento natural se converte em órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua forma natural, apesar daquilo que diz a Bíblia (Marx, 2015, p. 257).

A relação entre humanidade e natureza, para Duarte Junior (2004), produz aquilo que se conhece enquanto realidade. Atribuem a isto, o valor de terreno firme, onde a humanidade

[7] Para Marx e Engels (2007) o conceito de radicalidade, pode ser atribuído ao movimento que toda pessoa estudiosa deveria fazer, quando se busca por respostas que vão além da aparência de seu objeto. Segundo o autor, a partir do momento em que se busca pela raiz de um fenômeno social, torna-se possível compreender a humanidade. Para isso, deve-se partir da historicidade, da realidade objetiva e da revisitação permanente dos fatos sociais, enquanto principal ferramenta de apreensão do saber, rompendo assim, com a esfera ideológica que visa oferecer respostas teológicas, influenciadas por matrizes religiosas. Portanto, ser radical é compreender os fenômenos pela sua raiz, mas essa compreensão só pode ser encontrada na própria humanidade e em seus feitos.

pisa e tece seu cotidiano. Esta explanação, demonstra que a humanidade é uma espécie necessitante, sua existência e permanência vem ocorrendo, devido a interdependência e o compartilhamento entre os demais, não se restringe somente aos seus pares, mas sim na convivência paralela aos demais seres viventes que preenchem o planeta terra.

Na visão de Lessa (2012) a natureza é algo inerente ao ser social, exterior e anterior a gênese da sociedade, dado que a materialidade desta se impõe à sociedade integralmente. As leis e o contrato social, são produtos da práxis humana, portanto mutáveis e suprimíveis, já as leis naturais independem da ação humana, ainda que a humanidade possa sobre elas agir, portanto, possuem caráter imperativo, por não depender de condições sociais para se realizarem. Todos os membros dessa realidade, só podem existir se tiverem à sua disposição uma estrutura natural viva, como o seu corpo e suas funções biológicas. O surgimento das relações sociais e das características históricas de uma sociedade, deu-se através das transformações da natureza, sendo considerada pelo autor, enquanto, uma característica relacional e plástica, visto que só pode ser moldada mediante ao contato.

Almeida (2018) assente com essa visão, mas atribui um ponto diferencial entre humanidade e os demais seres. Afirmando que a diferença ocorre nas necessidades basais da espécie, constituídos através das práticas de produzir e consumir, traço que separa ontologicamente[8] o ser social do ser biológico. Posto que, a partir desse marco, a humanidade passa a produzir novas categorias para a sua sobrevivência, por exemplo: para sobreviver ao clima criaram-se roupas e alimentos quentes, através da peregrinação surgiu a geografia, e assim consecutivamente. Esses exemplos, demonstram o traço ontológico que separa o ser social do ser biológico, onde só pode acontecer, através de um processo teleológico fundante para a reprodução e manutenção da espécie. Nas palavras de Marx (2015, p. 256):

> Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais.

[8] Diferentemente da compreensão greco-medieval de ontologia, que possui caráter idealista e especulativo, por interpretar a humanidade separada da materialidade histórica de sua realidade. A ontologia marxiana compreende a humanidade pela via histórica da sociedade, por estar intrinsecamente conectada ao fato de que a realidade possui nuances, sejam elas econômicas, culturais, políticas, entre outras. Ao ser mencionado o conceito de ontologia, no decorrer do texto, a pessoa leitora deve ter em mente que este conceito concerne a todo movimento material, que só pode ser compreendido em sua totalidade, a fim de separar ordinárias especulações representativas da realidade, já que somente a estrutura material e histórico-social podem responder como os fenômenos foram constituídos (Santos, 2012, p. 9).

O processo, compreendido enquanto: processo teleológico, dimensão teleológica ou teleologia, são capacidades humanas, exprimidas pelo intermédio da cognição e imaginação de projetar antecipadamente resultados que poderão ser alcançados, através do ato laborativo. Ao passo em que modifica os meios naturais e os meios de produção, dando forma à matéria natural, pois, é através dela que a humanidade realiza seus próprios fins e põe sentido aos próprios fins (Iamamoto, 2012, p. 40). Já, para Vieira (2018) a dimensão teleológica, consiste também no fato de que a humanidade, possui faculdades mentais e motoras que a torna caracteristicamente discrepante das atividades realizadas por outros seres viventes, uma vez que o processo teleológico só pode ocorrer, concomitantemente ao processo de trabalho. A exemplo desta afirmação, consta que:

> Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera (Marx, 2015, p. 256).

Dentro da concepção materialista histórico-dialética, o trabalho possui centralidade no desenvolvimento da espécie humana, de acordo com Engels (2006) foi a partir do ato laborativo, que a humanidade teve seu salto ontológico em comparação às outras espécies. Segundo o autor, os ancestrais da espécie humana, habitualmente escalavam árvores, fazendo com que suas mãos formassem funções distintas dos pés, o manejo constante das mãos, gerou a adoção de uma postura corporal ereta, passo decisivo para evolução da espécie. Mas foi a partir da constante necessidade de se desenvolver e sobreviver que a humanidade aprimorou seu organismo, tal como o cérebro e a laringe, com a finalidade de obter melhores percepções, acerca do meio ambiente, bem como pronunciar sons articulados uns com os outros, a fim de preservar sua existência.

Ao conceituar o desenvolvimento e a consciência da humanidade, deve-se ter nitidamente que estas não residem

> na *consciência*, mas no *Ser*; não no pensar, mas na vida; ela reside no desenvolvimento empírico e na manifestação vital do indivíduo, que por sua vez, depende das condições do mundo. Quando as circunstâncias sob as quais vive esse indivíduo só lhe permitem o desenvolvimento [uni]lateral de uma quali[dad]e e às custas de todas as demais, [se] elas lhe proporcionam material e tempo para desenvolver só uma qualidade, então esse indivíduo logra apenas um desenvolvimento unilateral [...] E o modo como se desenvolve essa qualidade preferencialmente favorecida depende, por sua vez, de um lado, do material de formação que lhe é oferecido [...] Justamente pelo fato de que, por exemplo, o pensar é o pensar deste individuo bem determinado, permanece ele como o seu pensar determinado por sua individualidade e pelas condições em que vive. Trata-se sempre, desde o início, de um momento que desaparece e se reproduz de acordo com a *necessidade* no todo de vida do indivíduo (Marx; Engels, 2007, p. 257)

Compreende-se que a dimensão teleológica perpassou a humanidade em todas suas eras, interferindo na relação entre seus pares e o meio ambiente, transformando suas necessidades, ao passo que cria faculdades e apropria-se de um arcabouço intelectivo, ora revelado, enquanto acúmulo de conhecimentos que foram transmitidos através das gerações. Sendo assim, a dimensão teleológica proporciona à humanidade a possibilidade de escolher outras respostas e alternativas para determinadas condições impostas por sua temporalidade histórica, da mesma forma que atua tanto na sociabilidade, quanto na individuação do ser (Cisne; Santos, 2018, p. 36).

Essas discussões abrem brechas para afirmar que a existência humana sempre foi composta por quatro esferas ontológicas, sendo elas: trabalho, teleologia, natureza e relações sociais. Para Souza Junior, Fonseca e Minasi (2022) o trabalho é a esfera ou categoria que funda as demais, pois, é a partir dele que surgem as relações sociais, oriundas da interdependência entre humanidade e natureza, bem como a capacidade de produzir e criar instrumentais, devido a dimensão teleológica. É através dessa tétrade relacional que as pessoas passam a satisfazer suas necessidades, independentemente de suas atribuições ou qualidades.

De acordo com Lessa (2012) às afirmações que relatam que a comunidade primitiva deu um salto ontológico para a constituição da humanidade está correta, porém um detalhe escapa da compreensão de algumas teorias. Refere-se ao papel em que a centralidade do trabalho ocupa na interação social e com a natureza, posto que, o desenvolvimento humano não deve ser compreendido enquanto um processo meramente biológico, trata-se da evolução da espécie, através das relações sociais constituídas e estabelecidas pelo cotidiano laboral. O autor assente que este fenômeno, ocorre a partir da manipulação[9] dos elementos naturais, ainda sob estado de matéria prima, e a dinâmica de manejo desta, gera aquilo que se conhece por processo de trabalho, onde ocorre o intercâmbio entre o orgânico e o metabólico.

> Não há, para Marx, sociabilidade sem trabalho, e este é o "intercambio orgânico com a natureza". Pela própria determinação ontológica do objeto do trabalho (natureza), ele é necessariamente uma atividade manual e seu produto e seus meios são também natureza ou natureza transformada (Lessa, 2012, p. 146).

Antunes (2015) assente que o traço ontológico tornou-se mais fulgente, a partir do momento em que as características que compõem a humanidade deixaram de ser interpretadas

[9] Manipulação na compreensão marxiana, trata-se de uma intervenção na realidade material, juntamente dos meios naturais e das relações sociais, ou seja, refere-se ao ato de manipular qualquer objeto sob a mediação do processo de trabalho, sendo essa circunstância a gênese da transformação da matéria prima em produto. Transformar exige manipulação, basta ser um organismo vivo, coletivo e com capacidades teleológicas, portanto um ser social (Netto, 2017, p. 98).

somente pela via darwinista, na qual compreende a espécie humana, a partir de sua adaptabilidade frente aos fenômenos do meio ambiente. Neste sentido, as ciências sociais, a partir da influência de pensadores como Marx e Engels, passam a incorporar categorias como consciência teleológica e sociabilidade, ou seja, o que antes era concebido, enquanto forma pré-humana, agora é compreendido enquanto ser social. O autor defende que consciência e sociabilidade surgem simultaneamente, através do processo laborativo e por intermédio deste, pois o metabolismo do trabalho depende das relações sociais e da dimensão teleológica para produzir a realidade. Isso ocorre através da categoria de mediação[10], onde a humanidade passa a ter consciência, dando signo e significado para suas ações cotidianas, através da interdependência e companheirismo, seja para ir em busca por alimentos, se relacionar afetivamente e sexualmente, entre outras práticas conjuntas que possam se materializar. Portanto:

> A relação do homem com a natureza, em Marx, está muito longe de ser uma oposição ou um compartilhamento indiferente de cadeias causais (de ordem biológica), ou mesmo proveito físico para o homem. O indivíduo social não apenas é natureza objetiva orgânica e inorgânica – sendo, a natureza exterior a ele, sua própria natureza inorgânica, resultado de sua ação –, como só existe e se desenvolve objetivando-se por meio de sua exteriorização (Vieira, 2018, p. 44).

Para Vieira (2018) toda produção é resultado de mediações que possuem em sua radicalidade um caráter social. Já, sociabilidade e individualidade são características inseparáveis da *práxis*[11], na qual tem o poder de renovar-se no decorrer da história. Sendo assim, a partir das relações sociais, em sincronia com a transformação da natureza, faz com que a humanidade também desenvolva capacidades e potencialidades específicas, ao passo em que produz materialmente aquilo que se conhece por realidade. Ou seja, subjetividade e sociabilidade são categorias concomitantes e desenvolvem-se materialmente por meio da atividade laborativa.

---

[10] Mediação é um traço tipicamente humano, uma vez que os demais seres que compõem a natureza, por terem uma outra dimensão que não é teleológica, não compreendem, nem transformam de maneira consciente uma matéria prima em produto. Para Antunes (2015) todas as necessidades ao serem satisfeitas, a partir do manejo laboral, ocorrem pela via da mediação, considerada como uma ação que a humanidade realiza para produzir o que é imediato para sua sobrevivência. Nessa relação complexa entre mediação e imediaticidade, o ser humano alcança novos elemento, através do trabalho, ao passo que altera a natureza e autotransforma sua própria natureza, ou seja, a natureza humana é metamorfoseada, a partir da mediação do processo laborativo, dada a existência da sua capacidade teleológica e de realização prática.

[11] O conceito de práxis para Melo (2015) consiste em interpretar a história, a partir da peculiaridade do movimento crítico. A práxis, está atrelada ao processo de trabalho, pois, não se pode afirmar que a humanidade exista em sua máxima potência, enquanto ser genérico, tão somente como classe trabalhadora. Resumidamente, este conceito, reflete a prática humana de realizar cotidianamente seu trabalho e suas tarefas, por estarem submetidas à sociedade do capital, bem como seu modo de produção e de acumulação.

Com intuito de elucidar ainda mais o debate, Iamamoto (2012) transcorre acerca da centralidade do trabalho, afirmando que esse processo antecede qualquer modelo socioeconômico, podendo ser visto, desde as eras nas quais o principal propósito da humanidade ainda se restringia a manutenção e reprodução da espécie. Por isso, é considerado por ela, enquanto um ato histórico que visa renovar as necessidades humanas. Porém, esse fenômeno só foi possível devido a produção de instrumentos de cunho intelectual e material, tornando legítima a capacidade da autocriação humana, onde teleologicamente ao transformar a realidade, transformou também sua própria existência e história. Após essas afirmações, cabe conceituar que trabalho é um

> momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. E, como tal, mostra-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais. Reconhecer o papel fundante do trabalho na gênese e no fazer-se do ser social nos remete diretamente à dimensão decisiva dada pela esfera da vida cotidiana, como ponto de partida para genericidade (Antunes, 2015, p. 166).

Para Iamamoto (2012) o processo de trabalho em sua concreticidade, trata-se de uma atividade consciente e prática, na qual se orienta para uma finalidade, apoiada na assimilação de materiais naturais para satisfazer as necessidades basais da espécie. O ato de extrair da natureza recursos para a própria sobrevivência é a condição objetiva da vida humana, independentemente de quais sejam as formas de sociedade. Portanto, o desenvolvimento do trabalho, corresponde paralelamente ao nascimento da consciência humana, já as necessidades subjetivas, como as cosmogonias e linhas teóricas, comumente nomeadas enquanto "necessidades espirituais elevadas", são elaboradas precisamente durante a *práxis* do cotidiano laboral. Ou seja, a transformação dos recursos naturais em produtos, mediante a capacidade teleológica, criou novas necessidades, faculdades e expressões, tais como: a linguagem, curiosidades, estéticas, sentimentos profundos, sexualidades, afetos, entre outras. Essas expressões e a necessidade de incorporá-las no cotidiano das relações sociais, regem até o presente momento a trajetória histórica da humanidade. "Isso significa que o indivíduo não possui uma essência definida aprioristicamente, porque não existe a possibilidade dos indivíduos terem uma essência humana exilada das relações sociais" (Cisne; Santos, 2018, p. 31).

Já a compreensão de sociedade, não pode ser representada somente por um aglomerado de pessoas, mas como uma expressão das relações sociais e de sua materialização. A humanidade, para além da condição de ser uma espécie essencialmente social, deve ser compreendida também pela sua capacidade política, por atuar de maneira ativa, quando

necessita fornecer respostas práticas para seus carecimentos. Enquanto figuras políticas e sociais, a humanidade amplia seu repertório material pela via da atividade laboral, na qual viabiliza a manutenção de sua existência. Mas, deve-se ter em mente que não se restringe a esta, já que possui habilidades físicas para construir uma simples luminária, ao mesmo tempo em que, também conta com a aptidão de gerar reflexões profundamente éticas. Contudo, ambas as habilidades manifestam-se objetivamente no cotidiano (Iamamoto, 2012, p. 40).

Por essa razão, Chauí (2013) assente que a sociedade é formada a partir da produção material, apoiada pelo processo teleológico, no qual promove capacidades e potencialidades humanas de atribuir signo e significado para sua própria existência. Evidentemente que, essas significativas, estão totalmente vinculadas ao processo de trabalho, por conta da consistência objetiva da produção e reprodução da vida humana. Todavia, seria impreciso negar também outras categorias centrais, como: gênero, raça, etnia, relações sociais, diversidade sexual, família, convivência com os meios naturais, entre outras, ainda mencionadas ou reconhecidas, mas que não perdem a relevância e potencialidade de compreensão. Essas categorias possuem variedades compreensivas, por estarem atreladas a um fazer científico, permeado de crenças de seu respectivo período histórico, bem como seus valores e modelos econômicos, sociais e culturais.

Logo, cabe alegar que esta dissertação, adota desde a sua introdução o método materialista histórico-dialético, no qual possui enquanto precursores, os pensadores: Karl Marx e Friedrich Engels. Posto que a estrutura textual que se apresenta, tem a pretensão de compreender as nuances que se materializam pelas vias econômicas, sociais, culturais, entre outros indicadores que compõem o movimento histórico da humanidade. Para isso, será utilizado as categorias principais de compreensão do método, enquanto pilares orientativos e fundantes, sendo elas: totalidade, contradição e mediação. Integradas às categorias secundárias, representadas por: alienação, práxis e emancipação. Por ter enquanto premissa básica, o intuito de trazer à luz de um debate crítico, uma temática que por eras foi pormenorizada por influências conservadoras, reacionárias e pós-modernas, nas quais, negam a concretude e a centralidade do trabalho no desenvolvimento e manutenção da espécie humana. Para Sader (2007), escolher este método, consiste em buscar compreender qualquer temática, com base na apreensão da realidade, uma vez que, este método promove conceitualizações abrangentes às formas estruturais da produção e reprodução da vida, ao passo em que gera, a partir do adensamento crítico, um diagnóstico social que contém as nuances e particularidades de cada período histórico.

Por isso, compreender fenômenos históricos a partir deste método, é traçar uma história narrada à contrapelo, a partir de uma perspectiva não-individualizante ou fragmentada, mas sim coletiva, em razão de assentir que a realidade concreta, corresponde à estruturação das relações sociais. De acordo com Marx (2024) o método não foi feito para ser aplicado, e sim vivenciado e compreendido por pessoas estudiosas, não foi criado para ser é uma mera ferramenta metodológica de memorização de conceitos, em virtude de ter em seu íntimo, o propósito radical de apreender as leis fundantes que regem a superestrutura da sociedade capitalista. Por isto, é qualificado, enquanto um método materialista histórico-dialético, por reconhecer que a realidade possui seu próprio movimento e toma forma, a partir da centralidade do trabalho e da *práxis* do cotidiano laborativo, mediados pela dimensão teleológica de pessoas trabalhadoras. A concentração desses elementos, constituem radicalmente a ontologia do ser social.

Contudo, de acordo com a publicação de Manoel (2019), não há como negar que atualmente, tornou-se comum associar os pensadores Marx e Engels, aos atributos nocivos de natureza eurocêntrica, colonialista, misógina e homofóbica. Para o autor e militante, pessoas acadêmicas e partidárias, vem descredibilizando Marx e Engels e toda sua construção teórico-política, pelos mesmos possuírem origem europeia e terem escrito suas obras durante o ápice dos valores vitorianos, alegando que nestas obras, aparecem muitas terminologias preconceituosas, nas quais geram estranhamento e recusa à algumas expressões linguísticas que demonstram estereótipos da época, resultando em dúvidas, nas quais põe em cheque o potencial das obras, ao que concerne às reflexões de temáticas emergentes e necessárias.

Este estudo não possui o intento de relevar ou pormenorizar alegações, conceitos e expressões linguísticas, categorizadas na contemporaneidade, enquanto preconceituosas, já que possui em seu âmago, o devir de demonstrar a complexidade estruturante em que Marx e Engels estavam inseridos, de tal forma que alguns conceitos são frutos de uma determinação conjuntural da época. E como a consistência do método materialista histórico-dialético, produzido pelos autores, continua sendo utilizado para compreender temas essenciais e emergentes no cenário científico.

Para maior adensamento no debate, cabe recorrer a obra *Sexualidade e socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT* de Sherry Wolf (2021) que inicia seus escritos, narrando a polêmica troca de cartas pessoais entre Marx e Engels, em que os autores faziam menções preconceituosas e caricatas, acerca dos aspectos comportamentais (qualificados na época enquanto afeminados) e da orientação sexual de Karl Heinrich Ulrichs, um homem assumidamente homossexual e militante de causas, como: revolução sexual, igualdade de gênero e luta pelo direito de manifestações públicas de afeto entre pessoas não-heterossexuais.

Para a autora, Ulrichs é considerado o precursor do movimento LGBTI+[12] (outrora denominado somente enquanto movimento gay), mas que na época autonomeou-se enquanto um "uranista"[13]. Termo este, utilizado em uma carta de Marx para Engels, com intuito de desprezar e ridicularizar os estudos de Ulrichs, acerca da diversidade sexual, afirmando que sua proposta não tinha consistência, tampouco potencial revolucionário, recriando frases proclamadas pela classe trabalhadoras para motejar os pensamentos do intelectual militante.

Na carta Marx para Engels, o autor afirma em tom de ironia que as expressões sexuais não heterossexuais, além de serem uma ameaça para a reprodução da espécie, era uma tentativa misógina dos homens que possuíam notoriedade teórica e social, e usavam destes privilégios para persuadir a classe operária. Para Wolf (2021) a carta foi escrita durante a era vitoriana, no ápice da Revolução Industrial, período em que, quaisquer expressões da sexualidade humana que não proporcionassem descendentes, eram criminalizadas pela regência da lei, na qualidade de: "gostos anormais", "desviados" ou "pederásticos". Essa repressão não era restrita à população sexualmente dissidente[14], mas para todas as pessoas (principalmente mulheres) que não se casassem ou não seguissem os caminhos doutrinários das religiões que tinha o "cristo" como referência. Essa afirmativa não está sendo exposta para atenuar o que foi escrito na carta, já que este ato demonstraria insensibilidade às pautas e lutas procedentes da comunidade LGBTI+. Fornecer respostas de prontidão e de natureza atenuante, tal como afirmar que os pensadores eram meros prisioneiros de sua época, é recusar-se ver que a contradição que permeia a temática e aceitar criticamente que não houve nada de esclarecido ou politicamente emancipatórios nesses comentários.

---

[12] Será utilizado ao longo do texto a sigla LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Pessoas Intersexuais e o sinal de "+" que representa a característica não determinista, aberta e em constante transformação das pessoas que compõem essa comunidade). Para Quinalha (2022) há um debate histórico, sobre qual ser a sigla mais apropriada, para representar a comunidade e seus movimentos políticos e sociais, mas deve-se ter em mente que nunca houve uma instância oficial para validação das siglas, já que essa comunidade é constituída por pessoas plurais. Por isso, a sigla deve ser utilizada conforme os objetivos específicos do que se quer comunicar.

[13] Essa terminologia, de acordo com Wolf (2021) faz menção à Afrodite Urania, uma divindade que nasce dos testículos do deus Urano. Por ter sido gerada somente por Urano, nasceu sem vagina, considerada na época, enquanto uma representação iconográfica pejorativa de um corpo que possuía outra expressão de gênero que não a cisgênera.

[14] Também será mencionado, durante o decorrer deste texto dissertativo, o conceito: sexo e gênero dissidentes. Conceito esse, atrelado ao movimento LGBTI+, por fazer menções às pessoas que não seguem a normativa dominante, patriarcal e compulsoriamente heterossexual, bem como não se identificam com o gênero que lhes foram designados, antes mesmo de seu nascimento. Para Faria, Souza e Bevilacqua (2024) pessoas que se sustentam contra essa normativa, são consideradas dissidentes, pois expressam em seu cotidiano de trabalho, através da mediação do movimento afetivo, político, social e relacional de seus corpos, suas diferenças perante a hegemonia cisheteronormativa. Na qual é sustentada pela ideologia capitalista, enquanto modelo humano e familiar a ser seguido, já que se beneficia destes valores. Portanto, ser uma pessoa sexo-gênero dissidente é demarcar seu espaço e definir novos horizontes, através da luta pela dignidade, equidade e igualdade de direitos e principalmente pela preservação dos locais de fala.

Embora Marx e Engels fossem influenciados pelos costumes vitorianos, Wolf (2021) afirma que, ambos não tinham o cruel desejo de que suas cartas fossem vir a ser publicizadas. Enxergar esse marco de maneira isolada e anacrônica, pode fazer com que novas pessoas leitoras e estudiosas, sintam-se constrangidas pelas alegações infelizes, resultando na negação de toda arquitetura de um projeto revolucionário, crítico e emancipatório, proposto pelos pensadores através do método materialista histórico-dialético. A contradição que aqui se apresenta, possui um caráter dicotômico, visto que, os autores fizeram comentários errôneos, acerca da diversidade sexual, mas não se pode afirmar que na contemporaneidade, os mesmos não fossem lutar a favor da revolução e emancipação sexual da classe trabalhadora. Dado que, há mudanças significativas no percurso cronológico e bibliográfico das obras desses pensadores, principalmente ao que compete Engels (2017) em: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, onde em diversas passagens, o autor consente que no tocante a questão em que diz respeito à sexualidade e afetividade da classe trabalhadora, a mesma deveria mandar para o inferno, os pilares religiosos que sustentam a ideologia burguesa, em razão do ser social só existir em sua máxima potencialidade, se sua *práxis* se constituísse em consonância com seus afetos.

Um ponto relevante que deve ser mencionado é o desprezo dos autores, acerca do fundamentalismo religioso fixado na época. A partir de Zizek (2015) pode-se notar que o fundamentalismo religioso — também reconhecido como fundamentalismo cristão — surge no final do período moderno (século XIX) e promulga-se no ocidente tecnocrático e liberal. Esta tendência é formada por um coletivo de teólogos conservadores, seguidores assíduos das religiões monoteístas e abraâmicas. Seus princípios são multifacetados, mas sua centralidade está integralmente vinculada ao capitalismo, convertendo-se em uma caracterização totalitária da fé, na qual, através de uma constante disseminação ideológica, submete outras crenças e segregam grupos não-monoteístas. Outro ponto interessante que deve ser mencionado é a coligação entre capitalismo e patriarcado, visto que reproduz até o presente momento a depreciação das mulheres, já que as mesmas nunca puderam ocupar posições de prestígio religioso.

Zizek (2015) também reitera que o fundamentalismo religioso invadiu o campo das ciências, posicionando-se contra diversas correntes teóricas que tentavam obter respostas concretas para os problemas da humanidade, utilizando enquanto escudo seus dogmas religiosos. Contudo, Marx e Engels, constantemente refutavam esta tendência, já que através do método presente em suas obras, os autores conseguiram comprovar que tais credulidades, são fomentadas pelo grande capital e se retroalimentaram para legitimar o cotidiano servil da

indústria. Uma frase escrita por Marx, ainda em sua juventude, consegue elucidar essa reflexão, para ele “a miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo.” (Marx, 2015, p. 145)

Portanto, a partir de Wolf (2021) o que as pessoas leitoras e estudiosas da obra de Marx e Engels, devem refletir, é que esses comentários foram feitos por seres humanos que viveram neste planeta em um determinado período histórico e qualquer tentativa de comparações ou aproximações equivalente ao que já se tem construído na contemporaneidade, resultaria em um redundante anacronismo. Neste sentido, os autores não podem ser qualificados como entidades infalíveis, já que possuíam contradições e defendiam valores pertinentes à moralidade de sua época. Todavia, a defesa de uma via revolucionária, proposta por Marx e Engels chocou e ameaçou os valores impostos pela religiosidade que compunha a sociedade vitoriana e pelos defensores do capitalismo industrial. Em que pese, até os dias atuais, suas produções incomodam a divisão dos conservadores, liberais, reacionários e detentores do poder, por isso, apesar dos autores terem uma postura desfavorável à pauta da diversidade e da libertação sexual, em contrapartida, foi mediante aos seus estudos e lutas revolucionárias que as categorias ontológicas e a compreensão radical das opressões, foram incorporadas às ciências sociais.

Wolf (2021) assente que, esses pilares fundantes para a compreensão da concreticidade da realidade, geraram o método materialista histórico-dialético, no qual influenciou várias gerações de pessoas pesquisadoras, estudiosas, críticas, militantes e revolucionárias, que lutaram pela visibilidade da diversidade sexual e de gênero que compõe a classe trabalhadora. Uma delas, foi Edward Carpenter, um homem inglês, assumidamente homossexual, filósofo, poeta e ativista da causa LGBTI+ e do que mais à frente na história, seria nomeado como: movimento de contracultura ou movimento *hippie*. Carpenter, de 1870 até 1928, foi filiado ao Partido Trabalhista Independente, em conjunto com o socialista, dramaturgo e romancista George Bernard Shaw, suas principais lutas foram: a troca dos denominados sapatos de serviço, por sandálias confortáveis, pelos direitos dos animais e da natureza, das práticas alimentares vegetarianas e pela defesa da nudez pública. Recusando radicalmente todas as opressões impostas pelo capitalismo industrial, Carpenter teve suas pautas reconhecidas e legitimadas pela socialista Eleonor Marx, filha de Karl Marx, e em conjunto com outras pessoas militantes, criou a Sociedade Britânica para o Estudo da Psicologia Sexual, onde, mesmo diante de um período histórico de muito puritanismo, teve a competência de compreender a gênese da diversidade sexual e de gênero.

Concernente às acusações de racismo, seria muito contraditório fazer essa alegação, obviamente que, alguns conceitos podem apresentar na contemporaneidade certa dubiedade interpretativa, mas é nítido nas obras de Marx e Engels, de acordo com Manoel (2019) a defesa de uma via revolucionária multilinear e não determinista, já que em diversas passagens os autores respaldaram a emancipação de pessoas não-brancas[15] e preocupavam-se com questões que ultrapassassem a condição da classe trabalhadora submetida aos concretos fabris, defendendo que qualquer ser humano que não fosse dono dos meios de produção ou de latifúndios, seria de alguma forma explorado. Marx e Engels, também não tomavam o processo econômico europeu, como uma métrica universal da história, visto que os autores dedicaram tempo e estudo para compreender a objetividade macroestrutural da Rússia, China, Índia, Pérsia, Argélia, entre outros países e continentes. A exemplo desta afirmação, Wolf (2021) assente que os autores se posicionaram contra o Sul escravista e há uma manifestação de Karl Marx (2015) em sua obra principal: *O Capital*, onde o autor declara que a classe trabalhadora branca, não alcançaria a real emancipação, se a ação não fosse concomitantemente igualitária e coletiva às pessoas trabalhadoras não-brancas, ora marcadas a ferro. Em sua obra, o autor também rejeita estereótipos raciais, denunciando abertamente as opressões e explorações, oriundas do processo de trabalho e da acumulação capitalista.

No tocante ao gênero[16] e a condição das mulheres, Siqueira (2019) assente que Marx e Engels foram defensores da libertação e dos direitos das mulheres, principalmente daquelas submetidas à opressão da sociedade de classes, da monogamia e do matrimônio. Mesmo que os autores escrevessem em uma era, onde a sociedade capitalista era nascente e a estrutura da família patriarcal era dominante, ambos leram os etnólogos de sua época, para compreender as opressões voltadas às mulheres, militando de forma mordaz na Internacional de Genebra, contra as opressões de alguns proudhonistas que defendiam a volta da mulher ao lar, já que para eles, as mulheres que ocupavam a linha de frente da produção fabril, eram consideradas uma barbárie para o movimento operário.

Neste sentido, as reflexões deste primeiro tópico, serviram para situar a pessoa leitora em um debate crítico, contando com aportes teóricos de cunho decolonial, para apresentar as particularidades e as exigências emergentes do movimento teórico latino-americano, ao passo

[15] Pessoas não-brancas, para Núñez (2023), são pessoas que passaram por processos de racialização, no qual é diverso em suas expressões, podendo ou não fazer parte das comunidades originárias, quilombolas, entre outras. Mas que possuem um ponto em comum, já que sofrem tentativas constantes de negação de suas cosmogonias, identidades e conhecimentos, a partir da imposição da branquitude hegemônica.

[16] A partir de articulações com pessoas transexuais, travestis e não-bináries, este estudo, a partir de um letramento político sobre a comunidade LGBTI+, escolhe a categoria gênero para representar as identidades, os mulherismos, a mulheridade, a não binariedade e pessoas transmasculinas.

que apresenta outras compreensões deste universo, que vem sendo discutidas no cenário político e acadêmico. A partir dessa afirmação, deve-se ter claro que é uma premissa desta dissertação, compreender cada conceito qualificado sob a luz da atualidade, enquanto preconceituoso e discriminatório, visto que, o fenômeno léxico e linguístico possui um movimento próprio, e são faculdades criadas e operadas, a partir do componente teleológico, crucial para o desenvolvimento da espécie humana. Assim sendo, todo conceito possui uma raiz etimológica, sendo este subordinado aos atavismos sociais de cada período histórico, no qual foram registrados.

Contudo, a pessoa leitora deve ter em mente que o conceito de marxismo, não se restringe a Karl Marx e suas produções. Certamente, a leitura do autor na íntegra, pode levar a pessoa estudiosa a conhecer e compreender os fundamentos e a vastidão de concepções que deram origem ao materialismo histórico-dialético, reconhecido entre pessoas marxistas, enquanto um método de análise da realidade da sociedade capitalista. No qual, continua plantando as sementes da crítica, no âmago de cada ser, principalmente em pessoas que tornaram-se referências revolucionárias da contemporaneidade e que através de seus estudos atenciosos das obras de Marx e Engels, puderam formar suas próprias opiniões.

1.2 Interlocuções entre os processos de sociabilização e racialização: a origem da família patriarcal, imposta pela sociedade de classes

Segundo Kosík (1978) para compreender os processos de sociabilização, a pessoa pesquisadora precisa ir além da pseudoconcreticidade, presente nas narrativas do cientificismo hegemônico e passar a dedicar-se em apreender as categorias presentes na totalidade social, onde o pano de fundo é o projeto societário, instaurado pela burguesia. O conceito de totalidade, compreende que a humanidade constitui integralmente um processo histórico, perpassado por particularidades como: economia, gênero, raça, culturas, etnias, sexualidades, entre outras não menos importantes. Ou seja, os processos de sociabilização não se separam do percurso histórico, tendo em vista que para sobreviver e satisfazer suas necessidades, a humanidade precisou entrar em contato com uma diversidade (subjetiva e natural) para obter respostas e criar materiais, a partir do trabalho, mediado pelas relações sociais.

Yazbeck e Iamamoto (2019) assentem que há no cientificismo hegemônico, uma intenção proposital de deixar de lado outras matrizes teóricas que visem compreender as estruturas concentradas na preservação do poder burguês, negando as particularidades presentes nas periferias do capitalismo latino-americano. Por isso, esse estudo ao mencionar o conceito

de história, priorizará o diálogo entre marxismo e decolonialidade, por acreditar que ambos são complementares, no tocante a compreensão da realidade latino-americana. Não descartando a história de outros países, mas é indubitável negar que já existem muitas produções acadêmico-científicas que demonstram os fenômenos culturais ocidentais e norte-americanos.

Levando em consideração o que foi debatido no capítulo anterior, o racismo estabeleceu uma hierarquia cultural, onde estabeleceu uma superioridade branca-ocidentalizada, ao passo em que se tenta a qualquer custo inferiorizar epistemes originárias e africanas. González (2020) assente que a superioridade científica branca e suas produções acadêmicas, apoiaram-se no fundamentalismo religioso eurocristão, influenciando alguns países da América Latina, utilizando da ideologia de branqueamento para auxiliar a constante tentativa de subalternação de pessoas pretas e indígenas. Ou seja, muitas produções acadêmicas-científicas brasileiras, ainda acreditam que as epistemes branca-ocidentais são fidedignas e universais.

Neste sentido, escolher uma compreensão histórico-crítica, decolonial e latino-americano é uma forma de dar à devida magnitude que a classe trabalhadora, possui na construção da história sul-americana, principalmente os coletivos que foram segregados e invisibilizados que por muito tempo permaneceram em guetos, tendo suas exigências relacionadas à raça, gênero, etnia, sexualidade e memória, demonizadas pela morbidez austero fundamentalismo religioso.

Portanto, esse estudo parte da premissa, que:

> os indivíduos, no processo de individuação, se constroem de forma diversa mediante a existência de um conjunto heterogêneo de atos que o impulsiona no processo reprodutivo mediante o decurso histórico-social. Isso leva ao desenvolvimento da sociabilidade e da individuação, tendo lugar decisivo a formação da personalidade e o papel da consciência na vida cotidiana. A diversidade humana brota, portanto, de um movimento histórico permanente desencadeado, na raiz, no ato do trabalho e que assume características mais sofisticadas no campo mais amplo das diferentes modalidades de práxis social. Os indivíduos sociais se tornam cada vez mais complexos e diversos, desdobrando, por um sistema de mediações, o processo de objetivação/exteriorização (Cisne e Santo, 2018, p. 40).

Para Heller (2016) o ser social já nasce inserido em uma cotidianidade, para desenvolver-se depende de um contexto social, para elaborar habilidades imprescindíveis para sua sobrevivência na vida cotidiana, interage com outros seres sociais, através da mediação do contexto social, linguagem e do comportamento, auxiliando assim na formação da consciência do ser diante do mundo. Vieira (2018), no entanto, afirma que a sociabilidade é uma determinação fundante da humanidade, pois, é por meio dela que as pessoas passam a agir de forma específica, materializando e manifestando seus objetivos, estimuladas por suas potencialidades, desejos e reflexões.

Para iniciar esse debate, é necessário recorrer a González (2020) para que se possa fugir de uma razão ocidentalizadas, dado que muitas produções acadêmico-científicas e literárias estão repletas de um neocolonialismo cultural, no qual beneficia os interesses do projeto societário burguês. Que segue indiferenciado e ignorante em relação às pessoas pretas e indígenas, na tentativa de ocultar e silenciar, através de seu eugenismo político-científico.

Neste sentido, deve-se recorrer ao percurso histórico, para entender como a história latino-americana sofreu uma tentativa de invisibilização pelo discurso científico colonialista. Dado que a população preta e originária para González (2020) sempre foi vista pelo ocidente, enquanto selvagens, promíscuos e imaturos. Por esse motivo, essa dissertação visa constranger a universalidade do homem branco, heterossexual, cristão, presente no fazer científico. E adota enquanto categoria de análise social o conceito de amefricanidade[17] proposto pelo feminismo negro de Lélia González, visando compreender a história à contrapelo, afastando as influências sofridas pelo bombardeamento das enunciações narrativas dos países hegemônicos.

Pois, segundo González (2020) não somente as narrativas contracoloniais foram apagadas pela hegemonia da ciência branca, bem como as experiências cotidianas de grupos amefricanos, desde a era pré-capitalista até a contemporaneidade, nos quais continuam constantemente a enfrentar o racismo, o classismo, o preconceito de gênero e sexualidade. Pessoas generificadas, fetichizadas e racializadas, continuam sendo a linha de frente de violências e compreendidos como: não humano e não mulher. Ao passo em que o capitalismo associado ao fundamentalismo cristão-religioso, propõe a branquitude e a heterossexualidade enquanto normas universais, a fim de assegurar a manutenção e perpetuação do modelo familiar monogâmico, nuclear, branco, cristão e conservador.

Isto posto, seria sensível compreender um pouco da história das protoformas econômicas e sociais do Brasil, uma vez que, para Schwarcz e Starling (2015) toda história humana parece ser retratada de forma cindida, por exemplo: “Velho e Novo Mundo”[18] para

[17] A categoria amefricanidade, elaborada por Lélia Gonzalez (2020), propõe colorir urgências e lacunas, ora detectadas nas epistemes ocidentais-hegemônicas, dado que, poucas foram as pesquisas que investigaram a fundo comunidades que foram subalternizadas pelo capitalismo. Pois, o capital em conjunto com a hegemonia da branquitude, tentam desde o período da colonização, apagar os saberes e tecnologias, desenvolvidos por mulheres pretas e indígenas. Neste sentido, falar sobre amefricanidade é lutar por uma episteme que constranja o eugenismo científico branco, burguês e colonizador, garantindo a vitalidade da narrativa de pessoas subalternizadas e invisíveis aos olhos da ciência e do capital. Amefricanidade, repensa a prática do fazer científico e cria novas categorias de análise social, promovendo contranarrativas decoloniais, fazendo com que a academia passe a ouvir narrativas periféricas, generificadas, guetizadas, subvertendo assim a lógica do discurso científico-colonizador que oprime através de sua ortodoxia científica.

[18] Para Schwarcz e Starling (2015) o conceito “Velho Mundo” sempre foi reconhecido pelos europeus como uma estrutura muito bem consolidada, repleta de poder, antiquada em seus costumes e maneirismos. Enquanto a população originária da América do Sul, em conjunto com sua vasta natureza, foi-lhes atribuído o adjetivo de “Novo Mundo”, a fim de retratar um imaginário europeu, ora preenchido de preconceitos, visões distorcidas e

retratar o período da invasão que para algumas pessoas estudiosas, reflete corresponde ao processo de "civilização". As autoras afirmam que apoiar-se nesta ótica, nega toda a cosmogonia das comunidades pré-capitalistas, da comunidade negra e originária, ao passo que tentaram de todas as formas, ocultar os saberes oriundos das práticas comunitárias.

Para iniciar este tópico, a pessoa leitora deve ter em mente, alguns pontos introdutórios acerca da historicidade do Brasil. De acordo com Schwarcz e Starling (2015), partindo da premissa de que ele nunca foi "descoberto" e sim invadido. Uma nação, onde o poder sempre esteve nas mãos dos proprietários de grandes latifúndios, que faziam uso escancarado do autoritarismo, patronagem e exploração de trabalho escravizado, gerando uma herança racista naturalizada que possui tristes resquícios na contemporaneidade. Por isso, compreender o passado ajuda na identificação dos períodos e fenômenos históricos da nossa formação como sociedade.

As autoras Schwarcz e Starling (2015) afirmam que a história da América Latina, foi por muito tempo influenciada pela ortodoxia ocidental, sua gênese narrativa inicia-se a partir da "descoberta do Novo Mundo", repletas de características preconceituosas e irreais que causavam estranheza para a população europeia. Um mundo selvagem, repleto de um ecossistema nocivo, composto por uma população irracional, não-civilizada e canibalesca. O termo canibal para as autoras, têm origem na linguística dos colonizadores espanhóis que através de suas invasões, vincularam o conceito: *caribal* (que fazia menção a região caribenha) com o personagem hebraico-cristão "*Cam*" filho de Noé, amaldiçoado a servir pessoas escravizadas. Ou seja, o ocidente compreendia que a população originária da América Latina possuía a "maldição dos filhos de *Cam*", onde a população originária nasceu para ser subalternizada, usando da religiosidade para obter esta violenta legalidade.

Para Mattos (2019) o processo de escravização no Brasil, surgiu a partir da colonização mercantil, durante o século XVI, através de saqueadores europeus que exploravam o território e os próprios povos originários, tendo enquanto pano de fundo a indisponibilidade de pessoas trabalhadoras "livres" e em condições de assalariadas, para a produção mercantil europeia. Este processo não ficou concentrado no Brasil, dado que a autocracia portuguesa legitimou a captura e tráfico de pessoas que viviam no continente africano. Para Marx (2015) este fenômeno

influenciadas pelas religiões cristãs-abraâmicas. Ao passo que os colonizadores afirmavam em seus documentos de expedição que a população originária sul-americana, era infantilizada, não evoluída, canibalesca, bélica e hipersexualizada. Utilizando destes atributos para obter a legalidade da exploração dessa força de trabalho, bem como os recursos naturais ao mando de sua fé e do capital mercantil.

conhecido como: processo de acumulação primitiva[19], demonstrando a soberania do grande capital, dado que "mais de 12,5 milhões de seres humanos foram arrancados de suas terras originárias e traficados como mercadoria para as Américas, quase 6 milhões deles por navios de bandeira portuguesa" (Mattos, 2019, p. 64).

Para Gonzalez (2020) o tráfico de pessoas negras no Brasil, iniciou-se em 1550, mas para a autora, neste período já existiam amefricanos trabalhando nas plantações de cana de açúcar. Ou seja, no final do século XVI, pessoas escravizadas constituíram a maioria da população do Brasil colônia.

Nas palavras de Marx:

> A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, [...] a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras, caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco (Marx, 2015, p. 812).

Para Costa (2010) a economia do Brasil era baseada na exportação de matéria prima e no trabalho escravizado. A heteronomia[20] econômica, o pequeno desenvolvimento do mercado interno, a industrialização tardia, contrastavam com as demais regiões, o que fazia o Brasil ser mais afetado pelas crises do capitalismo mundial, concentrando o poder e a renda na mão de poucos. Enquanto que "os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital" (Marx, 2015, p. 823).

Por isso, não há como separar o percurso histórico das exigências étnicas e raciais, visto que, para Lara e Maranhão (2019) a ideologia capitalista fez com que pessoas pretas e indígenas fossem submetidas a ditadura escravista, já que a América Latina, durante a Revolução Industrial europeia, atuava como uma fornecedora de capital vivo. Por este motivo Adam Smith considerava a "descoberta da América Latina" um dos maiores acontecimentos da humanidade,

---

[19] Para Marx (2015) os processos de escravização e acumulação primitiva, estão interconectados, pois, para o autor, a escravatura foi uma das formas de acumulação primitiva do capital. O autor considerava esse processo, enquanto uma categoria econômica oriunda da burguesia que visava excluir pessoas não-brancas do trabalho livre e assalariado.

[20] Por heteronomia econômica, utiliza-se da compreensão de Behring e Boschetti (2017), onde as autoras fazem menção à dependência econômica do Brasil, frente aos países de colonizadores e de economias hegemônicas. Esse termo também expõe a condição de capitalismo periférico e capitalismo central, no qual reflete a exploração de uma classe autoritária para com a outra que é constantemente explorada. Ou seja, a heteronomia econômica representa um mercado interno, voltado a sustentar outros mercados. Um marcador estruturante para compreensão do capitalismo tardio brasileiro, no qual historicamente é fundamentado nas relações sociais patriarcais e elitistas de subjugação, racialização e violações, a partir da imposição dos valores e controles da economia burguesa europeia.

pois, o ocidente utilizava da justificativa de que não tinham minérios e especiarias para promoverem uma exploração inesgotável de recursos naturais e comercialização de vida humana.

O escravismo é uma peça básica de manutenção do sistema capitalista. Para Lara e Maranhão (2019), o Brasil conta com uma triste herança, oriunda do trabalho escravizado, posto que a Revolução Burguesa brasileira, não rompeu com as estruturas da ditadura escravista, a ideologia aristocrática, oriunda da classe dominante perpetua neste país, tanto na senhoria rural, quanto no empresariado industrial, produzindo e reproduzindo os valores que compõem a sociedade burguesa brasileira. “A elite branca brasileira já tinha em sua própria sociedade os elementos necessários para forjar sua ideologia racial. Tinha aprendido desde o período colonial a ver os negros como inferiores (Costa, 2010, p. 375).

> Assim, a história da colonização e a do escravismo patriarcal no Brasil determinaram uma dinâmica particular para a formação das classes sociais no país. Aqui, não podemos falar em escravismo sem patriarcado e patriarcado sem escravismo, na singularidade de um país que sofreu uma colonização estruturada por um regime escravista patriarcal (Cisne e Santos, 2018, p. 101).

Por este motivo, deve-se ter nítido que as comunidades amefricanas, vivenciam desde o período da invasão, uma tentativa de aniquilação. A pesquisa historiográfica de Reis (1996) comprova que as comunidades amefricanas sempre foram demonizadas e associadas à promiscuidade, sofrendo inúmeras tentativas — pela via religiosa — de conversão de seus valores familiares-comunitários. Mas, essa ideologia de conversão era influenciada pelas elites agrárias que tinham interesse em aumentar a reprodução social e o tráfico de pessoas.

Reis (1996) afirma que algumas comunidades originárias da África, possuíam práticas não-monogâmicas e poliamorosas. Essas práticas de afetos, eram vistas nas formações dos quilombos[21], muitos destes, acolhiam a população originária e constituíam comunidades mistas, a base de sua produção era a horticultura, porém, pouco se tem de registro destes símbolos materializados de resistência, restringindo-se ao estudo da memória pela via da oralidade, presente nas cosmogonias amefricanas.

A demonização das práticas afetivo sexuais possui origem no processo de colonização, principalmente pela via do fundamentalismo religioso, uma vez que:

---

[21] Atualmente reconhecidos como: *Comunidades Remanescentes de Quilombos*, símbolo de resistência dos povos amefricanos, presentes em várias partes do Brasil. Essas comunidades, representam a diversidade do continente africano, pois, agregavam um vasto conjunto de culturas, valores e pessoas que representavam resistência, frente a ditadura escravagista da monarquia brasileira.

> quando os missionários chegaram aqui, ficaram obcecados por erradicar as não monogamias indígenas, porque compreendiam que sem a adesão à monogamia não seria possível realizar o batismo, e sem o batismo todo o sucesso da obra missionária ficaria comprometido (Núñez, 2023, p.27).

Isso é retratado no papel missionário de líderes religiosos portugueses que promulgavam a catequização, enquanto fundamental para tornar-se humano. A fim de cristianizar e converter os povos originários da América do Sul, os jesuítas aprenderam a língua nativa desta população, para redigir materiais religiosos, visando a conversão. A recusa da educação religiosa afirmava que a pessoa indígena, encontrava-se sob domínio de Satanás e compactuava com a sodomia, canibalismo, incesto e "travestismo"[22]. Por isso, sua vida e suas terras podiam ser retiradas, pois não tinham mais domínio e consciência de seus comportamentos. (Federici, 2023, p. 395).

Para Núñez (2023) esse fenômeno, resultou em um pesaroso batismo, deturpando aquilo que era mais sagrado para as comunidades amefricanas: seus nomes. Pois, ao abandoná-los abandonariam também seus deuses e seus costumes. Ou seja, deturpou-se a aprendizagem das tecnologias e epistemes, oriundas das comunidades amefricanas e originárias, bem como corrompeu com o modelo comunitário, onde todas as pessoas pertenciam a uma única e extensa família.

> O objetivo de catequizar e evangelizar todos os povos do mundo parte de um lugar de "fazer o bem", de levar o amor e a salvação, e é justamente aí que temos um ponto crucial: por vezes somos ensinados/as/es a associar opressão, o racismo e demais violências a algo relacionado ao ódio, ao mal; mas para contracolonizar, ou seja, para fazer um esforço contrário à colonização, precisamos reconhecer que é justamente em nome do bem, da família e do amor que a maior parte das violências se perpetua (Núñez, 2023, p. 27).

A etimologia da palavra família para Nuñez (2023) vem do latim *famulus*, que significa: "escravos de um único senhor". Segundo a autora, este conceito possui raízes patriarcais e está intransigentemente conectada aos valores de exclusividade monogâmica e centralidade da figura masculina. Onde, mulheres e filhos dependem de aprovações para exercerem suas atividades, a figura do homem, assim como a de um ditador possui a intrínseca função de delegar tarefas.

> Na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. Além do mais, divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria

[22] A autora utiliza este conceito, para explicar historicamente como a cultura colonizadora burguesa e hegemônica, visualiza pessoas transexuais, travestis, não-binárias ou dois-espíritos (uma das expressões da diversidade sexual e de gênero, particulares da sociedade indígena-originária, tendo em vista que muitas dessas comunidades não impõe a dicotomia entre masculino e feminino).

> atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade (Marx e Engels, 2007, p. 37)

Cabe ressaltar que essa alegação possui suas raízes na família monogâmico-patriarcal, onde, segundo Engels (2017) somente os homens exerciam seu status e privilégios sociais. O autor cita como exemplo a obra *Ilíada* de Homero, para ilustrar a sociedade greco-romana, berço da centralidade e supremacia da família monogâmica, uma vez que o casamento era compreendido como uma abnegação necessária, um dever para com os deuses, uma reconciliação entre homem e mulher. O casamento para Engels é um esquema de subjugação de um gênero perante o outro, uma forma de preservar a centralidade do patriarcado e reduzir as mulheres ao trabalho reprodutivo, gerando filhos exclusivamente consanguíneos, a fim de preservar o acúmulo de riquezas.

O casamento para Samara (2004) é concebido como pedra angular para compreender o conceito de família brasileira, dado que, através da influência da portuguesa, papéis de gênero foram estabelecidos para alienar a população e gerar mais riqueza para os países hegemônicos. Por isso, Mieli (2023) é certeiro ao afirmar que a família tem papel fundante nos processos de sociabilização e cristalização do comportamento, pois, ela prepara as pessoas que a compõe para a rotina do mercado de trabalho e em contrapartida, reprime potencialidades e expressões de gênero, afetivas e sexuais. A centralidade da família branca, cristã, cisheteronormativa e monogâmica, visa criar moldes comportamentais, baseados na ideologia burguesa.

Percebe-se então, que o conceito de família, na maioria das vezes, sempre está atrelado a monogamia e propriedade privada. Por isso Wolf (2021) compreende o casamento como uma relação econômica, não emocional, que possui em seu cerne o intuito de transferir bens e centralizar a riqueza pela via da exploração da classe trabalhadora. Por mais que a família inaugure a protoforma das relações sociais, ela também enaltece alguns valores impostos pelo capitalismo.

Engels (2017) concorda que a família pode ser considerada, enquanto a primeira relação social, dado que o desenvolvimento do ser social, ocorre através do agrupamento e convívio com seus semelhantes. A característica mais basal da família é a interdependência entre as pessoas que a compõem, por isso, o termo família nunca pode ser compreendido através da perspectiva egoística da propriedade privada, uma vez que todo trabalho é um trabalho coletivo e o que define o que é ou não humano, é a capacidade teleológica de desenvolver e reproduzir objetos próprios para a sobrevivência e desenvolvimento da espécie, e ao fazer isso a humanidade passa a construir aquilo que se entende por realidade. Sendo assim, “essa família, que no início constitui a única relação social, torna-se mais tarde, quando as necessidades

aumentadas criam novas relações sociais e o crescimento da população gera novas necessidades" Marx e Engels (2007, p. 33).

Para Engels (2017) o conceito de família, assim como o capital, também se reconfigura. Ao descrever os atributos da família moderna, o autor relata que ela é sustentada pela servidão doméstica, o homem burguês, representa o arrimo de família e possui o direito de exercer dominâncias e violações, sob o corpo e vida de mulheres. Mas, se o seu descendente for homem, ele será incentivado a preservar e expandir o capital. Os papéis sociais concebidos enquanto femininos e masculinos, surgem e se modificam com a instituição familiar, influenciada pela ideologia burguesa e reproduzem no seio familiar a dinâmica da luta de classes, onde o homem representa a burguesia e as mulheres a classe operária

Por isso, cabe afirmar que:

> mãe e pai não são apenas descrições biológicas, mas designações de um certo modo de estar no mundo e de construir laços. Nessa "família normal", a figura do pai é sinônimo de autoridade, hierarquia, poder e controle. É comum que pessoas dissidentes do gênero e da sexualidade escutem que lhes faltou um "pai de verdade "que as colocasse nos eixos, que as mães "estragam" as crianças quando não as tratam com violência, quando não lhes impõem a pregação heterossexista (Núñez, 2023, p. 102)

Este estudo, não irá se restringir ao modelos familiares categorizados na contemporaneidade, como:

> Família Matrimonial: é aquela constituída pelo casamento; Família Informal: constituída pela união estável; Família Monoparental: é o tipo de família constituída por qualquer um dos pais com seu filho (ex.: mãe solteira e seu filho); Família Anaparental: Sem pais, formadas apenas pelos irmãos; Família Reconstituída: é a família que se constitui através de pais separados, com filhos, que começam a viver com outro também com filhos; Família Unipessoal: Apenas uma pessoa, como uma viúva, por exemplo; Família Paralela: O indivíduo mantém duas relações ao mesmo tempo, por exemplo, casado que também possui uma união estável; Família Eudemonista: é a família composta unicamente pelo afeto e solidariedade de um indivíduo com o outro, buscando principalmente a felicidade; Família homoafetiva: consiste em uma entidade familiar na qual pode ser formada na relação de afeto entre pessoas do mesmo sexo, sendo que estas devem possuir os mesmos direitos que os heterossexuais possuem, reconhecidos pela Lei (Santos, *et al.*, 2019, p. 5).

Nota-se que essas nomenclaturas não passam de conjecturas que servem para segregar e fragmentar o conceito de família e comunidade. Esse sistema de normas familiares, fundamentados por uma conceitualização jurídica funcionalista, compreende a família e os processos de sociabilização, pela via da propriedade privada, comprovando como ela é influenciada e se altera de acordo com os anseios do modo de produção capitalista, visto que ela é fundamental para garantir seu avanço, dominação e perpetuação.

A criação de conjunturas familiares fragmentadas, estabelecidas a partir da propriedade privada, seguem os moldes da família nuclear europeia. Costa (2010) comunica que o

casamento e a família monogâmica são ferramentas utilizadas pelo patriarcalismo colonizador, a fim de reproduzir as riquezas das elites imperiais, através dos grandes monopólios, do poder político e da exploração da força de trabalho. Com o fenômeno da escravatura, a família burguesa passou a ser considerada uma instituição sobrecarregada de princípios eugenistas e políticas de branqueamento, a fim de difundir o regime de miscigenação.

Mas essa era só mais uma tentativa de desprezar o percurso histórico e os estágios anteriores da humanidade. Engels (2017) declara que as algumas sociedades pré-históricas eram essencialmente coletivas, os subsídios utilizados integralmente para a sobrevivência da espécie, eram produzidos e consumidos em igualdade no interior das comunidades. Ou seja, as sociedades comunais, apropriaram-se inteiramente dos produtos gerados no processo primitivo de produção, dissociado dos grilhões de apropriação, instaurados pelo processo de civilização hegemônica.

Em vista disso, Davis (2016) expõe que algumas comunidades do continente africano, exerciam práticas de equidade de gênero. O trabalho era realizado em igualdade e usufruído por toda a comunidade, sem a exploração do homem branco. Para a autora, nas sociedades pré-capitalistas em alguns países da África, a divisão de tarefas possuía um viés interdependente e complementar, não hierarquizado, já que a comunidade era responsável por extrair matéria prima, para transformá-la em artifícios de manutenção e permanência da população. “Nessas comunidades, ao que tudo indica, homens e mulheres organizaram a produção de maneira eficiente e desenvolveram estruturas originais de parentesco e de poder” (Reis, 1996, p. 16).

O estudo de Prado (2013) comprova que a agricultura surge do trabalho de mulheres, a partir das comunidades matriarcais. Observar a germinação das sementes, selecionar os vegetais, grãos, cereais, para prepará-los e conservá-los, as mulheres criaram a cerâmica. Para a autora, as comunidades matriarcais foram responsáveis pela criação de várias tecnologias, mas não centralizava essa sabedoria, transmitindo-o através da didática e da oralidade para as mulheres mais jovens. Para Federici (2023) há uma grande lista de atribuições femininas antes da invasão da América Latina, as mulheres exerciam funções voltadas à agricultura, medicina natural, partos, coleta de insumos, pastoreio, entre outras.

Prado (2013) reitera que em países ainda em desenvolvimento, as famílias matrifocais funcionam de maneira coletiva entre seus membros, criam uma rede de apoio mútua para repararem a ausência de responsabilidades de familiares homens que abandonam seus filhos, atenuando as violações sociais e infraestruturais causadas pelo sistema capitalista. Sociedades matriarcais e matrifocais, são formas de resistência contra-hegemônica que enfrentam o

desamparo causado pela burguesia e sua compulsão em tentar encaixar as pessoas em moldes familiares, e papeis de gênero.

González (2020) assente que no Brasil, tem-se como exemplo contra-hegemônico a formação dos primeiros quilombos (a partir de 1559), sendo esses formas alternativas de sociedade, fundamentados em uma estrutura social familiar, comunitária e igualitária. Para a autora, os quilombos concentravam-se na região canavieira nordestina, sua característica essencial era exercer a resistência organizada do povo negro, contra a superexploração escravagista, presentes nos denominados "ciclos da economia brasileira", que explorava a força de trabalho e obrigava a população negra imigrar de suas regiões para trabalharem no cultivo em massa de insumos, como: açúcar, café, algodão, fumo, minérios, entre outros. Contudo, a formação dos quilombos resistia e acolhia, não só pessoas pretas, mas todos aqueles que eram oprimidos pela rotina árdua do trabalho escravizado.

Um exemplo clássico é o Quilombo dos Palmares que tinha a liderança de Zumbi e Dandara. O estudo etnográfico de Reis (1996) afirma que em Palmares, existia harmonia racial, dado que o quilombo era constituído por pessoas pretas, indígenas, brancas e mestiças, todas sobreviviam do trabalho voltado para manutenção comunitária, os benefícios deste eram revertidos para todos, sem exceção. Para o autor, Palmares é berço de toda nacionalidade brasileira.

Isso serve para descolonizar a narrativa hegemônica de que a Lei Áurea de 1888 foi responsável pela libertação de pessoas escravizadas, visto que para Schwarcz e Starling (2015) a lei era pouco ambiciosa. A libertação da escravatura só ocorreu devido os quilombos representavam uma ameaça à elite brasileira, as rebeliões constituíram a mais direta e inequívoca forma de resistência coletiva. Pessoas que foram escravizadas, não se submeteram aos valores e maneirismos da elite burguesa.

Mas, engana-se quem pensa que os quilombos só resistiam aos ataques da branquitude e ao avanço do tráfico de pessoas escravizadas. Para Reis (1996) o Brasil conta com várias revoltas quilombolas. Essas se tornaram mais frequentes a partir do final do século XVIII, a partir dos fenômenos de expansão e exportação das áreas dedicadas à agricultura, da intensificação do tráfico escravista e das influências teórico-abolicionistas, esse conjunto de fatores, associado a sabedoria quilombola, faziam com que as pessoas remanescentes de quilombos, escolhessem datas comemorativas da cultura branca-hegemônica, para reivindicar seus direitos e se rebelarem contra o acúmulo de riquezas, algumas destas ocorreram em:

> Minas Gerais, 1719: levante de negros minas e angolas planejado para uma Quinta-feira Santa, quando os brancos estivessem assistindo à missa; Salvador, Bahia, 1807:

> revolta abortada planejada para acontecer a 28 de maio, durante as celebrações de *corpus christi;* Itu, Sorocaba, São Carlos (Campinas), em São Paulo, 1809: escravos rurais fugiram, se aquilombaram e planejaram levante para o Natal desse ano, que terminou não acontecendo; Santo Amaro e São Francisco do Conde, Bahia, 1816: uma revolta que durou alguns dias teve início durante uma festa religiosa em 12 de fevereiro; Rosário do Catete, Sergipe, 1824: liberto alferes do batalhão dos henriques conclama escravos de engenho e pretos forros para levante natalino; Cabula, arredores de Salvador, 1826: revolta do quilombo do Urubu, planejada para acontecer na véspera de Natal, teve de ser antecipada porque o quilombo, de onde partiriam escravos fugidos para a capital, foi atacado; Ubatuba, São Paulo, 1831: outra revolta planejada para explodir no Natal, quando os escravos atacariam a população livre na igreja durante a missa; São Carlos (Campinas), São Paulo, 1832: denunciada em fevereiro uma conspiração envolvendo os escravos de vários engenhos, "cujo levante seria na ocasião de uma festa, e ajuntamento e brancos", segundo o depoimento de um escravo preso; Salvador, Bahia, 1835: o levante dos malês aconteceu na noite de 24 para 25 de janeiro, domingo de festa de Nossa Senhora da Guia, na igreja do Bonfim; Queimado, Espírito Santo, 1849: revolta no dia da festa de São José, quando os escravos pensavam que seriam alforriados pelos senhores; Taubaté e Pindamonhangaba, São Paulo, 1853: conspiração planejada para ocorrer na noite de 16 para 17 de abril, festa de São Benedito; Porto Alegre, 1868: revolta planejada para acontecer na noite de São João. O plano original previa a noite do Espírito Santo; Bananal, São Paulo, 1881: revolta abrangendo várias fazendas planejada para acontecer na noite de São João (Reis, 1996, p. 31).

Esse dado demonstra que houve múltiplas revoltas, desde 1719, envolvendo assim uma diversidade de pessoas, culturas e regionalidades que ao longo da história se rebelaram contra uma supremacia elitista e racista que invadia a dimensão socioeconômica, bem como ditava os valores culturais para o país. Isso comprova que a história do Brasil é composta por

> um passado de dominação e exploração com raízes no escravismo, no colonialismo e no patriarcalismo. Da mesma forma, também somos síntese de um passado de lutas e resistências, que repousam suas raízes na colônia, nas senzalas, nas aldeias indígenas, nos quilombos, no cangaço, nas rebeliões, nas revoltas, nas casas, nas praças, nas ruas... Assim, exploração, opressão e resistência integram profundos processos de realidade de luta de classes (Cisne e Santos, 2018, p. 97).

Não há como negar que as sociedades remanescentes de quilombos, colaboraram com a formação da identidade social brasileira, influenciados pela originalidade de seus processos de sociabilização e resistência cultural. Na contemporaneidade, esse coletivo permanece operante na construção política e cultural do país, mesmo que sofra inúmeras tentativas perversas de apagamento histórico e corrupção de seus signos revolucionários.

Influenciado pelo pensamento crítico de Walter Benjamin (2018), esta dissertação tem como princípio, compreender a história do Brasil, a partir dos processos de sociabilização, oriundos das famílias, comunidades e sociedades amefricanas, levando em consideração a centralidade do gênero, presentes nos coletivos matriarcais e matrifocais, acredita-se que ao compreender a identidade da formação societária brasileira, as pessoas pesquisadoras, terão a

possibilidade de construir narrativas contra-hegemônicas, decoloniais e revolucionárias. Visto que, grande parte do fazer acadêmico-científico do país, ainda é fundamentado pelas matrizes teóricas burguesas, negando, através de seu cinismo supremacista, a essência que compõe a totalidade social.

Logo, uma história narrada a contrapelo, age como um antídoto contra o cinismo e esquecimento compulsório da burguesia. Na qual, através de suas práticas hegemônico-culturais, tentam de modo enfadonho eliminar as existências dissidentes. Por isso, dedicar-se em estudar a formação sócio-histórica brasileira, requer uma sensibilidade para compreender a essência da sociabilidade, diante da macroestrutura capitalista. Assim sendo, o próximo tópico, irá tratar sobre a formação da sociedade de classes no Brasil.

1.3 Uma breve conceitualização do que é capitalismo

Antes de iniciar o debate, acerca da formação da sociedade de classes no Brasil, deve ter conceitualização prévia do que é o capitalismo. Para isso, o estudo recorreu a Karl Marx (2015), autor que mais se dedicou a compreender a natureza do capitalismo. Para ele, é muito difícil dar uma definição genérica do que é capitalismo, já que ele não se reduz apenas a um sistema socioeconômico, dado que sua estruturação invadiu o mundo por completo, por isso ele é tangível.

Alguns pontos são cruciais, quando essa discussão é debatida, por pessoas estudiosas do marxismo. Para Marx (2015) a primeira ação que o capitalismo executou, a partir de sua instauração no ocidente, foi a negação dos princípios de cooperação da vida em comunidade, expostas no tópico anterior. Seguido da exploração da força de trabalho de uma classe social (burguesia[23]) em detrimento de outra (operariado). Por este motivo, compreende-se que o capitalismo só pode existir, a partir dos excedentes de suas produções, também reconhecidas como riquezas ou capital. Concebidas por uma legalidade, onde o valor e o lucro devem sempre se reconfigurar para preservar sua autovalorização e perpetuação, contudo, esse fenômeno só é possível através da árdua extração da mais-valia de pessoas trabalhadoras.

Por isso, o autor afirma que “o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” (Marx, 2015, p. 830). Pois, ele não passa de um aglomerado de

[23] Para Marx e Engels (2007) a burguesia surgiu, após o declínio do feudalismo europeu, ao passo em que cresce o comércio, a indústria e os mecanismos ideológicos. Onde, criaram-se leis que garantem a exploração do trabalho humano, pelo homem burguês, aquele que detém os meios de produção, a fim de acumular cada vez mais capital, ou seja, o lucro que obtém da intensificação da exploração da mais-valia (energia humana gasta na produção de mercadorias).

resultados e mercadorias que possuem sua origem em um trabalho morto[24], de acordo com o autor, o capitalismo deve ser qualificado enquanto antropofágico, já que para se materializar, ele se alimenta integralmente de vidas humanas, através da submissão imposta pelas jornadas extensas de trabalho.

Para Fraser e Jaeggi (2020) o capitalismo pode ser compreendido como um conjunto de relações sociais que possuem, enquanto ponto comum, a centralidade do trabalho. Assim como, a lógica de produção e expropriação exposta por Marx, as autoras, alegam que a centralidade do trabalho e os processos de sociabilização oriundo deste, determinam e estruturam o sistema capitalista, pois ele invade todas as esferas sejam elas: sociais, econômicas, culturais, acadêmicas e religiosas, convertendo-se em condições objetivas da existência humana, ao passo em que imprime aquilo que se conhece enquanto "realidade".

Para Marx (2017) o salário que a pessoa trabalhadora recebe é ditado pelo ciclo da produção industrial, no entanto, este dizima paulatinamente a classe operária, já que a oferta de trabalho se torna mais baixa que a demanda de trabalho. Este fenômeno faz com que surja competitividade entres os trabalhadores, evidenciando que o capitalismo não se preocupa com a produção ou com qualidade de seus produtos, mas somente com a acumulação das riquezas, expropriadas a partir da mais-valia.

Isto significa, para Marx e Engels (2007) que a humanidade ainda não experimentou outra condição, para além da condição operária. À vista disso, a existência humana se perde pela aparência dos fatos, imprimindo uma lógica ilusória e superficial da realidade, já que esta é definida pelos processos de trabalho e por toda atividade teleológica humana. Por este motivo, tudo aquilo que anteriormente era concebido enquanto comum, com a instauração capitalista, encontra-se subdividido pelas classes sociais, na tentativa de negar todas as potencialidades coletivas de construção do real.

A imposição da fragmentação da sociedade, pela divisão de classes sociais, é para Fraser e Jaeggi (2020) outra unidade característica do sistema capitalista, na tentativa de liquidar todas as formações sociais anteriores que possuíam modos específicos de produção, não atingidas pela massiva exploração do trabalho. Para as autoras, o capitalismo pretende de maneira compulsória, separar as pessoas de seus meios de subsistência e produção, ele possui em seu

[24] Trabalho morto, para Marx (2015), trata-se de um trabalho incorporado nos meios de produção capitalista, tais como: máquinas, instrumentos, ferramentas, matérias-primas e a própria estrutura física da indústria. Esses elementos, são considerados pelo autor, enquanto trabalho "morto", sozinho não tem o poder de gerar mais lucro, valor e capital, precisando assim, do trabalho vivo (exploração da mais-valia das pessoas trabalhadoras) para consolidar seu mercado, bem como sua ideologia burguesa.

cerne, a aversão de tudo aquilo que contém valores comunitários e solidários, por isso sua estruturação dogmática divide as pessoas entre proprietários e produtores.

> O capital só surge quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção (Marx, 2015, p. 245).

Segundo Chauí (2008) a divisão social de classes entre proprietários e produtores, é inaugurada pela propriedade privada e pelo trabalho livre[25] facilitadores da introdução das diferenças sociais impostas pela rotina de trabalho. Devido o capitalismo se apropriar da força produtiva, e das condições e instrumentos de trabalho, subordinando a classe trabalhadora a produzir seus excedentes de riqueza. Essa continua sendo a dinâmica que o capitalismo utiliza para manter sua hegemonia, ao deter o comando das forças produtivas e do consumo dos produtos, instituem leis e valores que regem as relações sociais.

> Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (Marx, 2015, p. 787).

Neste sentido, o trabalho livre e a acumulação capitalista, são orientados ao lucro da burguesia e não à satisfação das necessidades humanas. Por isso, Harvey (2015), afirma que o capitalismo, é um modo de produção violento que teve seu enaltecimento na Revolução Industrial europeu, subjugando a humanidade a um novo estilo de relação social, fundamentado na luta de classes, com o objetivo de aumentar seus excedentes econômicos e permanecer influente, para isso, utiliza como ferramentas: os processos de proletarização, mercantilização e monetização. Para Fraser e Jaeggi (2020) o sistema capitalista se consolidou, através do percurso histórico, em razão da origem da propriedade privada, do domínio dos meios de produção e da imposição da sociedade de classes. Essas características, ao se relacionarem com os fenômenos mundanos, manifestam-se em circunstâncias históricas.

---

[25] Marx (2015) utiliza o conceito de "trabalho livre" de forma irônica, em sua obra: *O capital*. Pois, não existe liberdade no capitalismo, o conceito de liberdade é burguês, e consiste em promover seus mecanismo ideológicos que são materializados pelo cotidiano laborativo. Essa foi uma forma de Marx e Engels (2007) questionarem o sistema jurídico europeu da época, pois a pessoa trabalhadora é livre (por não ter) da propriedade privada, dos meios de produção e principalmente livre para vender sua força de trabalho para conseguir sobreviver.

Para Marx (2017) ao reduzir a humanidade à condição de assalariada, o capitalismo cria a partir da exploração de força de trabalho a lei geral de acumulação capitalista. Essa legalidade é ditada pelo ciclo da produção industrial, na qual dizima a classe trabalhadora paulatinamente, principalmente quando diminui suas ofertas de trabalho. Fazendo surgir a competitividade e o individualismo entre pessoas trabalhadoras, esse fenômeno evidencia que o capitalismo tenta se difundir pela ideologia liberal, utilizando-se de narrativas pautadas em: trocas mútuas e resoluções das "demandas sociais", a partir da aprovação social de uma larga escala produtiva e consumista, quando seu real interesse consiste em obter cada vez mais lucratividade.

Após a breve conceitualização do que é o capitalismo e trabalho, basta agora definir quem é o capitalista. Para Jones (2017) o capitalista ou burguês, é aquele que sempre se beneficiou da expropriação desse modo de produção, desmistificando assim, o conceito de troca, amplamente divulgado pela doutrina liberal, enquanto uma economia livre e autorreguladora. Uma vez que a relação salarial, imposta pelo sistema capitalista, sustenta desproporcionalmente a acumulação de riqueza, sujeitando pessoas trabalhadoras a situações humilhantes de gratidão pelo tempo e valor que lhes foram roubados.

> Como capitalista, ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital, mas o capital tem um único impulso vital, o impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são os meios de produção, a maior quantidade possível de mais-trabalho (Marx, 2014, p.37). -

O amadurecimento da sociedade capitalista, gera o que as pessoas estudiosas do marxismo, entendem por: questão social. Para Lara e Maranhão (2019) o conceito surgiu no século XIX, devido às condições de pauperismo, enfrentadas pela classe trabalhadora. Segundo as autoras, a questão social, habita a lei geral de acumulação capitalista e nasce no interior do ciclo produtivo. Pois, ao aumentar sua capacidade produtiva, através da instauração de árduas jornadas de trabalho e de investimentos em maquinários – ambos com a finalidade de valorizar o lucro obtido pelo capitalista acumulador – aumentou-se, em contrapartida, as mazelas sociais.

Por este motivo a Questão Social é uma condição intrínseca do processo de acumulação capitalista, situando-se

> visceralmente no interior das relações social de produção capitalista, em especial na composição do capital, que tem seu núcleo de estrangulamento na proporção entre trabalho vivo e trabalho morto entre capital constante e capital variável, mas pelas próprias contradições dessa relação o novo, no caso o valor e mais-valor surgem da exploração da força de trabalho que ora é repelida do processo de produção, ora é atraía, ficando à mercê das necessidades de reprodução ampliada do capital. (Lara e Maranhão, 2019, p. 44)

Antes de dar início ao novo tópico, a pessoa leitora deve levar em consideração que as mazelas sociais passaram a existir a medida em que o sistema capitalista foi se estabelecendo,

através de seus fundamentos básicos de individualidade e exploração, no qual compõem o exercício das relações sociais e os processos de sociabilização. Por este motivo, Cisne e Santos (2018) assentem que as classes sociais, não podem ser entendidas como meras abstrações, dado que a formação da classe trabalhadora é composta por uma diversidade expressiva. Sendo assim, o subitem a seguir, irá retratar como o sistema capitalista se consolidou no Brasil, levando em consideração a diversidade que compõe a classe trabalhadora e as expressões da questão social.

1.4 A formação da sociedade de classes brasileira e o cinismo burguês, frente às expressões da Questão Social

Quando a burguesia entra em cena, ela expressa sua ideologia de maneira universal, devido ao histórico de subjugação, vivenciado pelas invasões de colonizadores em terras brasileiras. Fernandes (2015) colabora com essa discussão, ao afirmar que o grande erro de pessoas pesquisadores das áreas de ciências humanas e sociais, consiste em considerar a história do Brasil, somente através da narrativa de dominação e da centralidade econômica dos países ocidentais. Afirmando que há uma tradição dominante na produção de conhecimento científico, que tende a conduzir uma "história oficial", repleta de verdades irredutíveis, nas quais deformam a história do país, ao passo em que cinicamente negam as compreensões livremente críticas e outras categoriais analíticas que visem romper com confusão metodológica, imposta pelo etnocentrismo ocidental que perturba a observação objetiva da realidade.

Por conta dessa afirmação, alguns aspectos relevantes devem ser antecipadamente apontados. O primeiro deles, parte da alegação de González (2020) acerca do mito da democracia racial brasileira. Para a autora, trata-se de um mero mito revisionista, uma vez que a população preta e originária permaneceu em posição de subalternidade, sem a possibilidade de ascensão econômica e social nos processos de transição econômica. O segundo aspecto, consiste na constante tentativa de apagamento e negação das existências de produções, expressões e potencialidades dessas pessoas, tendo enquanto pano de fundo, a hegemonia burguesa e suas políticas eugenistas de miscigenação e embranquecimento da população brasileira, amplamente divulgadas pelas produções literárias, acadêmico-científicas, canais de comunicação, entre outros veículos de informação.

Para Costa (2010) a pessoa que se dedica a pesquisa, deve combater mitos ainda vivos na sociedade, sendo um deles o mito da democracia racial, visto que o sistema de clientela e patronagem ainda sobrevive no Brasil de forma reconfigurada para ajustar-se à

contemporaneidade, principalmente em regiões interioranas. Neste sentido, podemos ver que "o passado colonial converte a separação entre "minoria privilegiada" e a "grande massa excluída" numa realidade pungente, que não chegou a existir mesmo nas sociedades de classes mais rígidas da Europa" (Fernandes, 2015, p. 54).

Andrade (2018) reitera que ao se propor em compreender a história do capitalismo brasileiro, é necessário que a pessoa estudiosa lembre-se que essa sociedade foi se reproduzindo, a partir da expansão do mundo ocidental e da herança nefasta que os invasores ocidentais deixaram no desenrolar deste processo. Para a autora, a colonização compactuou com a crise do mundo medieval, pressupondo a inserção de um regime estamental, estabelecido pelo intermédio da expropriação colonial de matérias primas, pela via do trabalho escravizado.

> Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? É dessa perspectiva que o "burguês" e a "Revolução Burguesa" aparece no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil (Fernandes, 2006, p. 37).

Nesse contexto apresentado, é importante elucidar alguns pontos previamente. De acordo com Behring e Boschetti (2017) o crescimento do fenômeno de colonização brasileira, ocorreu entre os séculos XVI e XIX, seu propósito era servir aos processos de acumulação de capital dos países hegemônicos. Contudo, as autoras relatam que o sistema oligárquico-escravista, enfrentou várias crises, e a partir destas, surgiram os processos de transição econômica, por influência da ideologia liberal que convergiu na criação de um Estado regido pelos interesses particulares da burguesia.

No entanto, a partir de Behring e Boschetti (2017) nota-se que a oligarquia e aristocracia brasileira, submeteu os princípios liberais e sua lógica de expansão do capital, a uma adaptação imposta pelo seu sistema colonial-nepotista. Por isso, cabe afirmar que existe uma coexistência entre o regime escravocrata e os privilégios da aristocracia, posto que mesmo sob pressão dos movimentos liberais e abolicionistas, a oligarquia brasileira, utilizou-se da divulgação do discurso de livre-trabalho para aumentar e centralizar seu poder, ao passo em que se recusou a enxergar as exigências das camadas populares, principalmente de pessoas pretas e originárias.

Para Fernandes (2006) o enraizamento da ordem social escravocrata e patriarcalista no país, fez com que ele não atendesse aos requisitos histórico-materiais para o desenvolvimento

pleno do sistema capitalista ocidental. Para o autor, a doutrina liberal ocorreu no país de forma parcial e ineficaz, pois a sociedade brasileira era composta pelos interesses dos estamentos senhoriais. Neste sentido, a ordem social capitalista que visava inserir a lógica da competitividade não criou dinamismos fortes o suficiente para destruir elementos estruturados pelo antigo regime, portanto não construiu estruturas alternativas ou autenticamente nacionais e democráticas, típicas da sociedade liberal europeia.

Essa afirmação, demonstra que o gérmen da economia brasileira, consiste em sua estruturação dependente. Para Behring e Boschetti (2017) o país sempre sustentou outras economias, qualificadas como "desenvolvidas" ou "maiores", não pela sua riqueza ou quantidade populacional, mas sim pelas volumosas invasões e explorações de potencialidades humanas e recursos naturais de países concebidos como: "periféricos" ou "subdesenvolvidos". Compreendendo assim, que os países ocidentais são centrais, somente quando se trata da promulgação massiva de suas ideologias antropofágicas, invasivas e exploratórias.

Para Fernandes (2006) o capitalismo não possui em sua estrutura um único padrão de desenvolvimento, possuindo diversos padrões para alcançar seu desenvolvimento, por isso existem vários tipos de capitalismo que ocorreram de forma simultânea no processo histórico-social. Porém sua estrutura sempre foi dinamizada pela classe dominante, tendo o comportamento egoístico e particularista como fundamento central para dar continuidade a sua dominação imperialista externa e dependente, ao passo em que exclui a população não-possuidora do mercado e do sistema de produção capitalista. Mas uma coisa é certa: a protoforma da economia brasileira, consistia nas manufaturas de grandes lavouras, esse processo foi intensificado em regiões de surto econômico provocado pelo café e pela imigração esta intensificação do desenvolvimento urbano expedição novas formas de atividades econômicas e fundou um Estado nacional.

Observando as conexões apontadas, contata-se que o Estado brasileiro, segundo Fernandes (2015) surge por excelência como um instrumento de dominação burguesa, o que explica sua ineficácia às exigências da classe trabalhadora. Seu atenção seletiva, voltou-se aos valores egoístas e particularistas da burguesia. Comprovando que o Estado brasileiro nunca teve uma real vocação, tampouco foi nacionalista, pois sempre serviu aos interesses econômicos dos países hegemônicos.

Isso comprova que Marx e Engels (2007) não estavam equivocados, quando afirmaram que os burgueses pagam muito bem seu Estado, e faz com que uma nação inteira também o faça. A burguesia assegura seus privilégios, pagando os serviçais do Estado, principalmente aqueles que representam a força coercitiva, ao passo em que descontam tributos dos salários da

classe trabalhadora. Isto demonstra que o Estado não possui uma natureza omissa, mas sim cínica e controladora, pois, historicamente sempre priorizou os interesses da classe dominante, sintetizando a conjuntura da sociedade através da mediação de seus ordenamentos jurídicos, políticos, econômicos e sociais.

Por isso,

> Mesmo depois de ser comprado, o Estado continua necessitado de dinheiro e, por isso, continua a ser dependente dos burgueses, sempre podendo, não obstante, quando exigido pelo interesse dos burgueses, dispor de mais recursos do que outros Estados menos desenvolvidos e, em consequência, menos endividados (Marx e Engels, 2007, p. 349).

Nota-se o exemplo mencionado por Fernandes (2006) onde, nações como Inglaterra, França e Alemanha, associadas com o Estados Unidos, lançaram olhares gananciosos e individualistas, para as reservas de recursos naturais e outras potencialidades brasileiras. As imigrações de pessoas que compunham a classe trabalhadora desses países, tiveram papel fundamental para a criação de laços e acordos tecno-monetários, sob a narrativa de que os países hegemônicos estariam contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Para o autor, essas ações eram mascaradas de uma solidariedade econômica, pois, suscitou do Estado brasileiro a exploração dos recursos técnicos e monetários, ou seja, a economia capitalista brasileira, sempre esteve em uma relação cíclica de caos e reconstrução.

Para Marx (2015) ao submeter pessoas trabalhadoras às "leis naturais da produção" o Estado em consonância com os valores burgueses, fez com que a classe trabalhadora se sentisse dependente em relação ao capital. Ao se tratar do Brasil, a burguesia ocidental emergente, utilizou-se da formação do Estado, para regular suas práticas salariais, à proporção que aumentou a jornada de trabalho e a exploração da mais-valia, manipulando o cotidiano de trabalho, dentro dos limites que a favorecem.

Nas palavras de Iamamoto (2012) a chegada do livre mercado no Brasil, promulgado pela ideologia liberal ocidental, gerou um comportamento social, onde, as pessoas deveriam compulsoriamente perseguir seus interesses privados, pois, a partir desse, surgiria a resposta para as exigências da classe trabalhadora. Para a autora a ideologia burguesa é composta por uma irracionalidade egocêntrica, na qual visa criar a ciclos mantenedores dos dogmatismos socioculturais. Assim sendo, "o discurso liberal é a expressão idealista dos interesses reais [*realen*] da burguesia –, mas pensa, ao contrário, que o propósito último do burguês é tornar-se um liberal consumado, um cidadão do Estado [*Staatsbürger*]" (Marx e Engels, 2007, p. 196).

Vale ressaltar que a burguesia sempre utilizou de mecanismos para estabelecer a identidade de sua sociabilização, pautada nas relações mercantis e individualistas. A linguagem,

utilizada, enquanto um artifício de alcance de dominação, segrega as relações sociais, tornando-as uma mercadoria (Marx e Engels, 2007, p. 226).

> Especialmente na América Latina, onde prevalece a presunção errônea de que a descolonização constitui um episódio do século XIX e das lutas pelas emancipação nacional (quando, na verdade, o capitalismo comercial neocolonial e, em seguida, o capitalismo dependente condicionaram, de várias maneiras, a persistência de estruturas econômicas, sociais e políticas coloniais ou neocoloniais e sua coexistência com estruturas econômicas, sociais e políticas criadas pela eclosão de um mercado capitalista moderno e, em seguida, de um sistema de produção capitalista localizado no "setor novo", predominantemente urbanocomercial e, mais tarde, urbano-industrial) (Fernandes, 2015, p. 33).

Para González (2020) o século XX foi marcado pelos fenômenos desenvolvimentismo e modernização. Chegam ao Brasil as primeiras indústrias internacionais que visavam a expansão do capital europeu, levando a uma crescente urbanização. Com a ampliação industrial e migração para os grandes centros urbanos, houve o aumento de práticas racistas e discriminatórias, devido aos processos de seleção empresarial, favorecendo somente pessoas brancas. O fenômeno industrial qualificou-se enquanto uma ordem social, exigindo um padrão eugenista para seu desenvolvimento.

> Na era industrial, as relações pessoais emergem como simples emanações das relações de produção. Com a centralidade da produção industrial as relações pessoais, tornam estritamente relações sociais de trabalho, sendo mediadas pelo cotidiano produtivo e pela troca, os laços unilaterais de dependência resumem-se na atividade produtiva que coloca as pessoas em uma situação de competitividade, colocando-se sob supervisão uns dos outros, e de seu patrão, a fim de rigorar a produção (Vieira, 2018, p. 54).

De acordo com Fernandes (2015) o aparecimento de uma burguesia cada vez mais agressiva em suas práticas centradas no aglutinamento de aquisições, prestígio e poder, deu origem ao desenvolvimento econômico competitivo-dependente, que colaborou com as construções das grandes metrópoles brasileiras. Para Marx e Engels (2007) as metrópoles, estabelecem ligações umas com as outras, pois, com a inserção de práticas fragmentadas de produção, fez com que cada metrópole criasse sua especificidade industrial.

Para Prado (2013) o desenvolvimento industrial no Brasil, contribuiu com o processo migratório, mas, em contrapartida modificou o funcionamento de comunidades e famílias, através da imposição de um cotidiano pautado no trabalho industrial. A partir disso, "o homem passou a representar a chefia do lar, fazendo com que a propriedade perdesse seu caráter público, tornando a mulher a primeira servente deste espaço privado, afastada da produção social" (Prado, 2013, p. 64).

Fernandes (2015) relata que a supervalorização de uma civilização mecânico-industrial, possuí raízes escravocratas. Ao priorizar as superficialidades das potências industriais

internacionais, houve o aumento de imigrações para os centros urbano-industriais, mas os donos dos meios de produção, nunca atenderam as exigências das pessoas não-brancas que queriam abandonar a estagnação e opressão dos setores agrários-exportadores. Fazendo-as assumir postos de exploração, análogos às práticas escravistas.

Fernandes (2006) assente que antes da Primeira Guerra Mundial, o ocidente já possuía interesse em transferir para os países da América Latina sua ambição empresarial multinacional, típica da Segunda Revolução Industrial. Mas, isto só aconteceu de fato, após a Crise de 1929, quando o capitalismo hegemônico, notou que precisaria incorporar em larga escala, outras economias, principalmente aquelas oriundas dos países que historicamente foram invadidos e colonizados. Ocorrendo assim, a transição entre o capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista, tendo enquanto pano de fundo, a reconfiguração da economia brasileira, a partir da imposição de um cotidiano de trabalho, centrado no funcionamento das corporações multinacionais, gerando assim, novos processos de sociabilização, pautados nas práticas tecnicistas, competitivas e coercitivas, pilares básicos para a formação infraestrutural da lógica imperialista.

Para Fernandes (2015) esse cotidiano deixou um palco livre para que surgisse no Brasil um novo estilo de vida, no qual, efetivou-se através da conservação do capitalismo internacional e expropriação dos excedentes econômicos. Agora, no Brasil, tornou-se possível criar impérios econômicos, estes são dirigidos por burgueses, também conhecidos como “homens de negócios” ou nas palavras do autor: "capitães industriais". Esse pequeno grupo é composto por homens brancos, heterossexuais, cisgêneros e cristãos, que visavam imitar as práticas exploratórias e discriminatórias dos países hegemônicos.

Cabe afirmar que a formação histórico-econômica do Brasil foi composta por três processos de acumulação, sendo eles: o capitalismo comercial, capital industrial-competitivo e capital industrial-monopolista (González, 2020, p. 48). Essas são as formas de reconfiguração dos interesses burgueses, nos quais colaboraram com a formação, centralização e expansão do sistema capitalista no país, influenciando a compulsoriamente a geração de novas formas de organização do poder.

Concernente às legislações trabalhistas, Mattos (2019) discorre que, somente a partir de 1930, o Brasil deu início aos primeiros registros de carteiras de trabalho, mas inicialmente restringiu-se às pessoas que trabalhavam em grandes centros industriais, tais direitos só foram estendidos para a classe trabalhadora rural, nas décadas de 1960 e 1970. Isto posto, a carteira de trabalho tornou-se símbolo dos direitos trabalhistas, sendo alguns deles: limites da jornada de trabalho, descanso semanal, férias remuneradas, pagamento maior para jornadas de trabalho

extraordinárias, e regulamentação para trabalhos considerados de maior periculosidade e insalubridade. Contudo, a formalidade trabalhista, não ocorreu por mera bondade dos patrões, são conquistas que ocorreram lentamente, através de manifestações e revoltas, oriundas da classe trabalhadora.

Não se pode perder de vista que

> Há mais de um século e meio depois da Independência e há mais de três quartos de século da universalização do trabalho livre e da Proclamação da República, a mudança social ainda não se dá para a sociedade brasileira como um todo, mas para uma minoria privilegiada, a qual pode ser estimada, para efeitos de classificação social efetiva "no sistema", no máximo em 40%, mas que não passa, na realidade, de 10%, em termos de concentração de renda ou de poder e de renda média compatível com o "padrão de vida decente" das elites (Fernandes, 2015, p. 57).

Portanto, a partir deste tópico, compreende-se que a compulsória internacionalização do capital, para fins de concentração de poder, mediado pela exploração do trabalho, promoveu inúmeras violações, voltadas à classe trabalhadora. Por isso, a partir de Iamamoto (2021) compreende-se que a lei geral de acumulação capitalista, sustenta a questão social, pois, se os processos de acumulação de capital se reconfigurarem, a questão social também irá se metamorfosear. Uma vez que

> A questão social expressa a subversão do humano próprio da sociedade capitalista contemporânea, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais – do capital dinheiro e de seu fetiche. Conduz à indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não naturalmente produzida) –, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobrantes para as necessidades médias do capital (Iamamoto, 2021. 126).

Isso demonstra que a questão social só poder compreendida a partir de um percurso histórico e dentro de uma totalidade social. Por surgir da exploração capitalista, ela também possui heranças de um período colonial-patriarcal. Neste sentido, as violações sociais, possuem particularidades a serem compreendidas, dado que, para Iamamoto (2021) a classe trabalhadora é composta por uma diversidade de gênero, raça, etnia, sexualidades, entre outras expressões que precisam ser incluídas e não tratadas como menos importantes. Por isso, ao compreender as particularidades discriminatórias presentes na questão social, não se pode negar que elas surgem, através das mediações do trabalho e do percurso histórico, que foram influenciados por um projeto econômico, repleto de convicções racistas, patriarcais, fascistas e colonizadoras, importadas dos países hegemônicos, na tentativa constante de imprimir no Brasil uma realidade opressiva e excludente.

1.5. Neoliberalismo à brasileira e o descompromisso do Estado, frente às diversidades da classe trabalhadora

O tópico anterior demonstrou que o capitalismo possui um caráter multifacetado que constantemente se adapta às exigências da acumulação de capital, à medida em que explora cada vez mais a classe trabalhadora, mantendo assim sua hegemonia. Notou-se também que os países ocidentais, coligados aos Estados Unidos da América (EUA) , ajudaram a expandir os fundamentos antropofágicos da doutrina liberal. Resultando na adoção generalizada da mais recente reconfiguração do liberalismo, popularmente conhecida enquanto neoliberalismo.

É importante destacar alguns marcadores históricos, políticos, econômicos e sociais que compõem a macroestrutura da supremacia neoliberal. Em vista disto, este tópico, ateve-se aos determinantes essenciais para a compreensão da totalidade que compõem as práticas imperialistas brasileiras, levando em consideração que a realidade para Marx (2017) possui seu próprio movimento e não pode ser estudada de maneira isolada.

Sendo assim, a partir de Behring e Boschetti (2017) identificou-se que a protoforma do neoliberalismo, surgiu no período pós-Segunda Guerra Mundial. A princípio, não possuía uma identificação, era qualificada como uma tendência ideológica que visava emitir uma contrarresposta ao Estado de bem-estar social, na tentativa de combater o keynesianismo[26], entre outros modelos econômicos que eram compostos por princípios solidários e intervencionistas, muito recorrentes nos "anos dourados"[27]. Entre os prenunciadores desta doutrina, destacam-se no ocidente: Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises, conselheiros da Escola Austríaca de Pensamento Econômico, já nos Estados Unidos foi representado por Milton Friedman, integrante da Escola de Chicago de economia. Ambas as escolas de pensamento econômico, aspiravam a defesa dogmática da extrema valorização dos costumes do capitalismo *Laissez-faire*[28].

---

[26] O Keynisianismo, para Marques (2016) vai além de uma teoria econômica, é uma um modelo socioeconômico que surgiu diante da Grande Depressão de 1929, onde alguns governos passaram a lidar com as crises econômicas, a partir da intervenção estatal, através de políticas sociais, monetárias e fiscais, investindo em sua população, para tentar recuperar e estimular a economia de seu país.

[27] Para Behring e Boschetti (2017) os "anos dourados" é uma expressão usada, para mencionar um período contraditório e reformista que historicamente foi-lhe atribuído as características de grande otimismo, avanço tecnológico e econômico, principalmente no período do pós-Segunda guerra. Esses vão variar, de acordo com as particularidades econômicas, sociais e culturais de cada país. Os anos dourados no Brasil, ocorreu pela via do desenvolvimentismo e incorporação da ideologia neoliberal, a partir do governo de Juscelino Kubitschek.

[28] Para Marx e Engels (2007) o conceito de laissez-faire (que significa literalmente deixai fazer ou deixe agir), representa a mão invisível do capital, onde pensadores liberais, defendem a regulação da sociedade a partir da extrema liberdade da dinâmica mercadológica, sem nenhuma interferência do Estado e da sociedade. Onde, a ideologia burguesa, ao impor uma lei centralizada em relações mercantis, levariam ao equilíbrio e bem-estar das angústias da classe trabalhadora.

De acordo com Marques (2016), o neoliberalismo, afigurou-se a partir de 1970, mas se fortificou, através do governo reformista e conservador de Margaret Thatcher em 1980 no Reino Unido, servindo de inspiração para as práticas imperialistas e exploratórias, promulgadas pelo presidente estadunidense Ronald Reagan (que governou entre 1981 e 1989). O avanço da ideologia no neoliberal no Brasil, tomou forma, devido à crise de 1969 e 1973, também conhecida por "fase de estagnação econômica". Para o autor, esse modelo imperialista de desenvolvimento, ao adentrar à conjuntura brasileira, deveria ter sido qualificado como: *neoliberalismo à brasileira*. Uma vez que, a maçante tentativa de adaptação dos princípios neoliberais à realidade do país, teve como resultado o aumento das desigualdades sociais, por não executar em equiparidade os elementos que compõem o projeto neodesenvolvimentista europeu.

Concernente a massiva tentativa de adaptação da realidade brasileira aos dogmas neoliberais, Souza Filho e Gurgel (2018) contribuem com o debate, ao afirmarem que este fenômeno teve a violenta intervenção dos recursos midiáticos. Posto que, a mídia brasileira era composta por figuras políticas, acadêmicas, artísticas, entre outras, que possuíam um ponto em comum, pertenciam ou estavam associadas aos grupos patrimoniais. A obsessiva divulgação da agenda neoliberal, mediadas pela imprensa e emissoras televisivas – sendo os mais responsáveis pela ampla divulgação: a TV Globo e o jornal Estado de São Paulo (Estadão) – era mascarada por uma narrativa de renovação da estrutura socioeconômica, na qual iria "salvar" a sociedade civil das mazelas sociais da questão social brasileira.

Em vista disto, houve para Souza Filho e Gurgel (2018) em Washington no ano de 1989, uma reunião de cúpula que reuniu diversas agências multinacionais, entre elas estavam as Organizações das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa reunião, visava elaborar acordos econômicos com os países da América Latina, com o intuito de buscar estratégias para o enfrentamento das novas crises econômicas do capital, gerando assim, o Consenso de Washington[29].

Para Souza Filho e Gurgel (2018) as medidas econômicas do Consenso de Washington foram adotadas pelo Brasil, ainda no final do mandato de José Sarney. Mas, foi a partir de 1990, sob a presidência de Fernando Collor, que a doutrina neoliberal foi experimentada em sua

[29] Para Souza Filho e Gurgel (2018) o Consenso de Washington foi um conjunto reformista de imposições político-econômicas e culturais, baseadas na reconfiguração do capitalismo (como o neoliberalismo), formuladas em 1980, com intuito de "orientar" economicamente países do Sul global, a fim de que esses retomassem seu desenvolvimento econômico e controlassem as inflações.

máxima potência. De forma generalista, os exemplos abaixo demonstram a materialização dessas medidas, nas quais:

> a) Gasto social deve dar um "retorno" comparável a um investimento bancário. A lógica, portanto, mesmo de questões relacionadas à educação ou à saúde, se torna lógica de lucro ou do prejuízo; b) não se fala mais em cidadão, mas em "contribuinte" como se os serviços públicos, mesmo os de caráter universal, fossem uma relação de consumo; c) o orçamento público passa a ser tratado como orçamento doméstico, o que dá sentido aos "cortes" orçamentários em setores em que "gasta-se demais e com pouco retorno", como saúde, educação e previdência (Almeida e Santos, 2019, p. 131).

Esses exemplos, devem ser considerados como a cúspide da montanha de violações, escalada cotidianamente pela classe trabalhadora brasileira. Logo, Behring e Boschetti (2017) complementam essa alusão, citando dois exemplos clássicos da perversidade materializada pela doutrina neoliberal. O primeiro deles é o esgotamento dos recursos do Estado, principalmente aqueles que abasteciam a Política Seguridade Social[30], já o segundo é a implementação do Plano Real[31] em 1994. Um ponto em comum entre ambos, diz respeito a farsa da superação das inflações, enunciada sistematicamente pela burguesia brasileira. Que aspirava obter apoio jurídico, a fim de obter uma legalidade imoderada para as ações exploratórias do livre mercado.

A partir de Marques (2016) que o *neoliberalismo à brasileira*, colocou o Estado em uma relação de submissão e o transformou em um mero executor das ambições do fundamentalismo de livre mercado. Neste sentido, cabe afirmar que ao atender integralmente aos clamores da burguesia, o Estado permitiu que a economia brasileira permanecesse enriquecendo os países hegemônicos. Portanto não rompeu com o pacto conservador e colonizador das elites, que permaneceram ludibriando a classe trabalhadora suas narrativas fetichizadas, recheadas de temas como: os benefícios do processo de globalização, estilo de vida burguês, autogestão econômica e autoinvestimento.

> O liberalismo à brasileira legitimou, historicamente, violências como a escravidão. Os discursos de igualdade formal alimentaram desigualdades materiais em nome da meritocracia, e a suposta proteção de direitos individuais descambou para um

[30] Para Behring e Boschetti (2017) a Política de Seguridade Social de 1988, promulgada pela Constituição Federal do Brasil, do mesmo ano, representa um marco inicial na proteção social de pessoas brasileiras. As autoras, não negam seu caráter contraditório, mas apresentam formulações teórico-críticas, sobre a Política de Seguridade, permitindo acessos às condições básicas de vida, como: educação, saúde e assistência. Fazendo com que muitas pessoas trabalhadoras, pudessem assim, chegar à velhice, estudar, realizar tratamentos, entre outros acessos básicos que anteriormente eram destinados às elites.

[31] Silva e Santos (2019) afirmam que o Plano Real foi elaborado em 1994, ainda sob o governo de Itamar Franco, no qual, deliberou a criação de um plano econômico, de caráter reformista e baseado em um projeto neoliberal, proposto por uma equipe econômica, coordenada pelo então Ministro da Fazenda: Fernando Henrique Cardoso. O Plano Real foi promulgado, a partir da com a desculpa de controlar a inflação, imposta pela crise do capitalismo que surgiu em meados dos anos 1980, mas que tinham enquanto pano de fundo, a tentativa de controle da população brasileira, a partir da agenda ofensiva de um neoliberalismo importado.

> individualismo predatório em uma lógica de darwinismo social perversa. Liberalismo, no Brasil, muitas vezes se tornou sinônimo de autoritarismo (Quinalha, 2022, p. 149).

De acordo com Silva e Santos (2019) em cada reconfiguração o capitalismo, independentemente de seus conjuntos de medidas reformistas e peculiaridades econômicas, continuou sendo guiado pelo pacto conservador. Esse pacto é gerado entre as elites e possui uma base essencialmente fascista, na qual mantém sua doutrina ideológica, através de um ordenamento socioeconômico, historicamente escorado no patrimonialismo burocrático. Pois, deseja universalizar seus interesses privados para elevarem seu padrão econômico e cultural, para isso, utilizam manifestações da necropolítica[32], caracterizada pelas condutas: imperialistas, racistas, competitivas, egoístas e cinicamente religiosas.

Prado (2021) admite que o conservadorismo brasileiro e o neoliberalismo, descendem da ideologia burguesa-elitista e estabelecem uma constante relação mutualística. Sua lógica antropofágica de produção e reprodução social, estigmatiza e reforça preconceitos, principalmente aqueles que estereotipam as relações sociais de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade.

Um exemplo clássico da lucratividade que o neoconservadorismo e o neoliberalismo, obtém dos processos de estigmatização da classe trabalhadora, é mencionado por Núñez (2023). A autora afirma que essas doutrinas, possuem enquanto símbolos, sentenças de "defesa e preservação da família" e a "proteção dos homens e mulheres de família" (ou "homens e mulheres de bem"). Essas sentenças, possuem suas raízes etimológicas nos processos de escravização e colonização, que tentaram segregar pessoas trabalhadoras que não se encaixavam nos padrões comportamentais e familiares da sociedade europeia, historicamente firmada no fundamentalismo religioso e na exclusividade monogâmica-reprodutiva.

Em vista disso, percebe-se que a "defesa e proteção da família", permanece sendo um meio de exploração do trabalho realizado por mulheres, em particular o de mulheres não-brancas. O capitalismo lucra ao promulgar essas expressões conservadoras, pois garantem a produção e reprodução de sua fortuna, por meio da exploração do trabalho realizado por mulheres. Esse cotidiano exploratório, enfrentado por mulheres em sua grande maioria não-

[32] A Necropolítica, representa para Almeida e Santos (2019) a falência do neoliberalismo que afeta diretamente as relações sociais e os processos de sociabilização, resultando assim em um aumento significativo nas expressões das questão social, caracterizadas muitas das vezes por tragédias econômicas e sociais. Pois, quando à economia e a política, privilegia ao ideologia burguesa e seu primoroso mercado, a classe trabalhadora torna-se cada vez mais assolada pela miserabilidade, doenças, assassinatos, entre outras violações que levam a morte dessas diversidades e potencialidades humanas.

brancas, pode ser compreendido, através de tríade da mulheridade, composta pelo trabalho precarizado, trabalho intrafamiliar não-remunerado e o trabalho reprodutivo[33].

Miele (2023) assevera que a escassez dos meios de produção já foi superada, mas o fetiche de acumulação que sustenta a personalidade capitalista, faz com que as necessidades humanas sejam ignoradas para que se eternize seu cotidiano exploratório, criando assim uma superpopulação servil. Leis restritivas, guerras travadas, fome e miserabilidade, são alguns exemplos das decisões articuladas pela burguesia.

Por esses motivos, compreende-se que o neoliberalismo contemporâneo, permanece amparado pelo fascismo, racismo e patriarcalismo. Devido ao cinismo da burguesia brasileira, que se recusa a enxergar as necessidades heterogêneas da classe trabalhadora, à medida em que tenta encaixá-la aos papéis sociais, disseminados pelo processo de sociabilização capitalista, fundamentado pela binaridade sentenciosa da "proteção de homens e mulheres de bem". Negando a diversidade que compõe a classe trabalhadora, na qual pode ser visualizada, através do cotidiano laboral, a partir das potentes expressões de ancestralidades, gênero, afetos, sexualidades, entre outras, nunca menos importantes.

No intuito de fazer um breve apanhado sobre a conjuntura brasileira, ora dominada pelas práticas neoliberais, recorre-se a Quinalha (2022). Para ele, a doutrina neoliberal teve seu ápice no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e permaneceu com algumas exceções nos mandatos de Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016). Seu caráter conservador pôde ser visto durante o governo golpista de Michel Temer (2016-2019) e acentuou seu caráter autocrático e fascista no desgoverno de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

De acordo com Quinalha (2022), o Estado durante os desgovernos de Temer e Bolsonaro, não interferiu na economia brasileira, a fim de evitar a retração econômica e garantir o pleno emprego. Para o autor, durante estes mandatos, houve um aumento brutal nos índices de pobreza, fome, informalidade trabalhista e crimes contra o meio ambiente. Uma vez que o Estado, submisso a doutrina neoliberal, priorizou as medidas de economia de mercado, mesmo com o contingente pandêmico. Comprovando que a classe trabalhadora brasileira, ainda vive ameaçada pelo segregacionismo neoliberal que se alimenta das expressões da questão social.

Esses fatos, podem ser compreendidos como a materialização do conceito de *lei geral de acumulação capitalista*, elaborado por Karl Marx que ao se aprofundar na dinâmica do ciclo

[33] Trabalho reprodutivo para Mattos (2019) não envolve somente a reprodução biológica, mas sim os cuidados intrafamiliares e comunitários, em conjunto com as atividades impostas pelo mundo do trabalho. Por isso, a exploração das mulheres, principalmente daquelas não-brancas, tanto na esfera da propriedade privada, quanto na esfera do mundo do trabalho (dupla jornada de trabalho), torna-se ainda invisibilizada e onerosa para um Estado que é subserviente aos valores neoliberais de exploração.

de produção, descobriu que quanto maior for a acumulação capitalista, também serão grandiosas as mazelas enfrentadas pela classe trabalhadora. Para Marx (2017) o Estado burguês se conforma diante da legalidade predatória dos processos de acumulação e permite que seja produzido um exército industrial de reserva, também conhecido como superpopulação relativa.

Marx (2017) sustenta que os produtos mais exclusivos do sistema capitalista são os segmentos populacionais que compõem o exército industrial de reserva. Antes de conhecê-los, a pessoa que está lendo este estudo deve ter em mente que Marx ao descrever tais segmentos, não está de forma alguma emitindo juízo de valor, tampouco está exercendo uma narrativa moralista, sua preocupação era apresentar um diagnóstico social, acerca do ciclo produtivo e de acumulação capitalista de sua época.

De acordo com Marx (2017) o exército industrial de reserva ou superpopulação relativa é composto por três segmentos populacionais, são eles: a) população flutuante: o verbo flutuar é uma forma alusiva de mencionar a instabilidade que permeia os ciclos de produção capitalista, caracterizado pelos longos períodos de retração e expansão do capital que resultam na instabilidade empregatícia. Este segmento é majoritariamente composto por pessoas que possuem pouca ou nenhuma experiência de trabalho; b) população latente: composta por pessoas que exercem trabalhos de autossubsistência, principalmente aquelas que vivem da agricultura e ainda não sofreram o processo de proletarização, mas que podem ser absorvidas pela dinâmica de produção capitalista, seja através da destituição de suas terras ou da utilização destas para a criação da agroindústrias, impondo sua transformação manufatureira; c) população estagnada: é o segmento que pode ou não, estar inserido no mercado de trabalho, caracterizado pela marginalidade, irregularidade, precariedade, e baixa ou nenhuma remuneração, este segmento se encontra em condições expansivas de miserabilidade e pauperismo.

É necessário levar em consideração que a população estagnada, também é constituída por outras categorias:

> Essa camada social é formada por três categorias. Em primeiro lugar, os aptos ao trabalho. [...] Em segundo lugar, os órfãos e os filhos de indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade [...]. Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria (Marx, 2017, 719).

É notório como a centralidade do trabalho influencia a dinâmica social. Contudo, não se pode refutar que a população estagnada é afetada por outras categorias sociais, como: raça,

gênero, grupos étnicos, orientações afetivo-sexuais, dentre outras. Tendo em conta que as mazelas da questão social, oriundas do pauperismo, são experimentadas com base nos processos de sociabilização, vivências e particularidades que precisam ser debatidas com urgência.

A partir disto, este estudo salienta que:

> O trabalho, nesta sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, possui três divisões estruturais associadas entre si: a) a divisão social, fundada nas relações entre classes sociais; b) a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações sociais de sexo. As relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre outro. São essas relações sociais, medidas por antagonismos e hierarquias, que processam a produção e a reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a elas vinculadas (Cisne e Santos, 2018, p. 25).

Foi necessário introduzir alguns elementos do método materialista histórico-dialético, para alcançar a compreensão acerca de como o exército industrial de reserva – assim como o capitalismo – se configurou diante do percurso histórico, até a contemporaneidade. Por conseguinte, Lessa (2011) declara que o Estado, permaneceu submisso aos anseios da classe dominante e adotou deliberadamente as práticas antissociais, provenientes das medidas executadas pela doutrina de economia de mercado. Já, Antunes (2015) reitera que o neoliberalismo pelo intermédio tecnológico, intensificou a informalidade trabalhista, sobretudo pelas exigências de privatização da vida que fundamentam os processos de terceirização. Essa constante desregulamentação demonstra que o capital é incapaz de se autovalorizar, dado que precisa explorar todas as potências da mais-valia para garantir sua hegemonia.

1.6 As expressões das diversidades que compõem o exército industrial de reserva brasileiro

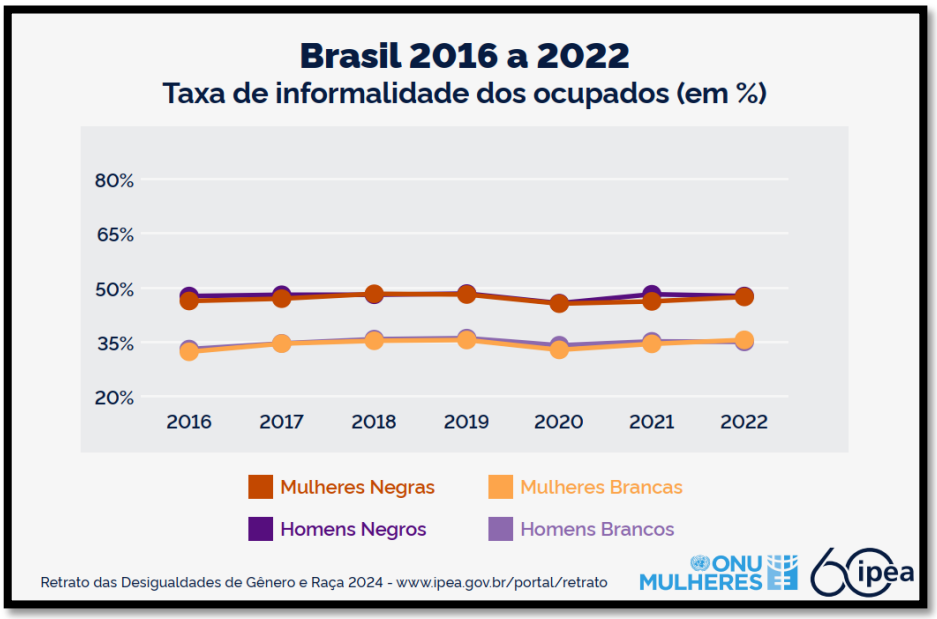
Este subtópico, tem por objetivo apresentar alguns dados recolhidos de fontes documentais e versá-los, através de uma interlocução teórico-crítica. A fim de compreender como a camada mais invisibilizada do exército industrial de reserva brasileiro vem se constituindo, diante das reconfigurações do mundo do trabalho capitalista, problematizando assim o objeto de estudo “aproximar das produções acadêmico-científicas do serviço social voltadas aos processos de envelhecimento e velhice da comunidade LGBTI+”.

Contudo, para maior uma compreensão, alguns pontos ainda precisam ser coloridos, antes da finalização do primeiro capítulo. Para que isso ocorra, a pessoa leitora deve ter em mente que as categorias trabalho, classe trabalhadora e diversidade humana é uma forma de definir “a direção social dada do ponto de vista teórico-metodológico de entendimento da

realidade em uma perspectiva de totalidade e como síntese de múltiplas determinações" (Cisne e Santos, 2018, P. 42).

Isto posto, o debate se inicia com o levantamento, realizado em 2022, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que teve por intenção demonstrar o retrato das desigualdades, desemprego e informalidades, enfrentadas pela classe trabalhadora. Cabe ressaltar que os profissionais que realizaram este levantamento, levaram em consideração as categorias sociais de gênero, as relações racializadas e as expressões étnicas. Cabe afirmar que a desigualdade racial permanece expressiva, diante do cenário trabalhista, pois "em 2022, 18% das mulheres negras, 15% dos homens negros, 12% das mulheres brancas e 10% dos homens brancos em idade para trabalhar não foram absorvidos de forma plena pelo mercado de trabalho, mesmo desejando trabalhar" (IPEA, 2022).

GRÁFICO 1 – TAXA DE INFORMALIDADE DE PESSOAS OCUPADAS NO BRASIL DE 2016 A 2022



FONTE: IPEA (2022)

A partir da análise do gráfico acima, compreende-se que o retrato da informalidade brasileira é composto majoritariamente por pessoas pretas. A pesquisa elaborada pelo IPEA (2022) comprova que mais de 40 milhões de pessoas vivem na informalidade, representando assim, cerca de 42,1% da população brasileira. Em 2016 a 2019 a taxa de informalidade subiu de 40,4% para 42,8%, já em 2021 a 2022, nota-se um significativo aumento nas taxas, devido aos arranjos contingências do mercado, enfrentados na pandemia, sob a égide do desgoverno genocida de Jair Bolsonaro, resultando assim em 62% da população em situação de

informalidade, 36,7% eram compostos por homens pretos, seguido de 25,3% que representavam as mulheres pretas.

A reportagem elaborada por Feijó (2022) comprovou que a taxa de desemprego entre pessoas pretas tem sido bem maior do que as reportadas por outros grupos, são mais de 4,1 milhões de pessoas vivendo na informalidade ou fora do mercado de trabalho. Para o repórter, no primeiro trimestre de 2022, homens pretos (46,6%) e mulheres pretas (43,3%) ocupavam a maioria dos postos informais, superando assim as taxas concernentes aos homens brancos (34,8%) e mulheres brancas (32,7%). Os dados colhidos pela reportagem, demonstram que a população preta, ainda ocupa as esferas mais deploráveis do mercado de trabalho neoliberal.

Dados coletados do Programa Educacional: Escravos nem pensar!, – um programa realizado pela Repórter Brasil, uma Organização da Sociedade Civil (OSC) – comprovaram que pessoas pretas e indígenas são as que mais sofrem com as expressões da questão social e são mais suscetíveis ao aliciamento da exploração do trabalho. Posto que, o mapeamento realizado pelo Programa, divulgou que no período de 2003 a 2022, pelo menos 676 pessoas foram resgatadas de atividades análogas à escravidão. Essas pessoas, realizavam predominantemente atividades agropecuárias, voltadas aos cultivos da cana-de-açúcar nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. Sobretudo, os povos originários e as comunidades remanescentes de Quilombo, os quais, não possuem proteção do Estado e sofrem inúmeras invasões em seus territórios, devido ao avanço de um agronegócio, composto por: grileiros, desmatadores e garimpeiros.

> Muitas situações de trabalho contemporâneo análogo à escravidão e serviços, relações e condições de trabalho que ainda são presentes nos modernos latifúndios do agronegócio brasileiro e em vários setores tradicionais da produção industrial (Lara; Maranhão, 2019, p. 51).

Referente aos povos originários, Cabral e Gomes (2023), integrantes da Agência IBGE Notícias, fizeram uma análise do censo demográfico que foi realizado em 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A princípio, as profissionais identificaram que em 2010 a sociedade brasileira era composta por 896.917 mil pessoas indígenas, após doze anos número aumentou para 1.693.535. Todavia, aumentaram também os índices de violações sistemáticas aos direitos básicos, tendo em que vista que a população originária ocupa a segunda maior taxa de desemprego, informalidade e pobreza.

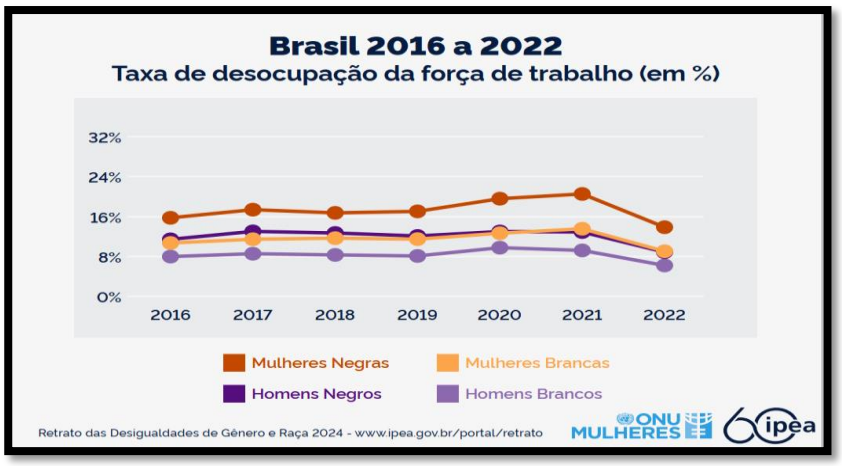
Cabral e Gomes (2023), sugerem que profissionais que atuam na área, exerçam trabalhos socioeducativos e expliquem para a população o que é o processo voluntário de autodeclaração, ao passo em que cobram do Estado e das agências, maior investimento em

recenseamentos municipais. Tendo em vista que, algumas pesquisas de ordem censitária, apresentam elementos estereotipados. Para eles, alguns resultados possuem abstrações e generalizações, pois utilizam afirmativas inconsistentes, seja através da justificativa dos povos originários ocuparem regiões consideradas de difícil acesso para a execução da pesquisa, ou em razão de majoritariamente se encontrarem em territórios amazonenses. Ambas as alegações, estão equivocadas, visto que apenas 137.256 pessoas indígenas estão dentro de Terras Indígenas (21,79%), contrapondo os outros 492.785 (78,21%) que ocupam territórios urbanos.

Esses dados comprovam que pessoas não-brancas, ainda protagonizam situações que não se diferem de noventa anos atrás, visto que as reconfigurações do capitalismo e sua compulsiva criação de medidas reformistas, serviram apenas para oferecer uma pseudoconcreticidade da conjuntura político-econômica brasileira, não rompendo com as normas racistas e colonizadoras. Por isso, "continuamos marginalizados na sociedade brasileira que nos discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando-nos o direito à educação, à saúde e à moradia decente" (González, 2020 p. 281).

Concernente às relações sociais de gênero, versados com a categoria social de raça e expressões étnico-culturais. Cabe apontar outro levantamento realizado pelo IPEA (2022) que constatou que grande parte das mulheres (em sua maioria não-brancas), ocupam a esfera do trabalho não remunerado, com a justificativa de exercerem intensamente, afazeres ligados à manutenção e cuidados intrafamiliares. Ratificando a causa do aumento expressivo do número de mulheres que estão em situação de inatividade laboral. O gráfico abaixo comprova que, em 2022, 32,4% das mulheres brasileiras, saíram de seus trabalhos para se dedicarem exclusivamente ao trabalho voltado aos cuidados.

GRÁFICO 2 – TAXA DE DESOCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL DE 2016 A 2022



FONTE: IPEA (2022)

Esses fatos vão de encontro com as considerações realizadas por Wolf (2021). Para a autora, violações voltadas às mulheres, possuem raízes na formação da sociedade capitalista, especialmente, a partir da hegemonia da família monogâmica, cristã e patriarcal. Visto que, a organização familiar, garante ao capitalista a perpetuação da reprodução e manutenção da linhagem de seus meios de produção. Núñez (2023) reitera que essa é uma das formas de excluir mulheres, principalmente não-brancas das atividades laborais remuneradas, tendo em vista que a doutrina liberal só considera enquanto trabalho, o trabalho produtivo-assalariado.

Por outro lado, o capitalismo inclui as mulheres, a partir da imposição do cotidiano de cuidados intrafamiliares. Ou seja, um trabalho não remunerado, voltado ao consumo familiar ou comunitário, podendo ser citado como exemplo: os cuidados com o desenvolvimento e proteção da criança e do adolescente, e manutenção da saúde física de pessoas velhas. Para a autora, esses trabalhos não remunerados, são realizados por intermédio dos valores cristãos, impostos desde a colonização e fez com que a mulher culturalmente se dedicasse de forma exclusiva aos homens de suas famílias, sob mando compassivo do sentimento de "amor".

Nas palavras de Lélia González (2020):

> Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após "adiantar" os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. E isso sem contar quando tem de acordar mais cedo (três ou quatro horas da "manhã") para enfrentar as filas dos postos de assistência médica pública, para tratar de algum filho doente; ou então quando tem de ir às "reuniões de pais" nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas "psicológicos" de seus filhos, que apresentam um comportamento "desajustado" que os torna "dispersivos" ou incapazes de "bom rendimento escolar" (González 2020 p. 50).

González (2020) afirma que as mulheres amefricanas, quando não estão trabalhando na lógica do cuidado, estão prestando serviços de baixa remuneração. A afirmação da autora conclui primorosamente que a *lei geral de acumulação capitalista*, não reproduz exclusivamente um exército industrial de reserva, mas sim uma *massa marginal crescente*, principal alvo das inúmeras violações que constituem a questão social.

Os principais textos de Mieli (2023) e González (2022) se interligam, não exclusivamente pela coincidência de ambos os autores terem se dedicado a psicanálise crítica (freudo-marxismo), mas foram os únicos que discorreram sobre como a *massa marginal crescente* está vinculada à criação de guetos e dos processos de guetização. Para os autores, as potências ancestrais, afetivas, sexuais e culturais são reprimidas pelas árduas jornadas de trabalho e redirecionadas pelo ciclo industrial. Esse fato demonstra a essencialidade

conservadora e fascista da doutrina liberal, dado que não é interessante que a classe trabalhadora manifeste suas potencialidades, pois essas são um convite para as mudanças de paradigmas sociais.

> O sistema nos guetizou tanto, e colonizou tão profundamente o gueto, que nos leva a representar muitas vezes, de forma grotesca e tragicômica, os mesmos papeis, a mesma encenação da sociedade que nos marginaliza. Justamente por isso nós gays podemos revelar muitas vezes a miséria que cerca o "nosso" gueto, e às vezes com gosto e ironia excepcionais. No entanto, se a sociedade se diverte com a sutileza irônica de alguns de nós e se diverte na representação homossexual de sua própria imagem invertida, ao mesmo tempo não refreia seu desgosto pelo gueto real (ou pelo que capta dele) e o ataca com racismo (Mieli, 2023, p. 276).

Ressalta-se, porém, que o capitalismo se sente constantemente ameaçado pela diversidade que constitui a classe trabalhadora, por expressarem uma ação revolucionária contra os processos de produção e reprodução. Em vista disso, o capitalista incentiva o Estado a agir pela via da legalidade, executando assim medidas violadoras, intencionadas ao silenciamento e exterminação das potencialidades humanas. Contudo, ao efetuar essas medidas, o capitalismo acaba imprimindo no cenário social, novas necessidades e categorias emergentes, sobretudo novas formas de trabalho e sobrevivência.

Encontra-se na dissertação de Prado (2021) a materialidade dessa afirmação, visto que a autora comprovou que o mercado de trabalho, sempre exigiu muito mais das trabalhadoras transexuais e travestis. Historicamente isoladas do ciclo de produção, grande parte dessas trabalhadoras sobreviveram do trabalho sexual[34]. As poucas que possuíam trabalho assalariados, teriam que cumprir os requisitos fenotípicos, impostos pela feminilidade burguesa, fazendo com que essas trabalhadoras saíssem em busca de uma passabilidade[35] cisgênera, e recorressem a procedimentos clandestinos de feminilização e hormonização, expondo-as à situações brutais de violência, automutilações e suicídio.

Outro enfretamento experimentado por trabalhadoras transexuais e travestis, é a "questão dos documentos pessoais não retificados, situação apontada por nossas respondentes. Sem a documentação condizente ao gênero a que se identifica, muitas mulheres transexuais evitam o processo de entrega de currículos e as entrevistas" (Prado, 2021, p. 100).

Quando empregadas,

---

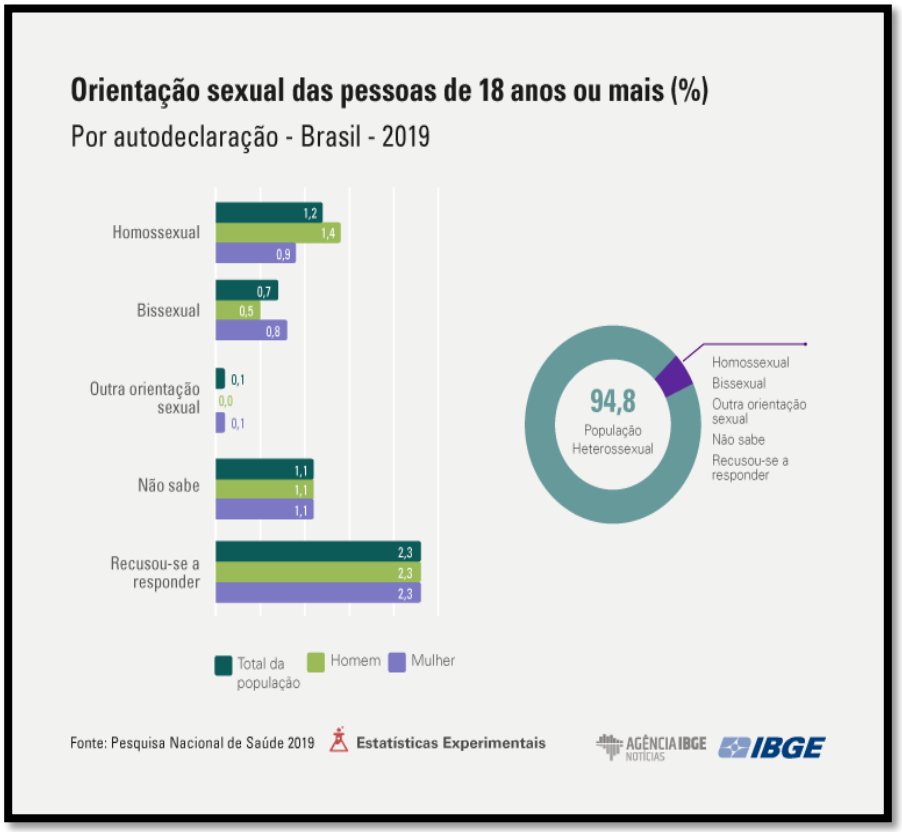
[34] Esse estudo, defende o conceito de pessoas trabalhadoras do sexo e trabalhadora sexual, para referir, àquelas pessoas que prestam serviços sexuais e recebem pagamento por isso, visando combater estigma e promovendo narrativas políticas que enfatizam dignidade e acessos aos direitos trabalhistas que ainda não são acessadas por essas pessoas.

[35] Para Prado (2021) passabilidade cisgênera ou apenas passabilidade é um termo que descreve os graus em que pessoas transexuais e travestis são percebidas socialmente como cisgêneras, ou seja, como são interpretadas pela sua identidade de gênero.

> por ter menores possibilidades de formação e capacitação profissional. Neste contexto, fica condicionada a subempregos, precarizados e com baixos salários, como é o caso da indústria de telemarketing, que apropriada pelo discurso de respeito à diversidade e inclusão social, se aproveita desses segmentos populacionais, que, na emergência de sobreviver, acabam por aceitar quaisquer condições de emprego (Prado, 2021, p. 95).

Um outro problema enfrentado pelas pessoas trabalhadoras transexuais e travestis, origina-se da não inclusão da categoria identidade de gênero em suas pesquisas censitárias. A materialidade desta questão pôde ser visualizada, a partir da realização Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou em 2019 um levantamento acerca da orientação sexual da população brasileira adulta, através dos processos de autoidentificação em 2019, mas abstraiu a categoria identidade de gênero. Os resultados apresentados pela pesquisa foram: existem 159, 2 milhões de pessoas com mais de 18 anos de idade no país, 46, 8% homens e 53,2% mulheres, dessas pessoas, 94,8% se declaram heterossexuais, 1,2% homossexuais; 0,7%, como bissexuais; 3,4% delas não sabiam ou não quiseram responder; e 0,1% declararam outra orientação sexual (IBGE, 2019).

GRÁFICO 3 – PESQUISA NACIONAL SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL, ATRAVÉS DA AUTODECLARAÇÃO, REALIZADA POR PESSOAS A PARTIR DE 18 ANOS



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde: Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019. Agência IBGE Notícias. Rio de Janeiro: IBGE, 2022

Barros (2022) dedicou-se em analisar a pesquisa e a qualificou enquanto imprecisa. O autor ratifica que a abstração da categoria identidade de gênero, ocorreu devido a conjuntura política, uma vez que a pesquisa foi realizada, diante da cúspide de uma autocracia que declarou guerra aos estudos relativos às relações sociais de gênero. Outros fatores que contribuíram com a imprecisão da pesquisa, sucedem de fatos como: 1,7 milhões de pessoas não sabiam o que era orientação sexual e os outros 3,6 milhões não quiseram responder; a aplicabilidade metodológica, uma vez que a autodeclaração verbal pode ser constrangedora a depender do espaço; e pelo desconforto de não saber para que esses dados vêm sendo coletado, dadas as constantes ameaças neofascistas do desgoverno de Bolsonaro.

Dois pontos chamam atenção, a partir da análise de Barros (2022). O primeiro consiste na comprovação que o Estado segue falhando com pessoas sexo-gênero dissidentes, pois ao levar em consideração que o IBGE é um órgão federal e até os dias atuais não foram realizadas pesquisas fidedignas, acerca da classe trabalhadora LGBTI+, compreende-se que o Estado escolheu ficar ao lado dos valores burgueses. Já o segundo fato, diz respeito ao fundamentalismo religioso, importado dos países hegemônicos, mas presentes na sociedade brasileira. Mesmo que a Constituição Federal de 1988, tenha como princípio a garantia da laicidade do Estado, temas como gênero, sexualidade e educação sexual, continuam sendo tratados como tabus culturais.

Para Wolf (2021) desde o começo do século XX, o cotidiano laboral passou a gerar um sentimento de ter auto versão da condenação pública, o medo de perder o trabalho fez com que muitas pessoas LGBTI+ não falassem sobre seu gênero e sexualidade. Abrindo uma brecha para que instituições religiosas oferecessem terapias de conversão – comumente conhecidas como “cura gay” – onde o público atendido eram majoritariamente pessoas não-brancas, fora dos padrões de masculinidade e trabalhavam em fábricas.

Mieli (2023) contribui com esse debate e expõe que historicamente o direito de exercer práticas afetivo-sexuais, sempre pertenceu aos homens burgueses. Manifestações de afeto e de interesse sexual, são concebidas pela normalidade burguesa, enquanto frutos do romance ou do amor entre duas pessoas brancas, cisgêneras e heterossexuais. Mas quando a classe trabalhadora demonstra sua diversidade e potência, acaba sendo qualificada com adjetivos que fazem menções aos comportamentos, concebidos pela farsa religiosa das elites, enquanto imorais. Por trás de suas ações opressivas, realizadas em nome de seu deus cristão, contém o real interesse de impor sua hegemonia através das práticas liberais de produção, ao passo em que negam os processos de subjetivação e tentam exterminar a diversidade sexual-afetiva, entre outras exigências da classe trabalhadora.

> Essa é uma das mais interessantes hipóteses sobre a causa da afirmação histórica do tabu anti-homossexual; não deve ser considerada isolada, mas em relação a outras, em particular aquela que identifica na Norma heterossexual e, em consequência, no casamento e na família, a institucionalização da sujeição das mulheres aos homens (Mieli, 2023, p. 253).

A citação acima vai de encontro com a compreensão da lógica do ciclo de produção capitalista, elaborada por Quinalha (2022). O autor declara que ao mesmo tempo que a burguesia fascista, tenta negar a existência da diversidade da classe trabalhadora, em contrapartida lucra com o acentuamento das expressões da questão social, através da criação de produtos de grande potencialidades de consumo e outras vias de trabalho. Portanto, comprova-se que a lógica da doutrina neoliberal consiste em uma dinâmica, onde "eles não querem dar nada nem receber nada de presente e em que acreditam que, numa relação, a dignidade e o interesse de ambas as partes estarão assegurados assim que ela for convertida numa relação de compra (MARX; ENGELS, 2007, P. 373).

De acordo com as pessoas estudiosas da psicanálise crítica, a tentativa de ignorar a diversidade sexual no ambiente é ineficaz, visto que:

> Basta entrar num escritório, numa fábrica, para perceber imediatamente como toda a atmosfera embrutecedora do local de trabalho está impregnada de homossexualidade reprimida e sublimada. Os "companheiros" do trabalho, respeitando, como quer o capital, o tabu estritamente anti-homossexual, suportam oito horas por dia mais as horas extras, exibem-se rivalizando com as mulheres, "entendendo-se" entre os homens, enganando uns aos outros, trabalhando. Ao fazê-lo, eles jogam o jogo... [...] o trabalho do capital, estabelecendo uma falsa solidariedade entre os homens, uma solidariedade negativa que os coloca contra as mulheres e os coloca uns contra os outros numa ótica frustrada (e frustrante: ou terrivelmente gratificante de rivalidade, da competição para ser o mais duro, o mais viril, o mais bruto [...] nada mais é que a servidão à máquina capitalista, ao trabalho alienado, e o consentimento forçado à repressão mortal da espécie humana, do proletariado (Mieli, 2023, p. 278).

Apesar das inúmeras violações que a comunidade LGBTI+ vem enfrentando no mundo do trabalho, algumas conquistas devem ser mencionadas. Essas grandes conquistas só aconteceram devido às articulações dos movimentos sociais e das pessoas representantes da luta pelo acesso e igualdade de direitos. Mesmo que alguns desses direitos estejam conectados de alguma forma com a prática reformista neoliberal, deve-se ter em mente que a classe trabalhadora, principalmente aquela que enfrenta cotidianamente os processos de guetização o capitalismo tira suas condições básicas, precisa de alguma forma sobreviver e para isso precisa ter acesso aos direitos sociais básicos, como acessos dignos de alimentação, moradia, saúde, educação, integrações sociais, entre outras que ajudam a classe a se fortalecer em potência.

A citação abaixo, contém algumas conquistas nacionais, relativa à comunidade LGBTI+ e o mundo do trabalho:

> **1964**: Decreto Legislativo nº 104. Aprova a Convenção nº. 111, relativa à discriminação em matéria de emprego e de profissão [...]; **2006**: declaração dos Princípios de Yogyakarta. Aplicação de legislação internacional de direitos humanos a pessoas LGBTQIA+. Afirma que todas as pessoas possuem direito ao trabalho digno e produtivo, sem discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero; **2008**: 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT. Foram 37 diretrizes apresentadas voltadas para promover e garantir a inserção de ações de empregabilidade para esta população; **2009:** Criação da Câmara de Comércio e Turismo LGBT do Brasil. Visa promover o intercâmbio de conhecimento e de relações comerciais e empresariais [...], fortalecendo [...] o desenvolvimento socioeconômico e cultural dessa população; **2010**: Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. Apresenta ações do Ministério do Trabalho para a inserção dessa população, Recomendação nº 200 sobre o HIV, Aids e o Mundo do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Indica [...] a promoção e apoio aos esforços nacionais e internacionais em resposta ao HIV e à Aids no mundo do trabalho; **2011**: 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT. Criação de diretrizes voltadas para implementação, nas três esferas governamentais, de um sistema de inserção no trabalho, emprego e renda da população LGBT; **2013**: Criação do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ [...] reconhecendo os direitos dessa comunidade, da Diversidade, Equidade e Inclusão, Criação do Projeto TransEmpregos. Organização direcionada à empregabilidade de pessoas trans [...] que buscam inserção no mercado de trabalho formal; **2015:** Manual de Promoção dos Direitos Humanos de Pessoas LGBT no mundo do trabalho (OIT, UNAIDS e PNUD) [...] Criação do Programa Transcidadania, no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo. Prevê a inserção profissional, reintegração social e promoção da cidadania de travestis, mulheres trans e homens trans [...]; **2016**: Decreto nº 8727, de 2016. Regulamenta o uso do nome social e o respeito à identidade de gênero de travestis e pessoas trans na administração pública federal; **2018**: Criação inédita de reserva de vagas para pessoas trans e travestis no ingresso ao ensino superior na Universidade Federal do Sul da Bahia; **2021**: Decreto Estadual nº 56.229, de 2022, do Rio Grande do Sul. Estabelece ação afirmativa de reserva de vagas para pessoas trans, dentre outros grupos minorizados, em cargos efetivos e temporários na administração pública do Poder Executivo estadual; **2022**: Defensoria Pública do Estado de São Paulo estabelece a reserva de vagas de 2% para pessoas trans em seus concursos públicos de ingresso na carreira. Lei Municipal 5.206, de 2022, de Juazeiro do Norte, Ceará. Estabelece cotas para o ingresso de pessoas trans e travestis no serviço público municipal em cargos efetivos e temporários; **2023**: Portaria nº 209, de 2023, do Ministério Público da União. Prevê a reserva de vagas para pessoas trans dentro da faixa de 10% destinada para grupos minorizados em concursos públicos de ingresso na carreira, Projeto de Lei Federal nº 3109, de 2023. Proposto pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), o projeto prevê a reserva de vagas de 5% para pessoas trans e travestis nos processos seletivos de ingresso nas universidades e institutos federais; **2024**: Projeto de Lei Estadual nº 644, de 2024, do Rio de Janeiro. Apresentado pela deputada estadual Dani Balbi (PCdoB-RJ), prevê a reserva de vagas para pessoas trans de 3% nas universidades estaduais cariocas, Projeto de Lei Federal nº 354, de 2024. Proposto pela deputada federal Erika Hilton, o projeto prevê a reserva de vagas de 2% em concursos públicos para mulheres trans, transsexuais, travestis, pessoas não-binárias, homens trans, transmasculinos e pessoas intersexo (Fundo Positivo; Instituto Matizes, 2024, p. 23-25)

Apesar das conquistas acima divulgadas, compreendeu-se que a partir da pesquisa organizada pelo Fundo Positivo e pelo Instituto Matizes (2024) que a comunidade LGBTI+ ainda enfrenta dificuldades na hora de conseguir emprego. A ausência da possibilidade de geração de renda digna, faz com que a comunidade migre para trabalhos autônomos, sexuais, entre outros trabalhos informais.

Exemplos mais recentes desta questão podem ser visualizados, através da reportagem de Bronze (2021) que analisou dados locais, colhidos a partir da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Para o jornalista 6 a cada 10 pessoas LGBTI+ tiveram diminuição de renda, devido à baixa taxa de emprego, esse índice aumentou com o contexto pandêmico, atualmente 41,53% da comunidade está em situação de fome e miserabilidade, esse percentual sobe para 56,82% ao se tratar de trabalhadoras transexuais e travestis. A reportagem conclui que apenas 13% das mulheres transexuais e travestis declaram possuir trabalho formal, visto que 53% das entrevistadas declaram ter o trabalho sexual como principal fonte de renda.

A partir dos dados expostos, a pessoa leitora deve ter em mente que o capítulo fez a defesa de uma classe trabalhadora composta por diversidades sexuais e de gênero dissidentes, nas quais sofrem e enfrentam as consequências das crises que constituem o sistema capitalista. Legislações, normativas e conquistas por direitos de acesso ao mundo do trabalho são frutos de sua constante luta, fundamentada nas expressões de suas diversidades, mesmo enfrentando constantes tentativas de invisibilização.

De acordo com Wolf (2021) o modelo familiar patriarcal, o fundamentalismo religioso e o fascismo, são elementos estruturantes da histórica cíclica do capitalismo, fazendo com que pessoas LGBTI+ não se sentissem seguras em suas rotinas de trabalho. Isso faz com que criassem uma vida dupla, separando o trabalho da dimensão socioafetiva. A autora menciona o período da Segunda Guerra Mundial[36], para afirmar que em períodos de grande repressão afetivo-sexual, aumenta-se a procura por pessoas LGBTI+, onde membros classe média – em sua maioria homens brancos, cisgêneros, servidores do Estado e que constituíram famílias nos moldes patriarcais – e da elite, frequentavam espaços "guetizados" pelo Estado, criados pela própria classe trabalhadora, a fim de satisfazer suas necessidades afetivo-sexuais de forma anônima. Depois que suas necessidades fossem acalentadas, culpavam e violentavam pessoas LGBTI+ assumidas a mando das diretrizes de um Estado fascista.

Nota-se que a criação de uma vida dupla, segundo Santos (2023) é consequência de uma hegemonia burguesa que dissemina sua ideologia que tende a gerar um "tipo humano" que corresponda à garantia dos interesses individualistas, voltados ao lucro, e a permanência da

[36] É recomendado que a pessoa leitora, assista *Cabaré Eldorado*, um documentário que comprovam a existência da diversidade sexual e de gênero, presentes em espaços guetizados, na Alemanha nazista, durante a Segunda-Guerra Mundial. Esse documentário demonstra as múltiplas expressões, potências e resistências da comunidade LGBTI+, bem como sua pluralidade cultural e religiosa. O que mais chamou a atenção da pessoa autora, foi o relacionamento entre duas mulheres transexuais judias que exerciam suas potencialidades de gênero, seu afeto e sua fé, diante de um contexto nazifascista.

propriedade privada. Ao criar esse “tipo humano” acaba por reproduzir o racismo, o machismo e a LGBTfobia.

Fraser e Jaeggi (2020) afirmam a necessidade de compreender o sistema capitalista, através das constantes tentativas de negação da diversidade e invisibilizações das exigências de uma classe trabalhadora racializada. Deixando nítido a importância da adoção de uma perspectiva teórica que proporcione uma integração dessas relações sociais de exploração e produção em sua totalidade. Visto que narrativas acadêmico-científicas, baseadas na repetição e imposição de valores individualistas e fragmentários, permitem que o grande capital continue antropofagicamente, acumular as potencialidades humanas e as transformarem em produtos que são distribuídos para poucos.

Por isso, Santos (2023) reitera que diversidade, exploração e opressão, fundamentam a compreensão da dominação capitalista. Por isso, a diversidade que compõe a classe trabalhadora não pode ser vista como segmentos independentes, ou na condição de elementos privados e institucionalizados. Mas que em tempos de crise do capital, a classe dominante tenta compulsoriamente propagar sua ideologia e fortalecer sua base fascista. Pois, quanto mais a classe trabalhadora perder o foco e a centralidade de sua luta, maiores são as chances do capitalismo se reconfigurar.

> Em uma perspectiva de totalidade, entendemos que o sistema do capital além da desigualdade social e da exploração da força de trabalho, promove homogeneização da cultura, dos modos de pensar e ser. Atuando de forma mercantil, este sistema, sempre que interessa ao seu processo de acumulação, extravia as dimensões e manifestações que são reveladoras da diversidade humana e cultural, a exemplo da destruição das populações indígenas e negras, realizada em suas origens e atualizada até hoje. A força do capital redunda, portanto, em bloqueios econômicos e socioculturais que obstaculizam ou até mesmo impedem o pleno desenvolvimento das individualidades (Santos, 2023, p. 27).

Essa afirmação comprova a obsessão sadomasoquista da burguesia, posto que ao mesmo tempo em que anseia controlar e extinguir a diversidade cultural, racial e as dissidências sexuais, e de gênero da classe trabalhadora, usufruem dessas potencialidades de forma sigilosa em um mercado não tão mascarado de fantasias e fetiches sexuais, construindo ao mesmo tempo em que gera mais capital, uma relação de mercantilização; nas palavras de Marx e Engels (2007, p. 394) “só se leva em consideração a minha simples utilidade para os outros, sou tratado como um sujeito utilizável”. Contudo, essa dinâmica, faz com que a elite burguesa, simultaneamente tenha que criar substâncias bioquímicas para melhorar suas performances sexuais e procedimentos estéticos para preservar sua aparência jovial, não obstante, são esses os produtos mais fetichizados e comercializáveis da contemporaneidade.

Conclui-se então que a ideologia burguesa e seus processos de sociabilização, possuem um medo da real natureza humana, por isso rejeitam as diversidades e as dissidências que compõem a classe trabalhadora. Bem como, tentam de forma cínica, amenizar as expressões dos processos de envelhecimento e da velhice, pois, de acordo com Campelo e Paiva (2016) sua compulsão em acumular riquezas, se não assassinarem as pessoas trabalhadoras, faz com que suas potencialidades, sejam sugadas até a última gota pelo espírito vampiresco do capital. Seja através do próprio ciclo produtivo, pelo endividamento imposto pela fetichização da mercantilização dos procedimentos estéticos, farmacológicos, cosméticos, dos planos de saúde, entre outras questões enfrentadas por uma classe trabalhadora envelhecida.

CAPÍTULO 2 – PROCESSOS DE ENVELHECIMENTO E VELHICE EM UMA PERSPECTIVA DE TOTALIDADE

Pensar em processos de envelhecimento e velhice, apartado da sociedade do capital é uma forma de recusar-se a visualizar como a dinâmica do mundo do trabalho invadiu a vida de pessoas trabalhadoras envelhescentes. Para Martins (2023) o envelhecimento precisa ser compreendido em sua totalidade, posto que ao observar a vida de quem chega à velhice e de quem tem sua vida ceifada prematuramente, nota-se que a formação social patriarcal-colonizadora, deixou a classe trabalhadora às margens dos processos de desenvolvimento econômico. Tendo em vista que, foram mais de quatro século de regime escravocrata, em consonância com o mito da democracia racial, fenômenos que continuam atravessar vidas operárias. Nas palavras de Marx (2015, p. 293) "o que diferencia as várias formações econômicas da sociedade, por exemplo, a sociedade da escravatura daquela do trabalho assalariado, é apenas a forma pela qual esse mais trabalho é extraído do produtor imediato, do trabalhador".

Ao buscar por respostas que materializam como a classe trabalhadora vem envelhecendo, percebeu-se que:

> Numa sociedade onde a dinâmica da reprodução ampliada (acumulação) reproduz o desemprego em massa e essa expressão da "questão social", embora atinja todos/as, alcança predominantemente os/as racialmente discriminados/as, o segmento idoso da classe trabalhadora, no âmbito das estratégias da ofensiva neoliberal, é retido ou remetido de volta ao mercado de trabalho, sob os mecanismos de superexploração como o subemprego e outras formas precarizadas de trabalho. Por vivenciarem o racismo no mercado de trabalho, os/as negros/as experimentam de forma mais acentuada o desemprego e uma maior inserção em ocupações distantes das formalidades trabalhistas, como a carteira de trabalho assinada (Martins, 2023, p. 198).

Por esta razão, compreender a história de pessoas velhas, oriundas da classe trabalhadora, demanda partir das compreensões críticas, elaboradas por Beauvoir (2018), na qual fomenta a discussão de como a dimensão da ideologia burguesa, interfere na produção de uma sociedade envelhescente. Para a autora, são poucas as pessoas que compreendem a velhice enquanto uma categoria social, digna de um aprofundamento acadêmico-científico, por não levarem em consideração a existência de uma cientificidade e aprofundamento promovidos pelas ciências humanas, sociais e gerontológicas.

Em sua obra, Beauvoir (2018) apresenta os processos de envelhecimento e velhice, a partir de uma análise iconográfica da biografia, memória e cultura dos mais distintos seres sociais. E comprova como a centralidade do trabalho estrutura essas concepções. Exemplifica

essa questão a partir “do ponto de vista de legisladores é repleta de moralismo, já o dos poetas cheio de romantismo, ou seja para ela qualquer pessoas que queira estudar velhice irá forjar concepções da velhice de acordo com os interesses de sua classe” (Beauvoir, 2018, p. 93). Por isso, cabe afirmar que:

> O velho, enquanto categoria social, nunca interveio no percurso do mundo. Enquanto conserva uma eficiência, ele permanece integrado à coletividade e não se distingue dela: é um adulto macho de idade avançada. Quando perde suas capacidades, aparece como outro; torna-se então, muito mais radicalmente que a mulher, um puro objeto; ela é necessária à sociedade; ele não serve para nada: nem valor de troca, nem reprodutor, nem produtor, não passa de uma carga (Beauvoir, 2018, p. 94).

O estudo realizado por Assano (2023) propõe uma reflexão, acerca dos interesses do grande capital em criar mecanismos que promovam abstrações sociais e alienações, fazendo com que a sociedade não compreenda a velhice enquanto um construto humano, derivado das relações sistêmicas e estruturantes, fundamentadas na centralidade do trabalho. Compreendida a maior parte do tempo, enquanto um fenômeno biológico, natural ou como uma fase da vida, quando na verdade é um produto da história da luta de classes. “Se não o fosse, por que a idade para o aparecimento da senilidade e a perda de vigor físico parece variar de acordo com classe social? Ou por que a saúde de negros e brancos idosos é discrepante?” (Assano, 2023, p.162).

A partir da tese de Teixeira (2008) comprova-se que a velhice em sociedades capitalistas para além das desigualdades, violações e segregações, possui convicções teóricas, pautadas em discursos institucionalizantes, que promovem uma imagem distorcida dos processos de envelhecimento e velhice. Pois, é constantemente retratada a partir das práticas asilares e de uma dicotomia repleta, repleta de adjetivações pejorativas, como: pessoas que estão mais perto da morte, párias sociais, depressivos, “carregados espiritualmente”, prolixos e deprimentes, todas essas características são determinantes sociais e culturais, divulgados cruelmente pela ideologia neoliberal. A autora reitera que esses determinantes exibem a permanência do fascismo na sociedade do capital, que se beneficia ao criar papéis sociais que são livremente reproduzidos, por retroalimentar condições objetivas de existência, ao passo em que os valores da elite opressora permanecem intactos.

Constata-se a importância de reforçar o argumento final do capítulo anterior. A elite, a classe dominante, os capitalistas, os donos dos meios de produção, adjetivos que se orientam ao ser humano narcísico e acumulador, possui em seu âmago – se esse realmente o tiver, pois suas práticas demonstram ao contrário – um medo íntimo de envelhecer, devido a “emergência da sociedade em envelhecimento [...] colocar em questão o culto à juventude e modelo de beleza e reprodução social. Diante do rompimento dos elos da expectativa de vida, a fragmentação

entre a juventude, a vida profissional e a velhice passam a perder sentido" (Pochmann, 2023, p. 121)

Por isso, torna-se ameaçador à chegada das expressões das diversidades e dissidências que compõem a heterogeneidade da classe trabalhadora, mesmo subjugadas pela lei de acumulação e exploração capitalista, permanecem expressando suas potencialidades e particularidades nas ações cotidianas. A velhice não é uma fase individual, tampouco cronológica, é constituída processualmente pelas relações sociais de trabalho durante toda trajetória humana. Comprovando que a classe trabalhadora, reconheceu a luta pela realização do seu desejo de envelhecer. (Soares, Farinelli e Liporoni, 2017, p. 176).

A partir da leitura do clássico, escrito por Haddad (2017) comprovou-se a mesquinhez do sujeito capitalista, esse não se contentou em monopolizar toda a riqueza do mundo, agora quer que a velhice seja uma conquista exclusiva de sua classe. A velhice compreendida através das eras, sempre foi um símbolo de poder, por isso a classe dominante busca preservar o "corpo capitalista", tornando-o uma mercadoria inacessível para a classe trabalhadora, relegando a velhice de pessoas pobres, ao passo em que cria *a ideologia da velhice* – título de sua obra – que dispõe de uma base cínica e fascista. Pois, através da ampla divulgação de representações ilusórias que mascaram as expressões da questão social e da perpetuação de estereótipos, invisibiliza a diversidade que compõe a velhice, aumentando assim as exigências para que a classe trabalhadora alcance.

Nas palavras de Beauvoir (2018, p. 191) "a burguesia ascendente criou para si uma ideologia segundo a qual a velhice viu-se valorizada. [...] Rica e poderosa, a nova classe tomou orgulhosamente consciência de si mesma, e forjou para si a moral que lhe convinha". Nesse sentido, homens adultos passam a se reconhecer e se inspirar no velho que se tornarão, esse homem velho passa ter uma importância particular, constituindo a égide do símbolo patriarcal da unidade e permanência da família burguesa, onde através das transmissões de heranças, permite maior acumulação de riquezas. "Ao envelhecer, o chefe de família permanece detentor de suas propriedades e goza de prestígio econômico; o respeito que ele inspira reveste-se de uma forma sentimental" (Beauvouir, 2018, p. 192), comprovando assim o constructo cínico que fundamenta a sociabilidade burguesa.

Maior aprofundamento nesta questão, pode ser visualizado a partir das contribuições, trazidas por Torres (2024), na qual afirma que:

> O entrecruzamento entre pauperismo, processos de envelhecimento e longevidade evidencia o quanto a desigualdade de classe, raça e gênero afeta a população idosa. À medida que se percebe o aumento da longevidade, há também o processo de

> degenerescência que se acentua e se evidencia no aumento dos gastos com a saúde, uso intensificado de fármacos em geral, equipamentos que contribuam para a manutenção da autonomia das pessoas idosas, alimentação, adaptação do domicílio para garantir a mobilidade, a locomoção, entre outros. Assim, é comum que pessoas idosas recorram aos seus familiares e ao poder público (por meio da oferta de serviços prestados via políticas públicas e sociais) para conseguir manter suas necessidades. Torres (2024, p. 200).

Portanto, cabe a afirmativa de que a velhice da classe trabalhadora sempre está em constante conquista e construção, tendo como pano de fundo a influência da luta de classe. Os processos de envelhecimento da classe trabalhadora, possuem particularidades estruturadas pelas relações sociais de gênero, econômicas, raciais, geográficas, étnicas, sexuais, culturais, entre outras que possuem a mesma relevância. Essas podem ser visualizadas, a partir da compreensão do percurso histórico, por isso, a adoção do materialismo histórico-dialético, promoverá uma diagnóstico social, proporcionando uma visão mais amplamente crítica de como a velhice vem sendo concebida no seio da sociedade burguesa.

Sendo assim, Teixeira (2008) assente que compreender o envelhecimento da classe trabalhadora, implica que a pessoa que pretende se aprofundar nesse debate, navegue de maneira crítica na conjuntura histórica da realidade, bem como na história dos direitos, e das políticas públicas e sociais, a fim de apreender elementos que demonstrem as contradições que regem a temática. Contudo, deve ter previamente a consciência de que os processos de envelhecimento e velhice da classe trabalhadora protagonizam o cenário das expressões da questão social, devido a desproteção social e opressões acentuadas a partir de suas particularidades.

Visualizar para as conquistas sociais e legais, de acordo com Campelo e Paiva *et al*. (2023) é uma forma de tornar pública a luta da classe trabalhadora envelhecida, atuante nas reivindicações e exigências. Uma classe trabalhadora que só alcançou longevidade, devido às articulações das próprias pessoas velhas, dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, das requisições de profissionais, e pessoas pesquisadoras que estudam e operam nessa temática.

2.1 Importantes marcadores históricos das conquistas por direitos e políticas sociais, direcionados à classe trabalhadora envelhecida

Os capítulos anteriores estão repletos de reflexões, acerca de como a história do Brasil se constituiu através das heteronomias sociais, econômicas, políticas e religiosas. Essenciais na compreensão dos processos de colonização, escravização, dentre outras práticas segregativas

que continuam atingindo a classe trabalhadora. Cabe a demonstração crítica desse desenrolar histórico, voltado às políticas sociais, conquistas e enfrentamentos, direcionados às pessoas velhas e envelhecentes.

Para Campelo e Paiva (2016), durante eras, a sociedade europeia, estigmatizou a velhice, associando-a à ociosidade[37]. Um exemplo disto, foi a criação da Lei de 1530, durante o reinado de Henrique VII, conhecida enquanto a Lei dos Vagabundos. Esta, tinha enquanto premissa a criminalização do ato de esmolar, realizados a maioria das vezes por pessoas relegadas das produções econômicas de sua época ou que já haviam sido esgotadas pelo cotidiano laboral. Esse conjunto de leis, de acordo com Pereira (2008), fundamentam um sistema, que criou as primeiras Casas de Caridades (*Almshouses*), consideradas enquanto as protoformas das práticas asilares. Um ponto em comum entre essas duas dinâmicas, era o caráter punitivista, uma vez partiam de uma máxima, onde "quem não trabalha, não come". A ampliação desse discurso, gerou uma sociedade que se fundamenta em práticas discriminatórias, na qual normalizou torturas e depreciações caricatas, voltadas às pessoas velhas em situação de miserabilidade, entre outros grupos que compunham a massa marginalizada.

De acordo com Beauvoir (2018) algumas transformações aconteceram, a partir da intervenção das Igrejas, não por essas serem solidárias, mas como estratégias de participarem mais assiduamente das decisões reais. No século XVIII, o reinado da Rainha Vitória, criou um sistema de Casas dos Pobres (*Poorhouses*) e Casas de Trabalho (*Workhouses*) e no fim de seu reinado foi promulgada a Lei dos Pobres (*The Poor Laws*), tornando o Estado responsável por categorizar pessoas consideradas ociosas, invalidadas e indigentes, por intermédio das Igrejas. Com isso, a chama dominante da fé permaneceria atuante nas decisões reais, ao mesmo passo em que enriquecia, pela via da taxação da sociedade civil, aumentando seu poder e seus fundos econômicos. Para a autora, a falácia dessas ações filantrópicas se comprova através de seu caráter moralista e punitivista, pois pessoas consideradas capazes de executar funções laborais eram institucionalizadas compulsoriamente e exploradas nas Casas de Trabalho ou Casa dos Pobres, para a manutenção do locais, além de possui uma natureza seletiva, uma vez que não atendiam viajantes ou imigrantes em situação de pauperismo.

Esses exemplos, comprovam que a banalização das violências, voltadas às camadas marginalizadas, só podem ser compreendidas, através da dimensão histórica das expressões da

[37] De forma impiedosa muitas produções que foram escritas em períodos vitorianos e elisabetanos, fazem menção à velhice de forma moralizante, atribuindo-lhes características como "vagabundagem" e "inúteis" para o trabalho.

questão social, revela-se a partir desta, o caráter segregador das monarquias e das igrejas, que controlavam com mãos de ferro uma população absoluta, composta por pessoas idosas, trabalhadoras sexuais, portadoras de doenças crônicas, dentre outras, expostas a situações de miserabilidade, desabrigo e epidêmicas.

> A população absoluta cresce, aqui, muito mais rapidamente que na metrópole, pois muitos trabalhadores chegam ao mundo já maduros, e, ainda assim, o mercado de trabalho está sempre subabastecido. A lei da oferta e demanda de trabalho desmorona. Por um lado, o velho mundo introduz constantemente capital ávido por exploração, necessitado de abstinência; por outro lado, a reprodução regular dos assalariados como assalariados se choca com os obstáculos mais rudes e, em parte, insuperáveis. E isso sem falar da produção de assalariados supranumerários em relação à acumulação do capital! O assalariado de hoje se torna, amanhã, um camponês ou artesão independente, que trabalha por conta própria. Ele desaparece do mercado de trabalho, mas... não retorna[38] à *workhouse* (Marx, 2015, p. 837).

Contribuições trazidas por Pereira (2008) comprovam que a Lei dos Pobres, estrutura a formação do Estado democrático liberal dos países europeus, também pode ser compreendida, como a pré-história do Estado de bem-estar social (*Welfare State*). A autora considera que a Revolução Industrial do século XVIII, aprimorou a tecnicidade da exploração do trabalho, devido a interferência dos *modus vivendi* burguês, que através da imposição de seu *ethos*, afirmou-se enquanto classe soberana. Esse período demonstra a natureza cínica da burguesia, pois, com a queda da monarquia, seus valores primeiros foram esquecidos, mantendo-a apegada em seu delírio acumulador, ao passo em que tenta mascarar a história, através de sua ideologia liberal.

Todavia, a burguesia não contava com a conscientização da classe trabalhadora, tampouco percebia que seu *modus vivendi*, não contemplava as exigências categóricas das expressões da questão social. Criando um Estado Liberal de Direitos e adotando medidas para conter as revoluções e rebeldias das camadas populares que se organizaram sem amortecimento. Desnudando a "índole igualmente exploradora do capitalismo em sua era industrial, a luta da classe trabalhadora pela melhoria de suas condições de trabalho e existência, redundou na expansão das políticas sociais, requerendo-as enquanto direitos devidos" (Pereira, 2008, p. 60).

Mais à frente na história dos países colonizadores europeus, preconizou-se em 1888, por intermédio de Otto von Bismarck, o primeiro sistema de seguridade social contributivo, exigindo que o Estado burguês interviesse na realidade das pessoas trabalhadoras que viviam em condição de desemprego, fome, adoecimento, envelhecimento e outras contingências

[38] Marx (2015) ao afirmar que algumas pessoas não retornam mais às *workhouses*, está afirmando que as mesmas podem ter morrido devido à máxima exploração imposta pelo cotidiano laboral. Em que pese, as violações, ora naturalizadas e deliberadas pelos representantes da classe dominante.

sociais. O discurso divulgado era o da redução da desigualdade econômica, mantendo estrategicamente o sistema capitalista, retardando lutas, ideias e manifestações revolucionárias (Campelo e Paiva, 2016, p. 166).

Essa dinâmica, engendrou-se tardiamente no Brasil, assim como em outros países de capitalismo exportado, devido as mediações dos processos de colonização, escravização e subjugação econômica, mas com o mesmo caráter remediativo ao tentar amenizar as mazelas das expressões da questão social. A adoção dessas medidas não atendeu as particularidades das exigências da classe trabalhadora brasileira, deixando claro que seus interesses servem somente aos países de capitalismo explorador. Pochmann (2023) traz um ótimo exemplo da realidade racista e colonizadora do Brasil, afirmando que nas protoformas agraristas do século XVIII, a expectativa média de vida da classe trabalhadora mal alcançava os 30 anos. Para o autor, o processo laboral se iniciava a partir dos 5 anos de idade e persiste até o fim de sua vida. Dados colhidos por uma pesquisa, realizada pelo autor, demonstram esse cenário:

> Conforme o Censo Demográfico de 1872, a população de 60 anos e mais possuía 9,9% na condição de escravos, sendo 52,3% homens e 47,7% de mulheres. Do conjunto populacional de 60 anos e mais considerados livres, equivalendo a 90,1% deste mesmo segmento de residentes, 53% eram homens e 47%, mulheres. Ainda para o segmento populacional de 60 anos e mais, 56% eram não brancos e 44%, brancos. Do total da população não branca, 18% estavam na condição de escrava. Na capital do Império, em 1872, o Rio de Janeiro contava com 269,1 mil residentes. Desse total, apenas 3,4% possuíam 60 anos e mais de idade, sendo 20% deles no regime de trabalho forçado (Pochmann, 2023, p. 123).

Ainda segundo Pochmann (2023) o envelhecimento nacional se deu por meio de uma elite, constituída por forças militares, eclesiásticos e latifundiários escravistas, tendo em vista que em 1895, foi aprovado o Plano de Montepio dos Oficiais da Armada Real Portuguesa, financiado pela Fazenda Real. Onde os principais serviços da monarquia "envolvia 18,2 mil servidores, sendo 24% do total na condição de aposentados e pensionistas" (Pochmann, 2023, p. 124). É visível que

> O Estado brasileiro cria as políticas públicas e sociais para atender às necessidades de subsistência e relacionais da população idosa, principalmente, aquelas que interessam ao desenvolvimento econômico e político do capital. Uma das características que se sobressai no tocante à velhice é a ênfase no acesso aos serviços – principalmente, aqueles associados à seguridade social – de modo a promover o aumento do tempo da velhice ativa e independente, postergando os agravos de saúde que podem resultar no aumento da velhice dependente. O acesso da população idosa aos serviços das políticas públicas favorece a longevidade e a ampliação da qualidade de vida. (Torres, 2020, p. 48).

Prosseguindo na história do Brasil, segundo Soares (2020), as décadas de 1920 e 1940 foram marcadas por práticas corporativistas que buscavam aumentar sua centralização de

riquezas. Isso ocorreu por meio dos processos de industrialização que tentavam silenciar e amenizar as exigências da classe trabalhadora. Neste contexto, a burguesia industrial uniu-se aos grandes latifundiários em busca de apoio do Estado, a fim de implementar seu plano de modernização, que abrangeu políticas sociais e outras iniciativas voltadas ao enfrentamento das expressões da questão social.

A análise histórica da Seguridade Social brasileira, promovida por Teixeira (2008), constatou que em 1930 o governo já demonstrava sinais de mudança na abordagem da questão social, embora ainda de forma excludente. O olhar do Estado para as duras mazelas, enfrentadas pela classe trabalhadora, ocorreu, devido ao aumento dos pronunciamentos de uma ameaça socialista e das articulações dos movimentos sociais. Alguns marcadores históricos, foram citados pela autora; iniciando pela promulgação da Lei de Acidentes em 1919 e a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) de 1923, também conhecida como Lei Eloy Chaves (Decreto 4.682 de 1923), essa lei era obrigatória para as empresas ferroviárias e tinha um financiamento bipartite, que envolvia, tanto empregadores, quanto a classe trabalhadora, garantindo acesso integral desta, somente após 10 anos de contribuições de serviços prestados.

Para Teixeira (2008) em 1933, foram inaugurados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), com uma caracterização mais interventiva e por uma gestão, agora tripartite, envolvendo o Estado, os donos dos meios de produção e a classe trabalhadora. Os IAPs eram centralizados em centros urbanos, e buscavam atender pessoas assalariadas que se tornavam mais volumosas, devido a transição demográfica de uma sociedade agrária para uma industrial. No entanto, foi apenas em agosto de 1960, durante a presidência de Juscelino Kubitschek que se estabeleceu a Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS), com o objetivo de uniformizar os direitos de toda a classe trabalhadora, porém não contemplava pessoas que trabalhavam em atividades rurais, empregadas domésticas ou autônomas.

É importante considerar as influências da Era Vargas, tanto na Construção das Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que visava regulamentar e controlar a jornada de trabalho, quanto na fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) pela primeira-dama Darcy Vargas em 1942. Essas medidas protagonizam a mudança na intervenção estatal, agora de maneira ainda mais focalizada, passando a ter como público gestantes e crianças, em detrimento das pessoas idosas e outras que compunham os exércitos industriais de reserva. Isso demonstra que o Estado brasileiro quando dominado pela burguesia, sempre irá priorizar a geração que possui mais mão-de-obra a ser explorada, a fim de manter sua hegemonia (Benedito, 2017, p. 38).

Nesse mesmo período,

> A política de desenvolvimento que domina as sociedades industrializadas e urbanizadas sempre teve mais interesse na assistência materno-infantil e com os jovens. O investimento numa criança tem um retorno potencial de 60 anos ou mais de vida útil, produtiva, enquanto os amplos cuidados médico-sociais na tentativa de manutenção de uma vida saudável de um idoso não podem ser encarados como investimento. São, na verdade, um dever da sociedade para aqueles que deram tanto de si para as gerações futuras (Campelo e Paiva e Silva, 2023, p. 174).

Mas, não fizeram isso sem contrarresposta da classe trabalhadora, uma vez que

> O tempo do Autoritarismo Militar (1964-1984) será iniciado com a invalidação da Constituição que estava em vigor. Dando testemunho da resistência, deve ser mencionado, como exemplo, a criação da União dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, no ano de 1966, cujas principais lutas incorporadas pelo Movimento estavam diretamente relacionadas à proteção — saúde e previdência — à velhice dos(as) trabalhadores(as) (Campelo e Paiva, 2016, p. 180).

Os processos de envelhecimento e as velhices para Campelo e Paiva (2016), passaram a ser vistos pelo Estado, através de lutas que não se restringiam aos acessos a direitos básicos, como também invadiram o campo científico, tendo em vista o aumento de profissionais que compunham as universidades, fundando em 1961 a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), que marcou o início do trabalho social voltado para a população velha. Em 1963, surgiu o Serviço Social do Comércio (SESC), com atuação junto a um público composto majoritariamente por pessoas trabalhadoras em processos de envelhecimento e velhice. Com Teixeira (2008) observa-se que, durante a década de 1970 as camadas populares passaram a ser incluídas na vida política, devido a conquista do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), fazendo com que surgissem as primeiras leis e programas voltados para as particularidades do envelhecimento e da velhice, alguns deles são: o Programa de Assistência ao Idoso (PAI) e os Projetos de Apoio à Pessoa Idosa (PAPI), oriundos das iniciativas entre os setores públicos e privados que fomentam a manutenção do SESC.

Esses programas e projetos, bem como as práticas do SESC, baseavam-se em concepções teóricas neopositivistas, que se valorizavam o estilo de vida franco-americano, onde a velhice, era compreendida como consequência das boas práticas morais e financeira que a pessoa exerceu durante sua vida. Os estudos gerontológicos da época, possibilitaram ao Ministério da Previdência e Assistência Social realizar em 1975, três seminários regionais, – nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza – com o seguinte tema: A situação do Idoso no País.

> Esses seminários foram preparatórios para o próximo evento nacional que ocorreria em Brasília, cuja ideia voltava-se especificamente para as "Estratégias de Política social para o Idoso no Brasil", que, segundo os especialistas da velhice, iria constituir-se em um marco no trato da "problemática social" do envelhecimento (Teixeira, 2008, p. 167).

Silva (2023) menciona que os estudos fundamentados nas práticas de gestão e financeirização da velhice, surgiram durante a década de 1970, devido às constantes alterações nas Constituições. Neste cenário de guerra ao comunismo e silenciamento das exigências das massas, foram criados diversos decretos-leis que contribuíram com a Previdência Social, mas para isso a pessoa deveria ter setenta anos, comprovar sua situação de pobreza e ser contributiva para com o Estado por mínimo doze meses. Neste mesmo cenário, o Ministério da Previdência e Assistência social, definiria uma "política social do idoso", com a finalidade de implementar na conjuntura brasileira um programa médico-social, posto que, a velhice era amplamente divulgada, enquanto um período de isolamento social, devido sua improdutividade, reforçando a imagem caricata da velhice enquanto pessoas assexuadas, moralistas e sem potencialidades.

Nas palavras de Soares (2020) a classe trabalhadora envelhecida vivenciava o ápice das expressões dos excedentes de mão de obra e dos estados de pauperismo absoluto. Constantemente resignada às práticas filantrópicas, religiosas e caritativas, promovidas por fundações e instituições não-governamentais. Mesmo que fossem incluídas nas ações assistencialistas da LBA, nos benefícios de Renda Mensal Vitalícia (RMV) ou contributivas do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), não exerciam sua cidadania plena. Uma vez que suas exigências e necessidades sofriam grandes tentativas de invisibilização, tento em vista que a população velha sempre recebeu benefícios inferiores, comparado às pessoas trabalhadoras-contribuintes mais jovens.

Teixeira (2008), destaca que, na década de 1980, durante o processo de redemocratização do Brasil e em meio à efervescência dos movimentos sociais, surgiram várias iniciativas em defesa do acesso à aposentadoria e do envelhecimento. Um exemplo disso, foi o Movimento de Aposentados e Pensionistas, que, desde o início, trouxe uma nova forma de articular a defesa dos direitos das pessoas beneficiárias da previdência social. Nesse contexto, a classe trabalhadora envelhecida, passou a se organizar e a lutar por seus interesses, um exemplo trazido por Haddad (2023) foi a Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP), fundada em 1985, atuante até os dias atuais, possui sede em Brasília e subsede em São Paulo, representando a velhice em 22 estados brasileiros, através de outras federações filiadas.

As eras Pré-Constituintes, para Soares, Farinelli e Liporoni (2017) também foram marcadas pelo fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais que reivindicavam acima de tudo a redemocratização do Estado ditatorial. Assim surgiu a Constituição Federal de

1988, também conhecida como Carta Cidadã, um marco importante à nação brasileira, instituindo a Seguridade Social fundamentada no tripé: saúde, assistência social e previdência social. Através da equiparação dos benefícios previdenciários, pessoas velhas passam a ter aposentadoria por idade e pensões por morte para a condição de viuvez.

Campelo e Paiva (2016) propõe uma discussão admirável, sobre o envelhecimento latino-americano, pois em 1982 em Viena, Áustria, ocorreu a Primeira Assembleia Mundial Sobre Envelhecimento (AME I), sob coordenação da ONU, na qual deferiu uma a criação de um plano internacional, bem como uma agenda que discutia o direcionamento das políticas sociais, a fim de que a velhice fosse contemplada de forma integral. Influenciando na criação de leis e normativas, voltadas à população velha, que foram incorporadas pelas Constituições dos países da América Latina, como: Brasil (1988); Peru (1993); Bolívia (1994); Equador (1998) e Venezuela (1999). Mas, como era de se esperar, o Plano de Viena não avançou, devido à forte apelação de discursos liberais que enxergavam a velhice, a partir da lógica da independência financeira, repleta de liberdade[39]. A velhice passou a ser compreendida, a partir da extrema responsabilização da vida, resultando em uma autogestão que reforçava aspectos de reprivatização.

Por isso, Campelo e Paiva (2016) afirma que a AME I não conseguiu dialogar com a realidade latino-americana, contemplando somente as pessoas velhas de países hegemônicos. Para a autora, a implementação de políticas públicas e sociais, previstas na Constituição de 1988 é fruto das manifestações, exigências e lutas constantes da classe trabalhadora. Teixeira (2008) complementa esse argumento ao demonstrar que durante o período da elaboração da Constituição de 1988, pessoas em processo de envelhecimento e velhice participaram avidamente do Primeiro Congresso dos Aposentados e Pensionistas, realizado em Praia Grande, São Paulo, nos dias 18 a 20 de agosto de 1987, reivindicando exigências e estratégias para o enfrentamentos das mazelas sociais que revestiam a velhice brasileira.

Os estudos de produzidos Santos (2023), acerca da diversidade da classe trabalhadora, são extremamente necessários para perceber as nuances da luta de classe brasileira, e de que maneira o fascismo vem se reconfigurando ao longo da história,

[39] Não existe liberdade em uma sociedade capitalista. Para as pessoas estudiosas que elegem o método marxiano para suas análises econômicas, culturais e sociais, a concepção de liberdade na contemporaneidade é uma concepção burguesa, centralizada na igualdade jurídica, bem como na liberdade de venda da força de trabalho para poder sobreviver. Portanto, ilusória, pois esconde relações sociais desiguais de poder e propriedade. A verdadeira liberdade, para Marx e Engels (2015) só pode ocorrer em uma sociedade sem a exploração da mais-valia, com o fim da contradição entre as classes sociais e através da superação do capitalismo.

> Especialmente após o período da ditadura civil-militar no Brasil emergiu com bastante vitalidade, movimentos sociais e sujeitos coletivos que deram visibilidade, em suas agendas políticas, às questões de gênero, raça, sexualidade e direitos humanos relacionados ao pertencimento nas cidades e acesso aos equipamentos sociais; à defesa do meio-ambiente, ao uso de substâncias psicoativas, à questão geracional e demais lutas por reconhecimento real de direitos, anteriormente conquistados por outros segmentos (Santos, 2023, p. 29).

Para Soares (2020) as práticas coletivas de uma classe trabalhadora diversa e envelhecida, tornou-se uma ameaça para o grande capital, fazendo com que surgisse em 1990 uma nova onda conservadora, mas agora, camuflada sob o manto neoliberal. Nessa ocasião, houve um massivo escamoteamento da Seguridade Social, que acabou por desfigurar, os primeiros valores fundantes da Constituição Cidadã, alicerçado em um discurso cínico de necessidades urgentes de ajustes fiscais, a fim de alcançar um superávit primário, determinado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Sob a presidência Collor, o capital se reconfigura, exigindo do Estado uma não-atuação política, naturalizando os ataques voltados aos direitos sociais, para garantir a supremacia do livre-mercado e suas privatizações.

Esse momento histórico foi marcado pela desresponsabilização estatal na comunicação oficial, principalmente com relação às publicidades que buscavam incluir pessoas em processo de envelhecimento e velhice aos projetos mercadológicos, essa ação tornava-os, de certa maneira, compradores da própria velhice

> É nesse contexto de avanços desse novo modelo de acumulação, que traz toda a sua superestrutura jurídica, política, ideológica reestruturada, reorganizada com bases neoliberais, que os direitos são lidos e interpretados de forma liberal, ou seja, devendo ser garantidos pelos próprios indivíduos, pela sua família, pela sociedade e pelo Estado apenas para que os que não conseguem suprir suas necessidades de proteção nesses outros setores (Teixeira, 2023, p. 124).

Para Teixeira (2008), mesmo diante de um Estado mínimo, profissionais oriundos da classe trabalhadora, passaram a assumir concepções críticas ou progressivas, compreendendo o envelhecimento enquanto um fenômeno histórico-social, econômico, psicológico, biológico, dentre outras qualificações. Costa e Soares (2018) assentem que um ponto em comum entre as profissões que estudavam e operavam nos processos de envelhecimento, foi a defesa de uma agenda, fundamentada nos princípios dos Direitos Humanos, fazendo com que algumas violações e preconceitos de natureza velhofóbica[40], não fossem banalizadas. Mesmo que os

[40] Essa dissertação defende o termo "velhofobia", por levar em consideração que ageísmo é um conceito importado, visto que *age* significa idade em inglês, e etarismo e idadismo, remetem às faixas etárias. A partir dos estudos em Serviço Social e da Gerontologia social-crítica, comprovou-se que envelhecimento e velhice, não é uma mera condição cronológica, dado que, esse fenômeno heterogêneo em suas expressões, possui particularidades e características próprias, que são engendradas pela sociedade do capital. Para explicitar esta questão, menciona-se um exemplo: uma pessoa em situação de rua envelhece de maneira precoce, em vista de um

conceitos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos em interface com o envelhecimento não fossem compreendidos de maneira hegemônica, as articulações dessas categorias profissionais em consonância com a classe trabalhadora promoveram muitos ganhos para a velhice brasileira.

Alguns desses ganhos à classe trabalhadora velha e em processo de envelhecimento, a partir de Soares (2018) foram: a promulgação da Lei nº8.742/93, comumente conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que promoveu estudos sobre a centralidade do trabalho e as expressões da questão social, contudo, o país ainda não contava com uma política nacional que abrangesse as particularidades das pessoas velhas. Essa complementaridade deu-se através de articulações político-sociais, sendo conquistada através da a Lei n. 8842/94, conhecida como Política Nacional do Idoso[41] (PNI), que passou a estabelecer normativas que visavam a garantia integral dos direitos sociais, bem como a autonomia da integração e participação social. Através da PNI foi criado o Conselho Nacional do Idoso, atualmente conhecido como Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), que passou a discutir de maneira coletiva os rumos para a velhice da classe trabalhadora. Todas essas conquistas, foram fundamentadas em estudos, pesquisas, tendências teórico-políticas que objetivavam a cidadania da pessoa velha, bem como suas exigências biológicas, pessoais, intelectuais e sociais.

Com relação aos papeis atribuídos à criação dos conselhos, de acordo com Soares, Farinelli e Liporoni (2017) foi uma forma de possibilitar que representantes da sociedade civil e do Governo Federal, estivessem frente a frente. Os Conselhos de Direito são frutos das articulações populares que reivindicavam a democratização dos direitos e serviços prestados, qualificados enquanto instâncias que proporcionam discussões sobre a participação, deliberação e papel do Estado. Contudo, esses espaços não assumem as responsabilidades de ordem Executiva, sendo divididas a nível municipal, estadual e nacional. É atribuído aos conselhos a participação nas decisões coletivas, acerca da aplicação de verbas e recursos financeiros, destinados à operacionalização de serviços e políticas sociais, bem como a fiscalização e denúncias dessas. Partindo de uma premissa, onde "o exercício de participar é parte da construção da cidadania e não se faz de forma individual, mas sim, se consolida como

juiz de direito que não foi exposto aos agentes da contradição do capital. Assim como, travestis trabalhadoras do sexo, que muitas das vezes sofrem violações e exposições, não podendo chegar assim à velhice.

[41] Mesmo que sem notas oficiais, atualmente a Política Nacional do Idoso, tem sido divulgada por órgãos nacionais como: Política Nacional da Pessoa Idosa, levando em consideração as pautas de gênero que entraram em vigor, diante de um governo progressista, podendo ser considerada uma conquista para com a diversidade do envelhecimento da classe trabalhadora, bem como a legitimação da linguagem enquanto viva, mutável e orgânica.

uma proposta coletiva de sujeitos que se sentem pertencentes e participantes do processo de conquistas de direitos" (Soares, 2018, p.15).

É importante relembrar que,

> A população idosa da classe trabalhadora no Brasil apresenta uma trajetória de lutas pelos direitos trabalhistas e previdenciários. Ao longo do século XX, contribuiu na criação de associações, compôs a luta sindical e previdenciária, além da formação de frentes de defesa de direitos. Por meio dessas organizações, os/as idosos/as participaram ativamente da construção das legislações que normatizam as políticas direcionadas à velhice. Outro aspecto importante é que a luta política das pessoas idosas, em vários conselhos municipais, tem-lhes garantido assento permanente, contribuindo para a construção dos planos municipais e fortalecendo o papel de controle social exercido pelos referidos conselhos (Torres, 2020, p. 54).

Paralelo a criação dos Conselhos de Direito, surge em 2002, vinte anos após a AME I, em Madri, Espanha, a Segunda Assembleia Mundial de Envelhecimento (AME II). Nesta, a pauta principal foi as transições demográficas, observadas nos países de capitalismo exportador, sob o discurso de voltar atenção aos "problemas do envelhecimento de países de terceiro mundo", tendo em vista que já não era mais possível ignorar os atravessamentos cada vez maiores das expressões da questão social, diante de uma velhice desprotegida nos países latino-americanos (Campelo e Paiva 2016, p. 177).

Naquela época, segundo Soares, Farinelli e Liporoni (2017) a AME II, contou com a participação da Organização Mundial de Saúde (OMS), que defendeu o conceito de "envelhecimento ativo", o que reforçava a ideologia da velhice, proposta por Haddad (2017). A AME II, divulgou, então, uma agenda que visava promover o poder de compra das pessoas velhas ao mesmo tempo que disseminava a produção acadêmico científica fundamentada em um "envelhecimento mais positivo", com o objetivo de promover a inserção da classe trabalhadora envelhecida, e seus familiares, tudo isso, dentro de uma lógica de autogestão e autofinanciamento da velhice. Ou seja, buscava-se a imposição de concepções pautadas na ideologia burguesa com destaque para as diversidades que compõem os processos de envelhecimento e velhice da classe trabalhadora latino-americana. Contatou-se, no entanto, que:

> Apesar dos avanços, o plano de Madri não considerou as diversidades culturais e, especialmente, as disparidades de classe social; este segundo fator é mais relevante para se pensar o processo de envelhecimento e velhice em relação à realidade social. É preciso enfatizar que esses planos possuem intencionalidades políticas, mesmo porque as políticas sociais têm um duplo caráter: (i) de um lado, atendem à demanda das frações da classe trabalhadora; (ii) por outro, perpetuam o embate entre capital e trabalho (Soares, Farinelli e Liporoni, 2017, p.178).

Destarte, Campelo e Paiva (2016) expõe que os planos de intervenção nos processos de envelhecimento e velhices de países que foram historicamente colonizados, não contribuiu de maneira significativa, uma vez que após a AME II, coletivos compostos por uma diversidade de pessoas trabalhadoras e parlamentares da América Latina e Caribe, foram convocadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para participarem das Conferências Regionais Intergovernamentais sobre o Envelhecimento, que possuía o respectivo tema: *"hacia una estrategia regional de Implementación para América Latina y el Caribe del Plan de Acción Internacional de Madrid sobre el Envejecimiento".* Essas conferências de natureza latino-americana e caribenha foram realizadas em I Santiago, Chile (2003); II Brasília, Brasil (2007); III São José, Costa Rica (2012); IV Assunção[42] Paraguai (2017); V Santiago, Chile (2022).

Na opinião de Benedito (2017) essas conferências foram importantes para a criação da Lei n.º 10.741/2003, também conhecida como Estatuto do Idoso – atualmente compreendida enquanto Estatuto da Pessoa Idosa, por levar em consideração as diversidades de gênero que compõem os processos de envelhecimento e velhice – o qual determinou que pessoas velhas no Brasil, seriam aquelas com idade superior a 60 anos, a criação dessa lei, deu-se na constante tentativa de equiparação da velhice, diante de uma sociedade neoliberal. Dessa forma, fica evidente que:

> Merece ser destacado no artigo em questão o critério utilizado para a determinação de quem deve usufruir os direitos garantidos em lei, pois isso foi definido única e exclusivamente pelo aspecto cronológico, sem levar em consideração nenhum outro aspecto como o econômico, o social, o cultural, o emocional e o de saúde. Definir critérios cronológicos para definir quem é velho, como se pode observar, é mais uma imposição das leis que determinam os direitos e deveres para o segmento envelhecido da população (Benedito, 2017, p.47).

Com o avançar da história das conquistas e retrocessos da agenda da velhice no Brasil, cabe afirmar que a presidência de Lula e Dilma, apesar de manterem práticas neodesenvolvimentistas, defendiam os princípios dos Direitos Humanos, concebendo um fazer político-econômico, fundamentado nas práticas de reconciliação de classes. Por serem governos eligidos, a partir de um trabalho de base itinerante que promoviam interlocuções com as lutas sindicais, direitos trabalhistas, religiões que adotavam práticas da teologia da libertação, dentre outras. Obviamente que os mandatos do Partido dos Trabalhadores não proporcionaram

[42] Como a obra de Campelo e Paiva, foi publicada pela Editora Cortez em 2016, houve outras conferências depois desta data, por isso a pessoa autora, achou necessária demonstrar no corpo textual, as conferências posteriores, a fim de que a pessoa leitora, pudesse se localizar diante deste debate.

mudanças na ordem societária, contudo não reforçaram estigmas conservadores, fazendo prevalecer a defesa dos princípios democráticos de direito.

O estudo realizada por Teixeira (2023) revela que conquistas, tal como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dispuseram algum programas voltados à população velha, seja através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) na atuação com pessoas velhas em situação de violação de direitos e desproteção social ou através dos programas de transferência de renda como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família. Dados levantados sobre a gestão Lula e Dilma demonstraram que no período de 2005 a 2025, o orçamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), passou de 11 bilhões de reais para 68 bilhões, chegando em 2017, a 78 bilhões. O Programa Bolsa Família atingiu 13. 488.892 famílias beneficiárias, que recebem um auxílio médio mensal de R$179, 12, representando 23% da população total do país. Já o BPC, beneficiou 4.438.140 pessoas, onde 2.412.121 foram pessoas com deficiência e 1.967.710 pessoas velhas.

Com relação a gestão Dilma, em seu último mandato, Soares (2020) relata que o Estado manteve os serviços socioassistenciais focalizados, devido a uma nova crise do capital, desencadeada em meados de 2008, promovendo assim cortes nos direitos sociais e na universalização das políticas sociais. Adotando assim políticas seletivas, além de reiterar práticas familistas na proteção e cuidado de pessoas velhas. Tudo isso, devido a um fascismo parlamentar, publicidades massivas que estimularam a práticas golpistas e o restabelecimento da Desvinculação de Receitas da União (DRU),

> cujo propósito era desvincular 20% das receitas de impostos e contribuições sociais que financiam a Seguridade Social. Esta foi prorrogada pela reforma tributária de 2007 e em 2016, com a justificativa da crise do Estado, passando a 30%. Assim, e sob essa perspectiva, o vilão do orçamento da seguridade social não é o gasto previdenciário conforme a mídia e o próprio Estado vêm a público a inferir, mas sim os recursos retidos pelo Estado para a formação do superávit primário. Em 2016, também foi aprovada a PEC 55, cuja restrição aos gastos sociais ocorrerá por um período de vinte anos. Essa medida trará regressão dos direitos conquistados quanto aos serviços oferecidos a toda a população e, em particular, às políticas sociais da saúde e da assistência social, com impactos significativos quanto à qualidade de vida do segmento idoso, principalmente nos de situação de vulnerabilidade social (Soares, Farinelli e Liporoni, 2017, p. 184).

Nas palavras de Teixeira (2023) as propostas da DRU foram rediscutidas no governo Dilma, mas suas raízes estavam presentes desde o governo de Itamar Franco e FHC. Os impactos das políticas de desvinculação dos gastos sociais, restringem direitos ao passo em que aumenta o valor das contribuições e taxação de pessoas aposentadas. São divulgadas por justificativas neoliberais sobre conciliação entre o setor público e privado, limpeza da dívida

pública brasileira, estabilização da moeda e controle da inflação. Mas o que ocorre é um desmonte dos direitos sociais, visando descaracterizar as lutas e conquistas sociais, por meio da imposição da pobreza. Seu objetivo maior foi desmantelar os direitos previdenciários trazendo à tona a ideologia de mercantilização da velhice, favorecendo um mercado de providências privadas e aos bancos. Neste sentido, nota-se que em tempos de crise do capitalismo, são sempre as camadas mais desprotegidas as que mais sofrem as consequências.

Campelo e Paiva, Soares e Santos (2020) afirmam que a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, conhecida como Emenda do Teto de Gastos, foi aprovada durante o governo golpista de Michel Temer. No entanto, suas origens remontam ao governo Dilma, que, em junho de 2016, antes do golpe, já havia aprovado a PEC 241/2016. Essa PEC deu origem à Emenda Constitucional nº 95. Portanto, embora Dilma não tenha aprovado a PEC 241/2016, seu governo foi responsável por iniciar todo o trâmite legislativo, relacionado a essa medida. Além disso, as autoras argumentam que a oposição composta por um núcleo parlamentar conservador, emissoras televisivas e suas desinformações, bem como o aumento do fundamentalismo religioso, foram a base do golpe sofrido por Dilma, bem como a eleição de um novo (des)presidente fascista.

Concernente a aprovação da PEC 241/55, torna-se relevante constatar que

> Ainda atinente às políticas públicas, a partir da promulgação da PEC 241/55, que gerou a Emenda Constitucional n. 95/2016, aprovada como medida de austeridade fiscal, houve o congelamento dos gastos governo pelos próximos 20 anos, com vistas a gerar um equilíbrio fiscal. Entretanto, ficou evidente a diminuição de investimentos nas políticas públicas e sociais, o que impactou decisivamente na prestação de serviços direcionada aos trabalhadores em condição de pobreza (Torres, 2020, p. 57).

O capitalismo no Brasil, durante essa época, conforme Teixeira (2023) adotou medidas ultraneoliberais que impactou diretamente no BPC. Dado que, durante o governo golpista de Temer, projetos-lei foram enviados ao congresso exigindo aumento de idade necessária para requerer tal benefício, bem como a redução de seu valor para metade do preço. Neste sentido, cabe afirmar que governos reformistas, são substanciais para a compreensão do real motivo de algumas pessoas não chegarem à velhice, pois quanto mais ampliação de reformas, maior será a ampliação da pobreza e da violência para a pessoa trabalhadora. Já que ao desresponsabilizar o Estado de suas obrigações, previstas na Constituição Cidadã, aumentará os encargos sobre a família, por estar submetida às mediações e processos de sociabilização burguesas, e muitas das vezes reproduzem os valores preconizados pela necropolítica. Neste sentido, as reformas para as pessoas estudiosas de Marx (2015), sempre serão uma das estratégias que o capital utiliza

para se autofavorecer, expulsando assim, a velhice do sistema público, impulsionando a classe trabalhadora a comprá-la em seu perverso mercado.

Campelo e Paiva e Silva (2023) concordam que durante o desgoverno de Jair Messias Bolsonaro, houve a concretização da Reforma da Previdência, no ano de 2019. Essa proposta elevou as idades mínimas para os acessos à aposentadoria e alterou os requisitos de tempo mínimo de contribuição para 15 anos, isso vem prejudicando sistematicamente a classe trabalhadora envelhescente, principalmente as pessoas que já se encontravam anteriormente desprotegidas. Durante esse desgoverno, a extrema direita tentou reduzir o valor do BPC, mas enfrentou forte oposição de parlamentares que defendiam agendas que coadunavam com as premissas dos Direitos Humanos. Porém, a necropolítica bolsonarista conseguiu realizar cortes substanciais no orçamento da rede SUAS, bem como tentou impedir todas as Conferências de Assistência, nas quais repassavam para os Estado, as exigências e indagações da classe trabalhadora.

A necropolítica do governo fascista em questão, acentuou ainda mais as práticas familistas. Contudo, a partir da exacerbação do fundamentalismo religioso e da banalização de crimes, preenchidos de inflamações, LGBTfóbicas, racistas e classistas, fizeram com que muitas famílias, adotassem uma postura de negação-culpabilizadora,[43] frente às diversidades defendidas na Constituição Cidadã. Por isso,

> O distanciamento em relação às garantias constitucionais e aos acordos internacionais de proteção à vida tornou-se ainda mais perceptível através da transferência de responsabilidade sobre a velhice para as famílias e/ou outras redes pessoais e institucionais de apoio – quando elas existem, o que não é o caso de muitas pessoas em situação de pobreza extrema, vivendo na rua, e/ou de pessoas LGBTQIA+. (Pocahy, 2022, p. 67).

Em vista disto, este estudo tem o compromisso de afirmar que o desgoverno Bolsonaro, foi fundamentado em uma estrutura de uma negação fascista, pois se recusou a enxergar a totalidade que compõe a história do Brasil, assim como a diversidade racial, étnico-cultural, sexual e de gênero, entre outras potencialidades que compõem a classe trabalhadora brasileira. Por esse motivo, muitas pessoas estudiosas e autoras, compararam esse período brasileiro, com as protoformas nazifascistas da Alemanha, seja pelas práticas de violação social e intelectual, a partir da queima de livros que promoviam debates críticos e progressistas. “É notoriamente comentado o fato de Hitler ter começado os assassinatos em sua política de extermínio com

[43] Esse conceito foi adotado para demonstrar a natureza contraditória da família, na qual é constantemente envolvida pela ideologia burguesa, a partir da exploração do cotidiano do trabalho, fazendo com que, a partir de valores religiosos e morais, culpem a si mesmas e as pessoas que a compõem pelas situações de violações vivenciadas, sob a narrativa de uma escolha consciente.

“doentes incuráveis”, fazendo com que o monstruoso fosse entendido como ação misericordiosa” (Assano, 2023, p.158).

Neste mesmo cenário de cortes de gastos na Seguridade Social, o mundo enfrentou a Pandemia COVID-19, onde a população mais afetada foi a população velha em situação de desproteção social. Esse contexto, fez com que pessoas velhas ou em processo de envelhecimento, se sentissem duplamente desprotegidas, tanto pela necropolítica de corte de gastos, quanto pelos mecanismos de um vírus, até então não estudados. Pocahy (2022) expõe que mesmo diante deste cenário, o Estado dominado pelo fascismo continuou cortando os financiamentos, destinados ao SUS/SUAS e extinguindo políticas e programas sociais, assassinando as pessoas velhas e outras que também se encontravam em situação de desproteção social.

O capítulo produzido por Assano (2023), promove uma reflexão crítica, acerca dos experimentos bioquímicos não consentidos, realizados com a população velha, durante a pandemia. Para o autor, assim como na Alemanha nazista, o governo genocida de Bolsonaro, aliado às empresas de saúde “especializadas em idosos”, como a *Prevent Senior,* na qual lucrou com a morte de muitas pessoas velhas, através de um megalomaníaco experimento com hidroxicloroquina, composto químico que foi concebido enquanto “a esperança da humanidade”. Essa prática perversa, foi adotada pelo Estado, devido a gestão política do mesmo não querer adotar práticas intervencionistas, evitando a qualquer custo as políticas de *lockdown* e distanciamento social. A comissão da CPI da COVID-19, comprovou que a classe trabalhadora velha, foi tratada feito cobaia, além de terem seus prontuários e atestado de óbito fraudados.

> “este processo também se relacionava a slogans nacionalistas que propagandeavam o próprio sacrifício em prol da grandeza da nação. No caso *Prevent Senior*, a única motivação macroestrutural era lucro, conquistar a bolada que a descoberta megalomaníaca de um remédio milagroso poderia trazer. Os cadáveres produzidos e empilhados pela estrutura da empresa eram resíduos de um processo que despendia meios mórbidos para atingir um fim que é procedimento básico de toda empresa capitalista: lucrar e se expandir” (Assano, 2023, p. 158).

Pocahy (2022) atribui a esse período histórico a qualidade de *necrogerontolopolitica*, tendo em vista como o ultraneoliberismo, tratou a velhice diante de um cenário pandêmico, além de reforçar a ideologia burguesa e autogestão do percurso de vida. Como se a classe trabalhadora velha e seus familiares, tivessem livre acesso à todas as redes de apoio privadas, isso demonstra que a desresponsabilização do Estado, a depender do cenário histórico, econômico e político, irá descartar as pessoas velhas que contribuíram com sua formação.

> Esse fator é central quando consideramos que muitas dessas pessoas idosas encontram-se ativas e responsáveis por boa parte do orçamento doméstico – quando não totalmente responsáveis. Seja através de sua aposentadoria, de recursos financeiros advindos de alguma prática laboral ou pelo exercício de trabalho doméstico como cuidadores/as – alguns sem qualquer garantia trabalhista–, é notória a responsabilidade dos/as idosos/as na manutenção de grupos familiares e sua direta relação com o orçamento doméstico. Importante observar, portanto, que os óbitos comprometem a renda desses grupos, tendo em vista que as aposentadorias eram, muitas das vezes, a única fonte de renda domiciliar; ou mesmo porque algumas pessoas idosas seguiam trabalhando, gerando renda. mudança de perspectiva sobre o processo de envelhecimento (respaldada no enfrentamento ao familismo, à culpabilização e à responsabilização da pessoa idosa). Finalizaremos defendendo a garantia e efetivação das Políticas Públicas, embora saibamos que por si sós elas não enfrentam no seu conteúdo o sistema que produz as desigualdades sociais (Campelo e Paiva, 2023, p. 165).

Por isso, torna-se importante fazer um breve levantamento sobre os desafios que a classe trabalhadora vem enfrentando atualmente. Dado que, a partir da análise do censo demográfico de 2022, realizada por Nalin, Almeida e Coutinho (2023), que fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), comprovou o aumento na longevidade brasileira. Para elas, o Brasil está se tornando uma sociedade composta por um número expressivo de pessoas velhas, dessa, em sua grande maioria são mulheres. Já, a as observações trazidas por Cabral (2022), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de dados obtidos da PNAD Contínua, comprovaram que apesar da pandemia, causada pelo Coronavírus em 2019, o número de pessoas com 60 anos ou mais, aumentou significativamente, desde 2012. Outros dados coletados, também pela PNAD Contínua em 2021, indicaram que a velhice passou de 11,3% para 14,7% da população total, o que representa um crescimento de 22,3 milhões para 31,2 milhões de idosos, ou seja, um aumento de 39,8%. A autora também destacou que o aumento da dependência dos programas sociais, subiu de 11,2% para 14,7%. Isso evidencia a urgência em se cumprir os princípios previstos na Constituição Cidadã de 1988 e a importância da manutenção da Seguridade Social.

Para Paixão (2023) são as mulheres que protagonizam à velhice, isso se deve a um fenômeno conhecido pelos estudos gerontológicos e sociais, enquanto feminização da velhice. Pois, considerando que as mulheres, representam a maior parte da população mundial, e levando em conta os processos de socialização que envolvem as mulheres sul-americanas, fazem com que essas historicamente se constituíssem como chefes de família, dado que mulheres velhas, enfrentaram uma trajetória de vida, marcada por baixa escolaridade, pouca inserção no mercado de trabalho e escassa qualificação profissional. Essas mediações se tornam ainda mais evidentes em mulheres racializadas.

São essas mulheres que contribuem com a renda familiar e continuam exercendo o cuidado, voltado para manutenção de seus familiares dependentes.

> muitas mulheres, sobretudo as negras, que predominantemente ocupam posição de cuidadoras, abdicam de outros projetos pessoais devido às extensas horas dispensadas ao cuidado de familiares ou outras pessoas. Muitas vezes é o corpo da velha que precisa ser cuidado, mas é esta que ainda ocupa o lugar de cuidadora. No tocante às atividades domésticas, a influência dos aspectos raciais na execução destas atividades, incluindo as precárias condições de vida e a sobrecarga, são elementos presentes nas vivências de muitas idosas. (Paixão, 2023, p.186)

Na contemporaneidade brasileira, a população preta, continua a enfrentar desafios na garantia do direito de envelhecer. Isso se deve a uma história marcada pelo racismo, patriarcalismo e imposição da ideologia burguesa, que dificultou o acesso aos serviços essenciais para sua sobrevivência, como a educação, saúde e trabalho digno. Por isso, o "racismo estrutural, com suas transversalidades patriarcais e ageístas, é central para demarcar como aspectos originários o conservadorismo brasileiro perpetuando hoje, não somente mediante o racismo, mas pela delimitação da própria dinâmica das classes sociais" (Soares e Teixeira, 2024, p. 63).

É importante ressaltar que a população idosa, ainda enfrenta muitos desafios, posto que, mesmo com a presidência de Lula, o Brasil continua a adotar medidas neoliberais. Com isso, problemas relacionados à superexploração do capital continuam a aparecer, já que o país ainda se destaca como um grande exportador de produtos agrícolas. (Paiva et al., 2023, p. 27). A contemporaneidade, ainda é marcada pela atuação de pessoas velhas no mundo do trabalho, isso "refere-se à necessidade de aposentados continuarem trabalhando, pela remuneração e devido às baixas aposentadoria, inclusive muitos continuam sendo arrimos de família" (Giaqueto e Soares, 2010, p. 6).

Neste cenário atual,

> Também se percebe a contaminação da renda dos idosos comprometida com empréstimos, uma vez que mais de um terço informa utilizar da experiência com instituições financeiras para atender as necessidades do poder de compra. Isso pode estar relacionado aos gastos diferenciados com o envelhecimento – mobilidade, remédios, tratamentos de saúde, cuidadores, entre outros –, inclusive para os que ainda seguem ativos no mundo do trabalho, com ocupações variadas, especialmente o trabalho informal (Pochmann, 2023, p. 122)

Para Assano (2023) é uma hipocrisia esconder a condição de obsolescência que a ideologia burguesa impôs à velhice. Mesmo diante de transformações tecnológicas e sociais, o Estado brasileiro continua não investindo em suas pessoas cidadãs velhas e envelhecentes. Esse sistema, continua tentando encaixar a velhice em um não-lugar, a partir da criação de papeis sociais, que acabam por negar todas as potencialidades que ainda constituem uma pessoa velha que: ama e deseja trocar afetos, ao passo em que cria os mais belos produtos artísticos.

Portanto, o papel social da velhice parece estar intrinsecamente submissa e relegada à lógica fetichizada do consumo capitalista. De tal modo, que em um futuro próximo poderá constatar-se que a velhice não será mais acessada por toda a classe trabalhadora, uma vez que as mediações sociais impostas pela totalidade capitalista, fará com que muitas pessoas morram antes de chegar neste período, considerando que a depender de sua condição de classe, gênero, raça, orientação sexual, étnica e território, já se pode falar em um envelhecimento precoce, desde que, leve-se em conta o tempo, o tipo de exploração a que a pessoa foi submetida, e de como foi constituída a sua vivência diante das mazelas próprias das questões sociais, impostas anteriormente pela lei geral de acumulação capitalista.

Por fim, cabe afirmar que os processos de envelhecimento e velhice da classe trabalhadora, foram amenizados pelas conquistas dos direitos sociais e pelas intervenções das políticas sociais, entretanto esses avanços mascararam algumas das mais fortes expressões da questão social especificamente aquelas voltadas para a velhice, o que ressalta a necessidade levar em conta que:

> Os processos de envelhecimento e a sua heterogeneidade constatada no Brasil são um desafio para as políticas públicas. A implementação dos serviços direcionados às pessoas idosas é fruto também, do movimento de reivindicação para que sejam reconhecidas como sujeitos políticos. Dessa forma, algumas características são evidenciadas e interferem diretamente na construção das referidas políticas: o envelhecimento associado à pouca ou nenhuma condição econômica de parte da população idosa para manter suas necessidades de subsistência de forma autônoma; a permanência dessas pessoas executando funções de trabalho exaustivas e com baixa remuneração, causando o adoecimento pelo trabalho; a degenerescência da velhice, resultando na necessidade de se estabelecerem rotinas de cuidados que podem ser no âmbito familiar ou institucional (Torres, 2020, p. 54).

Portanto, o que se verificou até aqui, foi: a importância dos estudos e das pesquisas que possam passaram a narrar a história a contrapelo, por reconhecer, que é no bojo das contradições que os processos de envelhecimento e velhice, constitui o seu nascedouro. Por isso, entende que muitas políticas e direitos sociais, foram implementados com a finalidade de acalmar a rebeldia da classe trabalhadora, e que foi graças a esse histórico de lutas que conseguiu chegar à velhice, apesar de ter o seu aporte financeiro constantemente ameaçado. Na tentativa de compreender as múltiplas determinações que envolvem a diversidade sexual e de gênero da classe trabalhadora velha e envelhescente, o próximo capítulo irá discutir as interlocuções entre os estudos gerontológicos e a contribuição das produções acadêmico-científicas do Serviço Social, para a contribuição de uma Gerontologia Social Crítica Brasileira.

2.3 Mulheragens às precursoras de um debate sobre envelhecimentos e velhices, a partir do método histórico-crítico

Durante muito tempo a velhice foi compreendida a partir dos arquétipos de senilidade e senescência. Segundo Haddad (2003) essas concepções continuam sendo reproduzidas por diversas áreas do conhecimento e isso se deve, principalmente, aos discursos geriátricos e gerontológicos que foram difundidos a partir de 1961, com a criação da Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria (SBGG), onde a velhice era concebida como sendo um problema e tratada de maneira isolada da realidade. Durante muito tempo esse modelo constituiu-se como principal tendência teórica da compreensão dos processos de envelhecimento e velhice.

Para compreender o que são tendências teóricas, é fundamental recorrer às discussões realizadas por Torres (2006) em sua tese: *A coruja e o camelo: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social*. Para a autora, as tendências teóricas só podem ser compreendidas, através de seu movimento, pois foram construídas a partir do percurso histórico. Por esse motivo, possuem um direcionamento teórico-metodológico, tal qual uma trama histórica, filosófica, política e social, podendo assim, defender ou não, projetos revolucionários e progressistas, ou nenhum desses. Essas tendências fundamentam as produções acadêmico-científicas, através das apreensões e discussões acerca da realidade.

Por conseguinte, Teixeira (2021) define duas tendências que influenciam a gerontologia social tradicional, concebidas como perspectivas,

> Francófona: prevalece o modelo biomédico, cronológico e demográfico, em que o envelhecimento significa ‘ser mais velho’ e ‘ter mais idade, processo marcado pelo declínio ou pela decadência fisiológica, orgânica e física do organismo, portanto, ressalta-se a da falência da vitalidade do ser humano, incapacidade para o trabalho, logo, improdutividade, mas também perdas de papéis sociais, diminuição dos contatos sociais, solidão e isolamento, devendo a sociedade e o estado protegerem essa pessoas, socializando os custos do envelhecimento de um segmento que participou da criação de riquezas dessa mesma sociedade, com seu trabalho no vigor de suas forças físicas. Anglo-saxônica: prevalece abordagem do envelhecimento como “*ageing*” (ciclo de vida), como um processo “*in transition*”, de adaptação à mudança, parte do ciclo de desenvolvimento humano. Como parte do ciclo de vida, tem relação direta com a trajetória de vida, hábitos, atitudes e comportamentos dos indivíduos. Esses também podem alterar e reverter os aspectos negativos do envelhecimento, como as disfuncionalidades, incapacidades e doenças, a depender de seu estilo de vida (TEIXEIRA, 2021, p. 76-77).

Para Miranda (2024) essas duas tendências fundamentaram a criação dos conceitos: envelhecimento ativo e envelhecimento saudável, esses pressupõem que as exigências mais típicas da velhice podem ser modificadas com mudanças do estilo de vida, dos hábitos e de

certos comportamentos individuais. Com tais argumentos tenta-se responsabilizar a classe trabalhadora pelo seu próprio destino, ficando evidente a escamoteada tentativa de invisibilização de suas exigências. Razão pela qual não levaram em consideração categorias sociais fundantes, como: a classe, raça, gênero, etnias, sexualidades, entre outras potencialidades da diversidade.

> tratamos da gerontologia e de suas ramificações que enxergam o processo de envelhecimento de forma abstrata, ou seja, uma gerontologia homogeneizada para todos, sem levar em consideração a diversidade e principalmente a inserção de classe social, o pertencimento de raça/etnia e gênero, entre outros determinantes. Entretanto, algumas autoras inauguraram uma "nova" forma de entender a velhice, pela via da heterogeneidade, tendo como fundamento a categoria da totalidade social (Benedito, 2022, p. 184)

A partir de Campelo e Paiva (2016) entende-se que o Serviço Social contribui para promover a afirmação de uma Gerontologia Social Crítica do Brasil, tendo em vista toda sua trajetória de luta para se consolidar no campo profissional-científico. Profissão essa regulamentada pela Lei nº 8.662, de 1993, que carrega em sua história marcas de luta e resistência. Tendo como marcos importantes: os dez anos (1965-1975) de Movimento de Reconceituação que direcionaram para o Congresso da Virada em 1979 (III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais CBAS, São Paulo), onde a categoria profissional passou a se posicionar a favor do projeto da classe trabalhadora. Desde então, uma parcela de assistentes sociais, travam lutas em direção da consolidação de seu Projeto Ético-Político, contando para isso com o apoio fundamental do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Em busca de fornecer meios e ferramentas necessários para um trabalho pautado na competência crítica, uma vez que o conhecimento é uma ferramenta essencial para promover a transformação da sociedade (Campelo e Paiva, Soares e Santos, 2020, p. 79).

Compreender a velhice e os processos de envelhecimento, pela via das elaborações teóricas, proporcionadas pelo Serviço Social, sem adotar uma perspectiva crítica, significa ignorar todas as pesquisas e discussões ético-políticas que já foram realizadas sobre o tema. Para Yazbek (2009), opor-se à neutralidade e assumir um caráter mais crítico, didático e interventivo, promove diálogos profundos e diretos com as mediações presentes na realidade social, vivenciada no cotidiano acadêmico-profissional. Essas interações são essenciais para a compreensão, construção e manutenção da diversidade das relações sociais que compõem a classe trabalhadora velha e envelhescente. Por esse motivo,

> Defendemos a centralidade do trabalho, como ato fundante do ser social, reivindicando aos estudos sobre o envelhecimento e a velhice humana, o rompimento com a "conspiração do silêncio". Pois ninguém envelhece sem estar em relação e condicionada/o com e pela classe social na qual se insere, imune às questões de gênero, etnia, raça/cor, orientação sexual, entre outras mediações a serem consideradas nos processos investigativos realizados pelo Serviço Social. Demonstramos ou, pelo menos, alertamos para, a importância de se refletir sobre as determinações da contradição "capital *x* trabalho", no envelhecer e na velhice das mulheres e homens que personificam a classe trabalhadora e seus segmentos, as/os que protagonizam a "velhice trágica"(Campelo e Paiva, Soares e Santos, 2020 p. 95).

Em vista do exposto, recorda-se a reivindicação de autoria de um neologismo, utilizado pelas aguerridas Professoras Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira e Dra. Maria José de Oliveira Lima, durante o evento *30 anos de Pós-Graduação em Serviço Social*, realizado em Franca, São Paulo (2022), em que, a fim de valorizar o componente orgânico que constitui a história, a memória, e por saber que uma produção acadêmico-científica não se realiza sozinha, as professoras fizeram o uso do conceito "mulheragem[44]". Prestando assim, as devidas menções honrosas ao legado político, teórico e profissional, construídos por uma categoria de assistentes sociais, composta majoritariamente por mulheres que com pouco recurso, mas com um enorme compromisso ético-político, ocupam seus espaços nas agendas da construção do conhecimento, assim como fizeram outras tantas, magníficas mestras, mesmo estando na velhice.

Por isso, essa dissertação se compromete em prestar mulheragens às precursoras que compõem o tema envelhecimento e velhice, dentro do fazer científico do Serviço Social. As autoras aqui apresentadas, deram de grande contribuição na formação acadêmica e profissional de quem está escrevendo este estudo. Por isso, a sutileza de levantar alguns dados desse legado, cuja finalidade é, colaborar com a divulgação da origem e fundamentação teórico-crítica desses estudos, o que facilitaria a busca de tais conceitos por parte de possíveis pessoas leitoras. Não sem antes almejar que essas preservem a memória dessas produções, bem como a biografia dessas autoras, de modo que a totalidade-crítica desses escritos possam se integrar às particularidades afetivas, rumo a uma nova ordem societária.

O entendimento da dinâmica dessas mulheragens passa, necessariamente, pela compreensão dos pontos fortes, explicitados pela pessoa autora. Essa dinâmica é construída ao longo de toda uma caminhada desbravadora, pautada pelo fazer e pelo aprender a aprender. A Professora Dra. Eneida Gonçalves de Macedo Haddad é exemplo dessa dinâmica na construção do ser, tanto é, que possui em Ciências Sociais (Sociologia) pela Universidade de São Paulo

[44] Reivindica-se esse neologismo por ser uma forma de prestar congratulações às mulheres pioneiras em uma determinada área do conhecimento, bem como reconhecer suas dedicações. Tendo em vista que, a etimologia da palavra homenagem, ainda expressa a figuração do homem e do macho enquanto centro de todas as benesses do mundo capitalista.

(USP), onde marcou a sua trajetória acadêmica com a passagem pela docência da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS, Unesp/Franca, São Paulo) em diversos cursos. Também se dedicou de forma integrada na construção do Curso de Serviço Social, formando inúmeras assistentes sociais. Sua obra Seu trabalho é voltado para a temática do envelhecimento, sua obra mais conhecida e considerada um clássico foi fruto de seu mestrado. O que vem comprovar que uma dissertação bem elaborada pode ser extremamente potente para transformar cenários políticos, sociais e culturais.

Campelo e Paiva (2016) e Teixeira (2008) em suas teses, afirmam que a obra: *A ideologia da velhice*, de Eneida Haddad continuam sendo um divisor de águas para quem estuda envelhecimentos e velhices. Uma vez que, pela primeira vez no Brasil, uma autora lança um olhar crítico para um assunto marginalizado por um cenário acadêmico, majoritariamente composto por funcionalistas e fenomenólogos.

Na obra clássica de Haddad (2017) a velhice ganha contornos reais, principalmente por desmistificar aquilo que por eras foi considerada como sendo um privilégio exclusivo da classe dominante. Ou seja, uma velhice digna pertenceria a uma pequena casta, que controla o Estado brasileiro abarrotando-o de ideologia burguesa. Um clássico exemplo burguês é o da transferência de culpa para a classe trabalhadora pela sua não inserção na agenda da elite. O fraco argumento utilizado unia responsabilização e escolha, ex.: a classe trabalhadora não foi responsável ao adotar para si, determinado estilo de vida. Para a autora, a burguesia constitui a cultura dominante, que para a sua manutenção promove um conjunto de categorias que visam comandar as práticas de percepção e manipulação imediata da realidade, com um pretenso objetivo: atualizar o comportamento da classe trabalhadora em relação às práticas defendidas pelo conceito burguês de "terceira idade".

Além disso, Haddad (2027) questiona as "boas práticas" do Estado e da SBGG, ao afirmar que estes, enaltecem

> o papel das ciências médicas no prolongamento da vida humana e o do Estado, enquanto criador de medidas de proteção à classe trabalhadora. A elaboração do imaginário que fala sobre a velhice, desconsiderando a realidade histórica das sociedades de classe, cujos conflitos exprimem as contradições do próprio social, faz aparecer um Estado uno, acima das classes, que protege o trabalhador contra a progressiva e irreversível divisão do trabalho. Oculta que na divisão social do trabalho encontra-se o cerne para a explicação do drama da velhice na classe trabalhadora e que o Estado é o instrumento utilizado pela classe dominante para continuar sendo dominante; oculta que as leis, por sua vez, longe de beneficiarem a classe trabalhadora, controlam as relações sociais em benefício da classe dominante, possibilitando que o Estado apareça como Estado de Direito (Haddad, 2017, p 162).

A autora defende o conceito de ideologia da velhice, para demonstrar o caráter falacioso da burguesia, bem como das tendências teóricas que compõem sua fundamentação, ao mostrar que historicamente o capital sempre priorizou sua acumulação, para isso seria mais interessante que o Estado e fundações privadas (muitas conectadas a saúde) investissem em gestantes e crianças e adolescentes. Pois o futuro da nação, é uma potencial força de trabalho que virá-a-ser expropriada.

Mas a autora, faz isso de uma forma tão humana, não reforçando preconceitos intergeracionais, tendo em vista que sua principal obra foi realizada em 1985.

> Amparada no modo de pensar capitalista, não se dá conta de que jovens e idosos são vítimas das mesmas teias intrincadas, urdidas pela sociedade capitalista. A organização capitalista, nos ensina Marx, transforma os homens em mercadorias, submetendo-os à lei da oferta e da procura, tanto quanto a de qualquer outra mercadoria (Haddad, 2017, p. 190).

A autora continua pesquisando, participando de grupos de estudo, eventos e produzindo novas discussões, sempre articulada com as outras autoras que se farão presentes no decorrer desta narrativa.

Vinte e três anos depois deste marco, temos a produção central da Professora Dra. Solange Maria Teixeira. Esta, possui Pós-doutorado (2009) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2006), Mestrado (1998) em Serviço Social, também pela PUC e Graduação (1991) em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí, onde atualmente é professora titular.

Sua tese, se tornou o livro *"Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil",* foi apresentada em 2006, mas publicada pela Cortez Editora em 2008. Atualmente, ela é considerada como fundamentação básica para o campo das ciências humanas e sociais que lançam o olhar para os processos de envelhecimento e velhice. Mas destaca-se, pela sua relevância acadêmica e científica dentro do Serviço Social. Esse reconhecimento se reflete nas premiações recebidas por ela, como: o prêmio CAPES de Teses e Celso Furtado.

Em Teixeira (2008), destaca-se maior adensamento nas leituras das obras de Marx e Engels, para muitas pessoas pesquisadoras, sua obra é apelidada de "*O Capital do envelhecimento*", pois fundamentada pelo método teórico-metodológica marxiano, a autora analisa como a sociabilização burguesa, de maneira perversa, toma o tempo da classe trabalhadora, para perpetuar seu poder, pela via de uma reprodução e atualização constantes. Ela explora os aspectos que compõem a trajetória histórica do envelhecimento humano e os

modelos de proteção social, evidenciando que os processos de envelhecimento e velhice, são construções geradas a partir da luta de classes.

> Outra característica típica da realidade brasileira é a permanência dos idosos no sistema produtivo; quase 50% dentre os idosos e um terço entre as idosas ainda trabalha, em piores situações de trabalho, sem carteira profissional, quando inseridos no mercado formal. Geralmente, porém, esses idosos situam-se no setor informal ou de subsistência, em trabalhos por conta própria, autônomos, em atividades agropecuárias e comércio, realidade comum aos mais pobres. Essas fontes de renda, ainda que mínimas, permitem aos idosos manterem e chefiarem suas famílias. Assim, nem o envelhecimento marginalizado pelas restrições nos papéis sociais (produtivos e familiares), que geram depressão, solidão, isolamento, exclusão das relações sociais, tão propagados por uma parte da gerontologia, nem o seu inverso, do envelhecimento como a melhor fase da vida, idade do prazer, do lazer, de realizações, caracterizam o envelhecimento dessa fração da classe trabalhadora, interditando com isso, análises generalizantes e aclassistas (Teixeira, 2008, p. 303).

O sistema fundamentado na lógica da produção de mercadorias, produz em contrapartida uma sociedade que envelhece de forma desumanizada e coisificada. Para Teixeira (2008) há duas formas que capital se manifesta na vida da classe trabalhadora envelhecida (ambas são complementares). Sendo a primeira delas, a *exploração do trabalho para o trabalho*, fundamentado em um cotidiano de produção e no movimento de expropriação da força de trabalho, fazendo com que ocorra a degradação precoce de seu corpo. Ao não servir mais irá compor as fileiras de excedentes de trabalho, aceitando salários ínfimos, recorrendo à assistência pública ou filantrópica. A segunda emerge da primeira, pois, configura-se quando a pessoa velha, já não compõe o cotidiano do trabalho e mesmo que constituam a sociedade, são consideradas inaptas ao trabalho, sofrendo de maneira alarmante todas as violações que compõem as expressões da questão social.

Com entusiasmo, nota-se o quanto a obra de Teixeira, dialoga diretamente com as obras compiladas e traduzidas, recentemente pela editora Zahar, de Lélia González (2020) onde menciona os processos de guetização, promovidos pelo capital que cria como produto principal, uma massa marginal crescente. Nessas massas excedentes e marginais, estão as pessoas velhas, mulheres amefricanas, travestis, trabalhadoras do sexo e pessoas sexualmente dissidentes e são fundamentadas também pela sua classe, por sua raça, cultura e etnia.

Por isto, cabe a tentativa de elencar aproximações do pensamento de González (2020) com Teixeira (2008), principalmente quando ambas apresentam suas elaborações críticas, sobre da *lei geral de acumulação capitalista* (mencionada nos capítulos anteriores). Pois as duas autoras, demonstram as particularidades que constituem a classe trabalhadora e sua diversidade, “nesse sentido, o envelhecimento sofrerá determinações econômicas sociais, culturais, étnicas,

sexuais diferenciando-se no tempo e no espaço interditando tratamentos universalizantes e a-históricos" (Teixeira, 2008, p. 81).

Em Teixeira (2008) encontra-se acalento revolucionário, para aquelas pessoas que visualizam corajosamente como a realidade vem se constituindo. Os atravessamentos que integram o mundo do trabalho e os processos de envelhecimento, de pessoas dissidentes, pobres, não-brancas e generificadas, fazem com que ocorram violações, que resultam na não chegada desta camada populacional à velhice.

> Portanto, são as condições materiais de existência, sob jugo do capital, os determinantes da problemática social do envelhecimento dos trabalhadores. Nessas circunstâncias, tanto a força de trabalho disponível, quanto o pauperismo – o peso morto do exército industrial de reserva – são desenvolvidos pelas mesmas causas que a força expansiva do capital; posto que, sem meios de produção e sem valor de uso pela idade, resta a esse segmento permanecer na miséria, quando escapa de morrer antes, dado a baixa expectativa de vida (Teixeira, 2008, p. 79).

Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva é graduada (1990) em Serviço Social pela Universidade Católica de Pernambuco, mestre (2004) em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2004) e doutora (2012) em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco, sendo a primeira assistente social em Pernambuco a obter o título de gerontóloga.

Sua tese que se tornou livro, publicado pela Editora Cortez, "Envelhecimento, Saúde e Trabalho no Tempo do Capital", teve como objetivo principal, contribuir o conhecimento nas áreas de Serviço Social e Gerontologia Social. De forma audaciosa, Campelo e Paiva (2016) desafiou um campo delicado das ciências gerontológicas, pois muitas de suas produções científicas não apresentam uma abordagem histórico-crítica. Com isso, o livro se destaca por adotar um diálogo inovador, a partir da utilização do método materialista histórico-dialético, onde demonstra que a sociedade capitalista, gerada através da defesa da liberdade humana, é contrária à própria emancipação desta, principalmente quando a classe trabalhadora envelhece. Neste sentido, utilizou de diversas fontes marxianas, bem como suas fontes primárias como Hegel, desafiando assim, as limitações da teoria tradicional e das pesquisas que se baseiam apenas em observações empíricas.

Um dos elementos que mais saltam aos olhos de quem se depara com a narrativa de Campelo e Paiva (2016), ocorre quando ela menciona suas antecessoras e reivindica um direcionamento ético-político, para a sustentação do tema, tanto na elaboração de conteúdos pedagógicos, acadêmicos e científicos, bem como na própria práxis profissional de assistentes social, gerontólogos e geriatras.

> Com a intenção de dar continuidade à "interpretação social" do processo de envelhecimento [da classe trabalhadora] no tempo do capital, referenciada neste livro, principalmente, a partir de Beauvoir (1990), Haddad (1986, 1993) e Teixeira (2008), venho propor a afirmação da Gerontologia Social Crítica enquanto campo destinado à produção de conhecimento comprometida com as lutas sociais e políticas e a construção de novas subjetividades vinculadas ao projeto societário da classe trabalhadora, dando conta, inclusive, da sua velhice (Campelo e Paiva, 2016, p. 223).

Campelo e Paiva (2016) enaltece a importância dos movimentos sociais, na conquista da longevidade alcançada pela população brasileira, para ela, a velhice é considerada fruto de uma história repleta de lutas coletivas e organizadas por uma classe trabalhadora que possui exigências e diversidades. Por isso sua obra é fundante na compreensão da heterogeneidade da velhice, dado que, em muitas áreas do conhecimento, a depender de suas matrizes teóricas adotadas, a velhice será compreendida, enquanto homogênea, cronológica ou como uma fase comum da vida. Visto que, para ela, não se envelhece igual, assim como não se morre igual, essas condições são atravessadas por inúmeras outras categorias sociais.

Na obra de Campelo e Paiva (2016) verifica-se a primeira fagulha que levou ao interesse da pessoa autora em estudar diversidades sexuais e de gênero da classe trabalhadora, a partir das produções acadêmico-científicas do Serviço Social. Pois, a partir da coleta dos materiais presentes nesta dissertação, notou-se que a autora foi a primeira a mencionar as práticas afetivo-sexuais em pessoas velhas, que apesar de serem discriminadas, deixadas de escanteio e não devidamente apropriadas por pessoas estudiosas e pesquisadoras.

> Pela via do preconceito, da gerontofobia, da estigmatização da velhice, a falta de atenção para com as questões relacionadas à sexualidade nessa fase da vida humana, tem corroborado com o aumento da incidência de casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids no segmento de 60 anos ou mais. Eis mais um indicador que vem sendo negligenciado pelas autoridades sanitárias e os profissionais das diversas disciplinas que compõem a Saúde Coletiva (Campelo e Paiva, 2016, p. 179).

Outra reflexão proposta por Campelo e Paiva (2016) vai de encontro com o fundamentalismo religioso cristão, discutido também nesta obra, tendo em vista que ao se falar de religiões, opta-se pela via da pluralidade desta, bem como pelo direito de exercer a sua fé e seus valores cosmogônicos, esses constituem a heterogeneidade e a diversidade da classe trabalhadora, que mesmo envelhecida não teme em demonstrar suas potencialidades.

> principalmente se a ILPI está vinculada a uma determinada "congregação" religiosa, onde os credos distintos provavelmente não terão espaço para serem exercidos; liberdade de manifestar a sexualidade, tomando como exemplo o fato de, em geral, as Instituições serem criadas para receber mulheres ou homens e, no caso de serem mistas, tendem a segregar os gêneros; enfim, haveria um rosário de perdas a serem colocadas aqui. (Campelo e Paiva, 2016, p. 198).

As contribuições construídas por Nanci Soares, esta autora possui graduação (1983), mestrado (1997) e doutorado (2003) em Serviço Social, pela FCHS/Unesp, de Franca, São Paulo (onde também é professora titular) e Pós-Doutorado no Departamento de Ciências da Saúde. As particularidades de Soares (2020) são encontradas em sua escrita e dedicação ao tema, dentro de uma perspectiva crítica de defesa e proteção dos direitos das pessoas idosas. Tanto no fazer docente, como em suas produções, através da análise da conjuntura contemporânea, ela questiona a irresponsabilidade do Estado e sai em defesa dos Direitos Humanos, fazendo interlocuções com os movimentos sociais e promovendo um debate crítico com discentes do curso do Serviço Social.

> A profissão de Serviço Social tem o compromisso ético-político e está pautado na defesa e proteção dos direitos das pessoas idosas, defendendo a responsabilização do Estado na efetivação dos direitos da população idosa, na garantia de políticas públicas para o envelhecimento digno e ativo e a mobilização da sociedade civil para exigir a materialização de tais políticas, vencendo as discriminações e preconceitos, e contribuindo para construção de uma sociedade sem opressão de classe, etnia e gênero (Soares 2020, p. 3).

Suas produções sempre vão dialogar com a realidade objetiva, já que a autora possui muita experiência na realização do trabalho de base e nas extensões universitárias, sendo coordenadora da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) há mais de 20 anos. Conforme Soares e Di Giani (2008) a UNATI de Franca, emergiu não apenas como uma iniciativa institucional do governo de São Paulo, mas graças ao trabalho de base realizado pelas assistentes sociais e das mobilizações da população velha local. Das práticas de extensão universitária surgiram muitas produções e fundamentações operacionalizadas em oficinas.

Estudos realizados pela autora, comprovam as mediações, contradições e particularidades dos Centros de Convivência para Pessoas Idosas no Brasil, ao passo em que defende que "a UNATI é considerada um CCI inserido na política educacional, pois possibilita a convivência entre as pessoas idosas dentro do contexto educacional. O desenvolvimento deste trabalho se relaciona diretamente a sociabilidade e a educação (Gonçalves e Soares, 2013, p. 33).

A autora demonstra constante preocupação para com a dimensão acadêmico-formativa de discentes, inspirada pela *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire, saí em defesa de uma formação demonstra a importância humanista, frente

> a inserção dos alunos em experiências teórico-práticas, que os capacitam para atuar nos grupos de convivência com maior competência profissional, imbuídos de conhecimentos sobre a pessoa idosa. Ressaltam, que desta forma, concretizam-se o pressuposto de articulação necessária e indissociável entre as três funções da universidade (ensino, pesquisa e extensão) (Gonçalves e Soares, 2013, p. 35).

As produções de Mabel Mascarenhas Torres, dialogam com as de Nanci Soares, porém suas particularidades, podem ser visualizadas, a partir da elaboração de um diagnóstico social da realidade enfrentada pela classe trabalhadora velha e envelhescente. Cabe ressaltar que Torres é graduada em Serviço Social (1985) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, possui mestrado (1995) e doutorado (2006) na mesma área pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, atualmente é professora titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina.

Outras contribuições trazidas por Torres (2020), consiste na afirmação de que a práxis profissional é caracterizada

> pela atuação na perspectiva dos direitos humanos e sociais, evidenciando a lógica e o sistema de proteção na gestão dos serviços, programas e benefícios apensos às políticas. Assim, busca consolidar um trabalho que referencia um desenho de política social com foco na proteção social e na defesa dos direitos humanos e sociais (Torres, 2020, p. 56)

Por isso, não teria como falar das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, sem antes ler as produções de Torres. Sua apropriação do método de Marx em consonância com as competências das assistentes sociais, voltadas aos processos de envelhecimento e velhice, já que esses "vão se configurando como questões das quais os assistentes sociais devem se apropriar, uma vez que se deparam cotidianamente com idosos que buscam, em seu trabalho, respostas às suas demandas" (Torres, 2020, p. 49).

Para a autora, as competências profissionais podem ser resumidas em:

> **Competência Analítica**: a capacidade do assistente social de conhecer e analisar as determinações sócio-históricas constitutiva da realidade social, extraindo elementos que explicitam as relações construídas na sociedade capitalista. [...] **Competência Articuladora**: é a capacidade do assistente social de unir, construir politicamente ações que se colocam no campo coletivo. assistente social organiza, mobiliza segmentos da classe trabalhadora, lideranças e movimentos sociais, a fim de evidenciar os fenômenos sociais que atingem diretamente as frações mais pobres da classe trabalhadora. Expressa também o posicionamento político do profissional, evidenciando que a profissão se alinha na defesa das lutas gerais da classe trabalhadora [...] **Competência Executiva**: é a capacidade do assistente social de planejar, executar programas, projetos, atividades, de modo a construir respostas profissionais que atendam às necessidades que lhe são apresentadas pelos trabalhadores, escolha dos instrumentos técnico-operativos (Torres, 2020, p. 58).

Por isso, em Torres (2024) esta dissertação encontrou refúgio, uma vez que o objeto aqui estudado, dialoga integralmente com a realidade da pessoa autora. Neste sentido, as produções da autora, serviram como uma lufada, um sopro de vida, pois sua narrativa não nega a visualização da violações que acometem a classe trabalhadora velha e envelhescente, mas

busca proporcionar narrativas atreladas às concepções potentes de resistência, articulação coletiva, e lutas revolucionárias.

Outra precursora, considerada elementar para a criação deste estudo foi Jonorete de Carvalho Benedito, essa possui graduação (1988) e mestrado (2009) em Serviço Social pela Universidade Federal do Alagoas e doutorado na mesma área, pela FCHS/Unesp, Franca São Paulo, atualmente atua enquanto assistente social na Secretaria de Assistência Social de Maceió, Alagoas. A sua tese "*A contribuição do serviço social brasileiro ao enfrentamento ao "racismo e ageísmo": um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos encontros nacionais de pesquisadores em serviço social realizados na segunda década do século XXI*, defendida por 2022.

Através de Benedito (2022) o projeto deste estudo e sua metodologia foram criados, pois tem enquanto material base as produções acadêmico-científicas do Serviço Social, pois ao pesquisar as bases de dados e os anais dos principais eventos da categoria profissional, comprovou que o Serviço Social brasileiro vem contribuindo com o enfrentamento do racismo e do velhismo. Mas para ela, ainda há muito caminho a ser trilhado, devido ao baixo interesse da categoria profissional em estudar os processos de envelhecimento e velhice que constituem a classe trabalhadora. Nas palavras dela, os maiores índices relacionados à situação de pobreza estão na parcela negra da população. Contudo, como podemos verificar, esse é um aspecto "despercebido" quando o/a trabalhador/a atendido é a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos (Benedito, 2022, p. 111).

Estudar as produções de Benedito, é compreender toda a gama de potencialidades, exigências, existências diversas que constituem a classe trabalhadora velha. Recordar a importância da memória, da biografia e da história narrada por pessoas velhas, é uma forma de manter a ancestralidade, a cosmogonia, as cosmovisões, a cultura e a identidade vida. Essas fundam o que Campelo e Paiva (2016) chama de heterogeneidade da velhice.

> Dessa maneira, podemos afirmar que apesar das conquistas, a população negra brasileira vive em situação alarmante no que diz respeito ao acesso aos direitos básicos pelos quais seus ancestrais lutaram desde que aqui chegaram: segurança alimentar, condições menos indignas de trabalho, direito de viver livremente. E no caso dos/as velhos/as negros/as ainda há muito a trilhar para que, de fato, façam parte dos índices brasileiros. Enfim, ao analisar os dados chegamos à conclusão de que o Brasil saiu do sistema de escravidão, mas a escravidão não saiu do Brasil (Benedito, 2022, p. 111)

Por fim, deve ficar nítido para as possíveis pessoas leitoras dessa dissertação que nomes não mencionados neste subcapítulo, não são de forma alguma menos importantes ou menos contributivos. A construção desta narrativa deu-se à serviço da promoção de um celeiro de

ideias que acalentaram de forma teórico-afetiva a escrita científica da pessoa que narra. Deve-se também levar em consideração que todas as autoras aqui mencionadas, fazem apropriação do método de Marx e Engels, para fins teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Pois, ao coletar o material para o próximo capítulo, verificou-se que essas autoras ocupam todos os espaços nos principais eventos da categoria profissional, isso é a forma mais bela de compromisso ético-político não somente com a produção em Serviço Social, mas com o envelhecimento da classe trabalhadora.

CAPÍTULO 3 – APROXIMAÇÕES CRÍTICO-METODOLÓGICAS

A banca de qualificação decidiu que a natureza desta pesquisa é exploratória. Segundo Severino (2017), a pesquisa exploratória permite acumular dados e informações que, quando bem trabalhados, garantem uma investigação mais aprofundada sobre o tema que se propôs desenvolver. Como o objetivo foi explorar um campo ainda muito estudado na área do Serviço Social, fez-se o uso das abordagens qualitativas e quantitativas, essa combinação, de acordo com o autor, pode ampliar a compreensão sobre o objeto em questão. Por isso, foi utilizado gráficos em pizza, para mensurar o número de publicações relativas ao envelhecimento e velhice, com interlocução com as diversidades sexuais e de gênero, nos principais eventos da categoria profissional.

Em vista disto, foi sugerido mediante as orientações metodológicas da banca de qualificação que este estudo se realizasse, a partir da revisão sistemática da literatura, mas que seus resultados fossem apresentados de forma narrativa-descritiva (síntese qualitativa), a partir do método eleito e de um referencial teórico crítico. Posto que, grande parcela das produções acadêmico-científicas do Serviço Social, são categorizadas enquanto ensaios teóricos. Para Galvão e Ricarte (2019) a utilização desta metodologia, permite que a pessoa pesquisadora se aprofunde na temática estudada, a fim de construir uma elaboração teórica que promova o reconhecimento e divulgação, acerca de um tema ainda pouco estudado. Neste sentido, a revisão sistemática de literatura,

> Está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, apresentando de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão e exclusão dos artigos e o processo de análise de cada artigo. Explicita ainda as limitações de cada artigo analisado, bem como as limitações da própria revisão (Galvão e Ricarte, 2019, p. 3).

A pergunta que norteou este fazer científico, foi: "*como vem sendo realizadas as produções acadêmico-científicas do Serviço Social, voltadas à diversidade sexual e de gênero, de pessoas velhas e envelhecentes?*". Posto que, a proposta é conhecer o material até então publicado, neste sentido, considera-se que a revisão sistemática da literatura foi uma escolha apropriada, por conseguir elencar produções do Serviço Social, compostas por "diversas metodologias ou [...] de diferentes conceituações teóricas, construtos e/ou relacionamentos. As revisões narrativas também podem ser usadas para fornecer uma descrição histórica do desenvolvimento da teoria e da pesquisa sobre um tópico" (Galvão e Ricarte, 2019, p. 3).

Contudo, deve-se destacar que esta dissertação de nenhuma forma visa integrar ou sobrepor a natureza plural dos estudos encontrados, pois, a pessoa que se comprometeu a estudar determinado objeto, possui o direito de escolher suas fundamentações metodológicas, bem como defender (ou não) um direcionamento político, a partir de seus resultados. Neste sentido, visa-se descrever como as produções foram elaboradas, a partir de suas fundamentações e ideias centrais, a fim de fornecer um diagnóstico destas, para o campo de conhecimento do Serviço Social.

> Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidades: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto — de sua estrutura e dinâmica — tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador (Netto, 2011, p. 20).

Seguindo os critérios da revisão sistemática literatura, proposta por Galvão e Ricarte (2019) os critérios de inclusão foram: artigos teóricos, em português, disponíveis no espaço virtual, sem limite de datas (por não ter muitas produções publicadas na respectiva temática). Já os critérios de exclusão foram: produções voltadas à educação sexual, produções que discutem a sexualidade sob a dicotomia cisheteronormativa e estudos sobre gênero que não contemplem a perspectiva dissidente de pessoas trans e travestis.

Por indicação da banca de qualificação, as bases de dados exploradas foram: os anais dos principais eventos do Serviço Social como o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS); Encontro Nacional de Pesquisadores (as) em Serviço Social (ENPESS) e Simpósio Internacional Sobre Estado, Sociedade e Políticas Pública (SINESPP); O portal: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, limitando-se às teses, devido ao rigor de adensamento teórico e originalidade, e por último foi selecionada a Revista SER Social (UNB) por ter um número significativo de produções em envelhecimento e Política Social, dentro do campo do Serviço Social.

Enquanto estratégia de busca para encontrar as produções, foi utilizado randômicos descritores de forma intercruzada, tais como: “envelhecimento”; “velhice”; “velho”; “velha”; “idoso”; “idosa”; “gays”; “gay”; “homossexuais”; “lésbicas”; “lésbica”; “travesti”; “travestis”; “trans”; “transexuais”; “homens trans”; “pessoas dissidentes”; “dissidências”; “LGBTQIA+”; “LGBTI+”; “LGBT” e “GLS”[45] todos esses integrados com o *(AND)* “Serviço Social”.

[45] Sabe-se que essa sigla atualmente caiu em desuso, porém por muito tempo foi utilizada para expressar a identidade da comunidade, foi utilizada neste estudo, a fim de coletar mais materiais para fomentar o debate da pesquisa.

> Neste processo, os instrumentos – ou, se se quiser, *técnicas* – de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação, etc. Esses instrumentos são meios de que se vale o pesquisador para "apoderar-se da matéria", mas não devem ser identificados com o método: instrumentos similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes. Cabe observar que, no mais de um século decorrido após a morte de Marx, as ciências sociais desenvolveram um enorme acervo de instrumentos (técnicas) de pesquisa, com alcances diferenciados – e todo pesquisador deve esforçar-se para conhecer este acervo, apropriar-se dele e dominar sua utilização (Netto, 2009, p.10).

As leituras das produções acadêmico-científicas, foram realizadas, sob influência de Góis, Souza e Teixeira (2024). Tendo em vista que a leitura crítica, emerge da abstração que busca revelar determinantes essenciais do fenômeno social, desvendando as relações de produção e exploração ocultadas pela aparência das coisas. A abstração é um instrumento fundamental para a análise crítica da realidade social, pois através desta desvenda-se as contradições e antagonismos da sociedade do capital.

Uma das premissas da revisão de literatura sistemática, de acordo com Galvão e Ricarte (2019) é compreender as lacunas na literatura, bem como os consensos, essa dissertação escolheu, enquanto método o materialismo histórico-dialético, por este, segundo Netto (2011) permitir que a pessoa pesquisadora, possa ir além da aparência imediata dos fenômenos e através da historicidade das categorias desenvolvidas por Marx e Engels, possa ir em busca das tramas sociais que envolvem o tema. Isto posto, compreende-se ser importante que a pessoa leitora conheça um pouco mais do método, bem como suas categorias.

3.1 Aproximações consecutivas e necessárias, a partir do materialismo histórico-dialético

Para Góis, Souza e Teixeira (2024) quem se dedica à pesquisa, geralmente busca entender um fenômeno em todas as suas nuances. Isso envolve, observar a totalidade que revela as causas e os fatores que fazem parte da existência do objeto estudado, além de compreender como este se relaciona com outros elementos da realidade. Para isso, é fundamental considerar a dinâmica da sociedade capitalista, suas leis, crises e contradições. Mas é importante ressaltar que isso só se torna viável, através do estabelecimento de mediações proposto pelo materialismo histórico-dialético, seja com base no conhecimento acumulado, nas particularidades da práxis social ou ambos. Neste sentido, para os autores, este método produz uma compreensão mais desvelada sobre a produção da formação social capitalista.

Para Silva e Sant'ana (2013) o método histórico-dialético, não pode ser compreendido enquanto um conjunto de conhecimentos ou de "receitas científicas", uma vez que este, conduz

um saber teórico que promove reflexões e contribuições para o campo plural das ciências humanas e sociais aplicadas. Por isso, este método não é um método de construção, mas sim de desconstrução, de perseguição do movimento do real, revelando as particularidades presentes na totalidade da vida social e comprometendo-se com os elementos fundantes desta; trabalho, historicidade e revolução como uma possibilidade histórica.

Portanto a escolha deste método dialoga inteiramente com o objetivo desta dissertação, pois, compreender o envelhecimento de pessoas trabalhadoras sexo-gênero dissidentes, consiste em perceber, que

> não se trata apenas de relações imediatamente postas, mas de relações universais, socialmente explicadas, que remetem ao funcionamento de dada ordem social, seu metabolismo, sua sociabilidade, ou seja, a forma como os homens se organizam para produzir e reproduzir a vida social. Essa universalidade, para que não se perca em generalizações e abstrações, somente pode ser apanhada nas suas particularidades, isto é, os complexos sociais universais não se objetivam igualmente em todas as realidades, ainda que componham uma universalidade, façam parte de uma lógica que não se encerra e não se explica pontualmente, localmente, individualmente (Silva e Sant'ana, 2013, p. 189).

Mesmo que ainda se viva em uma era, onde se produz uma "devastação intelectual, artificialmente produzida pela transformação de seres humanos imaturos em meras máquinas de fabricação de mais-valor" (Marx, 2015, p. 473). De acordo com Netto (2011) compreende-se que nenhuma pesquisa é neutra, posto que, a abstração proporciona a quem se propõe a estudar, um movimento de ir além da imediaticidade das aparências fenomênicas e empíricas, de uma maneira em que não se recuse estas, mas que se apreenda sua essência estruturante e dinâmica. Ou seja, o papel da pessoa pesquisadora é

> essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo) [...] o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação (Netto, 2011, p. 25).

Para isso, quem se propõe a estudar, é importante que leve em consideração as categoriais centrais do método de Marx e Engels, mesmo seu objeto seja totalmente teórico, bibliográfico, artístico, entre outros, uma vez que estes são produções humanas, construídas na totalidade da sociedade burguesa, repleta de contradições e mediações (Netto, 2011, p. 58).

> Articulando estas três categorias nucleares -– a totalidade, a contradição e a mediação –, Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico. Ao nos oferecer o exaustivo estudo da "produção burguesa", ele nos legou a base necessária, indispensável, para a teoria social (Netto, 2011, p. 58)

Levando em considerações as afirmativas feitas por Campelo e Paiva (2016) acerca das produções voltadas aos processos de envelhecimento e velhice, e a originalidade de reivindicação de uma Gerontologia Social crítica no Brasil, nota-se que ainda é um desafio construir produções acadêmico-científicas, a partir do materialismo histórico-dialético. Não somente pela via da complexidade da apreensão do método, mas pelo domínio empirista que predomina os programas de pós-graduação, bem como as ordens de fomento da pesquisa nacional. "Merece destaque o fato de que, no Brasil, de maneira geral, os programas de pós-graduação em Serviço Social não contemplam uma linha de pesquisa sobre o envelhecimento" (Campelo e Paiva, Soares e Santos, 2020, p. 94).

Isto se dá devido, ao cenário burguês que qualifica enquanto ciências, estudos que fornecem uma resposta precisa para um "problema social". Não buscando na totalidade da sociedade burguesa, as nuances que engendram as expressões da questão social, isto comprova que nenhuma pesquisa é neutra, oriunda do trabalho humano, ela se apresenta em uma sociedade, onde "entre a sua vida pessoal e sua vida enquanto subsumida a um ramo qualquer do trabalho e às condições a ele correspondentes [...] sua personalidade é condicionada e determinada por relações de classe bem definidas" (Marx e Engels, 2007, p. 65).

Assim sendo, julga-se importante – mesmo que de forma breve – compreender as categorias centrais do método. A começar pela totalidade, para Zacarias (2022) essa não pode ser compreendida como o agrupamento de todos os fatos, e sim como um todo dialético, estruturado na sociedade burguesa. Essa sociedade movimenta-se de forma não cronológica, portanto seria impossível apropriar-se de todos os seus elementos constitutivos, contudo a totalidade permite a apreensão de momentos que são determinados por um todo histórico, constituído por relações econômicas, sociais, raciais, generificadas, afetivo-sexuais, dentre outras.

Essas relações, estão estruturalmente relacionadas a relação de propriedade, "ela pode ser apresentada como relação de amor, de poder, de exploração" (Marx e Engels, 2007, p. 289), por isso constituem a realidade objetiva da sociedade de classes, que por sua vez, possui o trabalho e classe, enquanto agentes fundantes, contudo toda contradição precede uma superação,

> pois as partes que a compõem traduzem uma relação de conflito e de luta. Simultaneamente, a existência de cada uma se faz essencial para a existência da outra. O fim da contradição é o fim da vida. A superação da contradição é o percurso natural do devir, é a sua tendência em transformar o choque entre duas partes em algo superior (Zacarias, 2022, p. 69)

A contradição, enquanto categoria de compreensão da realidade, possibilita a criação de novos arranjos. Marx e Engels (2007) ao buscarem compreender a sociedade burguesa e o conflito entre as classes, visualizaram na contradição uma possibilidade de exercer uma crítica ao sistema exploratório vigente, dentro de seu próprio movimento os autores desvendaram as determinações fundamentais da realidade concreta. Isso fica evidente, quando os autores vão descrever a sociedade burguesa:

> Apenas *uma* relação é de seu interesse, a relação de exploração; todas as outras relações só valem para ele enquanto possa subsumi-las àquela relação, e mesmo onde lhe ocorram relações que não se deixem subordinar diretamente à relação de exploração ele acaba por subordiná-las, ao menos em sua ilusão. A expressão material desse proveito é o dinheiro, o representante dos valores de todas as coisas pessoas e relações sociais (Marx e Engels, 2007, p. 396).

Por fim, outra categoria essencial que compõe o método de Marx e Engels, de acordo com Zacarias (2022) é a mediação. Esta que foi abstraída da dialética de Hegel por Marx, cumpre uma função integradora, uma vez que a contradição não atua de maneira independente, a transitoriedade da mediação, não deve ser compreendido a partir da cronologia, mas daquilo que está posto na realidade social, mas que se transforma a partir desta

> Como se dá que, no interior dessa autonomização dos interesses pessoais em interesses de classe, o comportamento pessoal do indivíduo tenha de se coisificar, se alienar, e que, ao mesmo tempo, ele subsista sem ele, como poder independente dele, produzido pelo intercâmbio, que ele se transforme em relações sociais numa série de poderes que o determinam, subordinam e que, por isso, aparecem na representação como poderes “sagrados” (Marx e Engels, 2007, p.240).

O materialismo histórico-dialético é importante para a discussão do tema, tendo em vista que, a partir de Teixeira (2008) o sistema capitalista, produtor de mercadorias, instaura relações sociais de produção que desumanizam e coisifica a classe trabalhadora a uma ordinária condição de reprodução de riquezas, engendrando assim uma massiva desvalorização das potencialidades e diversidades humanas, acentuadas quando a classe trabalhadora se encontra na velhice.

3.2 Navegando nas bases de dados

Sustentando a concepção de pesquisa bibliográfica para Severino (2017), faz parte desta, à procura por produções que vão de encontro à natureza da temática que se propõe compreender, dentro de uma determinada área do conhecimento em que o estudo se desenvolve.

Neste sentido, buscar por fontes bibliográficas nos acervos de dados virtuais, exigem certo rigor, principalmente nas utilizações dos descritores, pois estes, conferem

> maior especificidade à busca realizada. Devemos entender que, em uma base de dados de alta qualidade [...] palavras que não são descritores padronizados também levarão a um resultado na pesquisa, pois bases com essa qualidade conseguem agrupar palavras não padronizadas em certos descritores padronizados. (Pompei, 2010, p. 2).

Isto posto, cabe afirmar a partir de Lacerta *et al.* (2006) que os indexadores de revistas científicas e os anais de eventos, são fontes necessárias para a busca e apreensão de novas perspectivas do conhecimento, ambas as plataformas de obtenções de dados assumem um papel importante para a divulgação e comunicação da produção acadêmico-científica. Contudo,

> Isso nos obriga, ainda mais, a termos um olhar bastante crítico sobre as publicações e a não aceitarmos o primeiro estudo obtido como verdade absoluta. Pelo contrário, a resposta à nossa dúvida deve ter por base um levantamento o mais amplo e cuidadoso possível das publicações que cobriram o tema pretendido, seguido de uma análise criteriosa de cada resultado. Isso nada mais é do que uma revisão sistemática, que pretende juntar, em uma só publicação, os diversos resultados sobre o tema pesquisado. Dessa forma, parece que a revisão sistemática é uma das melhores formas de atualização (Pompei, 2010, p.1).

Portanto, a realização de um prática investigativa, diante de uma revisão sistemática da literatura, consiste que a pessoa pesquisadora elenque conteúdos que dialoguem diretamente com o seu objeto e tema. Neste sentido, os próximos subcapítulos, visam demonstrar como foi realizada a apreensão de dados.

3.2.1 Conhecendo os Anais de evento do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2016, 2019, 2022)

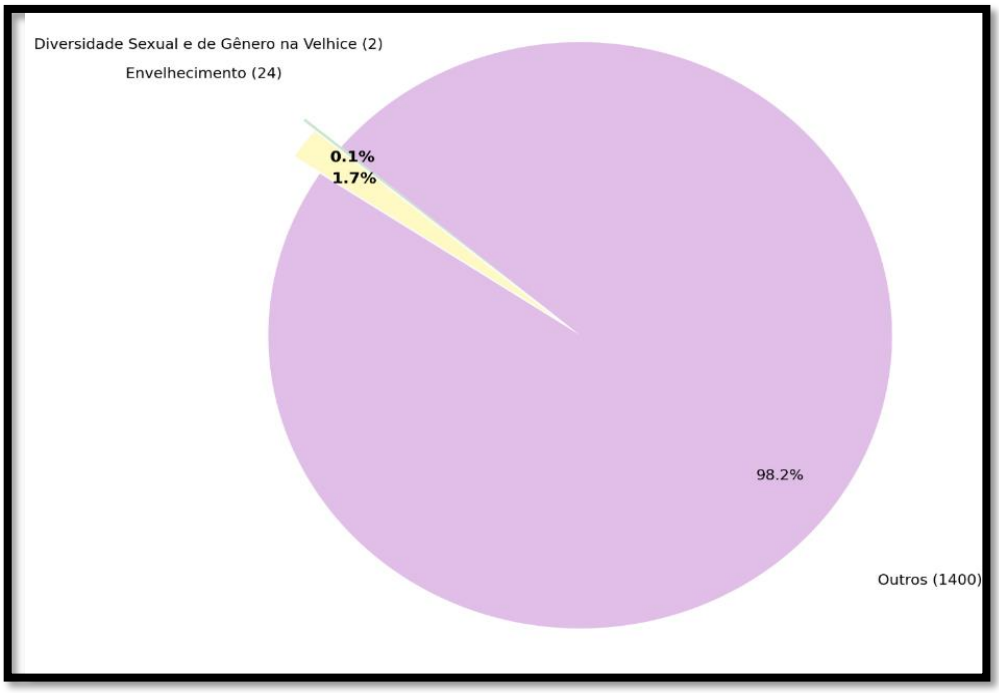
Iniciando pelo XV CBAS, que aconteceu entre os dias 5 e 9 de setembro no Centro de Convenções de Olinda (PE), sob a temática: *"80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão"*. No total foram publicados neste evento 1426 produções, 24 destas abrangiam o tema envelhecimento e velhice, mas apenas 2 versavam esse tema com as diversidades sexuais e de gênero. A particularidade das produções, voltadas ao envelhecimento e velhice neste congresso foram: a velhice atendida na atenção básica de saúde e na proteção básica de assistência, com o foco voltado à importância da família.

Com relação ao tema estudado, dois artigos foram selecionados para serem lidos integralmente:

- Velhice, Gênero e Sexualidade: uma pesquisa bibliográfica, com autoria de Sandra Maria dos Santos;
- A sexualidade na terceira idade: quebrando tabus, sob autoria de discentes que compunham a Ulbra Aberta à Terceira Idade (ULBRATI), extensão universitária do Centro Universitário Luterano De Ji-Paraná, do Estado de Rondônia. Cujas pessoas autoras foram: Andersson Leandro Maria; Bruna Alves Berguerand; Creuzeni Maria Da Silva Leite Fonseca; Dulce Teresinha Heineck; Ludmilla Kassia Martins Da Silva; Marilza França Dos Santos; Rafaela Maia Gomes; Roberta Da Silva Pereira; Sabrina Scatambulo Goulart

Quanto à porcentagem de produções acadêmico-científicas, nota-se que de 98,2%, apenas 1,7%, voltadas aos processos de envelhecimento e velhice, dessas 0,1% contemplavam o tema estudado. Mais bem visualizadas no gráfico abaixo:

GRÁFICO 4 – PORCENTAGEM DAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS DO XV CBAS (2016)



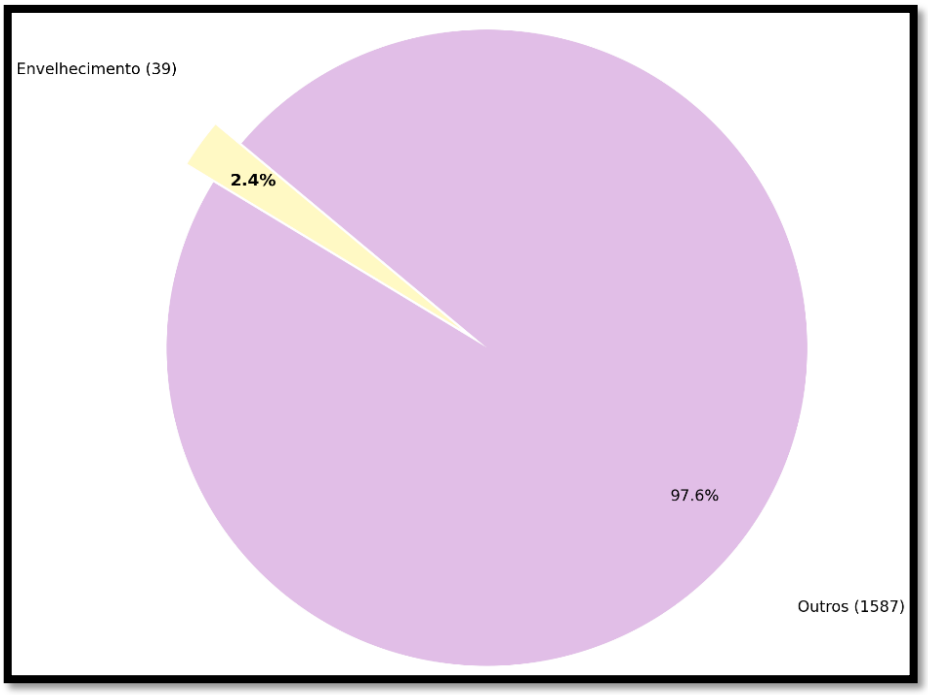
Fonte: Elaboração própria

O XVI CBAS ocorreu em Brasília, Distrito Federal, nos dias 30 de outubro a 3 de novembro de 2019, sob o tema: *"40 anos da "Virada" do Serviço Social"*. No tocante às publicações, foram 1626 produções submetidas, destas 39 eram voltadas ao envelhecimento e

à velhice. A partir da leitura dos resumos dos artigos, depara-se com um aumento acerca das pesquisas de gênero, e de gênero interseccionado à classe e raça, demonstrando um salto positivo aos temas que abordem a feminização da velhice, feminismos e envelhecimento e velhice de mulheres não-brancas. Contudo, nenhum desses estudos contempla os processos de envelhecimento de mulheres transexuais e travestis, bem como da população LGBTI+ em geral.

Todavia, por mais que o tema envelhecimento e velhice não seja um dos mais estudados dentro da categoria de assistentes sociais, este CBAS foi o que mais teve publicações voltadas à temática, posto que de 97,6% das produções em geral 2,4% discutiam envelhecimentos e seus processos.

GRÁFICO 5 – PORCENTAGEM DAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS DO XVI CBAS (2019)



Fonte: Elaboração própria

Por último, o XVII CBAS que foi realizado nos dias 11 e 13 de outubro de 2022, devido aos resquícios da pandemia, este evento adotou um caráter híbrido, onde a maioria das pessoas visualizam de forma remota, sua temática foi: "*Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina*". Uma conquista interessante deste congresso, é que seus anais passaram a ser separados por eixos temáticos, o que facilita a dinâmica de quem pesquisa ou que precisa de artigos mais específicos. Os eixos temáticos que abordam os processos de envelhecimento e velhice, foram:

- Políticas geracionais: ênfase em envelhecimento e Serviço Social.
- Relações de Exploração/Opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades.

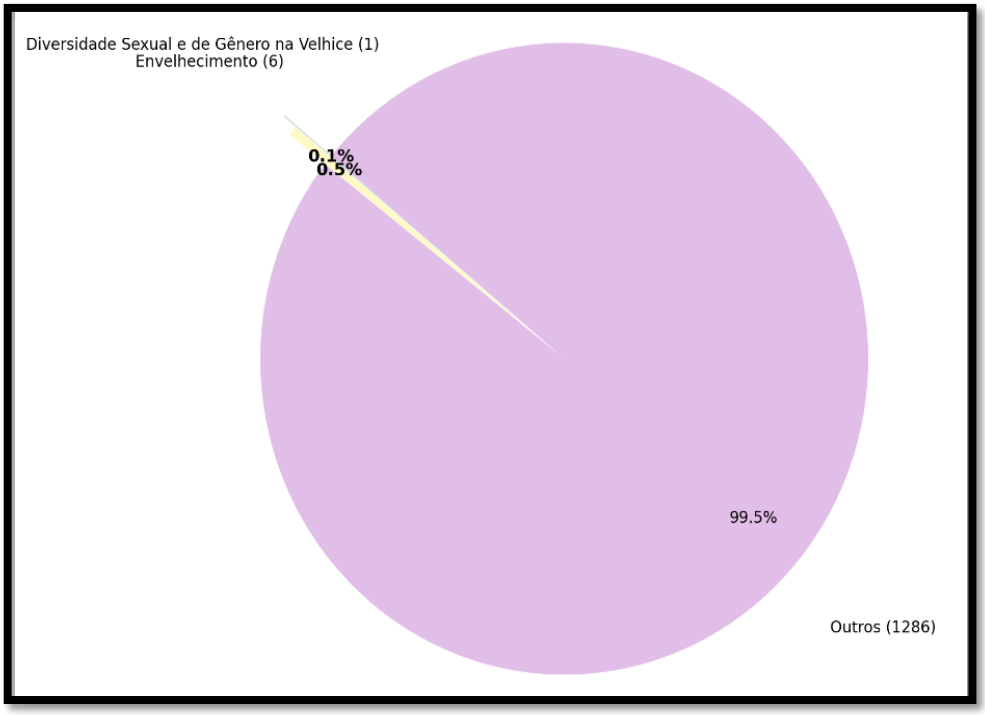
Grande parte das produções que tinham como tema central os processos de envelhecimento e velhice, discutiam a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, integrada à população usuária velha e sua família nos Serviços e Programas Sociais da Política de Assistência do Brasil.

Com relação ao tema aqui estudado, mais de 30 artigos se encaixam no eixo 1; e 21 artigos no eixo 2, somente 6 artigos contemplavam o Serviço Social, ou eram voltados aos processos de envelhecimento e velhice, ressalte-se que, apenas 1 dialogava com o tema. A partir dessas informações constatou-se que, o artigo selecionado para melhor compreensão da temática, encontrava-se no eixo 2, com o título de:

- Corpo e Envelhecimentos: por uma reivindicação dos direitos sexuais das mulheres, sob autoria de: Jacykelly Renata França De Oliveira.

Quanto à proporção dos artigos publicados nos anais deste evento, de 99, 5% de produções em geral, 0,5% se propuseram a estudar envelhecimento e velhice, e 0,1% o tema abordado na dissertação. O que se considera um decréscimo, tendo em vista o congresso anterior.

GRÁFICO 6 – PORCENTAGEM DAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS DO XVII CBAS (2022):



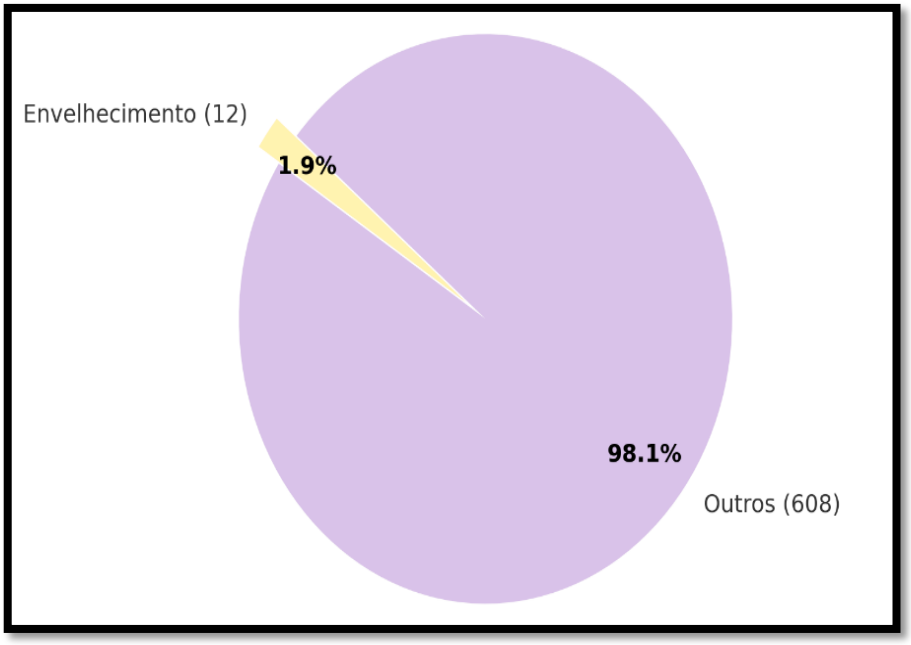
Fonte: Elaboração própria

3.2.2: Conhecendo os Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (2022 e 2024)

A título de explicação, ressalta-se que os únicos anais de evento disponíveis na integra, são o XVII ENPESS e o XVII ENPESS. O primeiro realizado em 2021 nos dias 14 e 17 de dezembro de 2021, na Universidade do Rio de Janeiro (UERJ), com a temática: "*Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora*". Possui 620 artigos submetidos, destes, apenas 12 eram voltados aos processos de envelhecimento e velhice, mas nenhum contemplou a temática aqui estudada.

Concernente às produções acadêmico-científicas, 98% trabalhavam temas gerais, enquanto 1,9% mencionaram os processos de envelhecimento e velhice. Destes, em grande maioria discutiam os direitos humanos e sociais, voltados à pessoa velha.

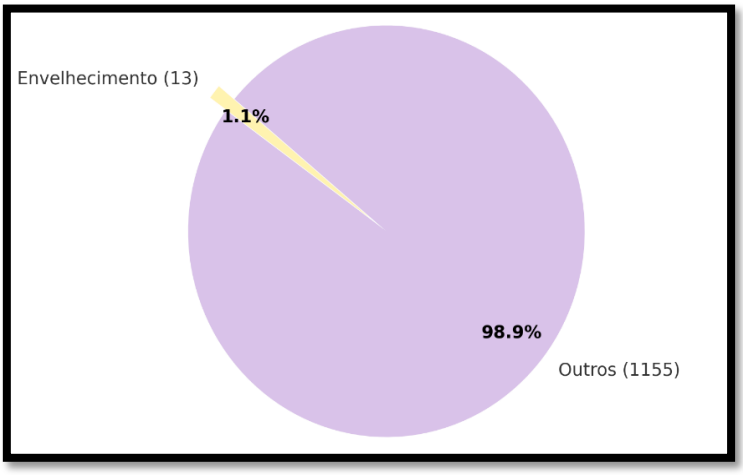
GRÁFICO 7 – PORCENTAGEM DAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS DO XVII ENPESS (2021)



Fonte: Elaboração Própria

O XVIII ENPESS, foi realizado nos dias 10 a 14 de dezembro de 2024, em Fortaleza, no Ceará, sob o título: Relações de Classe e Raça-Etnia no Brasil: desafios para uma formação profissional emancipatória no Serviço Social. Contou com 1168 artigos publicados, mas apenas 13 eram sobre os processos de envelhecimento e velhice, e nenhum contemplava o tema estudado. Neste evento, notou-se o aumento de produções que debatiam a feminização da velhice, sendo as mulheres racializadas às protagonistas, junto de temas relacionados à competência profissional, bem como o aprimoramento de políticas. Como resultados percentuais, conta-se com 1,1% de publicações voltadas ao envelhecimento e 98,9% em outros temas.

GRÁFICO 8 – PORCENTAGEM DAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS DO XVIII ENPESS (2024)

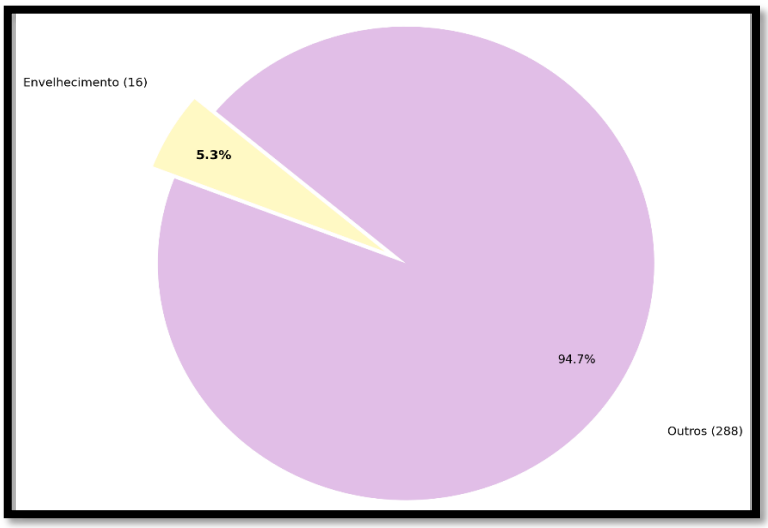


Fonte: Elaboração própria

3.2.3 Conhecendo os Anais dos Simpósios Internacionais sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (2018, 2020, 2022, 2024)

Os anais de eventos disponíveis na íntegra, começam a partir do II SINESP, este que teve por tema: "*Estado e Políticas Públicas no contexto da contrarreforma*" e ocorreu nos dias 20 a 22 de junho de 2018, em Teresina, Piaui. Contou com 304 produções publicadas, destas 16 foram encontradas dentro da temática dos processos de envelhecimento e velhice, essas eram voltadas ao cenário das políticas públicas e sociais, mas nenhuma contemplou o tema aqui estudado. Ou seja, são 94,7% produções gerais, para 5,3% em envelhecimento, demonstrados no gráfico abaixo:

GRÁFICO 9 – PORCENTAGEM DAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS DO II SINESP (2018)



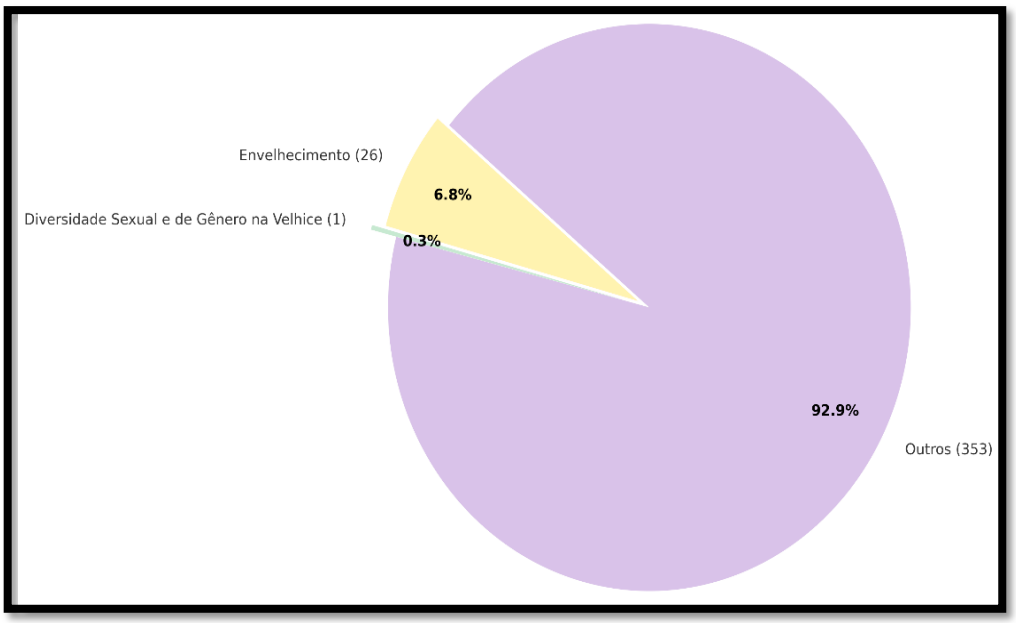
Fonte: Elaboração própria

O III SINESPP, cujo tema central foi: Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo, ocorreu de maneira integralmente remota, devido ao contexto pandêmico, nos dias 20 a 20 de outubro de 2020. Possuindo um total de 380 produções publicadas, destas 26 abordavam a velhice e os processos de envelhecimento, enquanto objeto central, mas apenas uma levava em consideração a diversidade sexual e de gênero. O artigo em questão, foi:

- Envelhecimento feminino e a vivência da sexualidade: um tabu? Sob autoria de Yohana Torres Monteiro

Concernente ao mapeamento das temáticas que mais abordada, o III SINESPP, possui uma contribuição grande de produções voltadas ao envelhecimento e velhice, diante do cenário pandêmico. Contudo de 92,9% de estudos publicados, apenas 6,8% discutiam envelhecimento e velhice.

GRÁFICO 10 – PORCENTAGEM DAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS DO III SINESPP (2020)

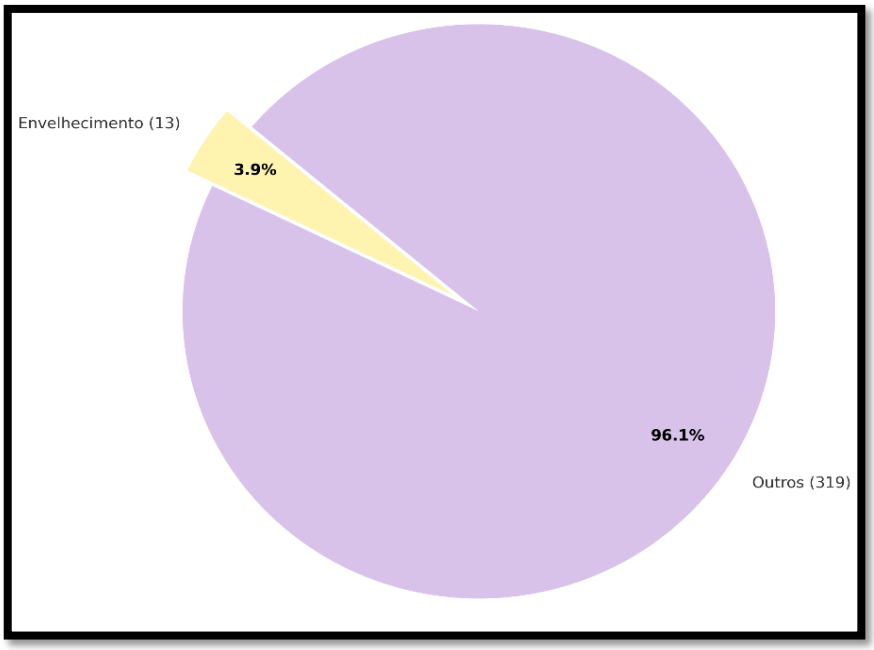


Fonte: Elaboração própria

O IV SINESPP, ocorreu nos dias 23 a 26 de agosto no ano de 2022, de forma integralmente remota, cujo tema central, foi: "Desigualdades e políticas públicas: (des)proteção, (in)certezas e resistências, nos anais deste evento os processos de envelhecimento e velhice, passaram a incorporar o eixo: Questões de gênero, raça/etnia e geração. Neste sentido, de 332 trabalhos publicados, 13 possuem a velhice e os processos de envelhecimento, enquanto tema central, contudo, nenhum contemplava o tema proposto por essa dissertação.

Concernente às porcentagens de pesquisas publicadas, 96,1% foram em temas gerais e somente 3,9% abordavam a temática envelhecimento e velhice. As pesquisas aqui se destacam pela abordagem da dimensão técnico-operativa da profissão de assistentes sociais, voltadas à população velha atendidas na Política de Assistência.

GRÁFICO 11 – PORCENTAGEM DAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS DO IV SINESPP (2022)

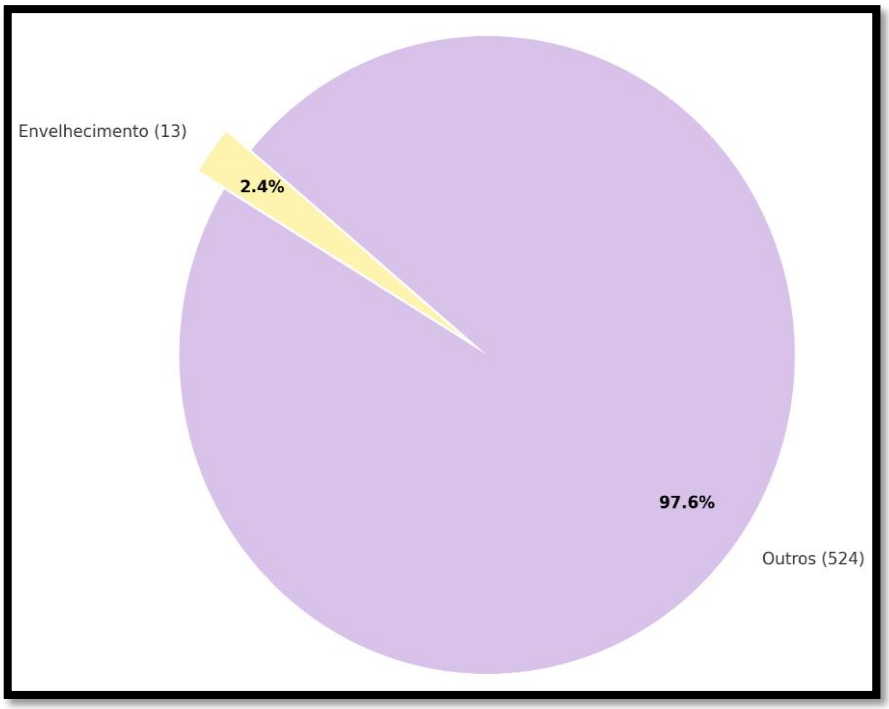


Fonte: Elaboração própria

O último e mais recente evento, foi o V SINESPP, seu tema central foi: *"Estado, governos e políticas públicas na América Latina: projetos societários em disputa"*, este ocorreu do dia 10 até 13 de setembro de 2024 e sua formatação foi híbrida, recebendo congressistas em Teresina, Piauí. Neste evento as produções voltadas aos processos de envelhecimento e velhice, foram inseridos no eixo temático: *Questões sobre envelhecimento, infância e juventude*. Contudo, de 537 produções publicadas, apenas 13 abordavam à dimensão da velhice, mas nenhum voltado à diversidade sexual e de gênero.

É importante frisar que 97, 6% produções abordavam temas gerais e que 2,4% envolviam-se com as questões relativas ao envelhecimento e à velhice. Entretanto, o que chamou a atenção foi a constatação de um aumento significativo de produções voltada a violência digital e as políticas de cuidados.

GRÁFICO 12 – PORCENTAGEM DAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS DO V SINESPP (2024)



Fonte: Elaboração própria

3.2.3 Explorando as bases de dados da Revista SER social

A busca foi realizada em diversas plataformas e revistas científicas do Serviço Social, buscadas antecipadamente na Plataforma Sucupira, bem como no CAPES Periódicos e Google Acadêmico, contudo poucos são os estudos voltados ao envelhecimento e velhice, estes estão

apreendidos na *Revista Kairós-Gerontologia*, contudo a revista está vinculada a área de Gerontologia.

A revista eleita foi a *Revista SER Social* vinculada a Universidade de Brasília (UNB), surgiu como uma iniciativa de produção de conhecimento na área de Política Social do Programa de Pós-graduação em Política Social (PPGPS). Seu primeiro exemplar foi realizado em 1998, em 2009 a revista ganhou uma versão digital e, atualmente, é classificada como um periódico Qualis A2 na área de Serviço Social. Durante uma pesquisa prévia, constatou-se que esta possuía um dossiê temático, sobre políticas públicas e sociais, direcionadas à velhice, podendo ser encontrada, sob o título de: *Política Social, Envelhecimento e Família*, publicado no ano de 2007. O artigo encontrado que aborda a temática estudada nesta dissertação, refere-se ao:

- Saúde para idosos LGBTI+: histórico de lutas, desafios e a contribuição do Serviço Social, sob autoria de Paloma Oliveira. Presente no volume 28, nº 54, de janeiro a junho de 2024, cujo tema central foi: Sexualidades, Lutas e Direitos da População LGBTQIA+.

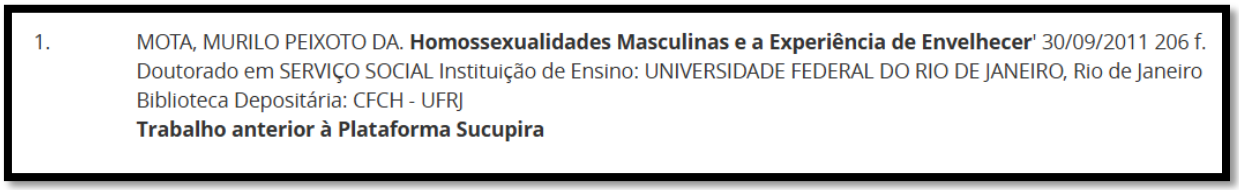
3.2.4: Descobrindo o Catálogo de Teses

Esta parte da pesquisa foi a mais desafiadora, mas também a mais afetiva, tendo em vista a relação que se criou a partir desta busca. Ao explorar as teses, a partir dos Programas de Pós-graduação da área do Serviço Social, na plataforma Catálogo de Teses e Dissertações, mas que anteriormente era associada ao CAPES Periódicos, notou que apenas uma tese discursava sobre o envelhecimento e sua diversidade sexual, esta foi defendida e aprovada em 2011, integrando a produção acadêmico-científica do Serviço Social. Em vista disto, a tese em questão, foi:

- Homossexualidades Masculinas e a Experiência de Envelhecer, sob autoria de Murilo Peixoto da Mota, constituindo o Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
-

Porém, devido à Plataforma Sucupira não ter adotado neste período da defesa, mecanismos de repositórios online, a tese original só possui sua versão física e compõe o arsenal da biblioteca da UFRJ, como pode ser visto na figura abaixo:

IMAGEM 1 – TESE NÃO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES


1. MOTA, MURILO PEIXOTO DA. **Homossexualidades Masculinas e a Experiência de Envelhecer**' 30/09/2011 206 f. Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: CFCH - UFRJ
Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

Fonte: Plataforma Catálogo de Teses e Dissertações

Dessa forma, com a finalidade de ler esta obra, a pessoa que escreveu este estudo, encontrou o *e-mail* do autor da tese, solicitando informações de como acessá-la para a construção de uma dissertação. Diante disto, o autor da tese informou que seu material base havia sido transformado para fins de publicações nas livrarias do Brasil, contudo os livros encontravam-se esgotados. A partir disso, o autor forneceu seu número de telefone pessoal, afirmando que poderia mandar um exemplar através dos serviços postais e assim o fez. Através dessa dinâmica relacional, a construção da dissertação foi favorecida.

3.3 Quais foram as obras selecionadas?:

A princípio, estabeleceu uma leitura completa e prévia das obras até mencionadas neste subcapítulo, a fim de certificar se as mesmas possuíam a dimensão temática diante deste estudo, a fim de que as mesmas compuseram a metodologia deste estudo, as obras previamente selecionadas foram:

- A sexualidade na terceira idade: quebrando tabus
- Velhice, gênero e sexualidade - uma pesquisa bibliográfica
- Corpo e envelhecimentos: por uma reivindicação dos direitos sexuais das mulheres
- Envelhecimento feminino e a vivência da sexualidade: um tabu?
- Saúde para idosos LGBTI+: histórico de lutas, desafios e a contribuição do serviço social

- Ao sair do armário, entrei na velhice: homossexualidade masculina e o curso da vida

Contudo, após ler o artigo: *A sexualidade na terceira idade: quebrando tabus*, a pessoa autora levou para a reunião de orientação, diante desta, decidiram por não utilizar o artigo, devido ele não conter os elementos necessários para dialogar com o tema proposto pela dissertação.

Este artigo apresenta a dimensão sexual da pessoa velha, a partir da experiência de estágio e das realizações de oficinas de educação sexual, voltadas às pessoas usuárias da extensão Ulbra aberta à Terceira Idade (ULBRATI), mas não mencionam as diversidades e dissidências que compõem a dimensão sexual, o debate fica centralizado às práticas afetivo-sexuais de pessoas heterossexuais e o debate de gênero não é aqui mencionado, ora não contempla a realidade da população transexual e das travestis.

Isso não torna o estudo não pertinente, para o campo do Serviço Social, principalmente quando esse se volta aos processos de envelhecimento e velhice, muito pelo contrário, partindo do período golpista em que foi escrito, bem como as protoformas do bolsonarismo emergindo, promover diálogos com a dimensão afetiva e sexual, pela via das extensões universitárias, são ações determinadas. Nas palavras das pessoas que escreveram o artigo, ele teve enquanto premissa "promover o enfrentamento ao preconceito em relação à sexualidade na terceira idade, refletindo que é um processo natural e que há necessidade de quebrar tabus para a melhoria da qualidade de vida e um envelhecimento mais saudável" (GOMES et al., 2016, p. 2).

Seu referencial teórico é em grande parte, fundamentado por estudos da psicologia, principalmente aqueles que partem das práticas de promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida.

> A sexualidade é essencial quando vivida de maneira natural, problemas e tabus em relação à sexualidade são criados pelas próprias pessoas nos decorrer de sua existência. Existem também aquelas que rompem os tabus e preconceitos e conseguem vivenciar a vida na sua inteireza humana. O trabalho realizado pelas ações socioeducativas no Projeto de Extensão ULBRATI, são no sentido de despertar os idosos para romper com esses estigmas criados e olhar para si, para seu corpo e mente vivenciando a vida no sentido pleno (Gomes et al,. 2016, p. 8).

Por último, outros pontos que devem ser mencionados é a importância da experiência do estágio e os projetos de extensão universitária que possuem a população velha enquanto público, que segundo as pessoas autoras, visam enfrentar os processos de tentativa de invisibilização de pessoas velhas, pela via da educação e da convivência intergeracional (Gomes, et al., 2016, p. 4).

As obras que foram selecionadas para uma leitura crítica, ao passo da construção da síntese, estão presentes na tabela abaixo:

TABELA 1 – APRESENTAÇÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS QUE FORAM APREENDIDAS PARA A ELABORAÇÃO METODOLÓGICA:

Publicações	Titulo	Pessoas Autoras	Ano
XV CBAS	Velhice, Género E Sexuali-dade: uma pesqusa bibliog	Sandra Maria Dos Santos	2016
XVII CBAS	Corpo e Envelhecimentos: por uma reivindicação dos direitos sexuaís mulheres	Jacykelly Renata França De Oiiveira	2022
III SINESPP	Envelhecimento Feminino e a Vivéncia da Sexualidade: um tabu?	Yohana Tórres Monteiro	2020
Revista Ser Social	Saúde para idosos LGBTI+: histórico de lutas, desafios e a contribuição do Serviço Social	Paloma Oliveira	2024
Tese de Doutorado	Ao sair do armário, entreí na velhice: homossexualidade masculina e o curso da vida	Murilo Peixoto da Mota	2014

Fonte: Elaboração própria

3.4 Aproximando-se das produções acadêmico-científicas

As produções serão descritas no subtópico abaixo, na tentativa de gerar aproximações dos elementos que compõem o debate trazido pelas autoras do Serviço Social, bem como da Gerontologia Social Crítica, na intenção de visualizar convergências, divergências, tensionamentos e perspectivas teóricas, a fim de gerar uma síntese diagnóstica dessas produções.

3.4.1 Velhice, gênero e sexualidade: uma pesquisa bibliográfica

Esta produção foi a que mais dialogou com a narrativa contracolonial, proposta nesta dissertação, Santos (2016) propôs um rico debate, acerca das pessoas velhas que sofrem constante tentativas de invisibilização, mostrando as potencialidades revolucionárias que são experimentadas na velhice, mas não recusa demonstrar os enfrentamentos que a perpassa.

Por ser um artigo submetido aos anais do XV CBAS, a autora propôs a criação de uma pesquisa bibliográfica, mas especificamente, uma revisão de literatura de textos completos, disponíveis no indexador de Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), visando encontrar produções que retratassem a temática: "*velhice, gênero e sexualidade*". A autora encontrou três produções sobre a temática, todas centralizadas no campo científico da Psicologia.

Mas, ao dar suas contribuições para o debate, Santos (2016) recorreu às pioneiras da Gerontologia Social Crítica, como: Campelo e Paiva, Teixeira e Beauvoir; elevando conceitos-chave, trazidos por estas, tais quais: envelhecimento da classe trabalhadora, velhice em uma perspectiva de totalidade, feminização da velhice, processos de racialização da velhice, velhice territorial, envelhecimento e velhice da população LGBTI+. Ao passo em que afirma que a "sexualidade é ontológica e vivenciada na fase da velhice de mulheres e homens independe da orientação sexual" (Santos, 2016, p. 1).

A autora questiona o envelhecimento sob a ótica cronológica, e busca chamar atenção quando menciona que a categoria profissional, deveria promover maiores tensões referente ao BPC contemplar apenas pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. Pois, compreende a velhice, a partir das implicações da história, fruto do trabalho e de ações humanas, perpassadas pelas expressões da questão social.

O que mais se destaca nesta produção é a não neutralidade da autora, pois buscou compreender as sexualidades consideradas “desviantes” para a sociedade burguesa, na qual entende a população velha enquanto “assexuada”. Fazendo com que a velhice de pessoas dissidentes, sejam negadas e autogeridas. Para a autora, a ilegitimidade do imaginário da sociedade de classes, faz com pessoas trabalhadoras velhas, busquem por afetos e relações sexuais de forma velada e marginalizada, expondo-as em diversos contextos de violações.

Contudo, supõem-se que a autora não conseguiu desenvolver ainda mais este debate, devido ao número de páginas proposto pela formatação de evento, mas isto não desconfigura sua contribuição e criticidade.

3.4.2 Corpo e envelhecimentos: por uma reivindicação dos direitos sexuais das mulheres

Trata-se de uma produção que partiu de uma pesquisa bibliográfica, bem como de uma divulgação de uma pesquisa realizada em 2019, que conseguiu apreender narrativas de nove mulheres com idades de 53 a 93 anos. Segundo a autora, essa pesquisa aconteceu em um grupo de mulheres velhas em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em uma cidade de 7 mil habitantes no interior da Paraíba. Contudo, no decorrer do texto, Oliveira (2022) não menciona o desenrolar da pesquisa, realizada em 2019, mas se ateve ao debate temático, proposto pela pesquisa biográfica.

Oliveira (2022) apresentou a defesa do método histórico-dialético, bem como promoveu um debate a partir da sociologia do corpo de David Le Breton, sendo este a sua maior referência do estudo. Neste sentido, a autora parte de uma premissa, onde a existência humana é antes de tudo uma existência corporal, defendendo a concepção de corpo capital, para ela

> na sociedade brasileira é um capital distintivo, capital físico, simbólico, econômico, político, social, o “corpo capital” [...] No sistema capitalista, a sua condição de classe vai definir as pessoas e corpos dissidentes, descartáveis, que estarão sempre a margem, é o corpo pobre, negro, gordo, com deficiência, envelhecido, que não fazem parte desse “corpo capital” distintivo (Oliveira, 2022, p. 3).

Ao passo em que se propôs a compreender os processos de envelhecimento e velhice – reivindicando o termo velho em sua narrativa – através de aproximações das concepções da sociologia do corpo de Brenton, com o método de Marx, proposto por Solange Maria Teixeira.

> A lógica capitalista enquanto reforçam o envelhecimento como improdutivo, descartável, e a lógica de mercado que transforma as pessoas em mercadorias, cooptando seus corpos para o consumo, na criação de serviços, produtos estéticos, etc. As velhices aqui representadas são heterogêneas, e essas mulheres, através de suas vivências, também dão um entendimento de uma reconciliação com os seus corpos e

> uma reivindicação das suas velhices, que aqui no texto serão tomadas por direitos sexuais, direitos ao corpo (Oliveira, 2022, p. 3).

Concernente aos direitos afetivos e sexuais, a autora parte de uma concepção, onde "nessa trajetória histórica o tratamento da sexualidade permaneceu vinculado à saúde e/ou atrelado aos direitos reprodutivos de casais cis heterossexuais (Oliveira, 2022, p. 5). Ao passo em que faz menção à negligência da "promoção e proteção dos direitos relativos à sexualidade e à identidade de gênero, acrescentaria ao direito ao corpo e ao envelhecimento" (Oliveira, 2022, p. 5).

Ou seja, apesar da autora não ter partido de um referencial teórico marxiano, não deixou de dar contribuições críticas para a produção acadêmico-científica do Serviço Social. Pois, sua produção elencou debates urgentes como: papeis sociais de gênero, sexualidade voltada à procriação, capitalismo e conservadorismo de vigilância, associando esses temas à diversidade sexual e de gênero de pessoas velhas. Neste sentido, a autora defende que "um corpo velho é um corpo dissidente".

> Nesta pesquisa, os corpos velhos são corpos dissidentes, abjetos, à margem, sofrendo os mais diversos tipos de preconceitos e discriminações. Na sociedade capitalista todos os corpos existem apenas para o mercado de consumo, fora isso, são considerados como existentes, ficam à margem, e também não são levados em conta na elaboração dos direitos, dos direitos ao corpo, à sexualidade, aos direitos sexuais (Oliveira, 2022, p. 4).

A autora menciona a contradição da sociedade capitalista, bem como demonstra a importância dos tensionamentos e articulações das assistências sociais, tendo em vista a não existência de um documento nacional que aborde especificamente os direitos sexuais na velhice que possuem enquanto pano de fundo, os avanços do neoliberalismo e do crescimento do fundamentalismo religioso cristão. Segregando assim, pessoas velhas dissidentes, abrindo caminho para disputas sociais. Neste sentido, versar aproximações entre a sociologia do corpo e materialismo histórico-dialético teve enquanto resultado esta frase:

> A evidenciação dos corpos velhos como verdadeiro capital, e os direitos ao corpo e sexuais, tornam-se um importante instrumento para fundamentar necessidades, interesses, reivindicações, contestações, para avançar na garantia da dignidade humana das pessoas velhas (Oliveira, 2022, p. 4).

Portanto, percebe-se que a autora lança mão da tentativa de compreender as opressões relacionadas ao gênero diante dos processos de envelhecimento e velhice, voltadas às mulheres cisgêneras, transexuais e travestis. Reivindicando, os direitos às expressões do corpo, bem como da sexualidade, sendo que essas categorias, são consideradas enquanto tabus sociais, quando expressadas por mulheres velhas.

3.4.3 Envelhecimento feminino e a vivência da sexualidade: um tabu?

A produção de Monteiro (2020) possui enquanto núcleo de debate a sexualidade de mulheres velhas, reiterando os processos de feminização da velhice e parte para uma crítica da macroestrutura que limita os desejos de mulheres velhas ao impor uma "ditadura da juventude"

> As mulheres quando envelhecem, passam a sentir medo e vergonha de demonstrar e viver sua sexualidade devido ao culto ao corpo jovem idealizado pela mídia que perpetua a convicção de que a sexualidade esteja ligada à beleza jovial, dessa forma elas passam a optar por uma postura mais discreta e reprimida (Monteiro, 2020 p. 8).

A partir de uma revisão de literatura, a autora se propõe a discorrer sobre os papeis sociais de gênero, impostas por uma cultura, cotidiano e sociedade que reforçam muitas violações de caráter sexista e velhofóbica. Para a realização de sua produção a autora utilizou um referencial teórico fundamentado na psicologia, ciências sociais e antropologia, sendo a principal autora: Simone de Beauvoir.

Promove o debate sobre a segregação de gênero, onde de forma dicotômica o homem representa o espaço público, em detrimento da mulher que volta-se para o espaço privado. Afirmando que quando as mulheres se tornam viúvas possuem dificuldades de voltarem a se relacionar afetivamente/sexualmente. Mas não atribui essa dinâmica de segregação do gênero à sociedade do capital, bem como não menciona outras categorias sociais, como raça, classe e trabalho.

Contudo, demonstra que as expressões da sexualidade, constituem a diversidade humana, questionando assim o fundamentalismo religioso cristão e as práticas sexuais voltadas para fins reprodutivos, afirmando que o corpo das mulheres velhas, são corpos dissidentes, uma vez que não possuem serventia para a sociedade. Neste sentido, mesmo a autora não mencionando a sociedade burguesa, leva em consideração a centralidade histórica.

> O Cristianismo trouxe para o ser humano o conceito de amor altruísta e não sexual, ou seja, a fonte de amor era Deus e a fonte do sexo era o demônio. A igreja definiu o casamento como união consentida por Deus e a prática do sexo era permitida apenas para a procriação. Na Idade Média, se manteve o pensamento do Cristianismo e os que tentaram mudar esses padrões morais, foram severamente punidos. A prática sexual nesse período para os mais velhos era considerada como algo negativo e demoníaco, pois não eram bem aceitos pela Igreja (Monteiro, 2020, p. 6)

Também lança críticas, sobre o modelo geriátrico-gerontológico tradicional, principalmente aos conceitos que foram mencionados nesta dissertação, sobre "melhor idade" e "terceira idade".

> Apesar da Gerontologia, políticas públicas, campanhas, geriatria afirmarem que a velhice é a "melhor idade", na prática esse período é marcado por grandes dificuldades de autoaceitação devido aos padrões de beleza que são instituídos pela mídia e incorporados pela sociedade. Para as mulheres, esse processo, ainda é mais intenso, uma vez que o Brasil é um país de em que beleza, juventude e sensualidade são ícones de sua cultura e mulheres fora desse padrão são consideradas feias e descuidadas (Monteiro, 2020, p. 5).

Os preconceitos que atravessam as práticas sexuais de mulheres velhas, independentemente se sua orientação sexual – a autora deixa claro esta questão, mas não menciona a diversidade lésbica, contudo o estudo parece promover articulações afetivas entre as mulheres – possuem sua raiz em uma cultura fundamentalista religiosa, afetando assim toda dinâmica do corpo que envelhece. Mesmo que a autora não utilize o materialismo histórico-dialético em sua produção, optando por um debate mais antropológico, sua produção não deixa de ser contributiva para a reflexão crítica do Serviço Social, tendo em vista que não nega as mediações sociais, bem como o movimento histórico.

3.4.4 Saúde para idosos LGBTI+: histórico de lutas, desafios e a contribuição do Serviço Social

Trata-se de um artigo teórico que fez uso da pesquisa bibliográfica-documental para intercruzar os temas: Política de Saúde, Envelhecimento e População sexo-gênero dissidentes (LGBTI+), a partir de uma compreensão histórico-dialética, resguardando as características conjunturais sul-americanas. Oliveira (2024) se coloca a

> compreender os processos sócio-históricos e políticos que constituem as bases de proposição da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) [...] apreender os atravessamentos estruturais das políticas "à brasileira" [...] e a ampliação de pautas atreladas à visibilidade dos grupos pertencentes aos novos movimentos sociais que efervesceram no Brasil a partir dos anos de 1980 (Oliveira, 2024, p. 77).

Coincidentemente, Oliveira (2024) recorreu a uma fundamentação teórica que propõe um debate crítico sobre as particularidades que fundamentam a construção da sociedade de classe brasileira, assim como essa dissertação fez. Aliás, de todas as produções, esta foi a que mais dialogou com as referências expostas no corpo dissertativo, contudo, a pessoa leitora precisa saber que esta produção foi lida, durante o processo de escrita do terceiro e último capítulo, o que causou uma gratificante surpresa na pessoa autora deste trabalho.

Oliveira (2024) também discorre sobre os processos de envelhecimento e velhice, a partir da perspectiva crítica, trazida por Solange Maria Teixeira, bem como a Gerontologia Social Crítica de Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva, recorrendo à defesa da heterogeneidade

da velhice, inaugurados por elas. Isto posto, defende que estudar a longevidade brasileira consiste em se debruçar em estudos que promovam discussões sobre relações políticas, sociais e econômicas, mas diferente desta dissertação, a autora do artigo, agregou a categoria regionalidade.

> Sob o referido panorama, é preciso trazer à tona a importância de salientar a heterogeneidade da citada população, observando-se que alguns aspectos – como gênero, raça, regionalidade e sexualidade, dentre outros – são elementos que lhes atribuem experiências diversas. Vale ressaltar que, ao contrário do pensamento do senso comum, mesmo dentro do segmento dos idosos, há diferenciações que vão expressar singularidades a partir da idade. Logo, é a partir de tais marcadores que o processo de envelhecimento apresentará diferenciações para a referida população, localizando suas experiências e potencializando ou não os seus acessos (Oliveira, 2024, p. 76).

A perspectiva histórica, a autora valoriza a preservação da memória, ao mencionar que a luta LGBTI+, sempre seguiu lado a lado com a luta de classes, mencionando alguns movimentos como a Reforma Sanitária e a conquista do SUS, mas o que mais chamou atenção foi a Lei dos Antirretrovirais (Lei nº 9.313/96), tendo em vista que muitas pessoas dissidentes no período da epidemia de HIV/AIDS, dormiram em frente dos hospitais/universidades/postos de saúde, para conseguirem alguma resposta do Estado, favorecendo assim trabalhadores e trabalhadoras cisheterossexuais que também foram infectadas com o vírus denominado na época enquanto "peste gay/câncer gay". Contudo, pessoas velhas LGBTI+ continuam não sendo incluídas na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), reforçando assim o caráter setorizado da política. "Historicamente tem sido construído um "não lugar" a tais indivíduos na promoção e no cuidado em saúde, tendo em vista a dupla invisibilização das suas demandas e especificidades" (Oliveira, 2024, p. 80).

A fim de aproximar o marxismo com a diversidade sexual e de gênero, Oliveira (2024), remonta que a sexualidade, ora compreendida através do método materialista histórico-dialético, não é meramente subjetiva, posto que esta é construída no seio da sociedade capitalista, seguindo até a velhice da classe trabalhadora. Mas não cita os processos de sociabilização do ser social, nem o mundo do trabalho.

Mas considera essencial a discussão sobre diversidade sexual e de gênero, a partir da perspectiva de totalidade, ao reivindicar que

> o espectro da sexualidade é manifestado em todas as expressões do indivíduo e perpassa a maneira com que este vai se introduzir no social, com as conexões estabelecidas e a forma de se apresentar nos diversos espaços que o recebem. Portanto, todos os aspectos de como o indivíduo se insere na sociedade perpassam as conformações do que diz respeito à sua sexualidade, não podendo ser reduzida apenas a interações físico-sexuais (Oliveira, 2024, p. 82).

Por isso, constantes tentativas de invisibilização e negação destas pessoas, ocorrem, devido ao desconhecimento das particularidades. Principalmente quando essas pessoas chegam à velhice, na qual muitas das vezes é tratada de forma infantilizada, dessexualizada e solitária.

> Pensar o que compete às necessidades de saúde da população idosa LGBTI+ implica considerar a construção de uma vida atravessada por diversos processos de violência construídos de forma singular e agravados por questões raciais, de gênero, classe, território etc. É um contexto que tem agravado situações de isolamento social, devido à fragilização e ao rompimento de vínculos com familiares, causando dificuldades de estabelecer relações na comunidade, o que implica processos de adoecimento psicológico e abuso de álcool e drogas. Consequentemente, a baixa adesão aos serviços de saúde por lésbicas ao longo da vida tem agravado doenças como câncer de mama e do colo de útero, para além do expressivo desconhecimento relacionado ao risco de exposição a infecções sexualmente transmissíveis. travestis e transexuais, existe uma dificuldade de acessar a realização de procedimentos de hormonização, cirurgias de modificação corporal e genital, bem como um acompanhamento multiprofissional Como resultado, há procura e utilização de silicone industrial, uso de hormônios sem o devido acompanhamento e a realização de cirurgias com alto risco (Oliveira, 2024, p. 84).

Cabe afirmar que essa produção remeteu a solicitação interventiva das assistentes sociais, tendo em vista a capacidade crítica destas em reconhecer as metamorfoses das expressões da questão social, bem como as dimensões constitutivas da categoria. Mas revela a ausência de articulações voltadas aos processos de envelhecimento e velhice de uma classe trabalhadora diversa em suas expressões da sexualidade e de gênero. Dialogando integralmente com o objetivo central desta dissertação, mencionar que:

> outro ponto imprescindível refere-se à importância de que os profissionais se aproximem de estudos e pesquisas sobre a temática LGBTI+ ainda na academia, para que o debate seja construído na lógica transversal, contemplando conhecimentos e particularidades das diversas fases da vida da referida população; dentre elas, a do envelhecimento (Oliveira, 2024, p. 87).

Posto que, essa dissertação visa aproximar pessoas estudiosas e profissionais do campo do Serviço Social com o tema: Envelhecimento e as velhices da comunidade LGBTI+. Ao passo em que convida as mesmas, a pesquisarem e tensionarem os espaços da categoria profissional em discutir sobre a diversidade sexual e de gênero que compõe a classe trabalhadora envelhecida.

3.4.5 Ao sair do armário, entrei na velhice: homossexualidade masculina e o curso da vida

A tese de Murilo Peixoto da Mota, ora transformada em livro para fins de divulgação ampla do debate, consiste em uma pesquisa exploratória, tendo em vista sua originalidade e pioneirismo para os Programas de Pós-Graduação do Serviço Social, sendo a única tese de

doutorado que discute envelhecimento da população LGBTI+ até o momento. Para isso utilizou-se da pesquisa de campo e da entrevista livre, indo ao encontro do objeto estudado: homens cisgêneros, velhos e homossexuais que compunham as camadas da classe média da cidade do Rio de Janeiro, para o autor, "as entrevistas foram caracterizadas como uma conversa livre, acentuando o resgate da memória na perspectiva da construção biográfica, levando-se em conta a totalização da experiência narrada fragmentada" (Mota, 2014, p. 74).

Deve-se partir da premissa que Mota (2014) é formado em Ciências Sociais e atualmente é Sociólogo do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ. Sua fundamentação teórica, bem como sua abordagem metodológica, consiste em fontes da sociologia e antropologia. Recorrendo à *Teoria da Prática* de Pierre Bourdieu, enquanto fonte matriz. Segundo o autor, o método de apreensão da realidade consiste em observar as práticas dos *atores sociais* na vida concreta, mas não parte de um único sistema ou uma única estrutura, e sim de estruturas e sistemas de maneira plural. Ou seja, enquanto a sociedade, o trabalho e economia, para Marx (2015) são engendrados pela dinâmica de produção e reprodução do sistema capitalista, o autor, a partir da teoria da prática de Bourdieu, propõe que "os percursos da sociabilidade vivida e apreendida, a qual define posições e carrega o capital econômico, cultural, social e simbólico do sujeito. Essa capital estrutura o espaço social e estabelece relações objetivas de poder" (Mota, 2014, p. 154).

Mota (2014) utiliza em sua narrativa elementos da teoria da estruturação de Anthony Giddens, de onde retira suas principais categorias de análise: subjetividade, estilo de vida, corpo e vínculos afetivos, mas a defesa de sua agenda progressista atrelada aos Direitos Humanos, denuncia as determinações sociais de classe, raça e gênero.

> Os estilos de vida apreendidos e transformados possibilitam levar os sujeitos a se perceberem e estruturarem mentalmente pelas escolhas que fazem, em conformidade com seus gostos, sentimentos, relações de amizade e combinações de interesses, aspectos determinantes para caracterizar estilos de vida. Neste sentido, a sociedade se apresenta como um sistema simbólico organizado a partir da lógica da diferença. O que evidência é que o espaço social está caracterizado por variados estilos que vão demarcar a construção de novas identidades sociossexuais (Mota, 2014, p. 56).

Com a finalidade de compreender as histórias de vida, através das narrativas do objeto estudado, Mota (2014) recorreu ao *habitus* de Bourdieu, uma categoria sociológica que permite compreender e apreender a constituição da personalidade humana e como essa interfere na sociedade. De acordo com o autor, *habitus é* um conjunto de disposições internalizadas e moldadas pela história social, influenciando em como a humanidade age, sente, deseja e pensa acerca do mundo. A sociedade capitalista aqui não é compreendida em sua contradição, através

da luta de classes, e sim enquanto um dos elementos que constituem as dimensões plurais da vida, mas não nega a hierarquização entre as classes sociais.

Conclui-se que o autor versou sobre as aproximações teóricas entre Giddens e Bourdieu, e por isso propôs uma metodologia que partisse de uma

> análise dos habitus individuais inerentes às trajetórias sociais aqui expostas, cujas experiências anteriores e novas realizam integração comum aos membros de um mesmo extrato social, definidos pelas dimensões de classe, geração, gênero, etnicidade. Nesse contexto, é possível analisar o estilo de vida individual, a marca particular que todos os produtores de um mesmo habitus carregam para a compreensão da experiência de ser gay no curso da vida (Mota, 2014, p. 16).

A tese de Mota (2014) apresenta elementos importantes para a área do Serviço Social, principalmente quando elabora a dimensão estética da resistência cultural da comunidade LGBTI+, pois ao apreender informações, trazidas pelos entrevistados, pôde visualizar suas formas de sobrevivência. Para o autor, historicamente essa comunidade sofreu violações sociais e familiares, devido ao conservadorismo e binariedade que compõem as divisões generificadas do trabalho, onde "pessoas de bem" e "homens de família" deveriam evitar assumir algumas funções. Mas com muita resistência, continuam ocupando profissões qualificadas enquanto "femininas" ou voltadas para o embelezamento de mulheres. Outro ponto reivindicado pelo autor, consiste na resistente tentativa de profissionalização da pessoa artista *Drag Queen*, sendo essa, a principal fonte de renda e sustento de muitas pessoas LGBTI+ que são arrimos de família.

Comprovando que o carnaval carioca, continua sendo uma via de resistência cultural, na qual emprega muitas pessoas pertencentes à comunidade LGBTI+.

> Chegando ao seu apartamento, deparei-me com inúmeros acessórios para serem usados em fantasias de Carnaval. Havia ali toda uma estrutura que dava aparência de pequena empresa de confecção ao local. No imóvel, situado no térreo, existe uma área de serviço ampla e um pequeno quintal, onde um quartinho, ao fundo, é usado para guardar diversas alegorias carnavalescas. Ele preside uma grande Escola de Samba, cujas fantasias são confeccionadas por ele (Mota, 2014, p. 89)

As narrativas apreendidas pelo autor, comprovam que o conservadorismo atrelado ao mundo do trabalho, fez com que muitos homens gays constituíssem famílias heterossexuais, nos moldes patriarcais para conseguir sobreviver, uma vez que, "não é de surpreender que ficar no "armário" ou sair dele vai depender do exame de situações e interesses que demandam enormes custos sociais para muitos indivíduos que desejam manifestar sua homossexualidade" (Mota, 2014, p. 46). E qualifica a condição de aposentado, enquanto "um momento de ruptura

da vida produtiva, e vai de encontro ao ócio, demarcando a possibilidade de perceber-se diante do mundo, avaliar novas trajetórias, criar relações e reinventar a vida" (Mota, 2014, p. 158).

Sobre a dimensão histórica e das lutas pelo acesso aos direitos sociais básicos, a tese de Mota (2014) comprova que todos os entrevistados vivenciaram um período de autoritarismo brasileiro, no qual criminalizava e patologizava outras expressões da sexualidade, bem como identidades de gênero. Para o autor, influenciado pelas narrativas de seu objetivo, nesse contexto, muitas violações foram deferidas à população LGBTI+, principalmente quando essa se organizava em espaços políticos e artísticos, concebidos na época enquanto críticos adeptos do comunismo. Contudo, o autoritarismo brasileiro, não conseguiu negar e invisibilizar a existência da diversidade sexual e de gênero, visto que, a partir das narrativas apreendidas, comprova-se que muitos homens exerceram suas potencialidades sexuais de forma clandestina, compondo espaços de resistência, qualificado enquanto "gueto gay". Essas ações, permanecem vivas na atual conjuntura, tendo em vista que "como homens, a postura de enfrentamento e transgressão a esta lógica heterossexista levou-os a apostar na autonomia, nas práticas sexuais fugazes, na individualidade. Paralelamente, eles mantiveram as experiências afetivas de modo clandestino, longe do recinto familiar" (Mota, 2014, p. 207).

Assim como no artigo de Oliveira (2024), a tese de Mota (2014) demonstra que pessoas heterossexuais e cisgêneras, foram beneficiadas pelas tensões promovidas pela luta da comunidade LGBTI+, que "se mobilizaram em ações educativas para difundir a maneira correta de prevenção e para inverter bônus da culpa, alertando e demonstrando que todos os indivíduos sexualmente ativos eram vulneráveis ao contágio do HIV (Mota, 2014, p. 145).

Também menciona outro marcador pouco divulgado por pesquisas, dado que, diante das entrevista, comprovou-se muitos homens gays foram vítimas de violações sexuais na infância, muitas das vezes, essas violências eram reincididas, podendo ser notada através da fala de um dos entrevistados: **"**aos 10 anos de idade, teve sua primeira experiência homossexual com um tio, apesar de sentir culpa e receio pela possibilidade de ser descoberto. Essa relação durou um longo tempo" (Mota, 2014, p. 101).

Outro ponto que sofre tentativas de negação, fazendo com que a tese de Mota (2014) seja pioneira e original, refere-se aos processos de expressão da sexualidade dissidente diante da velhice, uma vez que muitos homens gays seguiram o percurso histórico sob a máscara repressiva da heteronormatividade, mas quando chegam à velhice, afirmam ter dificuldades em se sociabilizarem em espaços compostos organicamente por pessoas LGBTI+ jovens.

> Ressente-se da falta de sociabilidade e reconhecimento no momento atual de sua vida. Para ele, é marcante a diferença entre os tempos atuais e os de quando era jovem e

> tinha mais amigos e solicitações para se divertir em grupo. Hoje se vê "invisibilizado", pouco notado nos ambientes sociais, como se estivesse fechado para a vida. Não sai para o circuito gay carioca, pois não aceita ser motivo de risos e chacotas dos mais jovens (Mota, 2014, p. 91).

A partir disto, Mota (2015) argumenta que vive-se em uma era da ditadura da juventude (ou sociedade hedonista), que influencia diretamente o conceito de "coroa", pois, para o autor a sociedade impõe um padrão de beleza corporal, obrigando as pessoas velhas e envelhecentes partirem em buscas incessantes de prolongar a juventude. Aproximação da teoria da estruturação, ao mencionar que o corpo informa um conjunto de tradições, culturas, crenças e costumes que são históricos, para o autor é através do corpo que se imprime as práticas de violação e segregação, "desse modo, o corpo gordo, deficiente ou velho representa algo para cada sociedade em particular" (Mota, 2014, p. 162).

Concernente ao conceito elucidativo de ditadura da juventude, o autor assente que,

> A estética corporal, seja pelo físico ou pela indumentária, tornou-se um capital simbólico em nossa sociedade. A aparência de juventude expressa status e implica ganhos na hierarquia social [...] é preciso parecer jovem; estar imerso em uma aura de jovialidade, vigor físico, frescor, alegria e dentro da moda [...] A tentativa é manter-se com uma fisionomia que possibilite ganhos sociais, pois esta perspectiva aciona o igual de juventude (Mota, 2014, p. 164).

A partir disto, encaminhando para o final de sua obra, o autor reivindica o termo velho, também utilizado por Campelo e Paiva (2016). Não menciona o caráter político que envolve o termo, mas promove tensionamentos, através da via da desconstrução deste, uma vez que, "estar velho explicita uma tomada de posição na tentativa de não escamotear a realidade do curso da vida. O uso deste termo vai de encontro ao sentido pejorativo para imprimir um valor constitutivo e crítico ao que se busca forjar, no senso comum, com sentido estereotipado" (Mota, 2014, p. 205).

O ponto de encontro entre Mota (2014), Teixeira (2008) e Campelo e Paiva (2016), consiste na defesa da experiência diversa de envelhecer, mesmo que o autor não parta de uma compreensão da velhice, através da centralidade do trabalho, das contradições da sociedade capitalista e das mediações que sustentam esta, o mesmo contrapõe em sua tese a percepção homogênea dos processos de envelhecimento, evidenciando que a velhice não é vivenciada e acessada por todas as pessoas, e por isso necessita ser compreendida enquanto um processo engendrado por relações materiais e simbólicas.

Ao finalizar a sua obra o autor faz a defesa dos Direitos Humanos, demonstrando assim a complexidade que muitos homens gays vivenciam, através do pronunciamento de sua sexualidade, propondo para a pessoa leitora que "há que se aprofundar muitas questões em

novos estudo que acionem as sutilezas das influências de classe, gênero e etnicidade, levando-se em conta as exigências da performance, corporal gay na velhice" (Mota, 2014, p. 215).

3.5 Síntese das produções e aproximações com as categorias sociais, elaboradas a partir do método histórico-dialético

Com o intuito de produzir uma síntese da revisão sistemática de literatura que foi levantada, foram escolhidas algumas categorias de análise, a partir dos elementos que mais se destacaram, durante a apreensão dos dados, sendo eles: imposições de papeis de gênero, corporeidade e "ditadura da juventude". Essas categorias, serão aqui compreendidas, através de aproximações com as categorias centrais do método histórico-dialético, ou seja, totalidade, contradição e mediação.

Para Iamamoto (2014) às categorias sociais, necessitam ser compreendidas enquanto produtos da sociedade burguesa, desta forma, não podem ser expostas de maneira fragmentada. Posto que, é próprio da natureza do modo de produção capitalista, alienar e fragmentar o pensamento da classe trabalhadora, por isso o método histórico-dialético não possui aplicabilidade, mas sim um movimento de aproximação da totalidade social, partindo do abstrato para o concreto.

Recordando que o objeto da dissertação foram as produções acadêmico-científicas do Serviço Social. Iamamoto (2014) assente que essas são fundamentais para o desenvolvimento da profissão, sua materialização, proporciona maior adensamento teórico-crítico e interferem diretamente na *práxis* profissional. Por isso são consideradas ferramentas primordiais para apreender e compreender a realidade social, ao passo em que gera estratégias para o enfrentamento das novas expressões da questão social. Compreender essas produções, sob a luz da ontologia, consiste em considerar seu movimento próprio, ou seja, perceber como essas foram produzidas, em qual período histórico, e quais eram as mediações impostas pela sociedade do capital. De acordo com Almeida *et al.* (2018) as produções acadêmico-científicas, têm enquanto competência à apreensão da realidade concreta, desvendando como a contradição da sociedade de classe, engendra as condições objetivas e materiais da classe trabalhadora.

Levando em consideração o fato de que as produções apreendidas pela revisão sistemática, foram submetidas e publicizadas entre 2011 e 2023, deve-se investigar qual era o cenário político e social da época. Neste sentido, Romancini (2018) e Feitosa (2021) afirmam que a gestão do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) ouviu algumas exigências da comunidade LGBTI+ e do movimento feminista, criando algumas diretrizes para o

enfrentamento das violações, tais como: o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBTI+ (2001); Programa Brasil sem Homofobia (2004); O reconhecimento da união homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal (2011); Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra LGBTI+ (2013); entre outras que atuavam em nome de coletivos marginalizados e agendas tradicionalmente periféricas no sistema político.

Contudo, Quintão (2017) observa uma guinada conservadora, a partir de 2010, com candidatos presidenciais buscando apoio de setores religiosos, comprometendo-se com agendas contrárias à diversidade sexual e de gênero. Esse processo se intensificou com a atuação de parlamentares fundamentalistas que legitimam o conceito religioso de família nuclear-patriarcal, onde a heterocisnorma possui predominância, influenciando na retirada de programas que visavam amenizar as violações, como o *Escola sem Homofobia* – taxado como "Kit Gay" – alvo de ataques do movimento *Escola Sem Partido*.

Mesquita Júnior (2023) identificou que o fortalecimento do bolsonarismo remonta às manifestações de junho de 2013 e se consolidou no golpe parlamentar de 2016, articulando-se a pautas militares, religiosas e antidemocráticas, com forte oposição aos avanços da agenda social, especialmente aquelas voltadas às questões de gênero e diversidade sexual. O impeachment de Dilma Rousseff, os discursos moralistas no Congresso e a ascensão de figuras como Olavo de Carvalho e Marco Feliciano, exemplificam essa aliança entre conservadorismo, desinformação e projetos autoritários.

Para Feitosa (2021) durante o governo Bolsonaro, o desmonte institucional se aprofundou com a transformação do então Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos para *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*, tirando as características plurais que precedem os aspectos básicos da cidadania e dos Direitos Humanos, sob a liderança da pastora Damares Alves. Houve também a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão, o fim de campanhas de prevenção voltadas à população LGBTI+, a alteração do nome do departamento responsável pelo combate ao HIV/Aids e a extinção do CNCD/LGBT em 28 de junho de 2019, no próprio dia internacional do orgulho LGBTI+.

Isso comprova que o Estado, quando ocupado por parlamentares que possuem uma base fundamentalista, toma ações que remetem ao fascismo, por promover agendas que vão de encontro com a segregação de coletivos desprotegidos. Por isso, Feitosa (2021) observou que tais retrocessos se articulam à lógica do capital, na medida em que o fundamentalismo religioso opera como mecanismo de hierarquização e dominação social. A exemplo disto, diante da

conquista da criminalização da LGBTIfobia pelo STF em 2019, o então presidente Jair Bolsonaro criticou a decisão, prometendo indicar um ministro "terrivelmente evangélico" ao Supremo, vetando recursos a projetos culturais ligados à temática LGBTI+. Já em agosto de 2019, Damares Alves recebeu o autodenominado “Movimento de Ex-Gays”, sinalizando apoio institucional a propostas de repatologização da transexualidade e homossexualidade, em meio a um contexto marcado por ataques aos direitos LGBTI+, esse cenário demonstra, segundo o autor, as contradições em que políticas públicas são formalmente construídas, mas simultaneamente esvaziadas ou combatidas no plano material, se não forem ocupadas pelos movimentos sociais.

Neste sentido, ainda que algumas pessoas autoras, não se apoiaram explicitamente em referenciais marxistas, suas análises denunciam a supremacia do patriarcado e contribuem para agendas progressistas, voltadas à defesa dos direitos humanos e sociais, ao passo em que enfrentam o fascismo, o patriarcado e o fundamentalismo religioso. Cabe à academia, também atacada, refletir criticamente sobre o processo de desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ e seus efeitos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Diante disso, novas agendas de pesquisa devem investigar, entre outros aspectos, a reação dos movimentos sociais, os impactos da violência LGBTIfóbica e quais políticas resistem ao contexto autoritário.

Sobre as imposições de papeis sociais de gênero que limitam mulheres idosas a exercerem as potencialidades da diversidade sexual, observa-se que tais construções sociais impõem barreiras significativas. De acordo com Souza (2014), a categoria gênero está em disputa teórica e política no cenário do Serviço Social. No entanto, as relações sociais de gênero constituem uma categoria fundamental para a compreensão dos processos de produção, reprodução, sociabilização e individuação no desenvolvimento da classe trabalhadora, motivo pelo qual devem ser incorporadas à agenda da profissão.

A diversidade de interpretações dessa categoria no âmbito do Serviço Social decorre, segundo Souza (2014), da pluralidade de leituras das obras iniciais de Marx que durante o movimento de reconceituação e renovação da profissão, essas obras, não estavam devidamente traduzidas, revisadas e sistematizadas, o que resultou em diferentes apropriações dentro da tradição marxista. Por esse motivo, a categoria gênero permanece em constante disputa teórico-política. Segundo a autora, essa categoria social, surgiu nas ciências humanas e sociais, a partir da necessidade de compreender as relações sociais de subordinação, trata-se então de uma construção teórica, fruto das contribuições de diversas autoras, como Simone de Beauvoir, Judith Butler e Heleieth Saffioti, que buscaram compreender as dimensões do poder para além das fronteiras materiais e biológicas. A partir dessas reflexões, a categoria social de gênero

passou a ser compreendida como uma forma relacional, destinada a identificar os lugares e os significados atribuídos aos papéis sociais definidos como masculinos e femininos.

Para Saffioti (2004) e Souza (2014) essa compreensão implica apreender os processos políticos, econômicos e culturais, reconhecendo o gênero como um elemento constitutivo da humanidade. Uma vez que, os padrões de relacionamento entre homens e mulheres são históricos e construídos socialmente ao longo do tempo, a partir de um conjunto de forças sociais que organizam e direcionam a sociedade capitalista. Gênero, portanto, corresponde ao processo histórico, econômico, social e cultural de transformação das pessoas em compreensões binárias do que é ser homem ou mulher, direcionando em condições previamente determinadas, dentro de uma sociedade burguesa, marcada por especificidades e particularidades de gênero, trata-se então de uma sociedade estritamente generificada.

Isso significa que as características, comportamentos, papéis e expectativas atribuídas a classe trabalhadora não são naturais ou universais, mas sim produtos das relações sociais de poder. Dessa forma, para Soares (2018), Campelo e Paiva (2018) e Benedito (2022), os processos de feminilização da velhice, faz com que as trabalhadoras que se encontram na velhice, sejam ainda submetidas às tarefas cotidianas, voltadas à manutenção e cuidado da propriedade privada e de familiares, sobretudo as mulheres não-brancas. Impedindo assim de desenvolver plenamente suas potencialidades, inclusive no que se refere à vivência da diversidade sexual.

Portanto, apesar dos tensionamentos e não-hegemonia da categoria gênero no campo do Serviço Social, deve-se levar em consideração os ganhos para a classe trabalhadora, a partir da incorporação dessa categoria nas produções acadêmico-científicas, bem como na práxis profissional, tendo em vista que:

> O Projeto Ético-Político do Serviço Social apresenta uma estrutura básica que tem em seu núcleo o reconhecimento da *liberdade* (concebida historicamente como possibilidade de escolher entre alternativas concretas) como valor central, o que leva tal projeto a assumir um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Fica nítida a vinculação do Projeto Ético-Político do Serviço Social a um determinado projeto societário atento a incidência e centralidade das determinações de classe (mediadas pelo gênero, etnia etc.), que se propõe à construção de uma nova ordem social, à defesa intransigente dos direitos humanos e à recusa do arbítrio e dos preconceitos. Tais propostas imprimem a esse projeto uma clara dimensão política, concretizada no posicionamento em favor da equidade e da justiça social; na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos projetos, programas e políticas sociais; na ampliação e na consolidação da cidadania; e na defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. Compõe ainda esse projeto o compromisso com a *competência* profissional, que deve ter como base o aprimoramento intelectual, demandando uma formação acadêmica qualificada, que tenha por base concepções teórico-metodológicas sólidas e críticas que viabilizem uma análise concreta da realidade social (Souza, 2014, p. 25).

Concernente à categoria “ditadura da juventude”, Teixeira (2008) e Campelo e Paiva (2016) assentem que esta converge com outras determinações, como: o corpo (mão-de-obra) desgastado pela exploração do capital, infantilização da pessoa velha ao compreendê-la enquanto sem sexualidade, e a contraditória “valorização” da infância, adolescência e gestantes, tendo em vista que o Estado dominado pela burguesia, a maioria das vezes, direciona os recursos públicos para esses segmentos, por serem possíveis forças produtivas à serem exploradas.

Para Haddad (2017) a ditadura da juventude é uma categoria que precisa ser compreendida, através da contradição do capitalismo, uma vez que ela representa a luta entre a ideologia burguesa e a realidade concreta da classe trabalhadora. Para a autora, a sociedade burguesa tem horror à velhice, investindo na criação de neologismos que tentam amenizá-la, através de conceitos como: “melhor idade”, “terceira idade”, “pessoas maduras”, “coroas”, “público sênior”, entre outros. Esses conceitos, são divulgados por uma literatura gerontológica e geriatra, voltadas à ideologia burguesa – ou ideologia da velhice, como defende Haddad – fazendo com que a velhice e os processos de envelhecimento, passem a ser vistos enquanto um fenômenos repulsivos.

A ditadura da juventude, para Haddad (2023) emerge de uma mídia fascista que distribui livremente os valores do neoliberalismo, levando famílias e segmentos mais jovens a comprarem discursos que se materializam em um nicho de mercado perverso. Levando a sociedade a agir de modo cruel com as pessoas velhas, uma vez que é guiada pela lei do consumo e do fetiche das mercadorias, não compreendendo assim que tanto a infância e juventude, quanto a velhice, são construções sociais. Pois, só podem ser experimentadas em sua plenitude, se as condições objetivas e materiais estiverem asseguradas, o que não acontece com quem compõem a classe trabalhadora.

Ou seja, “os privilégios da juventude”, podem ser vistos nas dinâmicas propostas por Teixeira (2008, p. 134)

> Com abundância de mão-de-obra, o capital cria um “ciclo de vida produtivo” para a força de trabalho, conforme seus critérios de “utilidade” de “uso”, gerando enormes massas de excedentes, podendo utilizar abusivamente dos critérios seletivos e alijando a mão-de-obra “desgastada” do mercado de trabalho, que tem seu valor de uso limitado, mesmo que não necessariamente em idade avançada. Ao perder seu “valor de uso” e sua funcionalidade para a sociedade capitalista, os trabalhadores idosos atingem um potencial desumanizante de “supérfluos” para o capital e de peso morto do exército industrial de reserva.

Para Teixeira (2008) a classe trabalhadora não possui outro valor para o capital, a não ser o econômico ou sua força de trabalho expropriada, essas são as condições materiais da

produção capitalista, nutrindo os processos de envelhecimento e velhice com a desvalorização social e com o pauperismo, pois essa está fora dos circuitos produtivos e das atividades, concebidas enquanto normais da cotidiano laboral. “Para o trabalhador velho a perda do valor econômico, com o envelhecimento, joga-o na condição desumanizante, abaixo de uma coisa, expressa no rebaixamento de suas necessidades sociais, tornando-se literalmente um ser isento de necessidades” (Teixeira, 2008, p. 137).

Alguns elementos merecem destaque nesse contexto. A velhice, compreendida como uma etapa improdutiva, assexuada e subalternizada, constitui um reflexo da lógica da sociedade burguesa, a qual não reserva espaço para a diversidade sexual e de gênero, tampouco para suas potencialidades. As mediações enfrentadas pela classe trabalhadora envelhecida, tornam-se cada vez mais rígidas, expressando um processo de doutrinação, pautado na lógica do mercado; fazendo com que as pessoas sejam transformadas em produtos, que refletem a imagem e semelhança das novas configurações do capitalismo, subjugando-as assim aos processos de reprodução social.

O sentido da vida passa, então, a ser orientado pela produtividade, sob a égide de uma lógica de acumulação que expropria potencialidades humanas. Ainda que as produções apreendidas, abordem a dimensão da corporeidade, a partir de diferentes perspectivas teóricas, trata-se sempre de um corpo que constitui uma sociedade burguesa, um corpo submetido à lógica do trabalho, ou seja, um corpo expropriado e desprotegido.

Herold Júnior (2008) afirma que, mesmo em produções que utilizam referenciais não marxistas, é possível identificar aproximações com o método de histórico-dialético, especialmente no esforço de superação de determinadas fragilidades analíticas. O autor destaca que, embora algumas temáticas tenham sido mais desenvolvidas por correntes pós-modernas, não se pode desconsiderar sua relevância. Le Breton, citado na produção de Oliveira (2022), por exemplo, ao construir a teorização da sociologia do corpo, reuniu um referencial marxista ao problematizar a relação entre corpo e trabalho. Ao demonstrar essa relação, reconheceu a importância das obras de Marx e Engels, como base para a compreensão da corporeidade, isto é, do corpo em sua interação com a sociedade capitalista.

Contudo, Herold Júnior (2008) relata que muitas pessoas estudiosas, abandonaram o marxismo por considerá-lo produtivista e economicista, o que teria levado ao afastamento de outras dimensões da vida humana — como a linguagem, a sexualidade e a corporeidade — da centralidade do trabalho. Essas dimensões passaram a ser compreendidas, como inatas ou essencialmente individuais, afastando-se de uma leitura crítica e das mediações histórico-sociais. “Uma consequência desse processo é o fato de novas ciências estarem sendo vistas

como mediadoras da construção de uma nova imagem do corpo, que, substituindo a antiga visão biológica e mecânica, não consegue, porém, romper os limites das relações sociais que a sustentam" (Herold Junior, 2008, p. 12).

Entretanto, compreender o corpo no interior das relações sociais capitalistas, tanto nas rotinas produtivas, quanto fora delas, exige compreender que a crítica central de Marx (2015) à sociedade capitalista, reside justamente na forma de exploração que, ao inviabilizar os meios de produção, aliena as potencialidades humanas. Entre essas capacidades, estão as diversidades sexuais e de gênero, a corporeidade, os afetos, entre outras expressões que também são expropriadas no processo de extração da mais-valia.

Portanto, a partir da leitura crítica das produções acadêmico-científicas do Serviço Social, voltado aos processos de envelhecimento e velhice da população LGBTI+, evidenciou-se que as categorias: envelhecimento, sexualidade e gênero seguem sendo tensionadas e em disputa dentro da profissão. Essa disputa, reflete tanto a não-hegemonia da adoção do Projeto ético-político profissional — que possui fundamentação marxista — quanto um entendimento que restringe essas dimensões à esfera da superestrutura, como se fossem descoladas da materialidade da vida e da centralidade do trabalho. Porém, contraditoriamente boa parte das produções, ainda seguem âncoras em uma visão que prioriza o mundo do trabalho produtivo, negligenciando o fato de que gênero, sexualidade e envelhecimento são elementos estruturantes da reprodução social e da própria constituição ontológica do ser social.

Essas categorias não são meros adereços teóricos, pois expressam as contradições e as mediações presentes na totalidade da sociedade capitalista, por isso, necessitam ser compreendidas enquanto fundantes e não apenas como constituição da subjetividade humana, isso seria negar a totalidade que perpassa a existência do ser social.

Por isso, as produções acadêmico-científicas que promovem este debate, diante de um cenário de ascensão conservadora, estão em constante diálogo com a defesa da superação de uma sociedade patriarcal.

> Em outras palavras, somente a autoconsciência feminista e a tomada de consciência homossexual podem dar origem a uma visão de mundo completamente alternativa em relação àquela heterossexual masculina e a uma interpretação clara e revolucionária de problemáticas importantes que foram obscurecidas por séculos, ou mesmo colocadas em questão pelo dogmatismo patriarcal e pela absolutização da Norma; isso porque o ponto de vista das mulheres contém a potencialidade antiética fundamental em relação ao "poder" masculino, enquanto o ponto de vista gay representa a principal antítese subversiva contra a norma sexual estabelecida e hipostasiada por esse "poder" que, como vimos, é em todos os aspectos funcional para a perpetuação do capitalismo (Mieli, 2023, p. 278).

De acordo com Miele (2023) para que haja avanço em direção à emancipação humana, é preciso que pessoas heterossexuais e cisgêneras, disponham-se romper com suas fixações estruturais. Posto que, para o autor, mesmo entre setores progressistas do marxismo, há uma ideia equivocada de que a questão da sexualidade e gênero dissidente seriam "coisas do capitalismo", ignorando assim, o fato de que a repressão sexual também é um dos pilares ideológicos da sociedade burguesa. Neste sentido, diversidade afetivo-sexual e de gênero é uma condição necessária para a superação da sociedade de classes.

Essa desconexão histórica entre o marxismo e a pauta LGBTI+ tem raízes em interpretações dogmáticas e anacrônicas da obra de Marx e Engels. Como lembra Prado (2021), não é possível congelar a teoria marxista em sua "protoforma", nem reduzir seus autores a frases soltas descontextualizadas. Fazer isso seria negar o próprio método, no qual exige movimento, atualização e apreensão crítica da realidade. A teoria marxista, ao contrário do que muitas pessoas ainda acreditam, oferece ferramentas potentes para compreender como as violações voltadas às pessoas LGBTI+, estão imbricadas nas formas de produção e reprodução capitalista.

> O pressuposto que defendemos é que as determinações da luta de classes permeiam a vida social e nosso cotidiano em suas diferentes dimensões. A apreensão da realidade exige a atenção à diversidade humana como elemento imprescindível da vida dos indivíduos em suas singularidades e, também, de forma coletiva, integrando um projeto político emancipatório da classe trabalhadora (Santos, 2023, p. 26).

O Serviço Social, por sua vez, se vê interpelado por esses desafios. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2023), reconhecem a necessidade de um pluralismo, alinhado às transformações da contemporaneidade. Apontando para um Projeto ético-político profissional que valorize os direitos humanos e combata todas as formas de opressão, inclusive aquelas que ainda são invisibilizadas no interior da própria categoria. De acordo com o 9° princípio fundamental que regulamenta o saber teórico e operativo da profissão, o "exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais (ABEPSS, 2023, p. 24).

Para Netto (2006, p. 5) "o corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um *espaço plural* do qual podem surgir projetos profissionais diferentes". No entanto, essa pluralidade não pode se transformar em relativismo ou conciliação com projetos antagônicos à liberdade. Como ressalta Santos (2023), é preciso reconhecer que nem todo pluralismo contribui para a superação das opressões, há ideias que acabam por defender e reforçar as estruturas que geram essas violações. Por isso, a liberdade que se busca não é aquela

do indivíduo isolado, mas a liberdade coletiva, construída na associação consciente entre pessoas que partilham da luta por justiça social, dignidade e mudanças de paradigmas socioeconômicos.

> Óbvio que não se trata de estabelecer nenhum tipo de crítica sectária ou que não admita as contribuições oriundas de estudos e pesquisas que estão sob a perspectiva da subjetividade, mas é importante nesta conjuntura de ataque à ciência, ao pensamento crítico, ao marxismo e a às questões da diversidade que possamos aprofundar a reflexão que o modo de pensar e entender a realidade incide na direção das lutas sociais e na definição de uma agenda de resistência com caráter voltado à emancipação humana ou enraizado no asfixiante jogo de conciliação entre as classes sociais (Santos, 2023, p. 31).

Para Netto (2006) o Serviço Social se constituiu historicamente, a partir de disputas e tensionamentos, por isso a formação crítica precisa ir além de apelos sensíveis e enfrentar o desafio de construir uma agenda política enraizada na realidade e voltada à emancipação humana. O debate, portanto, precisa reconhecer que as tendências teóricas no Serviço Social não são blocos fechados ou estagnados. Como lembra Silva (2023), essas tendências se desenvolvem historicamente e se entrelaçam de maneiras complexas, é justamente nesse entrelaçamento que se abre a possibilidade de tensionar, ampliar e radicalizar o Projeto ético-político da profissão.

> Aliás, é bastante comum no Serviço Social que autores e autoras reforcem traços que se situam em uma ou outra tradição teórica. Portanto, embora seja necessário afirmar que as tendências possuam um marco teórico que estabelece os pressupostos básicos que as demarcam, isso *não significa que se imponham como campos estáticos* em que pensadores(as) encaixam-se mecanicamente. Trata-se, então, de reconhecer a complexa dinâmica que constitui este processo (Silva, 2023, p. 74).

De acordo com Silva (2023), realizar uma "democracia possível" entre marxismo e pluralismo, o material adotado não pode promover regressões civilizatórias, ou seja, o movimento de disputa e tensionamento da profissão deve ter enquanto foco as consequências da materialização da sociedade burguesa, entre elas estão as expressões da questão social, por isso a teoria precisa ir de encontro com estratégias que promovam melhores condições para que a classe trabalhadora saia da condição de subjugação, rumo a sua emancipação e realização enquanto ser.

> a pluralidade deve expressar uma direção social, ainda que estratégica, que expresse a posição social, de classe, a ser defendida e explicitada. Resumidamente: *não existe pluralidade e ou alianças políticas com orientações que impedem o desenvolvimento livre, pleno e coletivo da espécie humana (no sentido emancipatório aqui detalhado)*; ou seja, a liberdade aqui não é determinada pelo direito individual puro que estimula a sobrevivência dos "mais fortes" e "preparados", *mas pelo desenvolvimento e pela consciente associação de livres produtores que têm na felicidade coletiva a referência do bem comum.* Mas o debate plural pode e deve ser exercitado com aqueles setores

> que creem que pelo menos uma maior justiça social é importante e que ela pode e deve ser alcançada ainda no interior da sociedade do capital (o que não significa estar de acordo com isso) (Silva, 2023, p. 85).

Ao final desta síntese, o que se observou é que, embora nem todas as produções acadêmico-científicas adotem a perspectiva de totalidade, há um ponto de convergência importante: todas reconhecem que os processos de envelhecimento e velhice são fenômenos heterogêneos, marcados pelos efeitos da heterocisnormatividade, do fundamentalismo religioso, do patriarcado e da ofensiva neoconservadora. Pois, em todas as produções a família nuclear-patriarcal, ora adestrada pelos valores da ideologia burguesa, aparece como uma das principais instituições reprodutoras da repressão sexual e da normatização dos gêneros, moldando subjetividades e organizando as relações sociais.

Por isso, o tensionamento, as disputas e constante embate crítico, precisam ser promovidos no interior do campo prático-científico do Serviço Social, sem perder de vista quem é o inimigo da classe trabalhadora. A frase abaixo, alude um cenário possível para a superação dessas opressões:

> Nas mulheres submetidas ao "poder" masculino, nos proletariados submetidos à exploração capitalista, na sujeição dos homossexuais à Norma e na dos negros ao racismo dos brancos, reconhecemos os sujeitos históricos concretos capazes de derrubar os atuais planos da dialética social, sexual e racial para a conquista do "reino da liberdade". Reconhecemos a subjetividade humana não nas personificações da coisa por excelência, isto é, do capital e do falo, mas na sujeição de mulheres, homossexuais, proletários, crianças, negros, "esquizofrênicos", velhos etc. ao poder que os explora e reprime. A subjetividade revolucionária ou potencialmente revolucionária se oculta na sujeição (Mieli, 2023, p. 279).

Cabe às pessoas pesquisadoras, profissionais, estudiosas do Serviço Social e de outras áreas, reivindicarem e não temerem os debates e tensionamentos, acerca da temática. Tendo em vista que a categoria profissional de assistentes sociais, possuí suas articulações, intervenções e mediações, imbricadas nas compreensões da contradição que fundamenta a sociedade de classes. Essa é uma das formas de produzir materiais acadêmico-científicos que dialoguem diretamente com a classe trabalhadora, a partir da apreensão do movimento histórico, no qual constitui a perspectiva de totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contrapondo as normas hegemônicas do fazer científico, a pessoa autora desta dissertação, lança mão de um manifesto para afirmar que esse não é o final. Um oceano de reflexões e afetos, nunca poderá ser medido à conta gotas. Por isso, manifesta-se com afeto que

essa foi a primeira produção, na qual, a pessoa autora se aproximou dos processos de envelhecimento e velhices da classe trabalhadora LGBTI+. Exigindo assim, seu direito de poder tornar-se um dia seu próprio objeto de estudo, bem como deseja ferozmente que todas as pessoas de sua comunidade possam ter acesso a uma velhice digna.

Por isso, os processos de envelhecimento e velhices da classe trabalhadora, não podem ser tratados como um fenômeno isolado, uma vez que são resultados das formas históricas de sociabilização, racialização, de configurações, reconfigurações ou até mesmo de não-configurações familiares, de formulações econômico-políticas (ou da ausência delas), das relações sociais generificadas, ora impostas pelo patriarcado, e por último pela centralidade da produção e reprodução social da lógica capitalista. Logo, não basta reconhecer a heterogeneidade dessas velhices; é necessário transformá-las radicalmente, superando aquilo que viola e barra o florescimento de sua natureza afetiva, diversa em potencialidades.

Dado que, a trajetória percorrida até momento, demonstrou que a comunidade LGBTI+, vêm historicamente sendo marcada por compulsivas tentativas de invisibilização e negação de direitos sociais básicos e de acessos às políticas públicas e sociais, a partir de um aumento significativo nas expressões da questão social, que acometem essas pessoas de formas múltiplas, sob a face de violações, deliberadas por uma agenda fundamentalista, neoconservadora, fascista e ultraneoliberal.

Cabe assim, ressaltar que os objetivos dessa dissertação foram alcançados, tendo em vista que a revisão sistemática de literatura, bem como a síntese narrativa, revelaram que o debate sobre os processos de envelhecimento e velhices da comunidade LGBTI+ ainda é tímido nas produções acadêmico-científicas do Serviço Social, embora tenha ganhado espaço por meio dos eventos da categoria profissional. A partir das aproximações e compreensões das produções aqui apreendidas, percebeu-se a importância das articulações entre os saberes, oriundos da Gerontologia social-crítica, dos estudos sobre gênero e sexualidades e da crítica do materialismo histórico-dialético à ideologia burguesa.

Por isso, cabe afirmar que os pressupostos também foram confirmados, dado que, ainda são incipientes as produções acadêmico-científicas que versam sobre os processos de envelhecimento e as velhices da comunidade LGBTI+. Contudo, ao aproximar destas produções e compreendê-las à luz do método marxiano, revelaram que há uma disputa e tensionamento teórico em curso no interior do Serviço Social, essas perpassam as categorias: sexualidade, gênero, processos de envelhecimento e velhice. Onde, algumas profissionais compreendem essas categorias enquanto estruturantes da sociabilidade burguesa e não apenas expressões subjetivas de identidades, outras levam em consideração às dimensões de

corporeidade, autonomia e poder diante das estruturas linguístico-discursivas na formação dessas identidades. Esse tensionamento e disputa teórica, reflete a própria complexidade histórica do Serviço Social brasileiro, no qual segue se organizando em um campo plural, ora atravessado por diferentes tendências teóricas.

Compreende-se assim que essas disputas e tensionamentos teóricos não se dão apenas em um plano conceitual, como também, engendra possibilidades de novos projetos societários e profissionais, os quais expressam formas plurais e diversas de compreender à realidade concreta e intervir sobre ela. Por isso, cabe afirmar que o Serviço Social é marcado por um pluralismo constitutivo, mas esse não pode ser confundido com neutralidade teórica. Devendo assim reforçar seu compromisso histórico para com a classe trabalhadora, não se acomodando diante de qualquer perspectiva nova que surja no interior da profissão, mas tencionando, apropriando-se, aproximando e compreendendo, na intenção de qualificar os debates, a partir de um horizonte ético-político que não se curva à lógica do capital, à moral conservadora e fundamentalista ou à conciliação com projetos societários regressivos.

Tendo em vista que esse estudo possibilitou discussões, acerca das tentativas compulsórias de invisibilização e negação, vivenciadas por pessoas sexo-gênero dissidentes em processos de envelhecimento e velhice. Esses ataques não são frutos de um apagamento cronológico e temporal, mas sim de articulações perversas entre as estruturas excludentes, com os representantes do parlamento, do Estado, da legislação e da fé, que seguem divulgando livremente uma agenda antropofágica, fundamentada na ideologia burguesa que reforça valores heterocisnormativos, patriarcais, capacitistas, velhofóbicas e racistas. Engendrando assim, fenômenos sociais como: a perda por direitos, escassez de dados oficiais, desempregos estruturais e ausência de investimentos em políticas públicas e sociais, específicas para essa comunidade, ao passo em que cumpre seu papel estratégico na manutenção e reprodução do capital.

Portanto, importa reconhecer que as velhices LGBTI+ desafiam a própria concepção cronológica de “ciclo produtivo” imposto pela lógica do capital. Como demonstras as obras compreendidas, especialmente as de Oliveira (2024), Santos (2016), Mota (2014), Oliveira (2020) e Monteiro (2020), onde pessoas velhas sexo-gênero dissidentes, escapam à heterocisnorma, ao passo em que denunciam, com sua própria existência os limites da sociedade burguesa. São pessoas trabalhadoras que vivenciam os afetos, a sexualidade, os prazeres, bem como a solidão, o luto, que não são capturadas pelo discurso da “terceira idade”, “melhor idade” ou “velhice ativa”. Como diria Mota (2014), trata-se de uma corporeidade que, embora envelhecida, resiste ao silenciamento e seguem reivindicando seu lugar no mundo.

Nesse sentido, reafirma-se a importância de incorporar de maneira orgânica e crítica, o debate sobre os processos de envelhecimento e velhice, em interface com a diversidade sexual e de gênero na agenda de formação profissional e no fazer acadêmico-científico do Serviço Social. Tendo em vista que As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (2023) já reconhecem a relevância da pluralidade, mas é preciso que isso se traduza em práticas pedagógicas concretas, a partir de inclusão de disciplinas específicas, criação de grupos de estudos, realização de oficinas temáticas nos cursos de graduação e pós-graduação, em conjunto com a articulação com coletivos e movimentos sociais. Além disso, grupos de extensão universitária – como a Universidade Aberta à Terceira Idade – precisam ser espaços de escuta ativa, produção de conhecimento e atuação para com as pessoas LGBTI+ velhas, agindo enquanto ferramentas de mediação para o florescimento de suas potencialidades revolucionárias.

A diversidade humana precisa ser compreendida não como um detalhe da vida, tampouco como algo restrito às pessoas jovens, reconhecendo assim que as formas de viver e amar escapam à norma imposta pela sociedade de classes. Essas possibilitam a construção de novos horizontes da verdadeira liberdade, onde as potencialidades possam ser expressas e experimentadas em sua máxima potência.

Portanto, ao concluir esta dissertação, reafirma-se que as produções acadêmico-científicas do Serviço Social, mesmo que diante de limitações e contradições, tem contribuído para a visibilidade dos processos de envelhecimento e velhices das pessoas sexo-gênero dissidentes, construindo assim pontes ético-políticas contra as tentativas de invisibilização e negação desta comunidade. Cabe à categoria profissional apropriar-se dessa temática e aprofundar esse percurso teórico, comprometendo-se radicalmente com a crítica à ordem socioeconômica vigente, defendendo de maneira intransigente os direitos e acessos da diversidade sexual e de gênero que compõem a classe trabalhadora velha e envelhescente em seus espaços de atuação e intervenção.

Para as pessoas que dedicaram seu precioso tempo à leitura completa dessa dissertação, é importante lembrar que essa conclusão não representa um ponto final definitivo. Posto que, este estudo é, na verdade, um produto provisório, resultado de uma constante tentativa de aproximações que vêm sendo desenvolvidas ao longo de um processo reflexivo-acadêmico em constante movimento. Pois, carrega em seu cerne, o genuíno desejo de promover mudanças sociais, uma vez que a pessoa autora que vos escreve, segue impulsionada pela luta emancipatória de uma classe trabalhadora, diversa em suas expressões. Esperançando que esse estudo contribua para com a superação das múltiplas formas de explorações, opressões e violações. Permitindo assim, que a classe trabalhadora possa expressar sem medo suas

diversidades sexuais e de gênero, dentre outras diversidades e potencialidades raciais, étnicas, culturais e cosmogônicas, sobretudo, durante os processos de envelhescência e velhice. Embora, não se pode deixar passar que esse horizonte sofra tentativas compulsórias de negações, invisibilizações e apagamentos, pela via da imposição dos discursos hegemônicos, conservadores, cisheterossexuais, brancos, patriarcais e capitalistas. Mas é justamente pela via da apreensão de uma perspectiva crítica e de totalidade, ora fundamentada no método histórico-dialético que a classe trabalhadora poderá vislumbrar possibilidades, rebeldias e potencialidades do verdadeiro avanço na luta revolucionária.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. População do país vai parar de crescer em 2041, quando chegará a 220,4 milhões de habitantes. Rio de Janeiro: IBGE, 25 jul. 2024. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40356-populacao-do-pais-vai-parar-de-crescer-em-2041-quando-chegara-a-220-4-milhoes-de-habitantes. Acesso em: 25 abr. 2025.

ALMEIDA, A, S. Trabalho fundante e ontologia do ser social em Karl Marx e Álvaro Vieira Pinto. **Anais Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 6, n. 6, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/seminariocsa/article/view/4695> Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

ALMEIDA, S, L; SANTOS, J, C, S. Crise, racismo e neoliberalismo. *In*: SOUZA, E, Â; SILVA, M, L, O. (Orgs). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social: a Autofagia do Capital**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 125-140.

AMORIM, D. Quase 39 milhões de brasileiros estão na informalidade, aponta IBGE. CNN Brasil, 29 de setembro. 2023. Disponível em: < https://www.cnnbrasil.com.br/economia/quase-39-milhoes-de-brasileiros-estao-na-informalidade-aponta-ibge/>. Acesso em: 13 de fevereiro. 2024.

Anais do III Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas: Democracia, Desigualdades Sociais e Políticas Públicas no Capitalismo Contemporâneo. TEIXEIRA, S, M;

FRANÇA, R, M, S; JOAZEIRO, E, M, G; SILVA, M, R, F, S; FERREIRA, M, D, M; PEREIRA, S, L, B; CAVALCANTE, E, R. (Orgs.). Teresina, Piauí: EDUFPI/LETSU, 2022. Disponível em: <https://sinespp.com.br/2020/anais.php> Acesso em: 28 de janeiro. 2025.

Anais Do IV Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas: DESIGUALDADE, (DES)PROTEÇÃO SOCIAL E (IN) CERTEZAS E RESISTENCIAS. PEREIRA, S, L, B; TEIXEIRA, S, M. (orgs) Teresina, Piauí.: EDUFPI/LETSU, 2022. Disponível em: <https://sinespp.com.br/2022/anais.php>. Acesso em: 28 de janeiro. 2025.

Anais do V SIMPÓSIO Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas: Estado, Governos e Políticas Públicas na américa latina: projetos societários em disputa. PEREIRA, S, TEIXEIRA, S, M. Teresina, Piauí: EDUFPI/LETSU: 2024. Disponível em: <https://sinespp.com.br/anais.php#anais>. Acesso em 23 de janeiro. 2025.

ANDRADE, L, R. Desenvolvimento do capitalismo no brasil: dominação e resistência. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22855>. Acesso em: 25 de dezembro. 2024.

ANTUNES, R**. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** – 16. Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo Editorial, 2015.

ASSANO, G. Envelhecer e morrer hoje no Brasil. In: AZEVEDO, C, D. (Org.). **Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil**. Edições Sesc SP, 2024. p. 151-163.

ÁZARA, H. Sobre o conceito "bifronte" de capital. *In:* SILVA, H, A. (Org). S**ob os olhos da crítica: reflexões sobre a democracia, capitalismo e movimentos sociais.** Macapá: UNIFAP, 2017. p. 101-116.

BARBOSA, L, P. POVOS DO CAMPO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO BIOCULTURAL NA DEFESA DOS TERRITÓRIOS DA AMÉRICA LATINA. **Patrimônio, povos do campo e**

memórias: diálogos com a cultura, a arte e a educação, p. 107, 2020. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8hp3p/pdf/oliveira-9786587108605.pdf#page=108> Acesso em 08 de janeiro. 2024.

BARROS, A. Pesquisa Nacional de Saúde: **Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019.** Agência IBGE Notícias. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso em: 17 de abril. 2024.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BEHRING, E, R; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. Cortez Editora, 2017.

BENEDITO, J, C. **A contribuição do Serviço Social brasileiro ao enfrentamento ao "racismo e ageísmo": um estudo sobre a produção de conhecimento expressa nos encontros nacionais de pesquisadores em Serviço Social realizados na segunda década do século XXI.** 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/832c4272-493a-42df-8760-812676809ee5>. Acesso em: 25 abril. 2025.

BENEDITO, J, C. Reflexões acerca da proteção social para os velhos do Brasil. In. COSTA, J, S; DEL MASSO, M, C, S; SOARES, N; CAMPELO E PAIVA, S, O.(org.) **Aproximações e ensaios sobre a velhice.** UNESP: Franca, 2017. p. 35-51

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018

BRASIL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional de saúde: 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta. **IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE**, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101934.pdf>. Acesso em: 14 de abril. 2024.

BRASIL, Secretaria Nacional de Assistência Social. Trabalho Social com Famílias. Brasília, 15 de setembro, 2014. Disponível em: < https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/ferramentas/docs/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20PAIF%20CAPACITA%C3%87%C3%83O%20MDS.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro, 2024.

BRASIL. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mercado de Trabalho: PNAD Contínua: Desemprego cai para 6,4% no terceiro trimestre**. Brasília: Secretaria de Comunicação Social; IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/pnad-continua-desemprego-cai-para-6-4-no-terceiro-trimestre>. Acesso em: 14 de novembro, 2024.

BRONZE, G. Seis em cada 10 pessoas LGBTQIA+ perderam renda ou emprego na pandemia. CNN Brasil, 02 de jun. de 2021. Disponível em: < https://www.cnnbrasil.com.br/economia/seis-em-cada-10-pessoas-lgbtqia-perderam-renda-ou-emprego-na-pandemia/>. Acesso em: 10 de fevereiro. 2024.

CABRAL, U; GOMES, I. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. Agência IBGE Notícias, 27 de outubro. 2023. Disponível: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>. Acesso em 13 de fevereiro. 2024.

CAMARGO, T, G. **O culto Jeje-Nagô e as dimensões educativas ambientais dos mitos Yorubas (orixás).** 2013. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/6121> Acesso em: 08 de janeiro. 2024.

CAMPELO E PAIVA, S, O; SILVA, V, P, L. Direitos e políticas públicas: considerações sobre a realidade vivenciada por pessoas idosas no Brasil In: AZEVEDO, C, D. (Org.). **Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil**. Edições Sesc SP, 2024. p. 165-181.

CAMPELO E PAIVA, S, O; SOARES, N; SANTOS, M, F. O SERVIÇO SOCIAL E A GERONTOLOGIA SOCIAL: elementos para pensar a pesquisa e a instrumentalidade.

In: TEIXEIRA, S, M (Org.)**. Serviço Social e envelhecimento.** Teresina: EDUFPI. 2020. p. 74 – 102.

CARVALHO, E, A. Marxismo antropológico e a produção das relações sociais. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, 1985. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108262/ISSN1984-0241-1985-8-153-175.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 de agosto. 2024.

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CHAUÍ, M. **O ser humano é um ser social**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CISNE, M. Marxismo: uma teoria indispensável à luta feminista**. 4º Colóquio Marx e Engels**, 2005. Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF. Acesso em: 11 de dez. 2023.

CISNE, M; DOS SANTOS, S, M, M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. Cortez Editora, 2018.

COSTA, D, G, S; SOARES, N. Envelhecimento e velhices: heterogeneidade no tempo do capital. **Serviço Social & Realidade**, v. 25, n. 2, 2016. Disponível em: < https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/2519>. Acesso em 18 de dezembro. 2024.

COSTA, E, V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DUARTE JUNIOR, J, F. **O que é realidade**. 5. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2017.

ENGELS, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). **Revista Trabalho Necessário**, v. 4, n. 4, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4603/4239> Acesso em: 10 de janeiro. 2024.

ENVELHECIMENTO da população altera taxa de ocupação no Brasil, indica estudo. CUT BRASIL, São Paulo, 23 de out. 2023. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/envelhecimento-da-populacao-altera-taxa-de-ocupacao-no-brasil-indica-estudo-3099>. Acesso em: 11 de fevereiro. 2024.

FARIA, M. A. D; SOUZA, L. P. D; BEVILACQUA, P. D. Poder Judiciário e demandas de pessoas sexualmente dissidentes: o pêndulo conservador-progressista. 2024. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/63532> Acesso em: 15 de julho. 2024.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2023.

FEIJÓ, J. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. FGV IBRE. 26 de jul. 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em 11 de fevereiro. 2024.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil.** Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

FRASER, N; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. Boitempo Editorial, 2020.

FUNDO POSITIVO; INSTITUTO MATIZES. **Inclusão econômica e geração de renda da população LGBTQIA+ no Brasil: desafios, iniciativas e financiamentos.** Edição 1. Brasil, São Paulo, 2024.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. **Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação**. *Logeion: Filosofia da Informação*, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 25 abril. 2025.

GIAQUETO, A; SOARES, N. O trabalho e o trabalhador idoso. **Proceedings of the 1nd Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca**, 2010. Disponível em: < http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n7/a07.pdf>. Acesso em 15 de dezembro. 2024

.

GÓIS, J, B; SOUZA, S, C; TEIXEIRA, K, C, S. O Estudo do tipo bibliográfico: reflexões a partir de estudos sobre o Estado da Arte. In: MORAES, A, S; LIMA, N, C. (Orgs.). **Pesquisa em Serviço Social: teoria, método e metodologia** – São Paulo: Cortez, 2024. p. 285-313.

GOMES, R, M; HEINECK, D, T; MARIA, A, L; SANTOS, M, F; SILVA, L, K, M;5 BERGUERAND, B, A; FONSECA, C, M, S, L; PEREIRA, R, S; GOULART, S, S. **Anais do 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2016. Disponível em: <https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/1189.pdf>. Acesso em 23 de janeiro. 2025.

GOMES, V, M, S. "**Kò sí ewé, kò sí òrìsà" (sem folha, não há orixá): vivências ecológicas no Ilé Àse Opó Osogunlade**. 2016. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/19848> Acesso em 08 de janeiro. 2024.

GONÇALVES, L, C; SOARES, N. OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS NO BRASIL in: CANELA, K, C; SOARES, N. **A PESSOA IDOSA EM FRANCA: DIÁLOGOS ENTRE SABERES E PRÁTICAS**. Org. 2013 p. 27-49. Disponível em: < https://www.franca.unesp.br/Home/Administracao/UnidadeauxiliarCentroJuridicoSocial/ebook-a-pessoa-idosa-em-franca.pdf>. Acesso em: 18 de dezembro. 2024.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HADDAD, E. Ainda há esperança? *In:* SOARES, N; CAMPELO E PAIVA, S, O; LIPORONI, A, A, R, C. **O envelhecer da classe trabalhadora: luta e resistência diante dos ataques aos direitos conquistados.** São Paulo: Pedro & João Editores, 2023. p. 29-39.

HADDAD, E. G. M. **Notas sobre a história dos direitos da velhice no Brasil**. *Prisma Jurídico*, v. 2, p. 107-120, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/prisma/article/view/533>. Acesso em: 25 abr. 2025.
HADDAD, Eneida Gonçalves Macedo. **A ideologia da velhice**. Cortez Editora, 2017.

HELLER, A. **O cotidiano e a história. Paz e Terra**, 2016.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 1986.

IAMAMOTO, M, V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez Editora, 2022.

IAMAMOTO, M, V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. Cortez editora, 2021.

IAMAMOTO, M, V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M, V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. Cortez editora, 2021.

INDÍGENAS estão entre grupos mais vulneráveis ao trabalho escravo. Escravo, nem pensar!. São Paulo. Disponível em: <https://escravonempensar.org.br/educarb/62-indigenas-estao-entre-grupos-mais-vulneraveis-ao-trabalho-escravo/>. Acesso em: 13 de fevereiro. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: Desemprego, Informalidade, Subutilização e**

Inatividade. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/268-retratos-indicadores/retratos-indicadores-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 14 de abril, 2024.

JECUPÉ, K, W. **A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio**. Editora Peirópolis, 1998.

KOLLONTAI, A. **A nova mulher e moral sexual**. 2. ed. São Paulo: Editora expressão popular, 2000.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**: Paz e Terra. 1976.

LACERDA, A, L**.** A importância dos eventos científicos na formação acadêmica: estudantes de biblioteconomia. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 13, n. 1, p. 130-144, 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/553>. Acesso em: 25 abril. 2025.

LARA, R; MARANHÃO, C. Fundamentos do trabalho, "questão social" e Serviço Social. *In*: SOUZA, E, A; SILVA, M, L, O. (org.). **Trabalho, questão social e Serviço Social: a autofagia do capital**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2019

.

LAUAND, J, L. "Dia do índio" – a "filosofia indígena" na língua e cultura brasileiras. **Notandum,** n. 48, p. 137-142, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/notandum/article/download/59290/751375152187> Acesso em 12 de janeiro. 2024.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. Cortez, 2011.

LÖWY, M. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos avançados**, v. 16, p. 199-206, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/c7TdKSGxkSysjMds45cqs8v/> Acesso em 14 de fevereiro. 2024.

LÖWY, Michael. Mensagem ecológica ao camarada Marx. **Cadernos Cemarx**, n. 11, p. 161-176, 2018. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/11296> Acesso em: 07 de janeiro. 2024.

LUXEMBURGO, R. **Textos escolhidos – volume (1899-1914)** / Org. LOUREIRO, I. 3.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MANOEL, J. Marx era um pensador eurocêntrico e racista? Blog da Boitempo, Pernambuco, outubro. 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/10/15/marx-era-um-pensador-eurocentrico-e-racista/>. Acesso em: 30 de junho. 2024.

MARINS, L, L. **Òrìsà dídá ayé: òbátálá e a criação do mundo iorubá. África**, n. 31-32, p. 105-134, 2012. Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/115347/113005 >. Acesso em: 06 de agosto. 2024.

MARQUES, S, R. Neoliberalismo: Uma fase atual do capitalismo. **XV Encontro Regional de História** [internet]. Curitiba, p. 26-29, 2016. Disponível em: <http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/45/1460991918_ARQUIVO_SabrinaRodriguesMarques.pdf>. Acesso em 12 de jun. 2022.

MARTINS, T. Racismo no Brasil: a condição diferenciada de envelhecer dos/as trabalhadores/as negros/as. In: AZEVEDO, C, D. (Org.). **Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil**. Edições Sesc SP, 2024. p. 193-212.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, K**. Crítica do programa de Gotha**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, K; ENGELS, F.**A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015.

MATTOS, M, B. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. Boitempo Editorial, 2019.

MELO, R. Sobre a relação entre teoria e práxis em Marx. Em curso, v. 2, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/44545653/Rurion_Melo_Sobre_a_relacao_entre_teoria_e_praxis_em_Marx.pdf>. Acesso em: 23 de junho. 2024.

MIELI, M. **Por um comunismo transexual: elementos de crítica homossexual**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MESQUITA JÚNIOR, O, F. **Bolsonarismo: o populismo autoritário em conflito com a democracia liberal constitucional brasileira**. 2023. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Ceará. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/72435>. Acesso em 24 de junho. 2024.

MIRANDA, L, M, B. **Envelhecimento e políticas de cuidado no Brasil e na Espanha: uma análise comparativa dos serviços de cuidados em domicílios para pessoas idosas dependentes.** Edufpi: Teresina, 2024.

MONTEIRO, Y. T. **Envelhecimento feminino e a vivência da sexualidade: um tabu?** In: *Anais do 16º Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas: Democracia, Desigualdades Sociais e Políticas Públicas no capitalismo contemporâneo*, 2020. Disponível em: <https://www.sinespp.com.br/upload/anais/OTA4.pdf?103535>. Acesso em: 23 janeiro. 2025.

MOTA, M, P. **Ao sair do armário, entrei na velhice...: homossexualidade masculina e o curso da vida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mobile, 2014.

NETTO, J, P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J, P. **Introdução ao método da teoria social.** In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009. Disponível em: <https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Neto,%20Jose%20Paulo/Introducao%20ao%20metodo%20da%20teoria%20social%20ou%20Introducao%20ao%20metodo%20de%20Marx.pdf>. Acesso em: 18 janeiro. 2022.

NETTO, J, P. Introdução ao método da teoria social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009. Disponível em: <https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Neto,%20Jose%20Paulo/Introducao%20ao%20metodo%20da%20teoria%20social%20ou%20Introducao%20ao%20metodo%20de%20Marx.pdf>. Acesso em: 02 de junho. 2024.

NETTO, J, P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. Cortez editora, 2017.

NÚÑES, G. **Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar**. 1. Ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

NÚÑEZ, G. As monoculturas do tempo: uma conversa sobre etarismo. In: AZEVEDO, C, D. (Org.). **Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil**. Edições Sesc SP, 2024. p. 139-148.

NÚÑEZ, G. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **Revista ClimaCom**: Diante dos negacionismos, Campinas, v. 8, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/wp-content/uploads/2021/12/GENI.pdf>. Acesso em: 13 de junho. 2024.

OLIVEIRA, P. **Saúde para idosos LGBTI+: histórico de lutas, desafios e a contribuição do Serviço Social**. *SER Social*, v. 26, n. 54, 2024. DOI: 10.26512/ser_social. v26i54.50168.

PAIXÃO, N. Feminização da velhice: desigualdades de gênero e seus impactos no processo de envelhecimento. In: AZEVEDO, C, D. (Org.). **Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil**. Edições Sesc SP, 2024. p. 183-191.

PAULA, R, F, S. **Estado Capitalista e Serviço Social: o neodesenvolvimentismo em questão**. Campinas: Papel Social, 2016.

PEREIRA, P, A, P. **Política social: temas & questões**. Cortez, 2008.

POCAHY, F. Necrogerontopolítica à brasileira: clamores da/na diferença (geracional). **Diversidade Sexual e de Gênero**, p. 61-80, 2022. Disponível em:

<https://cuidado.cebrap.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Diversidade-Sexual-e-de-Genero.pdf#page=61>. Acesso em: 25 abril. 2025.

POCHMAN, M. Renda Consumo e aposentadoria. In: AZEVEDO, C, D. (Org.). **Velhices: perspectivas e cenário atual na pesquisa idosos no Brasil**. Edições Sesc SP, 2024. p. 121-136.

POMPEI, L, M. Descritores ou palavras-chave nas bases de dados de artigos científicos. **Femina**, v. 38, n. 5, p. 232, 2010. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/upload/S/0100-7254/2010/v38n5/a001.pdf>. Acesso em: 25 abril. 2025.

PRADO, A, G, S, A. Condições de vida e de trabalho de mulheres trans: alguns elementos em destaque. 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/61976>. Acesso em: 01 de fevereiro. 2024.

PRADO, D. **O que é família**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

PRATES, J, C. Teoria e método em Marx. *In:* **Pesquisa em Serviço Social: teoria, método e metodologia.** MORAES, C, A, S; LIMA, N, C. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2024.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. Autêntica Editora, 2022.

REIS, J, J. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista Usp**, n. 28, p. 14-39, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/28362/30220>. Acesso em: 19 de setembro. 2024.

RODRIGUES, J, F; TADEU, V. LGBTQIA+: 54% não sentem segurança no ambiente de trabalho. CNN Brasil, São Paulo. 11 de jul. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/lgbtqi-54-nao-sentem-seguranca-no-ambiente-de-trabalho/>. Acesso em 11 de fevereiro. 2024.

SADER, E. Apresentação. In: **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007. p. 9-15.

SAMARA, E, M. **A família brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, M, S; OLIVEIRA, G, B; BISPO, L, S; SANTOS, J, O S. O papel da família na socialização do indivíduo. **VI Congresso Nacional de Educação, CONEDU**, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA17_ID10197_04092019104207.pdf>. Acesso em: 30 de agosto. 2024.

SANTOS, P. R. F. Ontologia marxiana e as possibilidades de construção do conhecimento. **IV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaineidade**", São Cristóvao, SE, Brasil. 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10172/52/51.pdf>. Acesso em: 18 de jun. 2024

SANTOS, S, M, M. CONTRIBUIÇÕES AO ENTENDIMENTO DA DIVERSIDADE HUMANA EM UMA PERSPECTIVA DE TOTALIDADE *In:* DUARTE, M, J, O; FERNANDES, C. P. **Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais.** Juiz de Fora: Editora UFJF/Selo Serviço Social, 2023. p. 26-35.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. (2015). **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras.

SEVERINO, A, J**. Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SILVA, A, L; SANTOS, S, M, M. A cidade nunca foi de Dandara: violação da diversidade sexual e dos direitos da população LGBT. *In*: SALVADOR, E; BEHRING, E; LIMA, R, L (Orgs.). **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social.** São Paulo: Cortez Editora, 2019.

SILVA, A, L; SANTOS, S, M, M. A cidade nunca foi de Dandara: violação da diversidade sexual e dos direitos da população LGBT. *In*: SALVADOR, E; BEHRING, E; LIMA, R, L (Orgs.). **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social.** São Paulo: Cortez Editora, 2019.

SILVA, J, F, S. **Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas: contribuições ao debate latino-americano** /José Fernando Siqueira da Silva (Org.). 1. ed. São Paulo: Cortez, 2023.

SILVA, J, F, S; SANT'ANA, R, S. **O método na teoria social de Marx:** e o Serviço Social? *Temporalis*, v. 13, n. 25, p. 181-203, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4889>. Acesso em: 25 abril. 2025.

SILVA, R, F. Escrituras sobre os corpos velhos. *In:* MAIOR, P, S; QUINALHA, R. (Org.). **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. São Paulo: Elefante, 2023. p. 489-511.

SIQUEIRA, S, M, M. O Marxismo e o combate à opressão contra as mulheres. **Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas** (LeMarx/FACED/UFBA), 2019. Disponível em: <https://lemarx.faced.ufba.br/arquivo/marxismoecombateopressoesmulheres.pdf>. Acesso em: 19 de julho. 2024.

SOARES, N. **Mulheres idosas em distanciamento social durante a pandemia COVID-19: acesso a direitos sociais no Brasil e Cuba.** *Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*, 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0515_0003.pdf>. Acesso em: 25 abril. 2025.

SOARES, N; DI GIANI, V, M, P. **UNATI/Franca: construindo cidadania na era do envelhecimento**. Franca: UNESP, 2008.

SOARES, N; FARINELLI, M, R; LIPORONI, A, A, R, C. Conselho de direito: uma análise do controle democrático e a participação social dos velhos trabalhadores. In. COSTA, J, S; DEL MASSO, M, C, S; SOARES, N; CAMPELO E PAIVA, S, O.(org.) **Aproximações e ensaios sobre a velhice.** UNESP: Franca, 2017. p. 173-192.

SOARES, N; TEIXEIRA, S, M. VELHICE NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOAS IDOSAS (ILPIS): trabalho dos/as assistentes sociais na garantia de direitos. *In:* CAMPELO E PAIVA, S, O; TEIXEIRA, S, M; SOARES, N. (Org.). **Proteção social especializada para pessoas idosas em diferentes contextos: dinâmica e funcionamento das instituições de longa permanência no Brasil, Portugal, Espanha, Uruguai, Argentina, México e Angola.** Recife: EDUPE, 2024. p. 58-79.

SOARES, N. Mulheres idosas em distanciamento social durante a pandemia covid-19: acesso a direitos sociais no brasil e cuba. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**, 2020. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/mesa_0515_0003.pdf>. Acesso em 18 de dezembro. 2024.

SOARES, N. TRABALHO SOCIAL E VELHICE: COMO PROMOVER UMA PRÁTICA TRANSFORMADORA?. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: < https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22041>. Acesso em 15 de dezembro. 2024.

SOARES, Ni; SILVA, Alcione Leite. O envelhecimento ativo como experiência de vida: narrativas de pessoas idosas. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 7, p. 173-181, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750949014.pdf>. Acesso em 18 de dezembro. 2024.

SORAES, N. SERVIÇO SOCIAL, INSTRUMENTALIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**.** *In*: TEIXEIRA, S, M (Org.)**. Serviço Social e envelhecimento.** Teresina: EDUFPI. 2020. p. 221-248.

SOUZA FILHO, R; GURGEL, C. **Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica**. Cortez Editora, 2018.

SOUZA JUNIOR, J, B; FONSECA, R, L; MINASI, L, F. A constituição do ser social e a relação homem x natureza: Primeiras aproximações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 0614-0626, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16314>. Acesso em: 19 de fevereiro. 2024

SOUZA, V, B. Gênero, marxismo e serviço social. **Temporalis**, v. 14, n. 27, p. 13-31, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5017161> Acesso em: 19 de fevereiro. 2024.

TEIXEIRA, S, M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

TEIXEIRA, S, M. O desmonte da seguridade social no Brasil: implicações no envelhecimento dos (as) velhos (as) trabalhadores (as). *In:* SOARES, N; CAMPELO E PAIVA, S, O; LIPORONI, A, A, R, C. **O envelhecer da classe trabalhadora: luta e resistência diante dos ataques aos direitos conquistados.** São Paulo: Pedro & João Editores, 2023. p. 121-148.

TEIXEIRA, S. M. **Diferentes perspectivas teóricas acerca do envelhecimento e de políticas públicas para as pessoas idosas situando o Serviço Social no debate**. *In:* CAMPELO E PAIVA, Sálvea de Oliveira (Org.). Envelhecimento, trabalho e instrumentalidade do Serviço Social: questões emergentes da prática profissional do/a assistente social. Recife, PE: Edupe, 2021.

TEIXEIRA, Solange Maria (org.) Sistema de Proteção Social Contemporâneas e a política de assistência social: a reatualização do Familismo. *In:* **Política de Assistência Social e temas correlatos**. Papel Social, 2016.

TEIXEIRA, T, M; GUIMARÃES, S, M; FERREIRA, M, D, M; VIANA, M, R; JONES, B, C, M; MELO, L, A. (Orgs.). **Anais do II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas**. Teresina, Piauí: EDUFPI, 2018. Disponível em: <https://www.sinespp.com.br/2018/anais.php>. Acesso em: 25 de dezembro. 2024.

TORRES, M, M**. A coruja e o camelo: a interlocução construída pelos assistentes sociais com as tendências teórico-metodológicas do Serviço Social**. 2006. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_a59be6c4dbc8dbc95e435875351f1b7e>. Acesso em: 25 abr. 2025.

TORRES, M, M. O trabalho do assistente social com pessoas idosas: competências e demandas em debate. *In*. TEIXEIRA, S, M (Org.)**. Serviço Social e envelhecimento.** Teresina: Edufpi, p. 46-73, 2020.

TORRES, M, M. Posfácio. In: CAMPELO E PAIVA, S, O; TEIXEIRA, S, M; SOARES, N. (Org.). **Proteção social especializada para pessoas idosas em diferentes contextos: dinâmica e funcionamento das instituições de longa permanência no Brasil, Portugal, Espanha, Uruguai, Argentina, México e Angola.** Recife: EDUPE, 2024. p. 199-206

VIEIRA, F, A, C. Meio ambiente e homem: um olhar marxista. **Gênesis**, v. 1, p. 26, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/61413787/Meio_ambiente_e_homem_um_olhar_marxista20191203-48416-39cddj.pdf>. Acesso em 07 de janeiro. 2024.

VIEIRA, Z, R. **Trabalho e emancipação humana em Marx: os grundrisse**. Campinas: Papel Social, 2018.

WOLF, S. **Sexualidade e socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT**. Autonomia Literária, 2021.

YAZBEK, M, C; IAMAMOTO, M, V. Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. Cortez Editora, 2019.

ZACARIAS, I, R. **O lugar do marxismo na formação profissional em Serviço Social.** *Portuguese Edition*. Editora da PUCRS, Edição do Kindle.

ZIZEK, S. **O absoluto frágil**. São Paulo: Boitempo, 2015.